

Viagem de Pedro II ao Espírito Santo

Levy Rocha

Viagem de Pedro II ao Espírito Santo

3ª Edição

Secretaria
da Educação

Secretaria
da Cultura




Coleção Canaã
Volume 7

Vitória, 2008



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador

RICARDO DE REZENDE FERRAÇO
Vice-Governador

• *Secretaria de Estado da Cultura* •

DAYSE MARIA OSLEGHER LEMOS
Secretária de Estado da Cultura

ANNA LUZIA LEMOS SAITER
Subsecretária da Cultura

CHRISTIANE WIGNERON GIMENES
Subsecretária de Patrimônio Cultural

MAURÍCIO JOSÉ DA SILVA
Gerente de Ação Cultural

RITA DE CÁSSIA MAIA E SILVA COSTA
Gerente do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

SÉRGIO BLANK
Subgerente de Humanidades

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

AGOSTINO LAZZARO
Diretor Geral

CILMAR FRANCESCHETTO
DIRETOR TÉCNICO

• *Secretaria de Estado da Educação* •

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação

ADRIANA SPERANDIO
Subsecretária de Estado da Educação Básica e Profissional

S U M Á R I O

Uma viagem memorável – <i>Paulo Hartung</i>	7
Pedro II e Levy Rocha na historiografia capixaba – <i>Fernando Achiamé</i>	11
Prefácio	31
Vitória era assim	41
“Fervet opus”	49
Enfim, a chegada!	57
Desembarque e recepção	63
Desfile militar, beija-mão e jantar	69
Hospital da Misericórdia – Conventos, história e folclore	73
Um dia movimentado	91
Convento da Penha – Vila Velha do Espírito Santo	107
Colônia de Santa Leopoldina	121
Colônia de Santa Isabel	135
Mestre Álvaro e vila da Serra	147
Reis Magos ou Nova Almeida	157
Passagem pela vila de Santa Cruz	167
Pernoite na foz do Riacho	177
Do pouso do Riacho a Linhares	183
Linhares – Lagoa Juparanã e ilha do Almoço	189
Ainda em Linhares – Um passeio rio acima – Índios – Regresso a Vitória ..	199
O beija-mão de despedida, em Vitória – Encontro com Maximiliano da Áustria	207
Vila de Guarapari	215
De Benevente a Barra de Itapemirim – Despedida de Maximiliano	219
Vila do Itapemirim – Colônia do Rio Novo – Rota final à Corte	231
Reflexos da visita imperial	247
Vocabulário dos puris do Aldeamento Imperial Afonsino	253
Vocabulário “de uma índia velha da tribo tupiniquim”	257

Bibliografia	261
Índice de gravuras	265
Índice toponímico	267
Índice onomástico	276

Uma viagem memorável

O LIVRO DE LEVY ROCHA, cuja reedição honrosamente apresentamos aos capixabas, trata de uma viagem memorável. Certamente, de tocante memória ao imperador Pedro II, que deixou anotações e desenhos de sua expedição à província do Espírito Santo – exatamente a base da escritura desta obra. Mas, sem dúvida alguma, de fundamental memória para todos nós. Fundamental porque, ao permitir paralelos históricos, evidencia o quanto um povo pode mudar a sua realidade.

No momento em que o Espírito Santo consolida os passos iniciais de seu terceiro ciclo histórico, com a prática político-administrativa renovada pela devoção incondicional aos valores republicanos e com o paradigma econômico transformado pelo petróleo e gás e pela ampliação do agronegócio e da indústria exportadora, o livro de Levy Rocha traz detalhes do tempo em que o nosso Estado apenas ensaiava os primeiros movimentos a fim de se firmar para além de uma província esvaziada pela função de muro protetor das riquezas das Gerais.

Ao relatar a viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo, entre 26 de janeiro e 9 de fevereiro de 1860, Levy Rocha destaca as observações do imperador acerca da indigência em que vivia o Estado. “Os quase vinte contos de réis que o imperador distribuiu de esmolas testemunham que a miséria e as necessidades presenciadas não lhe foram indiferentes”, escreve em suas conclusões reveladoras de nossa situação crítica.

A descrição que o autor faz de Vitória, que, à época, “pouco excedia a cifra de cinco mil habitantes”, e do mutirão que se teve de costurar, até mesmo entre inimigos políticos, para preparar a recepção e estada do imperador na sede do governo e residência oficial (atual Palácio Anchieta), também é reveladora da indigência capixaba de então.

Também não passou despercebida a Dom Pedro II a prejudicial e flagrante desunião das lideranças políticas locais. “As intrigas andam tão acesas aqui”, anotou o imperador durante a visita à vila de Itapemirim, quando fazendeiros, capitães e coronéis, dentre outros, disputavam a atenção de sua majestade como forma de se impor politicamente, deixando de lado o interesse da província e da região.

Quase um século e meio depois da visita do imperador, o Espírito Santo ainda registra sérias demandas de origem local e também enfrenta situações críticas resultantes de um contexto nacional e mesmo planetário. Mas pode-se afirmar que estamos a anos-luz da situação de indigência verificada por Pedro II e revelada por Levy Rocha em sua fundamental obra. Mais que isso: se a caminhada até aqui nos legou um presente muito distante do passado provinciano, vale dizer que capixabas de nenhuma outra geração puderam estar diante de um horizonte tão promissor como se registra atualmente.

Como assinalamos há pouco, neste início de milênio conquistamos renovados paradigmas político-administrativos e econômicos, o que nos permite alcançar uma perspectiva de futuro jamais vislumbrada em terras capixabas. Nesse ambiente é que estamos constituindo planos viáveis e factíveis para a constituição de dias fundados na revolucionária igualdade de oportunidades para todos, a partir de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e geograficamente desconcentrado.

Quanto às questões políticas, é importante ressaltar o caráter estratégico da união em terras capixabas. O Espírito Santo tem um povo talentoso e apresenta potencialidades e oportunidades de desenvolvimento ímpares. Mas a representação

capixaba na política nacional é numericamente prejudicada, devido à nossa pequena quantidade de eleitores em comparação com outros Estados.

Dessa forma, mesmo num cenário de pujança social, cultural e econômica, as limitações na representatividade política oferecem desafios bastante significativos. Se, além disso, as forças políticas viverem mergulhadas numa irracional briga sem fim, tais desafios podem se tornar verdadeiros e sérios obstáculos ao pleno desenvolvimento capixaba, como vinha ocorrendo em anos recentes e também séculos atrás, conforme bem registrou Pedro II.

Mas, na medida em que se faça política pautada pelos interesses coletivos, não haverá limitações sérias à constituição de futuro espetacular no Espírito Santo. Exemplo disso é a realidade que vem sendo construída desde 2003, inédita em nossa trajetória, a partir da pacificação das forças políticas e da sua devoção às demandas dos cidadãos capixabas. Muito se fez. Muito ainda precisamos fazer. Mantendo esse caminho, muito faremos.

E a consciência de nosso passado só nos fortalece nessa caminhada. Conscientes do que fomos, de nossos dons e também de nossas vulnerabilidades, seremos, cada vez mais, capixabas fortes, com reforçado potencial de vitória e renovado espírito de confiança e trabalho rumo a uma realidade cada vez melhor. Nesse sentido, a nossa história só tem a contribuir com o nosso futuro.

Se por séculos fomos terra impenetrável, barreira de proteção à riqueza de outros, hoje somos lugar de conexões econômicas e de produção de riquezas capixabas. De terra esvaziada, tornamo-nos “porto de pátrias”, lugar de riqueza cultural e intercâmbio de talentos. Se na caminhada espírito-santense registrou-se – em anos recentes, diga-se – o desvirtuamento da ação política, nestes últimos anos pode-se dizer que esta agora é uma terra onde os ideais e as práticas republicanas se colocam dentre as mais vigorosas de nosso país.

O livro de Levy Rocha soma-se a este vital exame histórico da trajetória capixaba, concedendo-nos fôlego e ânimo extras diante de desafios e oportunidades que marcam a nova história

capixaba. Ao tornar evidente nossa capacidade de superação, este *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo* é um vigoroso instrumento de memória em favor de um futuro diferente e sempre melhor para todos nós.

PAULO HARTUNG

Governador do Estado do Espírito Santo

Pedro II e Levy Rocha na historiografia capixaba

O meu orgulho se encerra
Em duas coisas somente:
A gente da minha terra
A terra da minha gente.

NILO APARECIDA PINTO

AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE a gênese da *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo* já estão expostas no *Prefácio* elaborado pelo Autor para a primeira edição da obra, depois ampliado para a segunda edição, e que adiante se reproduz na íntegra. No entanto, convém acrescentar algumas observações sobre a vida e a obra de Levy Rocha, bem como sobre o significado deste seu livro para a historiografia capixaba.

Levy Curcio da Rocha nasceu a 14 de março de 1916 na sede do município espírito-santense de Muqui, instituído poucos anos antes. Filho de Emílio Coelho da Rocha, primeiro delegado e prefeito da cidade, e Vicência Curcio da Rocha, de ascendência italiana,

Levy era o mais velho de oito irmãos.¹ Passou a meninice e fez os primeiros estudos em São Felipe, depois Marapé, atual sede do município de Atilio Vivacqua, então um distrito de Cachoeiro de Itapemirim. O seu interesse pela literatura começou em casa, incentivado por seus pais “que não dispensavam as revistas ou os fascículos dos romances de Emílio Richburg ou Alexandre Dumas”.² Sua mãe, que era musicista, incentivou a veia artística da família. Isabel, uma das irmãs de Levy, casou-se com o escritor cachoeirense Newton Braga e produziu uma obra consagrada como pintora *naïf*. Ainda em São Felipe, cursando a escola primária, Levy começa a sentir suas primeiras inquietações literárias, como ele mesmo nos conta:

Inaugurava-se a luz elétrica, quando o garoto subiu a um pequeno coreto para ler seu discurso de louvor ao melhoramento distrital. Acotovelou-se entre autoridades que o tempo se incumbiu de, por aproximação, tornar em amigos constantes: o Dr. Mário Freire que secretariava o governo estadual e o engenheiro Luiz Derenzi, eminentes cultores da história espírito-santense, ambos de saudosa memória. Duas outras personalidades se faziam presentes: o engenheiro Gustavo Corção, que representava a Cia. de Eletricidade, e o farmacêutico local, o poeta Almeida Cousin que vinha de terminar a redação do portentoso poema brasilístico: *Itamonte*. [...]

Em 1931, lançou, em parceria com seu amigo Francisco Borges, o 1º jornal de São Felipe: *O Riso*. Jornalzinho crítico e humorístico, com duas colunas e o tamanho de um palmo.³

¹ Muitas informações foram obtidas a partir de entrevista com Anna Bernardes da Silveira Rocha em 21/08/2006, e do artigo de sua autoria *Alguns “flashes” de Levy Rocha – Biografia* em www.estacaocapixaba.com.br. Acesso em 11/08/2006.

² Estes e outros aspectos da vida e da obra de Levy Rocha foram extraídos de *Dados biográficos sobre o autor*, em ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rev. Continente; Brasília: INL, 1980, p. 219-20.

³ Cf. *Dados biográficos sobre o autor*, em ROCHA, Levy. *Marapé*. Rio de Janeiro: Rev. Continente; Brasília: INL, 1978, p. 153-4. Reproduzido por Elmo Elton em RIBEIRO, Francisco Aurélio (org.). *Academia Espírito-santense de Letras – Patronos & Acadêmicos*. Vitória: AEL, 2002, p. 42.

Após cursar o ginásio, na época com a duração de cinco anos, no Colégio Pedro Palácios em Cachoeiro de Itapemirim, Levy Rocha “permaneceu no mesmo colégio, passando ao corpo docente como autodidata”. Em seguida, frequenta em Vitória a Faculdade de Farmácia e Odontologia, então uma das poucas unidades de ensino superior no estado. Datam desse período, meados dos anos de 1930, suas primeiras colaborações literárias para a revista *Vida Capichaba*, importante periódico de Vitória, também por abrigar e incentivar os iniciantes nas letras, incluindo-se os irmãos Newton e Rubem Braga, Lídia Besouchet,⁴ Alvimar Silva, entre muitos outros jovens que começavam a se distinguir nas lides literárias.

Já formado farmacêutico, o Autor volta para Cachoeiro e, para se sustentar, leciona ciências físicas e naturais no Liceu Muniz Freire. Por ter sido injustamente preterido na efetivação como professor, resolve se transferir para o Rio de Janeiro, onde já morava seu irmão, Emílio Coelho da Rocha Filho, que lhe conseguiu um emprego na MABE (Moderna Associação Brasileira de Ensino) como professor de desenho. Nessa época, Levy Rocha entra em contato com o escritor Graciliano Ramos, que exercia a função de inspetor federal de ensino.

Algum tempo depois, nosso conterrâneo se emprega no Laboratório Mead-Johnson e, em seguida, no Laboratório Sandoz. Na qualidade de propagandista dessa última firma percorre praticamente o país inteiro. Ele contava que, ao chegar às principais cidades e capitais, a primeira coisa que fazia era conhecer a biblioteca pública. Enquanto seus colegas ficavam bebendo ou se divertindo, ele procurava ler e aperfeiçoar seus conhecimentos. Numa oportunidade, na Biblioteca Pública em São Luís do Maranhão, viu uma goteira em cima de livros raros, alertou as funcionárias para colocar em segurança as preciosidades, e as ajudou na tarefa de salvamento.

⁴ Que mais tarde será autora da obra *Exílio e morte do imperador*, sobre os últimos anos de Pedro II.

Levy Rocha foi um pioneiro em Brasília, onde chegou em 1959, ali fixando residência no ano seguinte.⁵ Vendeu o apartamento que adquirira em Copacabana e, tendo o irmão Emílio como sócio, foi tentar a sorte na nova capital que se construía. Para servir café aos candangos que trabalhavam nas redondezas, eles abriram um bar na “rua da igrejinha” – que era como os moradores dos primórdios de Brasília se referiam ao logradouro em frente à pequena capela consagrada a Nossa Senhora de Fátima e situada entre as superquadras 307 e 308 Sul. Em seguida, e por muitos anos, os irmãos se dedicam ao ramo de sapataria. Quando desfaz a sociedade com Emílio, que retorna ao Rio de Janeiro, Levy prossegue na venda de tênis e sapatos esportivos. Mas sua verdadeira preocupação não era o comércio. Evidência disso é o seguinte fato: após a inauguração de uma livraria que comercializava obras raras perto do seu estabelecimento comercial, Levy, assim que a preciosa carga de livros chegava, pessoalmente ia separar no caminhão os exemplares que lhe interessavam, antes mesmo de ingressarem na loja.

Ao colaborar para a *Vida Capichaba*, tornou-se amigo do advogado e professor Manoel Lopes Pimenta, editor da revista, e depois secretário de Educação e diretor da Escola Normal, que vai apresentar Levy à professora Anna Bernardes da Silveira Rocha, de tradicional família vila-velhense, com quem se casou em 1961. Desse consórcio nasceu a filha Diana Bernardes da Silveira Rocha, que deu ao casal os netos Ana Maria, Michael e Enzo.

Na Capital Federal convive com os comerciantes seus colegas, e mantém correspondência com familiares e amigos, além de privar da amizade de intelectuais conterrâneos, como Geraldo Costa Alves, poeta, professor de latim no Centro Integrado de Ensino Médio, o conhecido “Elefante Branco”, e Dicamor Moraes, historiador, professor da Universidade de Brasília – UnB e funcionário do Tribunal de Contas da União. Essa era uma época em que viver na jovem Capital tinha

⁵ A primeira data, conforme entrevista com Anna Bernardes da Silveira Rocha, e a segunda de acordo com *Dados biográficos sobre o autor*, em Marapé, op. cit., p. 154.

muito de provinciano, de convívio entre as famílias, que se visitavam e ajudavam nas necessidades cotidianas. Estudando em Brasília em 1965-66, tive ocasião de conversar com Levy algumas vezes em que nos encontramos na SQS 305, onde éramos vizinhos, para matar as saudades da terra capixaba ao trocar notícias sobre o Espírito Santo.

A par de sua atuação como propagandista de laboratório farmacêutico e depois comerciante brasiliense, Levy Rocha não descurava das atividades intelectuais, sempre relacionadas ao seu torrão natal. Justamente para comemorar o centenário da viagem de Pedro II ao Espírito Santo é que organizou esta obra e a publicou no Rio de Janeiro, em 1960, integrada ao volume 246 (p. 3-164) da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tendo também circulado como separata. Trabalho bem recebido pela intelectualidade espírito-santense, a exemplo dos elogios que mereceu de Guilherme Santos Neves em artigo publicado originalmente em 1965, e reproduzido em *A Gazeta* de Vitória em 25 de agosto de 2006.

Tendo colaborado de forma esporádica na imprensa de Cachoeiro de Itapemirim (*Correio do Sul* e *Arauto*), de Vitória (na revista *Vida Capichaba*, e nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*), e do Rio de Janeiro (*Jornal do Comércio*, *O Malho* e suplemento *Singra* encartado em jornais de circulação nacional), Levy reuniu escritos históricos referentes a Cachoeiro e, numa homenagem ao centenário da cidade, os enfeixou na obra *Crônicas de Cachoeiro*, impressa em 1966 no Rio de Janeiro.

Em Brasília publica um ensaio, *Os Vieira da Cunha e o jornal "O Martello"*, e a prestante obra *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*, editada pela Ebrasa, com a primeira tiragem em 1971 e a segunda no ano seguinte, em convênio com o Instituto Nacional do Livro – INL. Esse talvez seja o livro mais conhecido de Levy Rocha, muito citado nas pesquisas sobre temas espírito-santenses. Pode-se mesmo considerá-lo matriz inspiradora de inúmeros outros trabalhos de pesquisa. E permanece como importante estudo introdutório para todos que necessitam conhecer as visões dos estrangeiros que, no século XIX, percorreram as terras capixabas e registraram suas impressões, depois transformadas em fontes historiográficas.

Em 1977, Levy edita outro livro, *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*, composto por inspiradas crônicas históricas. Nelas trata de assuntos tão variados como os primórdios da cidade de Alegre, a matriz da antiga vila de Santa Cruz, ou a forte presença indígena em território do hoje estado espírito-santense.

O romance *Marapé* veio a lume em 1978 pela Revista Continente Editorial em convênio com o INL. Essa obra de Levy é um bom exemplo de ficção adaptada ao resgate da ambiência local, e que constrói com verdadeira maestria um entrelhecho romanesco, sem ceder a apelos fáceis representados pela “pornografia como enleamento do leitor” ou o “linguajar matuto dos personagens incultos”.

Levy participou de coletâneas de poetas em Brasília e Cachoeiro de Itapemirim. Em 1982 retorna ao seu querido Espírito Santo, fixando-se em Vila Velha, terra de sua esposa. Passa a pertencer ao quadro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES como sócio efetivo, freqüentando suas reuniões de forma eventual. Na Academia Espírito-santense de Letras – AEL foi o terceiro ocupante da cadeira número 5, que tem como patrono Amâncio Pinto Pereira, tendo sucedido a Heráclito Amâncio Pereira e Heribaldo Lopes Balestrero. Levy Rocha faleceu em Vila Velha a 16 de julho de 2004, deixando inéditos um livro de poesia e outro de contos, *Cavoucando histórias do Espírito Santo*, antes anunciado com o título de *Um banho para o Senhor Bispo*, que trata do tema de sua predileção – o passado espírito-santense.

* * *

Ressaltemos agora os três grandes amores na vida de Levy Rocha – sua família, seu estado natal, e os livros. Amores associados de forma constante por um traço característico de sua personalidade, e que o definia bem – a bondade.

Fazia parte do caráter de Levy a constante dedicação que devotava aos familiares e amigos. Sua mãe até dizia que “meu marido é o Levy”, por ele sempre se preocupar com o bem-estar dela. Lembro-me do seu cuidado, após uma reunião em Vitória no Instituto

Histórico, em me explicar, com seu jeito baixo e manso de se exprimir, que *Marapé* era uma obra de ficção, e suas personagens foram compostas com o braço de uma pessoa, a perna de outra, a cabeça ou o coração de outra ainda, e assim por diante. Isso tudo para não ferir possíveis suscetibilidades, já que algumas passagens do romance conferem um tratamento ficcional a acontecimentos passados na vila em que foram protagonistas familiares de nós dois. Por essas pequenas atenções, e muitas outras que seria longo lembrar aqui, é possível assegurar que Levy Rocha era uma pessoa de muito bom coração.

O seu amor ao Espírito Santo está bem expresso nas inúmeras obras que escreveu, das quais demos breve notícia nas linhas anteriores. Humilde sem ser subserviente, modesto sem ser simplório, Levy Rocha, com o decorrer dos anos, tem seu nome elevado nas letras espírito-santenses, que passam a lhe conferir um justo lugar entre seus expoentes. E, mesmo de longe, ele continua a nos ensinar que nada se faz sem perseverança, sem trabalho árduo e paciente, sem um desprendimento próprio do idealista, que ele também o era. É que Levy tinha como referência a relatividade da penosa conquista historiográfica, constantemente a depender de novas descobertas, de novos documentos, de novas posturas críticas e interpretativas, a ponto de pessoas desavisadas considerarem a história mera obra de invenção. Mas, afinal, qual trabalho humano não carrega também seu traço de invenção? No caso do nosso historiador, a invenção vem alicerçada em bases sólidas, e ele não expõe nenhuma conclusão sem estar baseado em documentos e fontes fidedignas. E sempre distingue o que é relato objetivo daquilo que acrescenta como colaboração e interpretação pessoais. Intelectuais do porte de Mário Aristides Freire ou Levy Rocha, pessoalmente modestos, desempenharam papel relevante na divulgação da história espírito-santense, ao transformarem documentos maçantes ou intrincados processos históricos em crônicas leves de fácil assimilação pelo grande público. Nesse aspecto, com toda certeza, foram mais proeminentes do que alguns “abalizados” acadêmicos que obtiveram uma glória efêmera por ocuparem postos de desta-

que na administração pública, ou que se encastelaram em cima de produções ligeiras, ou que se entrincheiraram atrás de textos inacessíveis.

O amor de Levy Rocha pelos livros se manifestou desde sua mocidade. Quando resolve se mudar para Brasília, deixou algumas publicações com a irmã Isabel em Cachoeiro, e levou consigo outras. Tinha uma intuição apurada para localizar obras raras nas livrarias e sebos, que sempre percorria em busca de títulos que lhe interessassem. Era um bibliófilo de mão-cheia, não somente por colecionar livros com carinho, mas por levar essa paixão a certos requintes. Aprendeu na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a conservar e restaurar publicações. Comprava os materiais adequados e punha mãos à obra – muitos dos exemplares de sua preciosa biblioteca ele mesmo os recuperou e encadernou.

Espírito inquiridor e diligente, quando surgia um assunto novo – por exemplo, a descoberta em Cachoeiro de um fóssil de megatério –, Levy ia buscar referências sobre o assunto para pesquisar e se aprofundar na matéria. E isso numa época em que estávamos longe das facilidades proporcionadas pelas consultas à Internet. Era também uma pessoa muito organizada e meticulosa. Para exemplificar essa sua atitude, basta citar o fato de ele ter guardado numa caixa as cartas que recebeu de sua futura esposa, na fase de namoro; e com uma cópia das suas próprias respostas. Bem típico da sua verve, a caixa está identificada com o título de “Affaire”. Outra característica de Levy – a extrema facilidade para localizar cada obra na sua biblioteca.

Sem sombra de dúvida, podemos nomear Levy Rocha como o mais notável dos bibliófilos capixabas por ter-se dedicado a colecionar obras raras em geral, especialmente as referidas à sua terra. É que ele reunia livros não somente por amor a eles, mas para ter acesso às informações que proporcionam e para se ilustrar, de que nos dão prova esta e outras obras de sua lavra. Assim, tornou-se um erudito que gostava de se deleitar com a boa literatura e, sobretudo, de investigar com escrúpulo temas ligados ao Espírito Santo, em publicações oficiais, de divulgação, de literatura, de história,

etc. Era também um pesquisador tão persistente e acreditado que um servidor da Biblioteca Pública de Petrópolis confiava a ele a chave da seção em que lia até mais tarde, depois do horário de funcionamento para o público em geral.

O seu extremado amor aos livros foi corroborado, de certa forma, pela justa homenagem feita à sua memória, por meio da Lei nº 7.958 de 17 de dezembro de 2004⁶ que denominou Biblioteca Pública Estadual “Levy Curcio da Rocha” a mais antiga instituição que custodia livros em nosso estado.

E assim, colecionando e mantendo em casa obras raras sobre o Espírito Santo, Levy Rocha associava de forma única os seus três grandes amores – sua família, sua terra natal e seus livros. Tudo unido por extrema bondade, convém repetir.

* * *

Na verdade, a feliz trajetória da presente obra somente se tornou possível por essas características existentes na vida de Levy Rocha – o apoio da companheira de vida inteira, a insigne educadora Anna Bernardes da Silveira Rocha, que sempre incentivou suas atividades intelectuais; o desvelo do autor por sua terra natal, que o levou à escolha do tema; e seu amor pelos livros, que propiciou tornar-se um erudito respeitante a questões da história capixaba.

Com que trabalhos e canseiras deve certamente ter-se deparado para compor a presente *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Num período de imensas dificuldades para os pesquisadores, contou com sua própria força de vontade e com a benevolência de muitos para poder levar a bom termo sua leitura e interpretação do Diário de Pedro II, recorrendo à transcrição feita pela “Sra. Gastão Moniz Aragão”, certamente Maria da Conceição Moniz Aragão. Uma cópia datilografada dessa transcrição, encadernada com re-

⁶ Publicada no *Diário Oficial* do Estado de 20/12/2004.

produções fotográficas de alguns desenhos de Pedro II existentes no Diário, foi ofertada em 1961 por Levy Rocha ao IHGES. Esse gesto demonstra sua honestidade intelectual e seu desprendimento – não queria as informações somente para si, mas desejava compartilhá-las com o maior número possível de pessoas.

O texto desta *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo* foi estabelecido a partir do escaneamento da segunda edição da obra, serviço providenciado de forma prestimosa pelo Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo – DIOES. Como não poderia deixar de ser, o texto de Levy Rocha foi respeitado, somente fazendo-se eventuais correções quando algumas passagens truncadas por erros tipográficos na segunda edição puderam ser supridas com o excerto correspondente da primeira. Na revisão, destacaram-se os trechos citados do Diário de Pedro II, e suprimiram-se alguns títulos (Dr., etc.) e formas de tratamento julgadas dispensáveis.

Fiz o cotejo das passagens do Diário de Pedro II citadas por Levy Rocha com as imagens do original, publicadas em CD-ROM pelo Museu Imperial de Petrópolis,⁷ e com a transcrição elaborada por Maria da Conceição Moniz de Aragão – tanto aquela doada em 1961 ao IHGES por Levy, como a existente no referido CD-ROM.⁸ As palavras faltantes ou modificadas foram, nesta edição, colocadas entre colchetes, não se consignando os vários casos em que se restabeleceu a pontuação original do Diário de Pedro II ou se alteraram artigos e

⁷ BEDIAGA, Begonha (org.). *Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Inclui CD-ROM.

⁸ Na obra publicada pelo Museu Imperial de Petrópolis, na parte em que se refere à metodologia adotada, há o seguinte esclarecimento: “Finalmente, cabe ressaltar que esta edição foi baseada no excelente trabalho de transcrição elaborado anos atrás por Maria da Conceição Moniz Aragão. Apesar de não ter sido realizado o cotejamento de todos os volumes do diário, o trabalho atual elaborou a unificação da metodologia de transcrição e a revisão do conteúdo, com a intenção de facilitar o acesso do leitor, de forma rápida e objetiva, aos temas de seu interesse, permitindo inclusive, em caso de dúvidas, a consulta do manuscrito original no CD-ROM.” BEDIAGA, Begonha (org.), *op. cit.*, p. 28.

preposições. Note-se que umas quatro ou cinco passagens do Diário foram acrescentadas entre colchetes, devido ao fato de Levy Rocha não ter feito o registro convencional de sua supressão. Assim, essas faltas foram atribuídas a erros tipográficos, mais fáceis de acontecer quando numa mesma frase certas palavras são repetidas e suprime-se (“pula-se”) o texto por elas intercalado.

Com as facilidades proporcionadas nos dias atuais pela Internet, pude conferir alguns nomes próprios e resolver certas dúvidas da transcrição anterior. Ao final da empreitada, já estava acostumado com os “rabiscos” de Pedro II que, como disse antes, procurei interpretar a partir das imagens digitalizadas das duas cadernetas (*laptops* do imperador, diríamos hoje) por ele utilizadas na excursão ao Espírito Santo.

Nesta edição foram acrescentadas as fotos de Victor Frond, feitas pouco tempo depois que o imperador visitou a terra capixaba, e cuja autoria foi estabelecida por Cilmar Franceschetto, que nos informa:

A vinda de Victor Frond ao Espírito Santo em 1860 está inteiramente ligada à visita de D. Pedro II e sua comitiva, naquele mesmo ano. [...] É plausível que, após visitar as colônias, o imperador e seus ministros, ao perceberem o progresso ali verificado, a grande quantidade de terrenos disponíveis para a colonização e o avanço que a imigração poderia trazer à Província, tenham resolvido investir em sua divulgação, contratando os serviços fotográficos de Frond. Na época, as colônias do Espírito Santo gozavam de má reputação, devido à total falta de infra-estrutura, e encontravam resistências junto aos colonos que tinham um conceito muito negativo sobre a situação das mesmas e preferiam, ou então exigiam, qualquer outra do Brasil como destino.⁹

⁹ Cf. FRANCESCHETTO, Cilmar. Victor Frond: o pioneiro da fotografia no Espírito Santo. Em TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem à província do Espírito Santo : imigração e colonização suíça*. Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004, p. 126. Cf. também FRANCESCHETTO, Cilmar. As imagens perdidas de Victor Frond. Em *Nossa História*. Ano 2, n°. 14. Rio de Janeiro, dez. 2004, p. 43. Para constarem na presente edição, Cilmar Franceschetto gentilmente forneceu reproduções

Os quadros a óleo de Pedro II e D. Teresa Cristina, executados em 1852 pelo pintor português Antônio Cavalheiro d'Almeida e restaurados recentemente no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, retornaram à Câmara Municipal de Itapemirim, onde foram fotografados para esta edição. Os desenhos de Édouard Riou, feitos com base em croquis de François-Auguste Biard, foram reproduzidos da obra deste último, *Deux années au Brésil*, publicada em 1862. As demais ilustrações acompanham aquelas existentes na segunda edição, somente modificadas no que diz respeito às reproduzidas do Diário de Pedro II, as quais foram obtidas do CD-ROM da edição antes referida.

Foram acrescentados os índices de gravuras, topográfico e onomástico, na intenção de tornar mais rápida e produtiva a consulta a este livro.

Agradecemos a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta edição fosse realizada; em especial a D. Anna Bernardes da Silveira Rocha, Neusa Maria Mendes, Sérgio Blank, Reinaldo Santos Neves, Miguel Marvilla, Christoph Schneebeli, Cilmar Franceschetto, Humberto Capai, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa e Luiz Guilherme Santos Neves.

Esse simples trabalho editorial pretende homenagear a memória do Autor desta obra, sempre fiel aos documentos que consultou e sempre ressaltando o valor da fonte original. Se os atuais pesquisadores podem progredir nos seus trabalhos, foi porque encontraram a estrada já delineada pelos que, como Levy Rocha, os precederam e que, por ingentes esforços, abriram caminho na selva intrincada da historiografia espírito-santense.

* * *

Em certo sentido, pode-se afirmar que *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo* constitui-se no trabalho historiográfico que mais desve-

das fotos de Victor Frond, cujos originais se encontram na coleção “Teresa Cristina Maria”, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

los teve por parte de Levy Rocha. Talvez por possuir característica ímpar no conjunto da produção do Autor – foi o seu primeiro livro editado – ele se identificava bastante com esta obra e, para realizá-la, freqüentou muito os amigos e as instituições culturais de Petrópolis. O cuidado na reprodução das ilustrações também denota isso. Essas ilustrações, sobretudo as da segunda edição, enriquecem muito o trabalho e possibilitam que dele se tenha uma leitura à parte. Se não, vejamos: logo na capa e na falsa folha de rosto podemos contemplar a reprodução de pintura hiper-realista de autoria do artista contemporâneo Jorge Eduardo e que representa o desembarque de D. Pedro no cais das Colunas, em frente ao palácio do governo, pouco tempo depois denominado cais do Imperador. Em seguida, estão estampados os quadros a óleo de D. Pedro II e de Dona Teresa Cristina, pintados na década de 1850, e que atualmente pertencem à Câmara Municipal de Itapemirim. Ao longo da obra são reproduzidos, além dos belos e ilustrativos desenhos de Pedro II retirados do seu Diário, retratos de Pedro Leão Veloso e Luís Pedreira do Couto Ferraz, presidentes da província do Espírito Santo, do príncipe Maximiliano de Habsburgo e do imperador em uniforme de almirante; desenhos de François Biard, de Levino Fânzeres, de Marcos Mendonça; xilogravura do atelier de Alfredo Pinheiro; bicos-de-pena de Quirino Campofiorito; e um quadro a óleo focalizando a fazenda do Pau d’Alho em Rio Novo. Tudo valorizado pelas pequenas figuras que fecham diversos capítulos e que têm por autor o celebrado caricaturista Raul Pederneiras. Ora, reunir essas ilustrações, significativas pelo número e pela qualidade, indica a argúcia e a sensibilidade de Levy Rocha para valorizar o tema que estuda com propriedade.

O Autor tem razão quando registra no seu *Prefácio* a importância de se editar o texto completo do Diário de Pedro II referente aos dias que passou na província espírito-santense. Na qualidade de escritor sensível, transcreveu muitos trechos do Diário sem se preocupar em obedecer à ordem original do manuscrito – o seu objetivo era, além de transmitir as informações para o leitor, tirar o maior impacto possível das palavras do imperador. Dessa sorte, o presente trabalho

resultou numa visão pessoal sobre o Diário de Pedro II, o que em termos de pesquisa histórica pode representar uma diferença fundamental. Ou seja, como é evidente mas convém enfatizar, essa é a leitura que Levy Rocha fez do Diário de Pedro II. Outros poderão fazê-lo também e, no voto e nas palavras do próprio Levy, “esperando que se desincumbam melhor em idêntica tarefa à que empreendi”. Repto que, passado quase cinquenta anos, ainda não foi confrontado. E ele empreendeu tal tarefa com larga visão historiográfica, e sem se recusar a expor sua metodologia, que pode muito bem servir de modelo para os novos historiadores: “Ousando avançar mais longe e pretendendo um livro sem o aspecto maçudo dos documentos, procurei alinhar as anotações de Sua Majestade com as notícias dos jornais da época, intercaladas com comentários sobre a história, hauridos na bibliografia que relaciono no final da obra”.

Trabalho árduo esse de Levy ao conseguir acesso a publicações avulsas e periódicas, delas extrair os trechos pertinentes à visita de Pedro II ao Espírito Santo e os comparar com as impressões imperiais. O Autor sempre procura contextualizar as personagens, fatos e locais relacionados com a visita imperial, o que empresta a esta obra uma grande utilidade para os estudos historiográficos da nossa terra. Poderíamos citar inúmeros exemplos, mas ficaremos nuns poucos somente. Quem se lembraria, senão Levy Rocha, de tirar do esquecimento a figura de José Marcelino Pereira de Vasconcelos e o seu *Jardim Poético*? Ou de reproduzir uma xilogravura do convento da Penha, constante em livro de J. J. Gomes Neto? Ou se referir aos Bittencourt, proprietários, entre outras, da fazenda da Areia em Itapemirim como “os moços da Areia”?

Da mesma forma, convém ressaltar a fina ironia do Autor, que poderia ser ignorada por observador desatento, mas está evidente quando ele observa que Pedro II sempre reparava na “caligrafia dos professores e alunos, na visita às escolas”, mas escreveu uma cartinha para sua filha Isabel com letra bem sofrível. Ou, ao notar que entre os vereadores que recepcionavam o imperador em Nova Almeida existiam cinco com o nome de Manuel, não esquece de registrar: “Ao surgir o monarca, atravessando entre as alas, foi sau-

dado por girândolas e vivas entusiásticos dos habitantes da terra dos Manuéis”. Ou ainda ao declarar, comentando as repercussões da viagem imperial, que muitas pessoas dela esperavam efeitos que absolutamente não poderia proporcionar.

A utilidade da presente obra-prima de Levy Rocha é ressaltada quando percebemos que ele se constitui num cicerone prestimoso acerca da viagem que Pedro II empreendeu em terras espírito-santenses por uma quinzena. A leitura do Diário sem estas indicações de Levy seria mais limitada, quer dizer, menos proveitosa. Ele, de maneira simultânea, respeita o texto original de Pedro II, do qual reproduz quase a totalidade, mas o contextualiza valendo-se das suas qualidades de notável historiador. Qualidades essas que, por exemplo, fizeram o Autor perceber a coincidência das presenças de Pedro II, Biard e Tschudi na mesma época em terras capixabas.

* * *

A partir desta visão de Levy Rocha, podemos ter diferentes leituras do Diário de Pedro II, e nos encontrarmos com diversas “personagens” do imperador. Em alguns trechos, é o contido Pedro que expressa seus sentimentos – por exemplo, ao se referir à paisagem do litoral no caminho para o rio Doce: “A praia antes do riacho Sauí que só em maré baixa dá vau, parece-se com a de Itapuca, por causa das pedras, e muitas saudades me fez”. O homem Pedro está presente também em outras passagens, como naquela em que registra o nome *anhiknhik* – dado pelos botocudos a um macaquinho de cara branca e apresentado em Linhares aos componentes da comitiva –, nome com o qual eles de imediato apelidaram o visconde de Sapucaí. De maneira telegráfica, “assim chamaram logo ao Sapucaí”, Pedro registrou o clima de gozações e brincadeiras de simples brasileiros adultos que compartilhavam os prazeres e distrações de uma excursão por recantos pitorescos.

Em reiteradas ocasiões, no entanto, o Diário nos revela o “professor” Pedro de Alcântara, mestre-escola frustrado, e que sempre se preocupa com o nível e qualidade do ensino ministrado nas escolas

do império, mesmo sabendo no íntimo que pouco podia fazer para reverter tal quadro numa sociedade escravocrata. Esse “professor” Pedro de Alcântara, sempre com uma postura cética, nos revela um outro lado do imperador, desvestido dos seus ares majestáticos. O que se entrevê também é a pobreza do povo, quase todo analfabeto, realidade que ele não se furta a registrar no seu Diário. Sem contar as expressões e termos por ele utilizados e hoje em desuso, como “acabo de passar pelo sono”, etc. que são muito significativas para se estudar a linguagem empregada naquele período pela elite dominante.

Em muitas outras passagens, pode-se testemunhar com nitidez a atuação do “Doutor” Pedro de Alcântara Bragança, de que nos dá mostra a atitude de trocar um passeio ao longo da baía de Vitória pelo registro do vocabulário praticado por remanescentes de índios puri, trazidos até a capital capixaba, mas que viviam confinados no Aldeamento Imperial Afonsino, em terras hoje situadas, *grosso modo*, no município de Conceição do Castelo. Temos então, nessa como em outras passagens (ao anotar o vocabulário de uma velha índia tupiniquim, etc.), a presença do estudioso – com todas as limitações da época – de diferentes assuntos ligados à natureza e ao homem, o que hoje em dia chamaríamos de temas vinculados ao meio ambiente e à antropologia, respectivamente. Nem é difícil presumir que os governantes locais, sabendo da famosa predileção imperial por tais assuntos, tenham arranjado esses encontros de modo a distrair o governante de suas preocupações, e com ele serem agradáveis, ao contentarem o que talvez tomassem por uma de suas excentricidades. É bem provável que esse “Dr. Pedro” tivesse consciência de que estava documentando uma situação social que se transformava rapidamente, registrando enquanto podia a fala dos indígenas que ainda habitavam o território capixaba. Certamente os temas indígenas lhe interessavam, como demonstra Lilia Moritz Schwarcz:

É nesse contexto [interesse do monarca pelo IHGB e sua entrada na vida cultural do Brasil], portanto, que sem abandonar a “coroa”, D. Pedro

introduz o “cocar” e uma visão particular do país. Promover a centralização nacional significava imaginar uma unificação cultural e era assim que se lançavam as bases para uma atuação que conferiria ao jovem soberano a fama e a imagem de mecenas: do sábio imperador. Em torno dos membros da revista do Instituto anunciava-se o modelo nativista, cujo objetivo era promover o triunfo da literatura nacional, que, no caso brasileiro, deveria levar em conta a capacidade poética do índio. [...] A valorização do pitoresco, da paisagem e das gentes, do típico ao invés do genérico encontrava no indígena o símbolo privilegiado. Com efeito, por oposição ao africano, que representava a escravidão, o silvícola aparecia como nobre e autêntico, capaz de suportar a construção de um passado honroso e mítico.¹⁰

E se os escritos e desenhos imperiais não eram na época, e mesmo em períodos posteriores, levados muito a sério, hoje são valorizados. Basta citar um só exemplo para avaliarmos sua importância – até demonstração em contrário, este “Doutor” Pedro Bragança fez uma espécie de registro etnográfico, *avant la lettre*, ao desenhar a primeira representação particularizada da hoje famosa casaca, instrumento típico da nossa música popular e, salvo engano, somente existente em terras capixabas. Chama atenção também a preocupação do autor do Diário (comum naquele tempo?) de experimentar a água potável de todos os lugares por onde passava, e emitir opinião sobre sua qualidade.

E, é claro, não se pode esquecer a figura do imperador, a personalidade de D. Pedro II, o servidor público número um do país, a “pessoa pública em tempo integral”, o governante máximo do Brasil, o indivíduo que tinha como nome completo Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Habsburgo. E que, no entanto, não possuía muitas ilusões sobre seus poderes,

¹⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Quando um diário íntimo é peça pública e oficial...* Em BEDIAGA, Begonha, *op. cit.* p. 46-7.

pois conhecia as limitações e pobreza da terra, e dos erários do governo central e da província, e que tão pouco podia fazer pela resolução dos problemas locais. Apesar do seu famoso “bolsinho”, ou talvez por isso mesmo, era um governante pobre de um império pobre – sabia certamente que as esmolas minoravam por pouco tempo a dor dos despossuídos, mas não resolviam seus problemas. Identificamos também, ao ler esse Diário, a proverbial pressa do imperador, a cronometrar o tempo como se estivesse entre duas estações ferroviárias inglesas, e não nas selvas do rio Doce ou no vale do Itapemirim de meados do século XIX. Presumivelmente, desejava transmitir aos acompanhantes de sua excursão que não estava simplesmente a passeio, mas inspecionava uma parte do seu vasto império.

Contudo, emanam dessas páginas alguns bons votos para o futuro, na visão da época. O tráfico negreiro já não mais existe e a “solução imigratória” deve ser executada a toda força, de sorte a incrementar a produção do café, que iria garantir a inserção do Espírito Santo numa nova dinâmica da economia nacional e mesmo internacional. Estávamos no final da década de 1850 quando justamente o café desbancou a produção açucareira na província espírito-santense. Mas tudo ainda no começo – vemos, por exemplo, o antigo traficante de escravos, major Caetano Dias da Silva, fazer uma inversão de capitais na colônia do Rio Novo, logo depois encampada pelo governo imperial, pois os membros da elite econômica nunca podem sofrer qualquer revés financeiro – o Estado brasileiro já naquele tempo privatizava os lucros e socializava os prejuízos. Como pano de fundo, a crise do sistema escravista e o incremento da importação de mão-de-obra européia. E, no meio desse entrelaço de regimes de trabalho, a presença dos índios. Eles já não representavam ameaça maior – os remanescentes dos puris confinados no Aldeamento Imperial Afonsino, como vimos, e os botocudos, sempre isolados ou combatidos em Minas Gerais e no Espírito Santo. Desse modo foram criados os então concebidos “vazios demográficos”, terras consideradas sem ocupação e plenamente disponíveis para distribuição aos imigrantes. Foram essas terras no bai-

xo rio Doce que o imperador visitou, além das recentes colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina (nomes das suas duas filhas), na hinterlândia de Vitória, e Rio Novo, no vale do Itapemirim. Nessa última região, a passagem do imperador guarda até um gesto emblemático – ele não se detém em qualquer fazenda dos antigos produtores de açúcar, devido a brigas locais, mas principalmente para reafirmar que o futuro estava no café e na mão-de-obra imigrante. Esse talvez seja o sentido maior dessa visita imperial e que passa despercebido para muitos pesquisadores da história espírito-santense.

É possível inferir que Pedro II, a partir de sua viagem às plagas capixabas, teve aumentada a consciência dos desafios que então se apresentavam ao Espírito Santo e, para enfrentá-los, tomou as atitudes que julgou adequadas, de acordo com as circunstâncias daquela época. Passados tantos anos da visita imperial à província, sabemos muito bem o que foi colhido com a implantação dessa política, que privilegiou o imigrante de origem européia. Por um lado, e esse é o aspecto positivo, assistimos ao progresso, proporcionado pela rápida afluência ao Espírito Santo de milhares de trabalhadores que vieram contribuir para o desenvolvimento brasileiro em geral, e capixaba em particular, enfrentando inúmeros obstáculos numa luta sem tréguas. Um dos traços característicos da atual realidade econômica capixaba – a presença de muitos pequenos proprietários produzindo um artigo (o café) para exportação –, adveio em grande parte de decisões tomadas naqueles anos decisivos. Por outro lado, o negativo, sabemos também que essa política oficial foi excludente em relação aos povos indígenas e seus descendentes, espoliados de suas propriedades, e aos povos africanos e seus descendentes que, com raríssimas exceções, tiveram negado o acesso à terra, num tempo em que ela representava quase toda a possibilidade de prosperidade e riqueza. E tais fatores influenciam até hoje a configuração social da nossa terra. A história deve falar não somente dos vencedores, mas também dos vencidos. É preciso que tais ponderações sejam feitas para reiterar a importância dessa presença imperial entre a gente capixaba, tão bem registrada por Levy

Rocha, e suas repercussões a médio e longo prazos na nossa história. Em outros termos: este Diário é um significativo registro, feito por um observador privilegiado, da execução de uma política de Estado – a famosa “solução imigratória” –, que condicionará, para o bem e para o mal, grande parte do percurso histórico do Espírito Santo nas décadas seguintes.

Mas quem escreve relatos historiográficos pode também *fazer* história. É o que Levy Rocha conseguiu com todos os seus trabalhos, e com este especialmente. Ao tornar o Diário de Pedro II um documento acessível aos pesquisadores de temas capixabas, ele se inscreveu de forma perene na história da história espírito-santense, ou seja, na própria historiografia dessa terra. Como já acontece há quase meio século, o presente livro será citado toda vez que os estudiosos se reportarem à visita que o segundo imperador do Brasil realizou por nossa província. Assim, por meio desta obra, Pedro II continuará pelos tempos vindouros a viajar pela história do Espírito Santo, sempre na agradável, discreta e utilíssima companhia de Levy Rocha, capixaba que deixou um nome do qual, com toda justiça, podemos nos orgulhar.

FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ
Coordenador editorial

Prefácio

No ano de 1859 o segundo imperador do Brasil, acompanhado da imperatriz e pequeno séqüito, empreendeu uma viagem às províncias do norte embarcando no Rio de Janeiro a 1º de outubro no vapor *Apa*, o qual saiu comboiado por três navios da nossa Marinha de Guerra: a fragata *Amazonas*, a corveta *Paraense* e a canhoneira *Belmonte*.

Após seis dias de viagem, Suas Majestades Imperiais eram jubilosamente recebidas pelos baianos.

No dia 12, iniciaram a excursão à cachoeira de Paulo Afonso, regressando a Salvador dia 26.

A 19 de novembro, partiram para Recife, onde os acolheu o mesmo entusiasmo popular, três dias depois.

De Pernambuco rumaram, a 24 do mesmo mês, para a Paraíba, ponto extremo da viagem.

No regresso, o imperador visitou as Alagoas e Sergipe, esteve de novo na Bahia e de lá partiu para o Espírito Santo, onde aportou a 26 de janeiro de 1860. Dessa data até o dia 9 de fevereiro, quinze dias, portanto, fazendo uso dos mais variados e desconfortáveis meios de locomoção – o vapor, a galeota, a canoa, o cavalo, a pé –, S. M. I. visitou não só a nova e a velha capital como quase todas as populações mais importantes da província: as colônias de Santa Leopoldina e Santa Isabel; as vilas de Viana, Serra, Santa Cruz e Reis Magos; o rio Doce – Linhares e lagoa Juparanã. No sul, esteve

em Guarapari, Benevente, Itapemirim e foi até a colônia do Rio Novo. Só não visitou São Mateus. Premência de tempo ou receio, talvez, da epidemia de varíola que se alastrara demoradamente pela cidade, no ano anterior, ceifando muitas vidas.

A 11 de fevereiro chegava, de volta, à Corte.

As memórias dessa fatigante viagem, que durou quatro meses, mereceram os mais amplos registros nos jornais e revistas da época, e os atos de maior destaque e magnanimidade imperial, bem como as recepções do povo, os discursos de saudação, as poesias laudatórias, as pomposas festas etc., para registro da posteridade, foram enfeixados em livros. O primeiro que saiu, sobre a viagem a Sergipe, foi mandado publicar pelo Dr. Manuel da Cunha Galvão, presidente daquela província, no mesmo ano de sessenta.

Em 1862 e 1867, foram editados os volumes referentes a Pernambuco e Bahia, por Bernardo Xavier Pinto de Sousa, que os expôs à venda na sua tipografia e livraria, na rua dos Ciganos, 43 e 45, Rio de Janeiro, conforme preanunciara no *Correio da Tarde*, ao preço de doze mil réis o volume em brochura e quinze mil réis encadernado.

Essas raridades bibliográficas que alcançam, hoje, quando aparecem nos alfarrabistas, mesmo rasgadinhas, muitos cruzeiros o exemplar, ainda podem ser consultadas em alguma biblioteca pública.

Sobre a Bahia e sobre Pernambuco, dois historiadores contemporâneos, Alcindo Sodré e Guilherme Auler, divulgaram o precioso e quase inédito manancial procedente do Arquivo da Família Imperial Brasileira: diários, cadernetas de notas e apontamentos de viagens, manuscritos a lápis do próprio punho de D. Pedro II.

Quanto à viagem ao Espírito Santo, não saiu nem o livro de Pinto de Souza nem mesmo, posteriormente, nenhum de outro autor. Salvo pequenas notas esparsas dos historiadores e cronistas capixabas, um discurso de Augusto de Aguiar Sales, divulgado na *Revista* do Instituto Histórico espírito-santense, sumariou a viagem de D. Pedro II à terra de Maria Ortiz. Apreciando o tema, que considerou como “um dos episódios mais interessantes a ser contado em nossa história provincial”, Jair Etienne Dessaune pronunciou

em Vitória uma conferência (maio de 1949), focalizando a visita imperial àquela cidade.

Os jornais da Corte: *Jornal do Comércio*, *Correio da Tarde*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*, nas notícias enviadas pelos seus correspondentes, calcadas no *Correio da Vitória*, ou dele reproduzidas, cujas coleções não consta que existam mais, omitiram a descrição da visita ao rio Doce e às vilas do sul capixaba.

O motivo que me empolgou, gerando ânimo e fôlego para escrever este trabalho, foram os manuscritos valiosos e inéditos encontrados no Arquivo do Museu Imperial, em Petrópolis: uma caderneta de 15,5 x 9 cm, com 95 páginas contendo notas a lápis e alguns desenhos de D. Pedro II. Refere-se ao percurso de Aracaju ao Espírito Santo e tem a seguinte indicação, para consultas: Catálogo B. – D. 1.057 – de 11 a 28 de janeiro de 1860. Outra caderneta, com as mesmas dimensões da anterior, 70 páginas escritas a lápis e alguns desenhos de D. Pedro II, encerra os apontamentos da parte final da viagem, de Vitória ao Rio de Janeiro.

São notas ligeiras, tão resumidas, em certos pontos, que chegam a se tornar enigmáticas, numa letrinha por vezes ilegível. Devem ter sido rabiscadas até em cima do joelho, no precário equilíbrio de uma canoa, ou sobre o selim dos cavalos, sem a preocupação da forma literária, com parcimônia de vocábulos e de pontuação, mormente vírgulas. O próprio imperador revelou, posteriormente, em carta à princesa Isabel, a natureza dos seus apontamentos, os quais considerava “sarrabulho”, assim se expressando: “As notas de viagem foram escritas a vapor e só para depois fazer uma narração exata da viagem à vista delas.” Todavia, elas ressumam a sinceridade e constituem não só elementos para os grafologistas e os perquiridores do feitio intelectual de D. Pedro II, mas, sobretudo, um documento histórico de primeira ordem. A sua simples publicação e dos desenhos que Heitor Lyra classifica como mais importantes do que as poesias do imperador, acompanhada de notas elucidativas, seria matéria para um livro útil.

O periódico *A Província do Espírito Santo*, de 24 de março de 1882, estampou a seguinte informação: “Noticiaram alguns jornais

da Corte que o Imperador está concluindo um livro intitulado: *Impressões de Viagem* e que será publicado em língua francesa...” Mas esse livro, ao que parece, não veio a lume.

Ousando avançar mais longe e pretendendo um livro sem o aspecto maçudo dos documentos, procurei alinhar as anotações de Sua Majestade com as notícias dos jornais da época, intercaladas com comentários sobre a história, hauridos na bibliografia que relaciono no final da obra.

Julguei, ainda, poder tirar proveito do relato de viagem do engraçado e irônico pintor francês, Auguste-François Biard, o qual esteve no Espírito Santo na mesma época da visita imperial, para desenhar os índios na vila de Santa Cruz. Recolheu impressões pitorescas, publicando o livro ilustrado *Deux Années au Brésil*, leitura fácil e agradável como passatempo, mas que leva um pesquisador a dar tratos à bola para não confundir o navio *Mucuri*, no qual viajou o pintor, com *Mercury*, ou o rio Piraquê-açu com Sangouassou, como fez Biard. Valeram-me, mais, as impressões de outro célebre viajante, o barão de Tschudi, enviado extraordinário da Confederação Helvética ao Brasil, como ministro plenipotenciário, que, para estudar os problemas da imigração suíça, andou trilhando quase a mesma rota percorrida pelo imperador e chegou a Vitória a 28 de outubro de 1860 – nove meses após a visita de Suas Majestades. Hospedou-se nas mesmas dependências do Palácio, conservadas “em estado impecável” pelo novo presidente, solteirão, o Dr. Antônio Alves de Souza Carvalho, exatamente como foram deixadas pelo casal imperial.

E perdoe-me o leitor pelo uso abusivo das aspas: creia que se as abolisse, fantasiando a história, a tarefa seria menos afanosa.

* * *

A essas explicações do prefácio da 1ª edição juntarei alguns comentários de como nasceu a razão do livro.

Em Petrópolis, por frequentar assiduamente a Biblioteca Municipal, tornei-me amigo do seu diretor, um enamorado das belezas do Espírito Santo, Sr. José Hoeptke Fróes. Prestando-me grande gen-

tileza, ele induziu um descendente alemão a traduzir, do livro do barão de Tschudi – *Viagem à América do Sul* – toda a parte referente ao Espírito Santo.

Eu pretendia, após adaptá-la a um português mais fluente, oferecer a tradução à *Revista do Instituto Histórico do Espírito Santo*, mas constatei que o que havia de mais precioso na narrativa já fora aproveitado e transcrito por Ernst Wagemann em seu livro *A Colonização Alemã no Espírito Santo*, traduzido por Reginaldo Santana e publicado pelo IBGE, em 1949, sem as ilustrações da edição germânica de 1915: as vistas bastante nítidas do Porto do Cachoeiro de Santa Maria, Campinho, Santa Joana, Jequitibá, colonos posando para o fotógrafo, suas casas, lavouras, seus instrumentos de trabalho e até um pequeno monjolo numa casinha de tábuas lascadas.

Por intermédio do mesmo Sr. Fróes descobri, cheio de alegria, que a edição francesa do livro de Biard, traduzido por Mário Sete e integrado na coleção *Brasiliiana*, tinha belos desenhos, inspirados em temas capixabas.

Ainda em Petrópolis, outro amigo, o Sr. Marques dos Santos, proporcionou-me o acesso aos arquivos do Museu Imperial, onde fui encontrar, emocionado, os inéditos, apontamentos escritos a lápis, em duas cadernetinhas de bolso, com desenhos, da autoria de D. Pedro II.

Mais uma circunstância feliz: esses manuscritos, de difícil decifração, estavam sendo copiados, direi melhor, “traduzidos”, pela Sra. Gastão Moniz Aragão e devo dizer que foi fundamental o seu concurso para que eu conseguisse as cópias dos citados manuscritos.

Eu tinha o propósito de escrever uma ou duas crônicas sobre o achado, mas, ao examinar tão rico material, louvei a coincidência de, na mesma época, visitarem o torrão capixaba o diplomata suíço, o pintor francês e o nosso imperador.

Reconheço que nessa questão de manusear papéis velhos sou bem um neófito; na garimpagem, não tenho a estirpe bandeirante, mas acontece que eu tropeçava ao acaso com uma ganga rica, descobrira gemas preciosas, estava rico do assunto e não poderia fugir à idéia de fazer o livro.

Procurei o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, tão alto no seu porte físico quanto diplomata e afável: ele narrou-me o episódio que ouvira contar da sua avó, sobre a garrafa enterrada na ilha do Almoço, na lagoa Juparanã, e autorizou o Sr. Guilherme Auler a fornecer-me fotocópias de duas cartas que D. Pedro II escrevera de Vitória para a princesa Isabel.

De lápis em punho, procurei algumas pessoas e, como se faz com as cartas enigmáticas dos almanaques, fui anotando as palavras “decifradas” ao tempo em que podia lembrar a diferença do tipo de letra cursivo de Sua Majestade, quando tinha pouco mais de cinco anos de idade e escrevia a primeira carta ao seu pai. Mas S. M. I. não teria demorado a se desinteressar pelo talhe de letra, o que daria motivo às observações do seu biógrafo Alberto Rangel: “Nos manuscritos arquivados e da mão de D. Pedro II não é fácil seguir as garatujas que os distinguem”, concluindo que tal caligrafia “acabou por exigir a paleografia”.

Corri farmacêuticos, tabeliães, calígrafos, mas as cartas continuavam sem sentido.

Um esforçado cidadão, no desejo espontâneo de auxiliar, assessorou o aro dos óculos bem ajustados, no nariz, focalizou as lentes e leu: “Niterói, 27 de janeiro...” E note-se, não foi o único a cometer essa confusão sobre a qual não pairavam dúvidas...

Lembrei-me da Sra. Moniz Aragão, a quem voltei, um tanto desesperançado. Ela, logo à primeira vista, sem a menor dificuldade, escoreitamente, ditou para mim o conteúdo das duas missivas.

Na Biblioteca da Marinha, no Rio, fui à procura do livro de bordo do vapor *Apa* – a embarcação fretada para levar Sua Majestade Imperial às províncias do norte, mas saí apenas com uma pista: o livro, se ainda existisse, estaria sepultado no Arquivo Nacional. Com efeito, os catálogos desse precioso acervo conferiam com a informação, mas as pilhas enormes de papéis entulhados numa sala, escondidos por grossa camada de poeira, e a deficiência de funcionários para a pesquisa aconselhavam-me a desistir. Afinal, os eficientes colaboradores daquela casa, após duas horas

de rebuliço, encontraram o livro. Mas, vitória vã, as páginas amarelcidas do documento registravam fatos destituídos de interesse ao caso.

Agora, lembrarei uma vitória verdadeira: informado da presença do saudoso professor Eurípedes Queiroz do Valle no Rio, mesmo sem o conhecer pessoalmente, fui ao seu encontro. Amabilíssimo, o desembargador comprometeu-se a arranjar, em Vitória, parte importante da bibliografia de que eu precisava. E cumpriu a promessa muito depressa, mandando-me até uma cópia datilografada da bela conferência pronunciada na capital capixaba, em 1949, pelo professor Jair Etienne Dessaune. A essa comovedora ajuda eu deveria fazer referência, reconhecido, no prefácio da 1ª edição, como deveria também dizer que os desenhos dos finais de capítulos são de autoria do mestre Raul Pederneiras, recortados da *Revista da Semana*, e que o livro constituía uma separata do volume 246 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

A par das omissões de que me penitencio, há algumas propostas, por exemplo: a trabalhadeira infernal que encontrei ao alinhar a colcha de retalhos dos manuscritos inéditos, dos excertos de obras raras, recortes de jornais de manuseio dificultado; o esforço para conseguir microfilmes, no que encontrei, dignos de louvores, diligentes funcionários da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Real Gabinete Português de Leitura, do Museu Imperial, da Biblioteca Municipal de Petrópolis, do Arquivo Nacional, da Biblioteca do Itamaraty e mais bibliotecas de Barra Mansa, Valença e Vitória.

Ressaltarei a colaboração de dois bons amigos, os Drs. Hélio Athayde e Aloísio Athayde, bem como a supervisão do reputado e saudoso historiador Mário Freire, a cujos conhecimentos históricos devo algumas justas correções do original.

Longe da idéia de haver esgotado o assunto, resolvi oferecer cópia ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo dos *Diários de D. Pedro II*, a mesma tal qual datilografou a Sra. Gastão Moniz Aragão, sem emendas, acréscimos ou omissões, pretendendo propiciar a outros, direi, aos historiadores mais interessados,

facilidade de acesso ao material de consulta, esperando que se desincumbam melhor em idêntica tarefa à que empreendi.

Se não me faltou fôlego de gato para escarafunchar os papéis velhos, faleceram-me, reconheço, “o engenho e a arte”, como diria o poeta lusitano.

O AUTOR



*Dom Pedro II, em reprodução do retrato que o capitão Joaquim Marcelino da Silva Lima ofereceu à Câmara de Itapemirim.
(Autor: Antônio Cavaleiro d'Almeida, 1852)*



*A Imperatriz Dona Teresa Cristina, em reprodução do quadro
que havia na fazenda Santo Antônio, do barão de Itapemirim.
(Autor: Antônio Cavaleiro d'Almeida, 1852)*

Vitória era assim

Há cem anos atrás, a capital da província do Espírito Santo, muito embora já gozasse dos foros de cidade, não passava de um povoado cuja resistência aos hábitos e tradições coloniais entrava o progresso. Sua população pouco excedia a cifra de cinco mil habitantes, vivendo a maioria com o produto da pesca e avassalada pelo marasmo e pela indolência.

Sem obedecer a qualquer regularidade ou simetria, Vitória se apertava em anfiteatro, à margem de plácida baía, ruazinhas estreitas, tortuosas, escorregadias, procurando o paralelismo da praia, ou subindo as rampas do morro desbeijado pelas enxurradas e enfeitado pelas ramas de melões-de-são-caetano, perdendo-se em becos ou vielas ladeirosas e labirínticas.

Ruas ou ruelas, algumas apertadíssimas, tomadas pelo vicejante capim-pé-de-galinha, calçadas ou não, com pedras disformes, como a ladeira do Pelourinho, ao longo da qual não passavam três homens em linha de frente, famosa por nela ter morado, outrora, em um sobrado, a heroína Maria Ortiz, que fizera recuar os holandeses, jogando sobre eles água fervente. Ruas dos Pescadores, da Capelinha, do Comércio, do Porto dos Padres, de Santa Luzia, da Fonte Grande, ladeira de Pernambuco, largo da Conceição, Pelame e a pitoresca e modesta rua da Várzea. Na rua das Flores, outro vulto da história capixaba, o herói Domingos Martins, cabeça da Revolução Nativista Pernambucana de 1817,

vivera parte de sua infância. Ah! Eu já me ia esquecendo da rua do Ouvidor, antiga rua da Praia, que, nem ao longe, pelo aspecto modesto, podia fazer lembrar a sua homônima da Corte, e a rua do Piolho...

As casas, em grande parte assobradadas, algumas com janelas de vidraças em cores, balcões de madeira e portais de pedra, entalhados em Portugal, trazidos como lastro dos navios, casas ou choupanas, cabriteavam em desordem a encosta, repousadas em esteios suplementares, em estacas, ou sobre velhas bases de alvenaria.

Nos telhados limosos, de telhas em canoas, e nos seus beirais, chilreavam as cambaxirras, revolteavam as andorinhas, cresciam plantas audaciosas, adubadas pelos urubus (os mais eficientes “funcionários” da Limpeza Pública), que se postavam a cavaleiro, no convexo das cumeeiras, abrindo as asas para se requentar ao sol.

A vista da baía era sempre agradável, especialmente quando postado o observador mais de longe, para abarcar o conjunto emoldurado pelo verde da vegetação; o extenso mangal da preamar; as fruteiras das chácaras e dos pomares e a mata que vestia os elevadiços.

Desembarcava-se no cais das Colunas, situado abaixo do Palácio da Presidência; no da casa do Azambuja; no cais Grande, onde atracavam as sumacas; ou no cais do Santíssimo, do Batalha ou no porto dos Padres.

Em plano de destaque, projetava-se a principal construção, o antigo Colégio dos Jesuítas, grande quadrilátero, liso, de dois pavimentos, adaptados para Palácio da Presidência. Comportava a respectiva Secretaria; um colégio de instrução literária, o Liceu, a Tesouraria da Fazenda; a Administração do Correio; o Armazém de Artigos Bélicos e a Biblioteca Pública; mas estava em estado deplorável: telhado esburacado e cheio de goteiras; teto, pavimento e paredes muito sujos; portas sem chaves e móveis estragados. “Pareceu-me, quando entrei por ele” – relatou o presidente Veloso – “que era uma casa desabitada, há anos, está impróprio para ser ocupado por qualquer pessoa que tenha tido um pouco de educação...”

O edifício da Alfândega, cuja renda, por sinal, era pequena, realçava em modestas proporções.

Mas eram as igrejas, pelas posições sempre em destaque, que constituíam os melhores pontos de referência à mirada panorâmica. A de São Tiago, embora de arquitetura de medíocre interesse, contígua ao Palácio, marcava, com o zimbório curvilíneo da sua torre maior, o histórico e venerável local do sepultamento do taumaturgo Anchieta. À sua frente, situava-se a igreja da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, o único hospital em toda a província. Não muito afastadas, nos pequenos largos e praças, além dos conventos franciscano e carmelita, outras igrejas salpicavam os morros.



Já Marcelino Duarte, ao rever aquela terra natal, escrevera:

Surgindo da flor d'água lentamente
Vai a linda cidade da Vitória,
Que vista pitoresca!
Um montão de edifícios

Cobre a rasa colina!
De sobre os edifícios se levantam
Quatro torres da alegre perspectiva.
Parece ver ao longe
As famosas cidades
De Tebas ou de Tróia.

Quanto às condições de vida e higiene, desnecessário se faz referir à abundância do peixe, pois havia uma indústria da pesca desenvolvida, com duas dezenas de lanchas que iam pescar em alto-mar, nos Abrolhos e em Cabo Frio, demorando-se dias para regressar ao porto trazendo os peixes salgados. A carne verde, porém, escasseava, pois as reses sacrificadas nunca satisfaziam o consumo. Havia uma padaria explorada por um cidadão francês, o Sr. Penaud, mas o pão do pobre, para não dizer o lastro da sua alimentação, era a farinha de mandioca ou o fubá de milho.

Farmácias só havia três, geralmente mal sortidas, sendo uma da Santa Casa. O “safa-onça” eram as boticas homeopáticas, dos curiosos.

A água do abastecimento, de boa qualidade, captada em mananciais da ilha, vertia nas fontes da Capixaba e Lapa, situadas nos extremos da cidade.

Assim as cantou o mesmo poeta:

Bebo as águas puras da Capixaba e Lapa.
Bebo o santo licor das duas fontes,
Que a natureza formou e inda conserva;
Não bebo as águas nascidas
Das patas do cavalo.

Além de outra, havia ainda a fonte Grande, que se situava onde se cruzam hoje as ruas Coronel Monjardim e Sete de Setembro.

A iluminação pública era feita com sessenta e oito lampiões com candeeiros a azeite de sebo, azeite de “carrapato” ou óleo de peixe: insuficientes para bem servir às trinta e uma ruas, sete ladeiras, oito

becos, quatro praças e outros tantos largos, formados pelos trezentos e setenta sobrados e setecentas e tantas casas térreas. Valia como um esforço da administração, a qual despendia soma muito além do orçamento, subindo as despesas acima de oito contos de réis por ano.

Acendiam-se os lampiões pouco antes do anoitecer (pelo regulamento, um quarto de hora antes) e nas noites de lua, sob pena de multa de um mil réis por lampião apagado, também por um quarto de hora deveria ser mantida a iluminação, até que o luar aparecesse...

O correio para a Corte era feito de cinco em cinco dias, tornando-se mais regular com o estabelecimento das linhas de vapores das Companhias Espírito Santo e Mucuri. Dois paquetes, *São Mateus* e *Mucuri*, realizavam viagens mensais ligando Vitória, Caravelas e Rio de Janeiro, com paradas nos portos de atracação intermediários. Quarenta mil réis pagavam o preço de uma passagem, em camarote ou à ré, podendo-se fazer acompanhar das mucamas e escravos, abrigados no convés ou em camarote à proa, pela metade dessa quantia, e das crianças de menos de cinco anos, sem pagar passagem.

Os divertimentos da cidade, a despeito da índole pacífica e folgazã do povo, rareavam. Verdade é que não faltava, nas casas dos caboclos e dos índios civilizados, uma viola para as modinhas e os desafios e os pretos escravos não perdiam os lundus e jongos, ou uma oportunidade para amortecer o coaxar dos sapos com o baticum do ticumbi, levado até os ancoradouros quando chegava um vapor.

Já a classe média se entediava com mais facilidade e procurava contribuir para a animação das festas religiosas que, em certos meses, como os de maio e junho, eram muitas. Festas do Divino Espírito Santo, de São Benedito dos Caramurus, de Nossa Senhora dos Remédios, do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Carmo... tantas em uma só quinzena!

Na rua da Praça Nova, nº 3, havia a tipografia Capitaniense, de Pedro Antônio d'Azeredo, onde era impresso o bissemanário *Correio da Vitória* (saía às quartas e sábados). Tiragem diminuta, por isso as suas preciosas coleções se perderam.

As pessoas de cultura davam o seu apoio ao teatrinho 7 de Julho, influência do capixaba João Manuel de Siqueira e Sá, estimu-

lando os amadores na encenação de peças, enquanto a assistência superlotava a pequena e sufocante sala de espetáculos. Mas, por vezes, se consideravam como exilados mesmo o presidente da província, Pedro Leão Veloso, o qual escrevia no seu primeiro relatório: “tenho gostado da terra em relação ao clima e à gente que não é má, mas acho-a sumamente atrasada em todos os sentidos; vive-se mal porque sobre ser a vida muito cara falham todas as vantagens de um país civilizado”.

Em tais circunstâncias, é fácil imaginar com que alegria e entusiasmo foi recebida a notícia da anunciada visita de Suas Majestades Imperiais ao Espírito Santo.



Dr. Pedro Leão Veloso, presidente da província do Espírito Santo por ocasião da visita imperial. Reprodução de um quadro pertencente a sua família.

“Fervet opus”

A notícia consubstanciou-se logo após a fala do trono de 11 de setembro de 1859, na qual D. Pedro II prometera à Câmara visitar o norte do país.

O presidente da província do Espírito Santo, Pedro Leão Veloso, recebeu do Ministério dos Negócios do Império o seguinte ofício, datado de cinco daquele mês:

Resolvendo S. M. o Imperador percorrer as Províncias do Norte até a Paraíba inclusive, saindo da Corte no dia 1 de outubro próximo futuro, assim o comunico a V. Exa. para seu conhecimento e governo.

S. M. o Imperador acompanhado de S. M. a Imperatriz se dirigirá primeiramente à Província da Bahia, em cuja capital ficará S. M. a Imperatriz, enquanto S. M. o Imperador visitará a cidade de Penedo e a Cachoeira de Paulo Afonso. Voltando S. M. o Imperador seguirão S.S. M.M. I.I. à Província de Pernambuco e daí até a Província da Paraíba.

Na volta para a Corte, S.S. M.M. I.I. farão a honra de visitar Maceió, Sergipe e essa Província.

É muito provável que visite as Colônias e as povoações mais notáveis dessa Província e porque os seus habitantes podem querer fazer gastos extraordinários para solenizarem tão honrosa visita, é meu dever prevenir a V. Exa. de que conquanto S. M. o Imperador aprecie devidamente todas estas demonstrações, seria muito do Imperial Agrado, que os donativos com que desejarem concorrer para tal fim possam ser

aplicados a benefício das localidades, que o mesmo Augusto Senhor visitar.

Deus Guarde a V. Exa.

(a) Ângelo Moniz da Silva Ferraz.

Na mesma ocasião, remetia aquele Ministério dois contos de réis, destinados aos preparativos da recepção, verba assim discriminada: metade para compra de mobília e decoração e a outra metade para as reparações e as pinturas do Palácio da Presidência.

De pronto, Leão Veloso aquilatou-se do vulto das despesas e fez um apelo à generosidade da mesma bolsa: “Vejo que, por modo algum, iniciados os reparos, se possa concluir e decorar o edifício sem mais dois contos de réis, pois é ele vasto, de há anos que foi grosseiramente pintado e sente falta dos trastes indispensáveis.”

Pediu, em seguida, retratos de Suas Majestades Imperiais, próprios para servirem aos cortejos das efígies, nos dias de grande gala e festa nacional. Não havia na capital um retrato da imperatriz e o que existia, do monarca, nas dimensões de três palmos de largura por quatro de altura, pintado a meio corpo, embora bem conservado, além de ser feito quando D. Pedro II era ainda de menor idade, andava de um ponto para outro, pois também servia ao Paço da Assembléia Provincial em suas aberturas de sessões ou posses de presidentes.

Leão Veloso obteve a nova ajuda que pedia, porém a despesa dos retratos devia ser consignada na mesma verba e isso não foi possível, pois o “reforço” se volatilizou ao abrir e fechar de olhos, ficando quase tudo ainda por fazer.

Convocado o secretário da província, Antônio Rodrigues de Souza Brandão, assentaram-se as providências mais imediatas, quais sejam, a afixação de editais e avisos nas praças e logradouros públicos da cidade, proclamando a nova alvissareira e a expedição de um ofício-circular aos senhores presidentes e vereadores das Câmaras Municipais, incluindo cópia do aviso da Corte, a começar pela Câmara de Vitória.

O ofício apelava para a divulgação da notícia e mais:

Será de muito agrado de S.S. M.M. I.I. ver que essa Câmara, zelosa dos interesses de seu município, lhe promove benefícios, cuidando principalmente de conservação e melhoramento de suas estradas; cumpre portanto que Vmcês. convocando seus habitantes façam-lhes efetivo o dever que têm de trazerem limpas e melhoradas as que atravessam pelos respectivos terrenos.

Foi feita pelo presidente uma reunião dos cidadãos mais notáveis da capital, os quais, na noite de dez de outubro, discutiram e assentaram as medidas necessárias aos preparativos da recepção ao monarca e à sua comitiva. Nomearam-se, para tal fim, comissões representando as diversas classes da população.

A tarefa mais pesada e dispendiosa – preparar o Palácio – recaiu sobre os dois grandes líderes do Itapemirim, o coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, do Partido Conservador, e o barão de Itapemirim, do Partido Liberal, que resolveram, num tácito acordo, não soprar as brasas da ardente política naquele período. Integravam ainda a comissão o comendador Reginaldo Gomes dos Santos e o coronel Mateus Cunha. Acordaram, os quatro, em subcrever a elevada importância de cinco contos e quinhentos mil réis, cada um, no total de vinte e dois contos. Se lembrarmos que a verba dos honorários do presidente da província (classificado em 4ª classe) era de cinco contos anuais e que o total dessa subscrição atingia quase a quantia correspondente à terça parte da receita da província, teremos uma idéia do espírito de compreensão e desejo de colaborar dos ilustres subscritores.

Ficou resolvido: o casarão do Palácio sofreria uma verdadeira reforma. Decidiram “despejar” temporariamente o Sr. Antônio José Machado, com o Correio que administrava, removendo-o para o amplo e próximo sobrado do Sr. Barroso, o qual foi alugado por vinte mil réis mensais; demoliram a antiga cozinha do Colégio; abriram paredes; consertaram goteiras, forros e assoalhos; acrescentaram ao vetusto prédio uma “bela, larga e longa varanda, dando sobre o pátio. Simples paredes e teto de uma alvura nítida, contrastando com o negro da barra – simplicidade propositada, procurando-se

imitar a varanda imperial de S. Cristóvão” – conforme a descrição do correspondente do *Correio Mercantil*, que acrescentou: “Sobre a varanda se abrem diversos salões, sendo o primeiro o do dossel, forrado de um belo papel de ouro verde. O dossel está preparado de veludo verde e franja de ouro, e sob ele acham-se colocados dois espaldares de muito valor e arte.”

O comunicado de outro repórter carioca, do *Jornal do Comércio*, completa a descrição: “O bom gosto presidiu a todos os arranjos do Palácio: uma rica mobília de mogno estofada ornava sua sala de recepção; os quartos de Suas Majestades, assaz espaçosos, estavam revestidos de belos trastes, não faltando as bambinelas, os tapetes e todas as outras comodidades.”

As outras comissões trataram de reparar as estradas; calçar a praça em frente ao Palácio e o cais das Colunas, onde foi construída ampla ponte de madeira, tendo de cada lado um pavilhão de construção leve mas artística, terminando por uma escada. Dessa obra foi encarregado o inspetor da Tesouraria, João Manuel da Fonseca e Silva.

José de Melo e Carvalho, deputado provincial, chefe da repartição das Terras Públicas na província, ficou incumbido de presidir à comissão dos trabalhos de preparo do salão da Assembléia Provincial, onde seria oferecido o baile a Suas Majestades Imperiais.

Trabalhava o chefe de polícia, Manuel Pedro Álvares Moreira Vilaboim; preocupava-se o comandante superior da Guarda Nacional, coronel do exército de 2ª linha, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; esforçava-se o comandante da Companhia Fixa, capitão Tito Lívio da Silva, no preparo dos seus subordinados, e suava o major reformado Antônio Leitão da Silva, instrutor do 1º Batalhão da Guarda Nacional, no adestramento dos recrutas.

Todos os materiais passaram pela vistoria direta dos chefes, a começar dos chapéus dos pajens, com ou sem galão e aba de ouro; as barretas dos oficiais e guardas; as espadas de metal fino, lilás, ou de copos dourados; as capas e mantas bordadas e agaloadas; os bonés de pano com galões e números; as bandas de franja de retrós, os bandós de lã, dos sargentos; as claquês de seda fina, as luvas de camurça; os ternos de letras SBI; bem como o penacho do estado-maior.

Como a edilidade nos primeiros dias de setembro não desse sinal de si, segundo o correspondente do *Correio da Tarde*, mantendo-se “muda e queda, como ao pé de um penedo outro penedo”, o presidente Leão Veloso lhe endereçou um ofício, no qual ponderava que, sendo de costume que a cargo das municipalidades ficasse o Te-Deum de recepção nas visitas imperiais, ele transferia análoga tarefa àquela Câmara. O seu presidente, João Crisóstomo de Carvalho, passou ao professor de música, Baltazar Antônio dos Reis, a incumbência de organizar uma orquestra coral para o Te-Deum e uma banda de música para abrilhantar as outras solenidades. E facilitou ao professor, deferindo a requisição dos músicos Francisco Pinto Goulart, João Batista Grijó e Manuel Ribeiro Pinto Espíndola, dando-lhes a dispensa do serviço da Guarda Nacional.

Quanto ao comércio, escreveu o mesmo correspondente, “que tinha desanimado, a princípio, ante a despesa necessária para levar a efeito a iluminação de que se havia encarregado, animou-se agora e trata de executar a linda e vistosa planta feita pelo hábil engenheiro de Lamartinière”. E registrou noutra correspondência:

Estamos em um *fervet opus*. Conserta-se, caia-se, pinta-se. As senhoras conversam e discutem os enfeites, os vestidos, as rendas, e os blondes, umas estudam os lanceiros; outras, a *clássica* contradança. Prepara-se um baile na Casa da Assembléia Provincial. Os militares preparam os seus quartéis. Os artistas, uma iluminação e outra o comércio.

O paço imperial está quase pronto e fica digno de Suas Majestades.

Ouvi também dizer que os militares, além de uma linda iluminação que querem apresentar em frente ao Quartel da Companhia Fixa, desejam oferecer um *copo d'água* ao Imperador. Consta-me que se têm feito muitas encomendas para essa Corte, e que os filhos de Marte, em suas demonstrações de amor e respeito aos soberanos, em nada ficarão abaixo das classes mais ricas da sociedade.

À frente de tudo isto, está o capitão Barrão, assistente do ajudante geral, o qual como lhe tenho muitas vezes dito é de uma atividade e dedicação pouco comuns. O comandante da Companhia Fixa também muito tem trabalho para os festejos militares.

O Sr. Carvalho, presidente da Câmara Municipal, já eletrizado pelo entusiasmo, mostrava-se infatigável nos aprestos do Te-Deum, nos ornatos da Casa da Municipalidade, no asseio das ruas e noutras atividades sem conta. O fiscal da freguesia da cidade, Manuel Gonçalves da Vitória, em edital, convidava “os habitantes para que melhorassem as calçadas de seus prédios e estradas, caiassem os mesmos, reconstruíssem e levantassem muros em terrenos abertos”.

Parece até que as *Carapuças em Quintilhas*, que um poeta anônimo divulgou, posteriormente, em jornais cariocas, se ajustavam aos capixabas. Pelo menos, algumas eram de calhar:

Mal aqui chegara a nova
Da visita imperial, –
Meu Deus! Não se fez mais nada:
Tomei uma barrigada
Sem segunda, sem igual!...

Foi o proêmio do assunto
Das casas a caiação:
Oh! que espetáculo encantado!
Um povo inteiro trepado,
Tudo de broxa na mão!...

Nunca vi tanto pedreiro,
Tanta broxa, tanta cal!
Pra vinda dos Imperantes
Caíram-se até semblantes...
Pra que tudo fosse igual...

Findo o processo das broxas
Toca a cidade a varrer;
Depois de altos escrutínios,
Colossos de esterquilínios,
Viram-se então remover.

O povo, embora ultramonarquista, pois se recordava com saudade dos antigos capitães-mores e governadores, um pouco refreado no entusiasmo pela falta geral de dinheiro, em razão de ter sido minguada a safra da lavoura do ano, era instigado pelo impulso oficial.

Havia tarefas de todas as categorias. Fabricavam-se velas de sebo e espermacete, enchiam-se caixões, para serem colocados nas janelas das casas. Os mais pobres improvisavam lamparinas com cacos de garrafas, vidros e gomos de bambu gigante.

Lustravam-se, com a cinza do borralho e o limão galego, os candeeiros de bomba com globos de vidro liso, os castiçais de prata e casquinha e os pequenos lampiões das residências mais aquinhoadas.

Em algumas casas ricas, das mais antigas, mandaram limpar as cadeiras de espaldar e almofadões de brocado carmesim com franjas de ouro e os tetos onde se destacavam os relevos e anagramas.

Muitos côvados de damasco, de lã encarnada, e de cassa foram gastos nas cortinas de luxo; muitos livros de pão-de-ouro e libras de bolo do dito foram empregados para dourar; espanaram-se e untaram-se velhos e recém-adquiridos móveis de vinhático, jacarandá, gonçalo-alves; os sofás, mesas de abas, cadeiras de golfo, as cómodas, camas, guarda-roupas, lavatórios, armários...

Afinal, no último dia do ano, Pedro Leão Veloso podia dar a sua aprovação oficial ao detalhado programa de recepção, o qual fez publicar no *Correio da Vitória*.

Com os avolumados gastos dos preparativos, a despeito da generosidade dos ricos que “afrouxaram os cordéis de suas bolsas”, despendeu o presidente, além do que dispunha, mais nove contos e quinhentos mil réis, sob a sua responsabilidade, importância da qual mais tarde foi indenizado, não sendo postos em dúvida os seus argumentos “sobre terem sido muito avultados, superiores às de qualquer outra Província por igual motivo, as despesas que se fizeram à custa do Estado para a recepção imperial, na Província do Espírito Santo”.

Não havia nem houve malversações: gastou-se tudo para fazer a cidade mais bonita e acolhedora.

Agora, era aguardar a chegada, anunciada para 26 a 27 de janeiro entrante.



Enfim, a chegada!

Pela manhã do dia 24 de janeiro de 1860 a esquadilha de Suas Majestades Imperiais partia de Valença, província da Bahia, levantando âncoras da enseada do morro de São Paulo e, seguindo por dentro dos Abrolhos, após dois dias de viagem, avistava, aos albores do dia 26, os contornos da serra de Mestre Álvaro, ponto de referência da baía de Vitória.

Quando, do topo do monte Moreno, o vigia descobriu as embarcações que demandavam o porto, deu o sinal convencionado, acendendo uma girândola de foguetes. Incontinênti, outra girândola foi acesa pelo vigia da fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, e ainda ao mesmo tempo, outra, da fortaleza de São João, elevava-se alvissareira acima do Penedo, pondo em alvoroço os capixabas.

No torreão do palácio governamental foi arvorada a bandeira nacional e por dez minutos repicaram os sinos da Capela Nacional, os de São Gonçalo, Santa Luzia, São Francisco, Conceição, Carmo, Rosário, Misericórdia e Matriz. Aquelas festivas badaladas também marcaram as oito horas da manhã.

Tocou-se, imediatamente, chamada da Guarda Nacional e de 1ª Linha, para a formatura em honra dos augustos visitantes.

As embarcações ancoradas, os escaleres e os barcos particulares embandeiraram-se e, obedecendo às instruções expedidas pelo capitão do porto, formaram em alas, “no intuito de facilitar-se a

passagem da esquadilha até o ancoradouro e o trânsito até o desembarque no Cais das Colunas”, conforme o programa.

“Tudo pôs-se em movimento” – escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* – “a Vitória despertou de seu contínuo letargo, em todos os semblantes divisava-se ansioso esperar pela hora do desembarque.”

Quando o *Apa*, navio que conduzia Suas Majestades Imperiais, à frente da esquadilha, passava entre a ponta Ucharia e o rio da Costa, aproximando-se da fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, a qual servia para tomar o registro dos navios de cabotagem, prestando as devidas continências, os canhões da fortaleza abriram a salva de 21 tiros, enfumaçando em torno da grande bandeira auriverde imperial, lá hasteada; a mesma que impressionara, pelo tamanho, o pintor François Biard, na sua chegada.

Pertencia o *Apa* à Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor. Construído na Inglaterra, deslocava 917 toneladas, com um potencial de 250 HP. Fora fretado para conduzir os imperadores naquela excursão. Vinha comandado pelo capitão-de-mar-e-guerra Francisco Pereira Pinto, tendo como oficiais o capitão-de-fragata José Secundino Gomensoro, capitães-tenentes João Carlos Tavares e Francisco Edwiges Brício e primeiro cirurgião Dr. Propício Pedroso Barreto de Albuquerque. Levava o comandante da esquadilha, vice-almirante Joaquim Marques Lisboa (futuro barão de Tamandaré), sendo seu secretário o 1.º tenente Antônio Marcelino da Ponte Ribeiro e ajudante-de-ordens o 1.º tenente Manuel Carneiro da Rocha.

Além de D. Pedro II e sua consorte, a imperatriz Teresa Cristina Maria, viajava naquele navio capitânia pequeno séquito: o conselheiro de Estado, Cândido José de Araújo Viana, visconde de Sapucaí, como camarista; conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, ex-presidente da província (1846-48), futuro barão e visconde de Bom Retiro, como viador; conselheiro Antônio Manuel de Melo – guarda-roupa; Dr. Francisco Bonifácio de Abreu – médico da câmara; Dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina – servindo de mordomo; cônego Antônio José de Melo – capelão; Josefina da Fonseca Costa – dama de S. M. a imperatriz; mais alguns criados e criadas do serviço doméstico de S.S. M.M. I.I. Também acompanhavam a S.S. M.M. o

conselheiro João de Almeida Pereira Filho – ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império e o seu oficial-de-gabinete, Dionísio Antônio Ribeiro Feijó – 1º oficial da Secretaria do Império.

Seguiam-se, “de conserva”, a fragata a vapor *Amazonas*, igualmente construída na Inglaterra, movida a rodas, com deslocamento de 1.800 toneladas e 350 HP, comandada pelo capitão-tenente Teotônio Raimundo de Brito; a corveta a vapor *Paraense*, construída no estaleiro de Ponta de Areia, em Niterói, também de rodas e máquinas de 220 HP, sob o comando do capitão-tenente Delfim Carlos de Carvalho; a canhoneira a vapor *Belmonte*, corveta mista, a hélice, construção francesa, deslocando 602 toneladas, com máquina de 120 HP, sob o comando do 1º tenente Antônio Carlos Mariz e Barros e, por último, o *Pirajá*, vapor de guerra, a rodas, de modestas proporções, sob o comando do 1º tenente João Batista de Oliveira Montaury.



Antes que o *Apa* atingisse o começo da garganta que a baía forma em frente ao Penedo ou Pão de Açúcar e à fortaleza de São João, antiga guardiã da entrada da capital, disparava esta os seus canhões, cuja mudez permitia a familiaridade das teias de aranhas, ramos de matos e cameleões.

O correspondente do *Jornal do Comércio* registrou: “Ao passar pelas fortalezas foram Suas Majestades saudadas com as salvas que lhe são devidas, as quais correram regularmente, ao inverso do que quase sempre há acontecido, pelo mau estado da artilharia, pelo que não poucos desastres tem havido.”

O imperador, a quem não escaparam os principais detalhes da viagem, após esquadrinhar os horizontes com o binóculo e a olho nu, pequeno lápis em punho, anotou na sua caderneta de bolso:

26

Entrada do Espírito Santo. Moreno; Penha; do lado do Sul. Mestre Álvaro, do lado do Norte, que se vê com tempo claro até de 60 milhas ao mar; baixos do Burro e Cavalo ao Sul e da Baleia ao Norte; Ilha do Boi, do Des. Souto forte do Moreno; Vila Velha na base da Penha; portão e nicho no começo da subida para a Penha; Pão d’Açúcar ao Sul; forte de São João ao Norte; Jucutuquara o do lado N., com seu mamilo sobre o comprido de granito no alto da montanha, boa casa; do Monjardim, genro do Capitão-mor Francisco Pinto do lado do Sul sítio da Pedra d’Água, ou de Santinhos.

Fundamos perto da ponte de desembarque às 9, $\frac{3}{4}$. Desembarque ao meio dia.

4 metros 14" - costa vem
melhor do Abismo e da
terminação - S. S. E.

Entre de 6 h horas de uma
cria

26
Grande de Espirito Santo
do lado do sul
do Abismo; Ponta; M.
tre - Abismo de lado de
costa em se não com
tempo claro até de 60
metros ao mar; bancos de
barro e carvão ao sul
do lado do ^{este do lado do} ~~este do lado do~~ ^{do lado do} ~~do lado do~~
Abismo; vista - vista no lado
do Norte; 5 pontos e ^{na costa de} ~~muito~~ ^{do} ~~do~~
lado para o Norte; Para o ^{Abismo}
em ao sul; fronteira do ^{do lado do} ~~do lado do~~
costa; fronteira ^{do lado do} ~~do lado do~~
monumento sobre o campo de
fornalha ^{do lado do} ~~do lado do~~
fornalha de carvão - maior Francisco



O forte de São Francisco Xavier da Barra, segundo desenho de François Biard. A grande bandeira que, vista de certo ângulo, pareceu ao pintor maior que o próprio forte, estava hasteada (com antecipação) para saudar a Suas Majestades Imperiais.

Desembarque e recepção

Foguetes subiam ao ar por toda a cidade, notadamente no cais das Colunas que, para comemorar o acontecimento, desse dia em diante passaria a chamar-se cais do Imperador. À sua frente, acabava de ancorar o vapor de Suas Majestades e, minutos depois, dele se aproximava um escaler para se apresentarem a bordo o presidente Pedro Leão Veloso; Antônio Brandão, seu secretário de governo; o capitão-de-fragata Luís da Gama Rosa, capitão dos Portos, e outras poucas autoridades que tiveram aquela honra e prioridade.

“Logo depois” – escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* – “voltou à terra o secretário anunciando que o desembarque teria lugar pelo meio dia; um quarto antes voltou o presidente e na hora marcada largava a galeota de bordo do vapor em demanda do lugar de desembarque no Cais das Colunas em frente ao Palácio, e onde estava preparada uma bela e larga ponte de madeira, alcatifada e alastrada de folhas aromáticas, ladeada de dois pavilhões simples, mas elegantemente edificadas, que também se achavam tapetados: apenas sentiu-se que a galeota se afastava do vapor, romperam de terra vivas a Suas Majestades”.

E completa outro correspondente do mesmo jornal: “Todas as autoridades civis e militares, tudo enfim que há de mais distinto na província estava no Cais das Colunas esperando Suas Majestades.”

Para recepcionarem e acompanharem a Sua Majestade a imperatriz, num dos pavilhões, o da esquerda, aglomeravam-se as se-

nhoras da sociedade, juntas à primeira dama da província, a esposa do presidente, D. Francisca Autran Leão Veloso. Vestiam seus mais belos e esmerados trajes de gala; cinturinhas elegantemente apertadas pelos coletes abertos na frente, à Maria Stuart, à Lavallière, à La Pompadour; cabelos enfeitados de fitas e de flores. Encantava a policromia dos vestidos com babados até a cintura; dos chapéus de pompons e plumas; das saias-balão, cuja rotundidade era armada a crinolina e o merinaque sustentado por barbatanas de baleia ou laminas de aço, segundo o mais recente figurino parisiense: *Jornal das Costureiras*. Mãos enluvadas, segurando pequenos buquês de flores ou o lencinho bordado; os pés escondidos pelas saias; a descoberto, só mesmo o rosto, os antebraços e o colo em alguns audaciosos decotes. Era natural que se abanassem com os leques de fina seda ornamentada de pintura, ou rendados e trançados de fitas, pois, apesar da grossa pancada de chuva que acabara de cair, continuava muito calor.

No outro pavilhão, o da direita, o presidente Leão Veloso incorporava-se aos [representantes dos] munícipes: João Crisóstomo de Carvalho; Antônio Francisco de Ataíde; Bernardino José Ferreira de Araújo; Manuel Goulart de Souza; José Antunes Barbosa; Manuel Rodrigues de Campos; José Rodrigues Saraiva e Francisco Rodrigues Pereira, os quais estreavam uniforme novo: “Casaca e calça de seda e capas abandonadas de seda branca bordada”.

Outras personalidades de realce: Antônio Pereira Pinto, deputado geral; comendador Gomes Bittencourt, comandante superior da Guarda Nacional da Capital; barão de Itapemirim; o arcepreste padre Miescelau Ferreira Lopes Wanzeller, vigário encomendado da paróquia e sacerdotes, para não citar todos os dignitários que lotavam aquele palanque.

Cumpriam-se estritamente as exigências do programa: funcionários civis, militares e eclesiásticos, todos se vestiam em trajes de gala. Havia casacas pretas, chapéus de pasta, luvas de pelica e calçados tipo *chapins de mulher*.

Mais uma vez encontro oportunidade para transcrever os versos das *Carapuças em Quintilhas*:

De feito: cenas tão belas,
Nunca esta Província viu!
Se a coisa me não escapa,
Não houve nobre sem capa...
Nem plebeu sem fé se viu...

Por ordem de Manuel Pedro Vilaboim, chefe de polícia, os contingentes das Guardas Nacionais da capital e da Serra estavam formados em alas, isolando o povo dos pavilhões, ponte de desembarque, ladeira e largo do Paço, por onde passaria o cortejo.

Era incontida a curiosidade dos populares que lotavam janelas e sacadas, onde se exibiam as mais belas colchas dos teares manuais capixabas, ou importadas.

Pontualmente, às doze horas, a galeota imperial encostava à escada da ponte do cais, onde Suas Majestades desceram. Todos procuravam satisfazer a primeira curiosidade em observar o porte dos imperadores: D. Pedro, “alto, um tanto grosso, de barba longa e basta”, ainda não embranquecida, e Dona Teresa, “baixa, coxa, nada devendo à formosura, mas seu aspecto traduzia a estirpe real, o selo aristocrático” – segundo o registro da História feito por um diplomata argentino. Receberam-nos o presidente, no último degrau de uma das escadas da ponte, e a Câmara, no alto da escada, abrigando-os sob o pátio que os vereadores seguravam.

As bandas de música tocaram o Hino Nacional e a edilidade encaminhou Suas Majestades ao pavilhão da direita, onde se deu a cerimônia do ósculo do crucifixo.

Em seguida, o presidente da Municipalidade, João Crisóstomo de Carvalho, pronunciou a pequena alocução que, segundo os comentários das línguas ferinas, ele estudava há mais de dois meses, para o “improviso”: “Senhor – A Câmara Municipal desta cidade, cheia de júbilo pela faustosa visita que Vossa Majestade Imperial se digna fazer-lhe, vem depositar nas mãos augustas de Vossa Majestade Imperial, a chave de seu município, cabendo-lhe a honra de assegurar-se Vossa Majestade Imperial que com ela se fecha nesta

pequena fração do vasto império de Sua Majestade Imperial, nessa inteira porção de seus fiéis e dedicados súditos.”

Conciso, na sua delgada voz, em tom seguro e dicção rápida, o imperador respondeu: “Agradeço muito as congratulações que me dirige a Câmara Municipal da Cidade de Vitória por motivo da visita que me comprazo em fazer à Província do Espírito Santo”.

A senhora do presidente Leão Veloso e a luzida comitiva de damas que com ela assistiam às felicitações no outro palanque desceram para encontrarem-se com S. M. a imperatriz, frente à qual curvaram graciosamente a fronte, no beija-mão.

Organizou-se o cortejo, por entre as alas da Guarda, avançando Suas Majestades a caminho da Capela Nacional, debaixo do pólio cujas varas os edis carregavam, garbosamente fardados à camarista. Subiram a ladeira defronte ao Palácio, que ficou desde então chamada ladeira do Imperador.

O cortejo obedecia à ordem do programa: “1.º – os funcionários públicos e os cidadãos não compreendidos nos números seguintes; 2.º – os oficiais do Exército e Armada, das extintas milícias e da Guarda Nacional (que não estavam em serviço) e as pessoas que gozavam de honras militares; 3.º – os juizes de direito, os comendadores, os que tinham tratamento de senhoria, os cônsules, os membros da Assembléia Legislativa Provincial e os deputados gerais; 4.º – a corporação eclesiástica, compreendendo o clero regular e os párocos com todo o clero de suas freguesias; 5.º – atrás do pólio, as senhoras que se apresentaram a acompanhar a Sua Majestade a Imperatriz, os grandes do Império, os que tinham tratamento de excelência, os titulares, os conselheiros e os oficiais gerais do Exército e Armada”.

O inspetor da Tesouraria, João Manuel da Fonseca e Silva, e o juiz de direito da comarca de Vitória, Lourenço Caetano Pinto, eram os mestres da cerimônia, encarregados de dirigir a formação e o andamento do cortejo.

Erguido no alto da ladeira, havia um *Arco do Comércio*, de cor bronzeada, singela e elegante construção da qual se desincumbiram o comerciante José Francisco Ribeiro, o negociante lusitano José Gonçalves de Araújo Viana e o vice-cônsul de Portugal, Vicente José Gonçalves de

Souza. Apresentava duas fachadas semelhantes, orientadas para o mar e para o Palácio. No alto, ao centro de cada uma, a inscrição: *A Suas Majestades Imperiais*. Nos extremos, as iniciais dos imperadores, envolvidas de grinaldas. Nas duas faces dos braços do arco estavam pintadas figuras em alegoria aos comércios terrestre e marítimo, realçando um gênio, e na base dessa pintura, o dístico: *O Comércio Agradecido*.

A correspondência do enviado do *Correio Mercantil* completa essa descrição: “A cúpula interior é de um belo azul marchetado de estrelas por sob a qual e como parte superior do arco assenta uma arca quadrada em forma de palanque, para as músicas.”

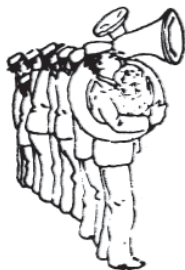
Meninas vestidas de branco, postadas em duas varandas laterais, jogaram flores sobre Suas Majestades.

À entrada da abóbada, um menino, em fantasia simulando um cacique indígena, recitou uma breve saudação em verso e teve os sorrisos dos augustos imperantes que passavam.

Em poucos minutos o cortejo atingiu a Capela Nacional, na igreja de São Tiago, contígua ao Paço, antigo Colégio dos Jesuítas. O velho templo fora ornamentado com um custoso dossel nas cores ouro e verde.

E o cronista do *Jornal do Comércio*, a que tanto me socorro, consignou: “No Colégio, Suas Majestades sentaram-se debaixo de um rico dossel e aí assistiram ao *Te-Deum* mandado cantar pela Câmara Municipal. Orou o vigário de Santa Cruz, padre Francisco Antunes de Sequeira. O discurso foi conciso, porém brilhante e eloqüente. Agradou a todos pela sublimidade de seus pensamentos, elegância e colorido de seu estilo”.

D. Pedro II escreveu no seu diário de bolso: “*Te-Deum* na Igreja do Colégio dos Jesuítas; hoje Palácio, lápide da sepultura de Anchieta na Capela-mor perto dos degraus do altar-mor. Sermão sofrível do Vigário de Santa Cruz (Aldeia Velha).”



muito picado. O Presidente
e Camar (João de Deus por
ter sido com papua Calo-
Portuguez) de o vir fado
ao Presidente. Com heuram
diante do Capicabos (Ca-
pissabo dignifica roca) e
acertamente comprando de
curiosidade. Entre de Tuon
brazão de um apicabos por
te e de qua de Cartão de
voad em pua fado com
chova com os que não de
em um bom. Com color,
a agua e boa. Muito
com de Labenda. O bene-
no rendimento e prometido
de de fize intermamente de
de de de levanda e de
Rio de Janeiro. A inter-
fo em de de de, segundo

Desfile militar, beija-mão e jantar

Terminada a cerimônia religiosa, na Capela Nacional, o cortejo formou-se de novo, em ala, na mesma ordem, entre o pequeno trecho das portas da Igreja e Palácio, dispersando-se logo após a passagem de Suas Majestades, que foram assistir das janelas do Paço à grande parada da Guarda Nacional.

O imperador escreveu no seu canhenho:

Antes do desembarque houve aguaceiro forte e depois do cortejo trovoada [um pouco forte com chuva] copiosa que não durou uma hora. Faz calor; a água é boa. Muitas casas de sobrado. O terreno montanhoso e granítico já difere inteiramente do do Norte, lembrando o do Rio de Janeiro.

À frente da tropa de oitocentos a mil homens, calculadamente, marchava o coronel do Exército de 2.^a Linha, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, pai do futuro barão de Monjardim, o qual, no verdor dos seus 24 anos, participava igualmente do desfile, ostentando a patente de alferes. O comandante superior, moreno, de baixa estatura, a despeito do peso dos anos, mantinha o porte ereto e os ombros suspensos, onde se prendiam as belas dragonas com canutilhos. Seguiam-no o major reformado, Antônio Leitão da Silva, instrutor do 1.^o Batalhão, e o comandante deste, tenente-coronel Bernardino da Costa Sarmiento, em impecável ordem.

Após a Guarda Nacional da Capital, vinha o major Antônio Pinto Loureiro, comandante do contingente da vila da Serra, à frente da sua vistosa tropa.

No cumprimento a S.S. M.M. I.I., em perfeito sincronismo, abaiavam-se as bandeiras, os estandartes e as espadas, ao som das bandas de música, dos tambores, cornetas e clarins, em marcha batida.

Aquele lisonjeiro estado da Guarda Nacional era devido aos esforços do ex-presidente da província, Fernandes de Barros, seu organizador e animador – consignou um correspondente da imprensa carioca, ajuntando que tal foi a satisfação do imperador, ao constatar o asseio e a ordem dos soldados, que mandou elogiar a Guarda, em ordem do dia.

D. Pedro II escreveu no caderninho de bolso:

Parada sob comando do Monjardim, apresentando-se menos mal a G. N. do C. Superior, sendo o melhor batalhão o de Serra cujo comandante Pinto é muito preciso. O Presidente da Câmara (João do Cais, por ter feito um pequeno Cais – português) deu o viva final ao presidente. Pouco ou nenhum entusiasmo dos Capixabas (capixaba significa roça) e acanhamento acompanhado de curiosidade.

Finda a parada, Suas Majestades deram o beija-mão na sala do dossel. Desfilaram os representantes das diversas comissões das comarcas e municípios: Vitória, Espírito Santo, Viana, Serra, São Mateus, Linhares, Santa Cruz, Nova Almeida, Benevente, Guarapari e Itapemirim.

A maior delegação, depois da que representava a capital, era a da vila de Itapemirim, aliás, com motivo de justiça, pois o município de Itapemirim superava mesmo a cidade de São Mateus na sua renda. Com um núcleo populacional de dez a doze mil habitantes, dominava a política em primeiro plano na província, depois de Vitória. O município contava com dezessete fábricas de açúcar e cachaça, sendo seis movidas a vapor, e muitas fazendas de café; só no Cachoeiro, quarenta fazendas e oitenta situações.

Sua Majestade se dignou a um ligeiro particular com o juiz João da Costa Lima e Castro, a fim de inteirar-se da situação daquela comarca. Sobre a conversa, escreveu:

As intrigas em Itapemirim, segundo o Juiz de Direito Costa Lima, estão cada vez mais acesas depois do impresso atacando o Itapemirim, que se atribui ao padre Pinheiro (lado de Cristo) que está despeitado por não ser escolhido vigário.

A política não deixou de influir na organização das comissões. Já o correspondente do *Correio da Tarde* escrevera: “Noto que os nomeados pertencem quase todos ao partido progressista”. Este partido era também chamado Capixaba, e o seu antagonista, o Dionisiano, dos partidários de Dionísio Resende, era considerado retrógrado.

Mas, se o imperador já não estivesse alertado sobre a situação do Itapemirim pela conversa que manteve com o presidente Veloso, antes de desembarcar do *Apa*, ou pelas referências do ministro de Estado que o seguia, conselheiro João de Almeida Pereira, primo-irmão dos Bittencourts (os *Moços da Areia*), grandes fazendeiros do vale do Itapemirim, representantes da política dominante, por certo não lhe teria passado alheio, como arguto e atento leitor que era de tudo o que se publicava no seu governo, o que escrevera, a princípio do mês, o correspondente do *Correio Mercantil*: “A Comarca de Itapemirim não vai bem em relação à administração da justiça; alguns processos se vão forjando com o fim de molestar homens sisudos, a quem, mercê de Deus, não acusa a mais leve culpa. Deus traga o Dr. Lima e Castro, juiz de Direito circunspecto e imparcial, bem como faça seguir para Benevente o Doutor Santos Neves, Juiz Municipal nomeado para que a lei não seja uma burla de que se usa a cada hora e instante, conforme as conveniências que se encontram e reencontram”.

Encerrado o solene beija-mão, Suas Majestades recolheram-se aos aposentos para eles reservados no palácio, procurando repousar. Às quatro horas em ponto apresentaram-se para jantar, concedendo a honra especial de convidar para a mesa o presidente Leão Veloso e o capitão Tito Lívio da Silva, comandante da Companhia

Fixa de Infantaria e da Guarda de Honra do Palácio, que envergava a sua bela farda azul, gola verde, canhões azuis, verde-vivo, sendo também distinguido um cadete que pertencia à mesma Guarda.

Sobre a mesa forrada por toalha de linho; guardanapos franjados; jarros com flores; copos de cristal lapidado; talheres de prata e aparelho de fina louça de porcelana européia; vinhos portugueses, franceses, italianos e de outras procedências, numa discreta homenagem às pátrias de origem do régio casal.

Atrás de Sua Majestade, à direita, um garçom postou-se atento aos menores gestos e transmitia ordens às mucamas que não ousavam transpor a copa. Com os seus vestidos rendados, muito alvos, rosas enfeitando os cabelos, decotes provocantes, elas sumiam até a cozinha para reaparecerem, pouco depois, trazendo as grandes travessas ovais dos assados; leitões, perus, frangos, peixes e uma variedade de outros pratos.

O cardápio fora organizado a capricho, sob fino toque da predominância gaulesa, que não dispensava o *patê de foie gras*, os *croquettes*, *champignons*, *gâteau à la Reine* etc.

Em tantas variedades, faltou, todavia, o prato curioso da terra: pequenos grãos negros torrados, constituídos de formigas tanajuras, as *içás* dos índios, com os quais os capixabas, especialmente os habitantes de Vitória, aprenderam a apreciar o manjar, predileção que lhes rendeu a alcunha – conforme Ferdinand Denis – de papatanajuras, ou comedores de formigas.

O prato não escaparia a uma observação do imperador e é bem possível que ele mostrasse disposição para o provar...



Hospital da Misericórdia – Conventos, história e folclore

Precisamente às 17 horas, D. Pedro II, acompanhado dos semanários, ministro do Império, presidente da província e deputado Pereira Pinto, montava a cavalo e, escoltado por um piquete da Guarda Nacional, seguia para a visita ao Hospital da Misericórdia.

O trajeto não era grande: era só descer a ladeira do Paço, seguir pela rua do Porto dos Padres, atravessar a ponte do Campinho e galgar o morro do Hospital. Não fossem as ruas ladeirosas e escorregadias e lamacentas pelas chuvas da manhã, Sua Majestade poderia ter feito o trajeto a pé.

Aquela pia instituição teria sido criada ainda no tempo do primeiro donatário da capitania, em Vila Velha, donde a trasladaram, no ano de 1605, para a capela da Misericórdia, em Vitória. Destinava-se, no início, a socorros domiciliares dos doentes pobres e ao amparo dos expostos, até que se construiu o hospital de caridade na colina do Campinho.

Lamentando a falta de documentos para um relatório histórico e circunstanciado de tal nosocômio, escrevera o seu zeloso provedor, Gama Rosa:

Sendo governador desta Capitania o capitão-de-fragata Francisco Alberto Rubim, foi-lhe oferecido pelos negociantes e fazendeiros da vila da Vitória, em 1817, o pagamento de um tributo sobre os gêneros exportados para com esses meios se criar uma casa de Misericórdia.

Foi esta oferta aceita pelo governador e aprovada pelo decreto de 23 de dezembro do mesmo ano; e pela provisão de 15 de abril de 1818 ficou criado o hospital da Santa Casa de Misericórdia, e aprovada a doação feita por Luís Antônio da Silva de uma propriedade.

Não tendo a casa doada por Luís Antônio da Silva as proporções convenientes para servir de hospital, obteve o governador Rubim que já então era provedor da Irmandade, que D. Maria de Oliveira Subtil doasse à mesma o morro onde existe o hospital, e em 14 de junho do mesmo ano apresentou o provedor uma planta do edifício e foi ela aprovada pela mesa.

Julguei importante transcrever esse trecho para dirimir uma antiga dúvida sobre a data da fundação dessa casa de caridade, que é bastante confundida pelos historiadores com a Misericórdia de Vila Velha.

No portão de entrada do Hospital empertigavam-se solenemente, à espera do augusto visitante, o provedor, capitão-de-fragata e clínico, Dr. Francisco Luís da Gama Rosa, o administrador, André Venâncio Pereira dos Santos, o médico, Dr. Carlos Ferreira de Souza Fernandes, nomeado comissário vacínico, o escrivão tesoureiro, os dez mordomos eleitos do ano, o capelão, o farmacêutico, um enfermeiro, uma enfermeira, o cozinheiro e cinco serventes. A todos o imperador concedeu o beija-mão, na medida em que transpunha a entrada. Ele visitou as duas enfermarias para doentes de ambos os sexos e percorreu: a sala para escrituração, conferência e capela com sacramentos, onde se celebravam missas nos dias santificados; a sala de operações; a farmácia e os cubículos destinados a doentes do isolamento e aposentos dos empregados.

O provedor Gama Rosa, com dedicação e filantropia, valendo-se de esmolos, reformara o estabelecimento que, desprotegido dos ventos, na colina, caía em ruínas, antes da sua proficiente administração.

D. Pedro II procurou inteirar-se do patrimônio daquela pia instituição, constituído de dezesseis casas, algumas arruinadas e casebres, legados ao Hospital, rendendo pequenos aluguéis; dezessete

apólices da dívida pública, sendo quatro adquiridas pela instituição, onze compradas com o apurado da loteria proposta pelo deputado Pereira Pinto e duas doadas pelo bispo diocesano do Rio de Janeiro, num valor total de trinta contos de réis, dando o rendimento anual de perto de dois contos e quinhentos. Os cofres da província contribuíam com uma ajuda de três contos e os impostos marítimos rendiam, aproximadamente, dois contos de réis.

O imperador doou, na ocasião, do seu bolsinho, três contos de réis àquela casa de misericórdia, dinheiro destinado à compra de outras apólices, e deu um conto de réis para as obras do cemitério. No caderninho, escreveu:

Antes de todas fui ao Hospital da Misericórdia. Bem situado num alto a O. da cidade além do porto dos Padres; os jesuítas. Duas excelentes enfermarias: 1ª para mulheres e outra de homens. Tem botica, sendo o administrador enfermeiro e boticário para o mais urgente. Vi 9 doentes homens, e 5 mulheres e mais duas alienadas que ficam na enfermaria onde esparecem. Há um quarto para os moribundos, e oratório. A Igreja da Misericórdia é no centro da cidade, distante do lugar do Hospital. Fonte perto, de duas bicas, do tempo do Olímpio Catão, enterrado na Igreja do Convento do Carmo.

O sepultamento foi “no pequeno cemitério ao fundo” – corrige o historiador Mário Freire.

Do Hospital da Caridade de Nossa Senhora da Misericórdia, S. M. foi ao convento de São Francisco, onde o guardião frei João Nepomuceno Valadares o recebeu, seguindo os seus passos pela velha casa arruinada.

Segundo a descrição do historiador Gomes Neto, a posição do convento era magnífica, mas faltava imponência ao seu aspecto e ao da sua igreja. Isso ele escreveu já quase trinta anos após a visita do imperador. E juntou que o torreão e parte das paredes do fundo, “em pé na área de devastação, assinalam o local das extensas acomodações da casa conventual, cozinha, enfermaria e aposentos dos hóspedes seculares”. Focalizou, também, o aspecto interno da

igreja: “Trabalhos de talha de estilo pesado ornaram os altares: era o gosto antigo. O coro é espaçoso.”

Com o maior esforço para decifrar as inscrições quase apagadas, nos pequenos quadriláteros de mármore branco, sobre o piso do claustro, S. M. copiou:

Convento de S. Francisco – 1500 e tantos. Sepultura de 1682 id 1697 – id 1654 id 1655 – [Só] há o guardião da Penha.

Volto a Gomes Neto e outros historiadores, na decifração parcial desses “hieróglifos”.



Convento de São Francisco, construído em 1591. Desenho de Levino Fânzeres, segundo fotografia tirada no ano de 1908.

A história registra que a pedra fundamental do convento foi assentada em março de 1591 e a igreja no ano de 1597.

Sobre a primeira data anotada da sepultura, eis um trecho esclarecedor, de Gomes Neto: “Lêem-se bem as letras – Severino Caput falecido em 1682.”

A data de 1654 coincide com o ano da morte de frei Francisco

da Madre de Deus, chamado pelos devotos “o enfermeiro das contas brancas” e ali sepultado com fama de santidade.

O guardião da Penha seria frei Paulo de Santo Antônio, que muito trabalhou para a terminação das obras do convento da Penha, reformou a sua capela, calçou a ladeira e viveu uma vida exemplar de penitência.

Outras lápides marcariam o local dos restos mortais de irmãos leigos [ou de religiosos] que poderiam ser: freis Antônio de Santa Maria, Simão de São Boaventura, Simão do Espírito Santo ou de outros virtuosos ali sepultados.

Sem obedecer aos parágrafos dos períodos, o imperador fez mais algumas anotações, no caderninho, sobre o convento de São Francisco:

Muito arruinado. Teve aulas outrora e [lecionou] aqui Fr. Valadares de [quem] é sobrinho o guardião, assim como do Fr. João do Paço de S. Cristóvão. Capela dos Terceiros sofrível.

Ouvi que os ossos de Pedro Palácios estão aí numa parede pretendendo Fr. João trasladá-los para a Penha.

Antes de deixar o porto de Vitória, embarcando para a Corte, D. Pedro II voltou à igreja do convento de São Francisco, onde anotou mais a inscrição:

Ven Petri Palatiis Sanctuarii D N de Penha Fundatoris Reliquiae simul cum crucis arundineae sigillo quo prae manibus gestari consueverat hic sitae sunt 1774.

Letras pintadas em chapa de chumbo.

Devo a um estudante da língua de Virgílio a tradução dessa legenda: “Aqui estão depositados os restos do Venerável Pedro Palácios, fundador do Santuário de Nossa Senhora da Penha, bem como o cajado com o sinal da cruz que nas mãos costumava trazer.”

O que se sabe sobre a história de frei Pedro Palácios sofre grande influência lendária. Em 1558 ele veio para a capitania do Espírito Santo; desembarcou em Vila Velha e perto da povoação escolheu uma pequena gruta de pedra para morada.

Trouxera da Europa um painel da Virgem e construiu, para adoração do mesmo, um nicho sobre uma pedra junto à gruta.

Na chapada ao pé do rochedo em cuja base se situa a gruta, Pedro Palácios ergueu uma capelinha para onde levou o dito painel e uma imagem de São Francisco.

E no píncaro do monte, entre duas palmeiras, o eremita ergueu uma ermida destinada ao culto de Nossa Senhora, para lá transportou o painel e fez vir uma imagem da santa encomendada de Portugal. Foi a origem do convento da Penha.

Doze anos após tal intenso labor, isto é, em 1570 (dia 2 de maio), Pedro Palácios foi encontrado morto na pequena ermida de São Francisco e teve sepultura no mesmo dia, no alpendre da ermida de Nossa Senhora. Em 1609, os irmãos franciscanos resolveram trasladar os seus restos mortais para a igreja do convento de Vitória. As relíquias foram levadas numa urna de madeira “e recolhidas num túmulo de pedra lavrada na capela do seráfico doutor S. Boaventura: ossos limpos, e a calvária com seus miolos inteiros, e secos, sem corrupção alguma, um pedaço de cordão e outro de hábito” – escreveu Jaboatão.

Para aplacar os protestos dos habitantes de Vila Velha foram-lhes distribuídos alguns ossos e criou-se a lenda de que era bastante pegar um desses ossos para curar qualquer moléstia, mormente as febres palustres.

Transcrevo outra vez Gomes Neto: “A verdade é que só uma parte dos ossos pôde ser depositada na capela-mor da igreja de S. Francisco do lado da epístola a três metros pouco mais ou menos de altura na parede em um nicho cercado de florões em relevo, tapado por uma tábua de palmo e meio de comprimento e de mais de palmo de largura”. E continua: “Há tradição de que antigamente a peça que fechava o nicho, era de mármore preto, tendo umas letras. Pode ser que por estar caiada pareça madeira”.

Outro historiador, Misael Pena, escreveu em 1878: “Acrescenta-se que no ato de sua morte os sinos dobravam por si, e que achou-se já aberta a sua sepultura no referido alpendre da ermida, onde ainda ultimamente lia-se este epitáfio: ‘Sepultura do S. Frei Pedro Palácios,

natural do Rio Seco em Castela, fundador desta ermida, que assim na vida como na morte floresceu em milagres: Faleceu na era de 1570'."

Frei Basílio Röwer informa que a mesma tampa também foi trasladada para a igreja de São Francisco e adianta:

Conservaram-se os ossos no mesmo lugar até aos nossos tempos, assinalado não mais com lápide, que desaparecera, mas com pedaço de tábua e a inscrição: *Hic jacent ossa Petri Palatii* e florão em relevo em baixo. Assim no-lo afirmaram pessoas de Vitória e já tínhamos ouvido anteriormente.

Quando, em dezembro de 1940, visitamos Vitória com o fim de enriquecer o nosso manuscrito sobre a história do convento com mais notícias, tivemos a decepção de não encontrar mais coisa alguma. O P. Leandro Del'Uomo, depois de 1926, não salvou nem os veneráveis ossos, que, misturados com o entulho ou outras ossadas encontradas, foram parar onde ninguém o sabe.

Façamos justiça ao padre Leandro, fundador, no local, do orfanato Cristo Rei. A destruição das ruínas foi acelerada quando resolveram aproveitar parte do material para uma capelinha em Argolas. E o povo, sempre que pôde, entrou de enxadão e picareta, à procura de tesouros enterrados...

D. Pedro II perguntou ao guardião frei Valadares pela biblioteca do convento. "Mostraram-lhe as paredes que outrora a encerraram, cobertas de ervas" – escreveu um correspondente do jornal. "– E os livros? – *Abiit, excessit, evasit, erupit...* – respondeu o guardião, no latim que o Imperador entendia bem."

Informação evidentemente desoladora, para um homem de estudos como sempre se revelou o monarca, em toda a sua vida. No *Diário* ele anotou:

A biblioteca do Convento deixaram roubar.

E, ainda sobre a igreja de São Francisco, não lhe escapou esta nota, de interesse do folclore capixaba:

Nesta Igreja está o S. Benedito dos Caramurus, que brincando com os devotos de S. Benedito do Rosário, chamados Peroás (Caramuru e Peroá são dois peixes) deram lugar ambos a que o Governo proibisse a saída de ambas as procissões; os Peroás são pobres.

A expressão *brincando* parece inadequada, pois, de fato, houve ferrenha animosidade entre as duas confrarias, motivando sérios conflitos com porretadas e contusões, no largo da Conceição, na ladeira de Pernambuco, no porto dos Padres e na rua dos Quadros.

A contenda teve início no ano de 1832, quando o guardião do convento de São Francisco suspendeu a procissão na festa de São Benedito.

Chovia grosso e os pretos insistiam em sair com a imagem do seu padroeiro, na crença de que o santo faria o milagre de cessar as chuvas. Não lhes faltavam estímulos para tal crença, pois havia, na província, vários exemplos de obediência da natureza aos santos desígnios de Anchieta e de Nossa Senhora, proclamados em sermões naquela capela de São Boaventura. O guardião, porém, impressionado com o volume pluviométrico, manteve a proibição e ainda foi além: reunindo-se a Irmandade para protestar, ele jogou no adro do convento os pertences da mesma, tentando com o gesto brusco a sua dissolução.

Os devotos do taumaturgo da Sicília não se deram por vencidos; arquitetaram o plano de transferir a Irmandade para a igreja do Rosário.

Cautelosamente, o frei guardião escondeu a imagem numa saleta, mas os pretos a descobriram, dela se apossaram, sorrateiros, e a levaram em triunfo para o Rosário, onde permaneceu guardada por sentinelas.

Os frades providenciaram outra imagem para o nicho vazio e as festas de São Benedito no convento passaram a ser realizadas com maior fulgor.

Os agregados na igreja do Rosário apelidaram, aos da igreja do convento de São Francisco, de *Caramurus*, termo que definia o partido restaurador, sinônimo de *rixento*, e também define o peixe esverdeado, espécie de enguia, de qualidade inferior como pescado.

Os de São Francisco revidaram, chamando a seus antagonistas de *Peroás*, outro peixe de listras azuis, igualmente desapreciado ao paladar.

As vestes das Irmandades representavam as cores dos peixes: mantelete verde na opa (*Caramurus*) e mantelete azul (*Peroás*).

Poetas tomaram partidos, como Fraga Loureiro, que escreveu:

Dizer-se que no Convento
O culto de Benedito
Não se torna mais bonito
Com muito luzimento,
Ministrado pela história,
É ofuscar uma glória,
Que sempre lhe pertenceu,
É dizer que não nasceu
Na cidade de Vitória.



Igreja do Rosário, cujos devotos Peroás mantinham-se em animosidade com os da igreja de S. Francisco – Caramurus. Desenho de Levino Fânzeres.

Mudando de partido, depois, ele achou ocasião para louvar o santo noutros versos:

Folga o céu a terra exulta,
Na fausta solenidade
Que do povo a piedade
A Benedito tributa;
A potência absoluta
Acolhe com primazia
Os louvores que à porfia,
Lhe consagram lisonjeiros,
Seus devotos verdadeiros
No Rosário de Maria.

Gonçalves Fraga também rimou a devoção:

Quis a Virgem soberana
Que o herói de Palermo
Tornasse em jardim o ermo,
Onde o seu templo se ufana
Embora a inveja insana
Seu brilho tente ofuscar
Sempre a rosa há de primar
Sobre o Verde, em qu'impéra,
Tendo enfim por primavera
De Palermo o herói sem par.

Outros vates capixabas louvaram o Santo Preto em motes e glosas, como os alferes Varela e Ferreira de Paiva, ou o padre Escobar Araújo, em sonetos ou em versos populares, tais os cantados na revista *Ontem e Hoje*, de Ubaldo Rodrigues, apresentada pela Companhia de Operetas da artista Júlia Plá, que inaugurou, na Vitória, o Teatro *Melpômene*, em maio de 1896:

1

Agora que estás pra riba,
Falá podeis;
Mais depois na pindaíba
Ficareis.

Coro

Estamos no mês da alegria,
Da festa dos Peroá
Onde passamos noite e dia,
Dançando no Camundá.
Camundá, Camundá, Camundá
Ca ... mun ... dá!...

2

Podeis vestir vosso verde,
Caramuru,
Que a cô que eu visto não perde
Do céu o azu.

3

Deixai-vos de pabulage,
Ai, Peroá.
Que a cô que eu visto no traje
É a cô do má.

4

A cô azu é celeste,
É diviná.
Os Peroá são quem veste,
Prá machucá.

Mas acompanhemos a visita de Sua Majestade Imperial, que passou ao Quartel dos Pedestres, onde observou as modestas condições da pequena tropa de pouco mais de oitenta homens ali arregimentados. Ele anotou:

A Companhia de Pedestres está num dos lados do Convento. Tem camas de ferro e pau; não arrancham; queixa-se o comandante do pano para o fardamento e dos capotes; [mas] sobretudo dos sapatos.

Das janelas que serviam ao quartel, S. M. pôde divisar a área de terreno tomado do convento pelo ex-presidente José Maurício Fernandes de Barros, para a construção de um cemitério provincial. Limitado para o obituário, situado na base do morro, próximo ao Lameirão, estendia-se para o lado da capela de Nossa Senhora das Neves, um pouco afastada do convento. Assim, no coração da cidade, constituía uma infração às boas normas da higiene pública.

D. Pedro II anotou:

Perto está o cemitério do Sacramento e depois o terreno que é dos frades destinado para cemitério público. Com pequenas obras já lá se vão 14 contos e o local é num morro por cima duma das fontes da cidade; a Fonte Grande. A despesa é do tempo do Presidente Barrinhos, e Vice-Presidente Itapemirim.

Embora o novo trajeto a percorrer para atingir o convento do Carmo, ao alcance da vista, fosse curto, pelas mesmas razões da caminhada anterior a comitiva montou de novo e os cavalos patinharam no barro, escorregavam pela vereda até a escadaria do convento.

S. M. freou as rédeas da alimária bem à entrada da capela, ao lado direito do velho edifício, parcialmente em ruínas, como o que acabava de visitar. Ele escreveu:

1696 – Boa Igreja. Convento arruinado; mas as paredes boas.

E, pouco adiante:

Capela dos terceiros ao lado da Igreja do Convento; a mais bonita que visitei.



Convento do Carmo, Vitória

A data acima não se relaciona com a da fundação do convento, que remonta aos meados do século XVII. Trata-se de um legado àquela casa conventual, em Piranema, distrito de Nova Almeida, com trinta escravos e uma capela. O benfeitor, capitão Manuel Torres de Sá, ali fora, provavelmente, sepultado, e a data teria sido copiada da sua lápide, inscrição bem legível, pois razões tinham os frades para não a esquecer. De acordo com as cláusulas testamentárias, os bens reverteriam ao hospital da Misericórdia, caso não se cumprissem as condições de serem celebradas missas em ação de graças à alma do finado e festejada, todos os anos, com solenidades, a data do patriarca São José.

Aliás, nem tanto carecia de pecúnia o convento e não fora por pobreza que chegara àquele estado ruinoso. A fazenda Piranema era considerada uma das melhores da província e dava uma renda anual de vinte contos.

O convento achava-se praticamente abandonado, reduzido a um único prior, frei Antônio de Nossa Senhora das Neves, e era natural que este se travestisse em capataz de fazenda, elevando o

número dos escravos para oitenta e cultivando café e cereais, que eram bem vendidos na praça.

Devido às imposições do senhorio da casa em que se achava o Quartel de Polícia em aumentar o respectivo aluguel mensal para vinte e cinco mil réis, o presidente Veloso se entendera com os carmelitas, os quais transferiram o convento para o governo, para o fim de ser transformado em alojamento da Companhia de Guarnição.

Eis como, posteriormente, expressou seu protesto o padre-poeta Antunes de Sequeira:

Esta morada ativa tão possante
Dos ritos do Carmelo viridente,
Ocupada está por baionetas,
O som de seus sinos são cornetas!

Na entrada do quartel achava-se o seu comandante, alferes Bernardino de Souza Magalhães, à frente da reduzidíssima tropa da Companhia de Polícia. Esse oficial, no seu relatório datado de 30 de abril daquele ano, registrou as palavras que lhe dirigiu o soberano. Prefiro transcrever o diálogo que, segundo Jair Dessaune, se teria estabelecido.

– É este o efetivo de sua Companhia? – perguntou D. Pedro ao alferes-comandante, que se enrijara numa continência, logo desfeita a um gesto do Imperador.

– Pela Lei Provincial n.º 25, de 24 de julho de 1858, esta Companhia completa tem um comandante, um primeiro sargento, um furriel, dois cabos, um corneteiro, e trinta praças, Majestade.

– Mas só vejo quinze praças e um cabo...

– Saberá Vossa Majestade que temos destacado quatro soldados em São Mateus, três na Serra, dois em Piúma, e três em Benevente, estando um cabo e um soldado em diligência na Corte. O corneteiro está de plantão. Dois soldados estão em serviço no Paço.

D. Pedro sorriu da precisão da resposta e arrematou a conversa encerrando a visita:

– Não é boa a colocação das tarimbas desta praça. Seria conveniente uma colocação melhor para maior arejamento. Além disso, elas devem ser substituídas por camas de ferro, para melhor agasalho dos soldados.

No seu caderninho de bolso, completando as impressões sobre a visita ao convento do Carmo, Sua Majestade ajuntou:

Tem num dos lados o Corpo de Policia que só tem 30 praças e 7 agora no quartel. Não se lhes dá roupa branca, e capote por autorização do presidente não há na tabela, 18\$ por mês de soldo, 20 para fardamento, 800 rs. diários para etapa. Estrebaria começada para 2 ou 3 cavalos, mas a Assembléia não autorizou a criação desses soldados de cavalaria.

As visitas às igrejas prolongaram-se até dezenove horas, quando o imperador se recolheu ao Palácio. Ele fez ainda estas anotações:

Amparo; Sta. Luzia; S. Gonçalo; Conceição; Matriz é grande e não é feia construída como está agora em 1748; Rosário num alto para o qual se sobe por diversos lanços de degraus, descobrindo-se para o lado d'O. a cidade; linda vista.

Das janelas do Palácio, Suas Majestades podiam apreciar a iluminação da cidade, que rutilava. Logo defronte, estava o arco construído a expensas do comércio, segundo desenho do engenheiro francês Eugênio de La Martinière, que o comerciante José Francisco Ribeiro se incumbira de executar, dirigindo e estimulando os operários.

Num exemplo, o mesmo Sr. Ribeiro gastara alguns caixões de velas de spermacete, acesas sobre os parapeitos das janelas de sua residência.

Procedimento análogo tivera o juiz de direito da comarca, Caetano Pinto, e outros abastados moradores da cidade, iluminando as fachadas das suas casas.

Pelo esplendor da iluminação, destacavam-se o Quartel da Companhia Fixa e a Capitania do Porto, ornados com arcos de luzes, e o Palácio, a Tesouraria, a Cadeia e a Alfândega.

Os sessenta e oito lampiões a azeite de carrapato ou mamona eram, naquela festiva noite, ofuscados pela abundância de velas e candeieiros das residências, ricas e pobres, num “modesto e espontâneo sinal de contentamento que todos queriam patentear ao seu monarca”.

As bandas de música, notadamente a do prof. Baltazar, percorreram as ruas principais, parando em frente de algumas casas, como na em que se hospedava o deputado Pereira Pinto, e eram seguidas alegremente por cidadãos de realce a erguer vivas, acolitados pelos populares.

Do alto do arco do comércio, intelectuais recitavam poesias, procurando dar o mais elevado timbre de voz, mas eram abafados pelas aclamações da turba, todas as vezes que Sua Majestade se dignava a assomar às janelas do Paço.

Muitos aplausos alcançou o Sr. Manuel Ferreira de Paiva com o recitativo “em voz sonora e em candente metro”.

Foi recitado o soneto do poeta espírito-santense Gonçalves Fraga, constante do *Jardim Poético*, coletânea organizada por Pereira de Vasconcelos, outro ilustre beletrista da terra:

Três séc'los para mais têm decorrido
Em que Pedro Cabral por um arcano
Divino aparelhava o sólio ufano
Aos Pedros – Pai, e Filho esclarecido.

Neto d'avós, como eles tão subido!
Monarca sábio, justo, reto, humano;
Parece que dos céus o *Soberano*,
Tinha tal coincidência permitido.

Pedros derivam pedras, e em brilhante,
Em rubis sobre o oiro tens fundado
Teu trono, *Pedro*, no *Brasil ovante*!

Tu és já deste Império amante e amado;
És também desde o Ocaso ao Levante
Benquisto em todo Orbe e respeitado.

Um outro trovador anônimo, “no meio de uma ardente explosão” – segundo observou o padre Antunes de Sequeira – disse:

Senhor, a nossa cidade,
Pobre, pequena, abatida,
Com vossa régia presença
Ficou hoje engrandecida.

E as comemorações do povo prosseguiram por noite adentro: queimaram-se muitos fogos de armações, ornados com elementos mistos; foguetes de três e quatro respostas; de dois e três arrancos; com vistas de cores; foguetões, com bombas de salvas e fogos de armações, ornados com elementos mistos, especialmente encomendados ao Guilhermino Antônio Pereira, de São João da Barra, na província do Rio de Janeiro.

Não se preocupou com a ordem pública Manuel Pedro Álvares Moreira Vilaboim, chefe de polícia, pois o entusiasmo do povo era grande.



Um dia movimentado

Na manhã de 27, sexta-feira, bem cedinho, D. Pedro II, após um ligeiro desjejum, às seis e meia, montava a cavalo, acompanhado de pequeno séqüito. Foi pela estrada da Capixaba, onde havia a fonte do mesmo nome, e, em marcha que não durou trinta minutos, chegava ao forte de São João.

Aquele forte, a despeito dos ligeiros reparos por que passara recentemente, era já condenado pela história à inexorável sentença da inatividade.

Louvando as grandes lides do passado, dos canhões enferrujados, escreveu, posteriormente, Antunes de Sequeira:

Que cenas de terror não incutiram
Essas bocas de fogo ao estrangeiro;
Que raios veementes não feriram
O espanhol, indolente aventureiro?
Medrosos holandeses bem sentiram
Seu arrojo no tiro, bem certo,
Que afundou lanchão de gente armada,
Por valentes marujos equipada!

À porta do forte, formava em guarda de honra toda a guarnição, menos de uma dezena de artilheiros, os quais haviam sido tomados de empréstimo da infantaria da Guarda Nacional.

O comandante, alferes João Manuel da Cunha, que já expedira ordem das salvas de 21 tiros, devidas na chegada e saída do augusto visitante, de acordo com o regulamento das continências e honras militares em vigor, estava satisfeito, pois todos os canhões funcionaram bem. Ele teve um momento de embaraço, ao apeiar-se Sua Majestade, indeciso se se empertigava na continência, se interrompia esta para o beija-mão ou se prendia as rédeas do cavalo. Mas D. Pedro restituiu-lhe o controle, tocando-lhe o ombro com a destra e sorrindo.

O monarca andou pela esplanada do forte; examinou seus dez canhões de calibre 9 montados sobre as novas carretas vindas há poucos meses do Arsenal de Guerra da Corte; olhou as casamatas, algumas balas amontoadas ao acaso; viu as lanadas, os soquetes, as banquetas, a caiação fresca das grossas paredes; foi ao quartel alto, examinar as tarimbas que serviam às acomodações da guarnição; desceu ao compartimento da casa da pólvora; subiu as escadas que conduziam ao velho aterro que, outrora, servia de castelo, com suas ameias, onde examinou uma grande bateria. A tudo esquadrinhou, desde o fardamento dos soldados e o estado geral do forte até a paisagem que se descortinava baía afora.

O tempo apagara a inscrição em uma pedra do pórtico, marcando a primeira edificação daquele forte, atribuída ao capitão João Ferrão de Castelo Branco, no meado do século dezessete. A inscrição era ilegível há cem anos atrás. Acredita-se que a edificação foi anterior ao ano de 1624, data em que se imprimiu na Holanda o *Reys-boeck*, em cujas páginas uma xilogravura reproduz aquele forte, cilíndrico como um castelo de jogo de xadrez.

D. Pedro II examinou de perto as velhas pedras argamassadas com cal de burgigão, ou conchas do rio da Costa, e óleo de peixe e viu no portão de entrada pela parte inferior, destinado aos que chegavam pelo mar, uma inscrição recente, marcando a ultima reedificação, feita em 1848, no governo meteórico do presidente Antônio Pereira Pinto. Mas a sua atenção voltou-se para o monte das grossas correntes que outrora eram empregadas para fechar o porto, prendendo-se ali uma das pontas e a outra nos argolões que

ainda se encontravam cravados na pedra do Pão de Açúcar ou Penedo, bem defronte.

No seu caderninho de notas, o imperador assim registrou a visita:

Antes do almoço também fui ver a fortaleza de S. João, com 10 peças e depósito de pólvora do Governo; passei pela fonte da Capixaba, cujo frontispício foi construído na Presidência do João Lopes da Silva Couto. Por detrás da fortaleza, havia uns restos da muralha do tempo dos Holandeses, como li na coleção do *Semanário*, folha que já não se publica, redigida pelo José Marcelino de Vasconcelos.

Do forte de São João, dirigiu-se D. Pedro à primeira aula de instrução primária.

E o correspondente do *Jornal do Comércio* escreveu: “Consta-nos que Sua Majestade não mostrou-se satisfeito com o estado da instrução pública; e assim devia ser, pois ela entre nós está infelizmente atrasadíssima.”

Com efeito, o bacharel João dos Santos Neves, que viera há pouco tempo da Bahia para ser promotor da capital e diretor da instrução pública, já opinara, em relatório: “O ensino público da Província é um ensino negativo, que sem dar nada, ou dando pouco, gasta e estraga muito.” E apontava como principal causa do descalabro a falta de professores habilitados, difíceis de arregimentar enquanto não se lhes acenassem melhores proventos. Dizia que qualquer trabalhador ou servente de ofício ganhava dois mil reis de salário (o mínimo para a vida daquela época), ao passo que um professor não ia além de seiscentos e oitenta reis diários...

Norteando-se pelo regulamento do ensino francês, o presidente Leão Veloso resolvera dividir o ensino primário em duas classes. No de 1.^a classe, então ministrado em vinte e uma escolas que funcionavam nas cidades, vilas e freguesias mais importantes como núcleos populacionais, o programa compreendia: leitura e escrita; noções preliminares de gramática; princípios elementares de aritmética (até sistema de pesos e medidas e proporções); noções de geometria prática e instrução moral e religiosa.

No ensino de 2.^a classe, então ministrado em dezenove escolas distribuídas por freguesias menos desenvolvidas e povoações onde havia mais de vinte meninos em idade escolar, ensinavam-se as mesmas matérias, ainda mais resumidas, cancelando-se geometria e limitando-se a aritmética aos rudimentos das quatro operações. Esse mesmo programa servia à instrução do sexo feminino, com o acréscimo de ensino de costura, bordado e música. Mas, desde 1852, havia uma única escola feminina em Vitória. Em 1854 haviam sido criadas uma cadeira na cidade de São Mateus e outra na vila de Itapemirim. Ambas particulares, achavam-se, no ano findo (1859), desprovidas de professoras – situação deveras calamitosa, que levou o citado diretor da instrução pública a concluir: “A mulher que é ainda considerada cousa sem direitos como homem, ainda escrava...”

As quarenta escolas de meninos que não mereciam o elogio daquele diretor constituíam um privilégio para os oitocentos e sessenta e um meninos brancos, nelas matriculados, pois os escravos não alisavam os bancos escolares.

Quanto ao ensino secundário, dava-se no Liceu da Vitória, que fora instalado em 1853, dez anos após o decreto da sua criação. Funcionara, de começo, no convento de São Francisco, cujo prédio sofrera, para tal fim, reformas, concordando o governo em pagar à irmandade um aluguel de duzentos mil réis anuais. Suas cadeiras haviam sido reduzidas de sete para cinco: latim, francês, geografia, história, música e filosofia racional e moral. Funcionava, agora, em salas do Palácio e devia reabrir a 1.^o de março, pois estava em férias. Se estivesse em período letivo, o imperador teria constatado, *de visu*, a sua decadência, reduzido a oito alunos, apesar da sua quase gratuidade, pois o Liceu cobrava, de matrícula, quatro mil réis...

Havia três cadeiras de latim, assim distribuídas pela província: São Mateus, Serra e Itapemirim. Mas só a da capital, anexa ao Liceu, estava provida de professor, fato que, segundo o ponto-de-vista do presidente Veloso, “longe de ser um mal, tem sido um bem, pois que de tais aulas espalhadas pela província nenhuma vantagem há auferido o ensino público; não resultando para a sociedade nenhum proveito de que alguns de seus membros gastem tempo em aprender

o latim, sem que tenham meios de prosseguir na carreira de estudos, donde lhes possa provir utilidade prática, e considerando-se aliás humilhados em seguir qualquer profissão industrial, porque se iniciaram nas belezas dos clássicos latinos, tornam-se ambiciosos e não achando saída as suas ambições, inquietos e perigosos”.

A primeira escola que visitou D. Pedro foi regida pelo professor Manuel das Neves Xavier.

Tomando o assento do mestre, o imperador examinou o livro do registro da escola; folheou o compêndio de gramática portuguesa de 54 páginas, encomendado em 1848 pelo presidente da província, Luís Pedreira do Couto Ferraz, ao brilhante intelectual carioca, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, que se radicara no Espírito Santo, e inquiriu alguns alunos, assim registrando as suas impressões:

Aula de meninos de Manuel Xavier das Neves [sic], 79 matriculados. A letra do professor é sofrível. 60 de frequência. 1.º lê bem mas um pouco cantado – já decoraram toda a gramática do Suzano e agora começam a regra. Está em quebrados, porém não sabe os princípios, e já esqueceu um pouco a regra da divisão. Há 5 anos. 2.º lê hesitando; gramática idem; não sabe a divisão. Há 3 ½ anos. Não sabem nada de doutrina. O professor não me parece cuidadoso. A letra dos meninos é sofrível.

Dessa aula de meninos encaminhou-se o imperador para a enfermaria militar, onde foi recebido pelo Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, cuja chegada recente em Vitória para chefia daquele serviço merecera um tópico no *Correio da Tarde* de 12 daquele mês, encerrado com esta observação: “Temos agora três médicos, portanto, é provável que não morra ninguém.”

Às nove e meia da manhã S. M. recolheu-se ao Paço, para curto descanso e o almoço. Ao meio dia, reiniciou as inspeções começando pela visita à repartição das Terras Públicas, que era dirigida pelo deputado provincial, José de Melo e Carvalho, presidente da comissão incumbida de preparar o baile em honra às augustas personalidades.

D. Pedro passou, em seguida, ao sobrado do Sr. Barroso, para visitar os Correios, transferidos em caráter provisório do Palácio para aquele local, pelo diretor, Sr. Antônio José Machado. No mesmo prédio, o monarca teve ensejo de visitar a Tesouraria Provincial, dirigida interinamente por José Marcelino Pereira de Vasconcelos, recém-nomeado, o qual achou aquela repartição em estado caótico, tendo o registro atrasado desde 1854, com uns pingados mil réis de saldo e muitos vales em caixa, assinado por particulares há quase um ano!

O tempo até as duas e meia da tarde foi bem aproveitado, nas diversas visitas que fez o imperador.

“Não foram visitas de formalidade,” – registrou o *Jornal do Comércio* – “foi um exame minucioso e acurado de tudo. Assim, por exemplo, no Quartel da Companhia Fixa, Sua Majestade examinou os dormitórios, o rancho, a cozinha, provou a comida, indagou de tudo e saiu satisfeito do que viu.”

No ligeiro bosquejo das suas anotações D. Pedro II fez este registro:

Antes e depois do almoço [visitei] as repartições públicas.

A enfermaria está em casa úmida e convém mudá-la.

A Alfândega pouco tem que fazer e o inspetor aproveita um terreno entre a Alfândega e a Capitania para aí plantar figueiras e roseiras.

O Quartel não está mal arranjado. Repartição do delegado do Ajudante General, que é o Barrão, da Fábrica de Pólvora.

Cadeia boa, mas com presos demais; livros menos regulares. A Câmara está no mesmo edifício.

A Tesouraria Provincial tinha-se mudado para outra casa, que alugaram, só porque [a antiga] se achava muito suja para a visita!

Correio em lugar acanhado, na casa que serve à Tesouraria Provincial.

Tesouraria Geral no 1.º andar do Palácio – queixa de falta de empregados para o serviço.

Depósito de artigos bélicos no andar térreo do Palácio – inútil, podendo os objetos guardar-se no quartel.

Os armazéns da Capitania estão em casa separada da secretaria, que se acha em casa do capitão do Porto que, disse o Presidente, só trata de

completar o tempo para reforma, sendo aliás bom provedor da Misericórdia.

O presidente Veloso teria feito omissão ao salário mingüado do patrão-mor da Capitania do Porto, que percebia apenas quarenta e dois mil réis mensais. Não obstante, o dinâmico capitão-de-fragata Gama Rosa, sem apelar para os cofres públicos e só com o braço operário do Arsenal, reedificara o edifício que ameaçava desabar, solapado em sua base pela maré. Construía, ainda, com a mesma economia, um cais ao qual podiam atracar navios do maior calado.

Na caixa forte da Tesouraria Geral guardavam-se duas relíquias que foram mostradas ao imperador: uma caixa de prata, com um fragmento de tibia de Anchieta, e uma caixa de madeira, com alguns fragmentos ósseos de Nóbrega, reduzidos pela devoção dos fiéis que não se contentavam só em ver mas também em levar pequenas partes daquelas relíquias.

Pouco antes, o imperador passara pela igreja de São Tiago, contígua ao Palácio, onde tivera ensejo de copiar a legenda inscrita em latim na lápide, ornamentada com florões de mármore branco do túmulo do taumaturgo Anchieta. Sendo a mesma ainda hoje legível e conservada naquele Palácio, limitar-me-ei a reproduzir a sua tradução em nosso vernáculo: “Aqui jazeu o venerável Padre José de Anchieta Apóstolo no Brasil e Taumaturgo do Novo Mundo. Faleceu em Reritiba no dia 9 de junho de 1597.”

Estando alquebrado pelas mortificações a que voluntariamente se impunha, precocemente envelhecido e doente, foi Anchieta, em 1587, transferido para o Espírito Santo, fixando-se na aldeia de Irititibá ou Reritigbá, como a chamavam os índios, devido à sua abundância de ostras.

Por duas vezes teve o catequista de se transferir para Vitória, sendo designado superior da casa do Espírito Santo, arcando com a responsabilidade do governo das quatro aldeias então existentes na capitania: Reritigbá, Guaraparim, São João e Reis Magos, aldeamentos a cuja fixação dos silvícolas ele vinha emprestando o

seu concurso como médico-curandeiro, evangelizador e professor, em cansativas peregrinações de um a outro.

Dentre as diversas peças de teatro que escreveu e fez encenar na capitania, razão pela qual os capixabas o consideram orgulhosamente como o seu primeiro poeta e teatrólogo, ele teria levado ao palco, interpretada pelos índios, no pátio da igreja de São Tiago: *Na Vila da Vitória*.

Voltando ao eremitério, que chamou “Reritiba é minha terra / Aldeia mui virtuosa”, lá escreveu sobre a história da ordem e a vida dos primeiros inacianos no Brasil e lá faleceu, aos sessenta e três anos de idade.

Dos quarenta e quatro anos de apostolado em nossa terra, viveu dez no Espírito Santo, que mereceu a honra de o acolher como morada derradeira.

Mais de trezentos índios, através de quinze léguas, levaram o seu corpo em cortejo fúnebre para ser sepultado no Colégio de Vitória, ali naquele mesmo local próximo ao altar da igreja de São Tiago, em cujo mausoléu o imperador copiara a inscrição.

Escreveu Simão de Vasconcelos, no ano de 1672, textualmente: “(1609 – julho) Sendo visitador geral desta província o Padre Manoel de Lima e provincial o padre Fernão Cardim, por ordem do nosso reverendo padre geral Cláudio Aquaviva, de noite, a portas fechadas por temor do povo, se desencerrou do sepulcro em que estava, havia doze anos, o corpo venerável do padre José de Anchieta e se trasladou em parte ao Colégio da cidade da Bahia. No tempo desta trasladação, por meio de alguns ossos, que então se repartiram a pessoas seculares e religiosas que os pediram, é fama pública que obrou o Senhor muitos milagres, especialmente em enfermos de dores.”

Graças ao pedido do ouvidor da capitania do Espírito Santo, teria sido remetida àquela capitania, da Bahia, a caixa trabalhada em prata, contendo o fêmur do jesuíta.

Serafim Leite, que é historiador bem informado, diz que no período do processo de beatificação de Anchieta, em 1734, fez-se e ficou naquela igreja de São Tiago um cofre suntuoso de prata para guardar a tal relíquia.

Na relação da prata que foi dos jesuítas daquela igreja, anexada a um ofício do governador Tovar ao Ministério do Reino, datado de Vitória, aos 20 de junho de 1808, consta no final: “um caixotinho de prata lavrada, tem dentro uma canela do venerável Anchieta.”

Em 1876, as duas caixas ainda estavam em Vitória e podiam ser vistas na sacristia da igreja de São Tiago, segundo informava o Sr. Sá e Benevides em documento compulsado por Celso Vieira.

Um documento redigido em latim e exposto na cela de Anchieta, em Benevente, declara que, no ano de 1888, dois jesuítas, ao visitarem o Colégio de Vitória, viram uma caixa de madeira com o letreiro: “Osso do Venerável Padre José de Anchieta”, constatando haver, na verdade, um único osso. Eles foram informados, na ocasião, por um historiador, que D. Pedro II tirara um fragmento do osso como relíquia. E o historiador anônimo teria oferecido aos dois visitantes o osso inteiro.

Fica, assim, explicada a maneira como o Espírito Santo perdeu a relíquia do Taumaturgo do Novo Mundo...

É curioso constatar a omissão do imperador em registrar em sua caderneta de bolso a santa lembrança.

Por ato do piedoso capixaba, D. Helvécio, arcebispo de Mariana, a relíquia voltou ao Espírito Santo e se encontra em exposição no convento da cidade de Anchieta, ponto de atração turística.

Quanto à relíquia de Manuel da Nóbrega, falecido em 18 de outubro de 1570, no Colégio do Rio de Janeiro, é tão difícil informar a sua procedência quanto seu paradeiro.

D. Pedro II teve ocasião ainda de visitar a escola feminina da professora Vitória Antunes da Penha, criada pela Lei nº 4, de 18 de março de 1853. A professora veterana estava efetivada por decreto. Eis como impressionou ao imperador essa escola:

Aula de meninas de Vitória Antunes da Penha. 16 matriculadas. 14 de frequência. 1.^a lê mal; gramática nada; multiplica só. Há 5 ou 6 meses; mas já tinha algum estudo.

A professora já serve aqui na Vitória quase 5 anos.

2.^a lê hesitando muito – nada de gramática; multiplica só. Há 8 meses; já tinha estado em aula particular.

Nada sabem de doutrina e a professora parece má.

O livro de matrícula é escrito pelo irmão da professora; a letra das meninas é má.

Por último, Sua Majestade esteve na escola de meninos do Dr. José Ortiz, donde levaria melhor impressão, pelo menos do professor, que também ocupava a cadeira de francês do Liceu e havia sido designado pelo presidente Veloso, no meado do ano de 1859, para reger aquela aula primária, que se achava vaga, acumulando as duas funções.

O presidente estava convencido da necessidade da criação de uma escola-modelo na capital do Império, para a formação de professores destinados a difundir a prática do ensino no interior das províncias. Ele achava que “os sacrifícios que se fazem com a Instrução e Educação do povo não deixam de ser sempre indenizados com usura”. Resolveu concretizar a idéia no Espírito Santo, fazendo freqüentar a escola do professor Ortiz pelos professores de 1.^a e 2.^a classe, num esforço de melhorar o nível pedagógico.

D. Pedro anotou:

Aula de meninos do Dr. Ortiz. – 54 matriculados. 28 a 30 de freqüência. Há 3 meses que se abriu a aula. 1.^o lê menos mal, apenas distingue as partes da [oração]. Divide e mal sabe a prova real. 2.^o lê pouco melhor – gramática, idem. Multiplica só sem saber a teoria. Nada sabem a explicação da doutrina. Sabem de cor as rezas. Letra dos meninos sofrível; o professor parece bom.

Às 14:30 o imperador recolheu-se ao Paço, para um breve descanso até o jantar, às 16 horas.

Mereceram a honra do convite de S. M. para sentarem à sua mesa: os semanários; o ministro Couto Ferraz; o presidente Veloso e sua esposa; o secretário do governo da província; Lima e Castro, juiz de direito da vila de Itapemirim; Pereira Pinto, deputado provincial; o barão de Itapemirim; o coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt; o comendador Monjardim; Manuel Pedro Vilaboim, chefe de Polícia, e os oficiais da guarda de honra.

Não houve as formalidades de um solene ágape. O imperador teria contribuído para quebrar o tom austero dos comensais, dirigindo a palavra a uns e outros, procurando deixá-los mais à vontade.

A bruma dos cem anos passados e a escassez do noticiário impedem-me de recompor os diálogos que então se teriam estabelecido.

“A tarde estava destinada para um passeio pela baía, feito em escaleres” – escreveu o enviado do *Jornal do Comércio* – “e no qual tomaria parte S. M. a Imperatriz; apareceu, porém, a S. M. o Imperador, uma visita de vinte e quatro índios puris, pertencentes ao Aldeamento Imperial Afonsino, com os quais Sua Majestade se entreteve toda a tarde, organizando um vocabulário do respectivo dialeto e indagando dos seus costumes. Era belo ver-se o monarca do Império do Brasil a emparelhar-se com a humilde gente sempre lhano e afável; como então se engrandecia ele!”

Aquelas duas dúzias dos remanescentes de uma tribo valente que soubera lutar com intrepidez para expulsar das suas terras, nas cabeceiras do Itapemirim, os primeiros tiradores de ouro, não vinham com os seus papagaios, periquitos e sagüis domesticados, exibirem-se, pintados de urucum e jenipapo, mostrando a destreza no manejo do arco e flecha, a exemplo da célebre festa brasileira, realizada para os reis da França, em Rouen, no ano de 1550 e historiada por Ferdinand Denis.

Foi muito singela a visita, entretendo-se o imperador com os índios no pátio do Palácio.

O Aldeamento Imperial Afonsino, regularmente estabelecido em 1845 por recomendação do governo geral, à margem esquerda do rio Castelo, no local onde existira povoação de mineradores conhecido por Bananeira, distava 22 léguas de Vitória, seis léguas de outro sítio de mineradores – Lavrinha – e três dias de caminhada da vila de Itapemirim, através de uma estrada que, a rigor, não passava de uma picada a machado e foice mata a dentro, com subidas penosas e atoleiros grandes no tempo das águas. Fazia parte do município da cidade de Vitória e era sujeito à jurisdição do distrito de Viana. O governo procurara formar aquela colônia agrícola, cuja denominação Afonsino foi escolhida em homenagem ao filho

primogênito de D. Pedro II, o príncipe D. Afonso, aldeando os puris domesticados que o capitão Joaquim de Moraes Peçanha, residente na serra das Frecheiras, não se sentia capaz de acolher em sua fazenda.

Graças aos desvelos do diretor-geral dos Índios, o barão de Itapemirim, o aldeamento chegara a atingir razoável progresso, com população de oitenta e tantos indígenas, plantando e colhendo abundantes mantimentos para o seu sustento e se apresentando vestidos com roupas por eles mesmos costuradas. Mas o rigor excessivo do capuchinho genovês, frei Bento Bubio de Torsino, quebrantou-lhes o ânimo e serviu de pretexto para a debandada de muitos, o que levou o aldeamento a entrar em decadência.

Os vinte e quatro remanescentes preferiram desprezar as culturas de milho, arroz, cana, e outros cereais; liquidar com as últimas cabeças de gado e com os dois lotes de burros que serviam para o intercâmbio das suas mercadorias; abandonar a dezena de casas que possuíam, algumas cobertas de telhas, por eles mesmos fabricadas, os paióis, monjolo, chiqueiro, e ficarem ali mesmo por Vitória, formando uma espécie de bairro da cidade. As suas mulheres já haviam aprendido a fazer rendas de bilros e eles, sempre peritos na confecção de redes e tarrafas de tucum, estariam melhor como pescadores.

Não consta que o Sr. Manuel Pereira de Faria, diretor do aldeamento, tenha acompanhado aquela delegação de índios, nem que eles hajam pretendido qualquer benefício junto ao monarca. Este foi lacônico nas notas, escrevendo só: “Tarde. Estive com os Puris.” Em páginas adiante, escreveu o vocabulário, então recolhido, o qual transcrevo no final do trabalho.

Vale ressaltar o conhecido interesse do imperador pelo estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. A colaboração que publicou, em francês, anos depois (1889), como anônimo, numa obra de envergadura, *Grande Encyclopédie*, intitulada “Quelques notes sur la langue tupi”, faz judiciosas observações, como estas: “A língua tupi tem para os brasileiros uma grande importância; primeiro porque ela é ainda hoje falada por um grande número de índios selva-

gens que precisam ser civilizados e por índios já civilizados; segundo porque a maior parte dos nomes geográficos, na sua forma indígena, são conservados ou herdados pelos primeiros colonos que falam o tupi como o português; enfim, porque muito termos designativos, mormente os da flora e fauna, têm sido adotados na língua portuguesa que falam os brasileiros.”

Das 18 às 20 horas, no salão do dossel, o imperador, embora pouco afeito a discursos, ainda se dignou a ouvir, com toda paciência, a lengalenga das felicitações pronunciadas pelos representantes das diversas comissões das comarcas e municípios, louvaminhas que não me animo a transcrever, recomendando, ao leitor amante do gênero, a leitura do jornal carioca que as estampou em parte, *Correio da Tarde* (jan. e fev. de 1860).

Mas, para registro da história, dispensando os nomes dos edis de Vitória, já mencionados, citarei as outras delegações, começando pela comissão do Corpo do Comércio da cidade, assim composta: Manuel do Couto Teixeira; Vicente José Gonçalves de Souza; Manuel Rodrigues de Campos; José Francisco Ribeiro e José Gonçalves de Araújo Viana. Ao discurso laudatório dessa comissão o imperador respondeu: “Agradeço muito a felicitação que me dirige o Comércio da cidade de Vitória.”

Representavam a Câmara Municipal da vila do Espírito Santo: major Antônio Leitão da Silva; capitão José Pinto Coutinho Rangel; e tenente Pedro Antônio de Azeredo. Sua Majestade respondeu-lhes: “Agradeço os sentimentos da Câmara do Espírito Santo”.

A Câmara Municipal da vila de Guarapari, cujo orador, após proferir que “Vossa Majestade Imperial se dignou honrar uma das estrelas que abrilhantam o fulgor da sua coroa, isto é, a terra primitivamente doada a Coutinho”, apresentava os parabéns ao régio casal “pela maneira entusiástica com que tem sido acolhido”. Essa Câmara era representada pelos seguintes cidadãos: capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos; capitão Joaquim Ramalhetta Maia; e capitão Domingos Lourenço Viana.

Em nome da cidade e Câmara de São Mateus apresentou-se com discurso João dos Santos Neves, diretor da Instrução Pública

da província, redator do semanário de oito páginas *Aurora*, cujo 1.º número aparecera em 19 de agosto de 1859 e que ficaria encerrado com o 16.º número, devido à nomeação daquela inteligência moça para juiz municipal e de órfãos dos termos de Benevente e Guarapari.

Representavam a vila de Nova Almeida: comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; capitão Joaquim Jerônimo Barrão; capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos; capitão-de-fragata Luís da Gama Rosa; e desembargador [*sic*] Carlos Ferreira de Souza Fernandes.

Eram os representantes da vila de Santa Cruz: comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; Antônio Joaquim Rodrigues; e José Marcelino Pereira de Vasconcelos.

Cito, por último, a maior delegação, representante da Câmara Municipal da vila de Itapemirim, a qual se compunha dos seguintes senhores: Antônio Pereira Pinto; coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt; arcipreste João Felipe Pinheiro; coronel Dionísio Álvaro Resendo; vigário Miescelau Ferreira Lopes Wanzeller; e capitão-de-fragata Francisco Luís da Gama Rosa.

O correspondente do *Jornal do Comércio* registrou mais essa *mar-che aux flambeaux*:

Às 9 horas da noite um batalhão popular, com música e archotes, esteve em frente ao Palácio, dando vivas e tocando o hino nacional, percorrendo depois todas as ruas da cidade.

Era imenso o número de cidadãos de todas as classes que compunham este batalhão e era de ver a alegria, o entusiasmo quase frenético em que Sua Majestade era repetidas vezes saudada.

Como da noite antecedente, toda a cidade, iluminou-se.

O imperador, apesar do programa tão intenso, ainda achou um tempinho para escrever à filha adolescente de treze anos, Dona Isabel, cujo aproveitamento nos estudos muito o preocupava, principalmente a matemática. Ele, que tanto observava a caligrafia dos professores e alunos, na visita às escolas, escreveu quase ilegível:

Vitória, 27 de janeiro de 1860.

Cara Isabel.

Estimo que vás melhor de teus beijos. Eu e tua mãe gozamos de saúde.

A 11 estou no Rio, e creio quando nesse mesmo te abraçarei como tanto desejo, pois as saudades são imensas.

Vai nova arca de Noé no *Paraense*.

Amanhã vou ver o Convento da Penha cuja descrição te farei vocalmente quando começar a narrar a minha odisséia.

No dia 1º vou para o Rio Doce e também aí verei curiosidades, sendo uma delas índios quase selvagens que felizmente não são os Caetés do Bispo Sardinha.

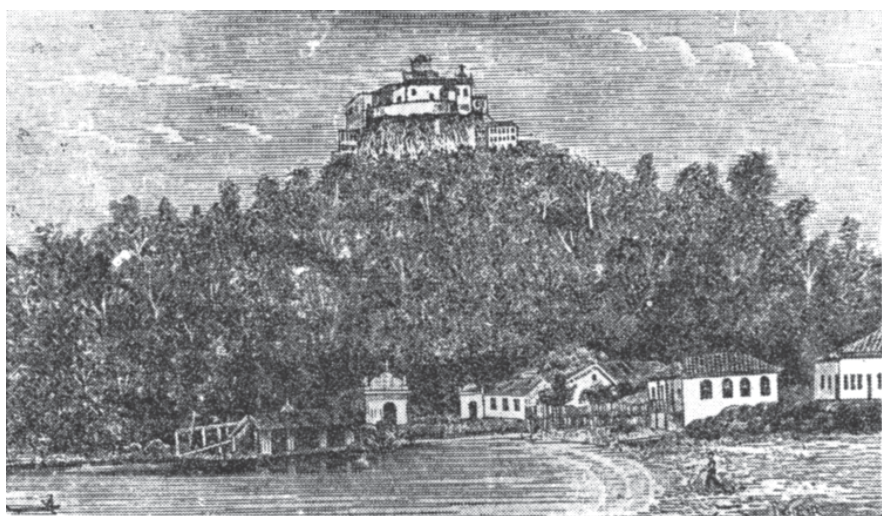
Adeus! recebe a benção saudosa do

Teu pai extremoso,

Pedro.

As equações do 2.º grau?





*Convento da Penha. Ilustração do livro de Gomes Neto (1888),
em xilogravura do atelier artístico de Alfredo Pinheiro.*

Convento da Penha – Vila Velha do Espírito Santo

Elevado audaciosamente no cume de um rochedo, a 145 metros de altitude, exposto à fúria dos raios e à violência eólica, em seus quatro séculos de existência, o convento da Penha tem sofrido avarias e passado por reformas conseqüentes, por transformações e mesmo por algumas transfigurações arquitetônicas. Daí ressaltarem, em importância para a história, os apontamentos de D. Pedro II sobre a sua visita àquele convento. Eles completam, em alguns pontos, o mais extenso documentário da época, escrito pelo ex-presidente da província, coronel José Joaquim Machado de Oliveira, e publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Naquele tempo, a viagem a Vitória era feita em barco e existia, ao lado do portão de entrada do convento, um antigo barracão servindo de cais.

O guardião do convento, frei João Nepomuceno Valadares, providenciou a melhoria desse cais, mandando construir uma ponte de madeira para o desembarque de Suas Majestades e fez levantar um arco, espécie de pavilhão com figuras alegóricas, no começo da ladeira, para ser iluminado à noite.

Fez mais: decorou o convento e preparou assentos especiais destinados aos augustos visitantes.

Naquela manhã de sábado, 28 de janeiro, às 6 horas, dava-se o embarque de Suas Majestades, em Vitória, acompanhados dos seus semanários, do presidente Veloso e do secretário Brandão. Condu-

ziu-os o vapor *Pirajá*, o qual atravessou a ala das embarcações embandeiradas no porto, de cujas tripulações e ocupantes se ergueram vivas.

Formou-se um cortejo de barcos atrás do *Pirajá* que, em menos de uma hora, chegava à vila do Espírito Santo.

“No desembarque” – escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* – “foi S. M. recebido pela Câmara Municipal, pelos oficiais da Guarda Nacional de Artilharia que se achavam em grande uniforme, subdelegado, juiz de paz, professor, e por muitos cidadãos, bem como por um grupo de meninas trajando branco, e que eram guiadas por um caricato de selvagem de nossas matas.”

“A Vila do Espírito Santo estava em bulício e movimento: havia saído do estado de quietismo e paz que lhe é habitual.”

E prossegue: “Além de algumas pessoas que acompanharam o vapor, outras já esperavam a S. M. para subirem com ele a fatigante ladeira que precede ao Convento. Entre essas pessoas estavam o Comendador Monjardim, deputado Pereira Pinto, dois filhos do Exmo. Barão de Itapemirim, Dr. Melo, Sr. Lima e Castro, Dr. Clímaco, Dr. Lourenço, Dr. Rodrigues, Tenente-Coronel Sarmento, Coronel João Gomes, Capitão José Marcelino, padre-mestre Sales, padre Duarte, vigário Wanzeller, Tenente Coronel Malta, Major Henrique e outros.”

O imperador dirigiu-se a uma pequena gruta onde frei Pedro Palácios teria morado, segundo a lenda, em companhia de um cão, um gato, e um preto escravo, onde entrou e demorou-se alguns minutos, “fazendo as reflexões e indagações”. Ele anotou:

6 ½ – 7h – Pedra debaixo da qual morava Pedro Palácios leigo.

O guardião cercou de muro com o seguinte dístico sobre a porta: Primeira Morada do Fundador deste Convento Frei Pedro Palácios o qual faleceu em 1575.

Essa inscrição teria levado frei Teotônio de Santa Humiliana a repetir os erros, quando a substituiu, quatro anos depois, por uma lápide com legenda em latim, cometendo outro erro ao afirmar que

Pedro Palácios “construiu” o convento. Palácios faleceu em 1570 e não teve tempo para construir obra tão monumental. Erigiu a Ermida das Palmeiras no alto do rochedo onde os irmãos franciscanos, seus sucessores, construíram o convento.

A ladeira de acesso, chamada pelo povo de *ladeira da penitência*, por exigir esforço na subida, já apresentava o mesmo calçamento de pedras irregulares, escorregadias e algumas em declive bem acentuado.

Com a boa disposição dos seus 34 anos de idade, o imperador galgou-a em apenas trinta minutos, a pé, como procediam osromeiros devotos. Se lhe oferecessem uma cadeirinha, ele teria manifestado a sua repugnância a esse meio de transporte dos nobres, repetindo o que dissera na Bahia, ao observar que esse transporte só deveria ser aproveitado por quem não tivesse pernas.

Mas Dona Teresa Cristina, cujo achaque de asma lhe prejudicava o fôlego no penoso exercício, aceitou a rica cadeirinha que lhe apresentou o guardião frei Valadares, nela percorrendo os últimos passos da íngreme ladeira.

A modificação do talhe de letra mostra que o imperador sentiu, como não podia deixar de sentir, nos trinta minutos de subida, o acelerar das pulsações. Ele anotou:

7 e 10 – Começo da subida e 40 chegamos ao Convento. – 7 lugares destinados para Passos, mas só na base do penhasco é que há o do Senhor do Bom Jesus dos Passos que é uma capelinha.

À frente dessa capela havia um alpendre apoiado em quatro colunas toscanas, unidas por três arcos.

O monarca fez a sua contrição, por alguns minutos, ao Senhor dos Passos e galgou a sétima e última ladeira de degraus escavados na rocha, sem abrigo das árvores.

“Ao chegar à esplanada do Convento” – escreveu o repórter do *Jornal do Comércio* – “S. M. fez algumas observações sobre o rio da Costa, que, em seu movimento de águas, envia montões de areia sobre a barra, a ponto de prejudicá-la em seu fundo, e sobre o que

mandou de próximo o nosso digno e ativo presidente fazer observações e exames pelo major-de-engenheiros Monteiro Drumond.”

O imperador anotou essas observações:

Rio da Costa, que entulha de areia o porto entre a Penha e o Moreno – é preciso dar-lhe saída para o lado de fora do Moreno, e há pouco que rasgar: o plano do Drumond e do capitão do porto Gama Rosa, que importa em 9 contos e tanto, exige um açude que não será talvez preciso podendo-se deitar pedra da Penha e do Moreno dentro do rio.

Já em 1832 o major-de-engenheiros Luís D’Alincourt, natural de Lisboa e falecido no Espírito Santo, onde prestou relevantes serviços, escrevera em relatório ao ministro do Império, fazendo notar que a barra de Vitória, sendo boa por natureza e forrada geralmente de pedra, se vá por desleixo tornando má, por causa daquele rio. Concluía: “Tapando-se solidamente este medíocre trajeto, e rasgando-se o terreno baixo junto à fralda do Moreno pelo Sul, obter-se-á um novo leito para o rio.”

O *Correio Mercantil* de 5 de junho daquele ano da visita imperial informou que o coronel Jardim, do exame a que procedera no rio da Costa, reconheceu que de modo algum ele concorria para obstrução do porto, e aconselhava o seu saneamento. Mas, em julho do mesmo ano, o deputado Pereira Pinto, levando o assunto à Câmara dos Deputados, contestava essa opinião. Punha-se ao lado do plano do engenheiro Antônio Pedro Monteiro Drumond e evocava uma observação feita pelo oficial de marinha, Delfim de Carvalho “que tendo entrado em 1857 no porto de Vitória e voltando a ele em 1859 achou no seu fundo a diferença de uma braça para mais.”

No poemeto descritivo da província disse, muito depois, o padre Francisco Antunes de Sequeira:

Da Costa estreito rio serpeando
Beija os campos, que também inunda;
Quando marés e chuvas vão inchando
Há muito peixe, o marisco abunda
Por fora nos recifes eriçando

Ouriço e lagosta em gruta funda
Com o polvo luta com fereza
Dos quais todos se faz bem lauta mesa!...

O repórter do *Jornal do Comércio* prosseguiu a sua grande cobertura: “S. M. entrou para o convento e percorreu todo o pavimento baixo, e no fim dele sentou-se sob uma janela por muito tempo, que aproveitou em tomar em sua carteira suas notas de viagem, e até, consta-nos, em desenhar a bela vista que oferece a entrada da barra, observada daquela posição.”

Com efeito, D. Pedro teve tempo de descansar as pernas, apontar o lápis e, após apreciar a magnífica paisagem que deslumbra a vista de qualquer mortal, daquele pórtico, desenhar o perfil das montanhas, ocupando duas páginas da caderneta e aproveitando o espaço do corpo das montanhas para escrever.

Dom Pedro II desenhou esse belo perfil orográfico que emoldura a capital capixaba e preencheu o espaço em branco com anotações em sua letra miudinha. Entre os alcantis do Pontal e Mestre-Alvaro, escreveu: “Copiado do Convento da Penha – 28 de janeiro de 1860: lado do N”.



As notas prosseguem:

Do alto da Penha vê-se para o lado do Sul o lugar da barra do Jucu, e para O. descobre-se parte do canal que liga esse rio ao porto de Vitória.

O convento já teve 18 religiosos.

Quadro da Virgem com o menino pintado em madeira que é do tempo de Palácios.

Por detrás da capelinha do Bom Jesus, subindo, numa das extremidades do morro, estava a 1.^a capela do Palácios, de S. Lourenço, com a imagem também de S. Francisco donde trazia a imagem de N. Sra. que está na igreja [do convento] da Penha, para este lugar.

Os ossos do Palácios estão, com efeito, em S. Francisco, e têm inscrição – do lado da epístola, a meia altura da parede, na capela-mor.

Valho-me outra vez da reportagem do jornal carioca: “S. M. assistiu ao santo sacrifício da missa, bem como S. M. a Imperatriz e todos os companheiros. Durante ele, que foi acompanhado de uma música suave e harmoniosa, cujos sons se desprendiam ao longe, não houve coração algum que não sentisse verdadeira comoção”.

E D. Pedro anotou:

Ouvi missa na Penha, dita por Frei João que passa por sofrível pregador, e tem zelado muito o Convento da Penha; é frade esperto.

Os acordes sacros do velho órgão, “eloqüente testemunho do que foi, outrora, o conventinho da Penha”, na observação de um romeiro, enchiam a capela de pia unção.

Enquanto se manteve genuflexo perante o altar-mor, teve tempo de sobra para observar, em detalhes, a imagem de Nossa Senhora, de 76 cm de altura, esculpida em madeira, que frei Pedro Palácios encomendara de Portugal. Viu a velha imagem original, “um primor de escultura”, com a “expressão de uma doce melancolia”, conforme escreveu Gomes Neto, cuja beleza ainda não se ressentia da ação do tempo, nem das reformas que viria sofrer depois. Notou a riqueza

dos paramentos: coroa de prata; palma; túnica de seda branca e manto de veludo azul claro, rendados e bordados a ouro; brincos e adereços de pedras; cordão de pérolas com seis voltas; colar de ouro com três voltas; trinta e quatro pedras de várias cores, no peito; seis anéis nos dedos, também de diversas pedras. O Menino Deus, no braço da imagem, apresentava um resplendor de ouro, cravejado com dezesseis pedras de cores diferentes, e um lindo brilhante. Pendente ao pescoço do mesmo, um cordão fino, de ouro, em oito voltas, com uma cruz dourada. Em sua mão esquerda, o Globo, com uma cruz, o Espírito Santo, e um cordão em diversas voltas, tudo de ouro.

A riqueza daquele santuário não poderia, evidentemente, escapar à observação do monarca. Só o ouro oitavado dos objetos preciosos que guardavam na tesouraria – relicários, cruzes, anéis, brincos, alfinetes, pulseiras, colares, rosetas, cordões, botões etc. –, inventariado no ano anterior àquela visita, pesava 1.202 gramas e 206 miligramas e meio. Mas esses detalhes não constaram dos apontamentos de S. M., que pisava os lustrosos tijolos de mármore de Carrara com veios vermelhos. Ele anotou:

O chão da capela-mor é de mármore, e os degraus da cor de rosa, assim como as 2 colunas de cada um dos lados do lugar onde está no altar-mor N. Sra., sendo algumas das peças dos pedestais de mármore, havendo-se dourado os capitéis do mesmo mármore cor de rosa, quando há poucos anos se reparou o convento de 1853 a 1857 sendo já guardião o Fr. João de Nepomuceno Valadares.

Observou os quadros dos milagres:

Há 4 pequenos quadros pintados nas paredes laterais da capela-mor, representando pessoas carregando materiais para o Convento e Igreja, o edifício concluído, e do outro lado, N. Sra. no alto da Penha, estando em baixo a 1.^a capelinha do Palácios, e N. Sra. aparecendo a Palácios numa cela.

Viu, ainda, outros quadros, inaugurados em 1856: retratos, seu, do guardião frei Valadares, de D. Manoel do Monte, bispo do Rio

de Janeiro, e de frei Antônio do Coração de Maria e Almeida, ministro provincial e pregador imperial.

Fez a descrição do santuário:

O Nicho da Sra. no altar-mor era de mármore rosa mas não podendo dourá-lo, substituíram-no por outro de pau e esse mármore, dividido em pedaços, tem dado muitas relíquias: levo algumas delas.

Com referência aos troncos das palmeiras que Machado de Oliveira viu ainda em 1843, “meio carcomidos, mutilados, dois a três palmos fora da terra e que têm atravessado séculos de duração”, observou D. Pedro:

Já não existem os 2 tocos das palmeiras entre os quais aparecia a Virgem. Ladeavam o altar-mor, ainda em tempo do Pedreira, segundo lhe ouvi.”

Defronte à undécima e última cela da casa conventual na clausura, num salão de vinte e seis palmos de comprimento sobre dezesseis de largura (pouco mais ou menos), assoalhado e forrado com a mesma simplicidade do corredor imediato, arejado por três janelas, sendo uma em direção do oeste e duas voltadas para o norte, nesse modesto salão almoçou o augusto casal.

Mas acompanhemos a visita, através do repórter do jornal: “Sua Majestade almoçou e ainda se demorou muito no convento, sendo de lastimar que não encontrasse manuscritos alguns ou livraria e nem mesmo uma lenda da fundação e história do convento que, não há muitos anos, ainda existia.”

Eis o que escreveu, a propósito, S. M. I.:

Já não há manuscritos apenas um livro para o nome dos visitantes e eu assinei-me com a Imperatriz em outro novo.

Também deixaram as suas assinaturas no novo livro de ouro: D. Josefina da Fonseca Costa (dama de S. M. a imperatriz); visconde de Sapucaí (camarista); João de Almeida Pereira Filho (ministro do Im-

pério); conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz (viador); Antônio Manuel de Melo (guarda-roupa); Francisco Bonifácio de Abreu (médico da imperial câmara); Antônio José de Melo (capelão); Tobias Rabelo Leite (oficial-de-gabinete); oficiais da fragata a vapor *Amazonas* e o comandante da galeota *Pirajá*; o vice-presidente da província, João da Costa Lima e Castro; o escritor José Marcelino Pereira de Vasconcelos; [os dois filhos do] barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima e Francisco Bernardes da Silva Lima; e o professor Manuel das Neves Xavier.

O imperador viu as senzalas e as casas dos romeiros que nos dias de festas eram transformadas em cassinos de grande frequência, principalmente dos campistas.

O convento tinha a posse do terreno da montanha, por escritura pública muito antiga, e também possuía alguns escravos, carpinteiros e pedreiros, dos quais auferia rendimentos, dissipados por alguns guardiões de administrações anteriores.

D. Pedro documentou:

O Convento da Penha possui 40 e tantos escravos e recebe muitíssimas esmolas, havendo bastantes ex-votos.

Ele também mostrou a sua generosidade, entregando ao guardião uma esmola na quantia de quinhentos mil réis.

A descida da ladeira foi feita debaixo de copiosa chuva que não perturbou a boa disposição e o bom humor de D. Pedro, o qual se divertiu com o comendador Monjardim:

O Monjardim, ouvindo guinchar os sagüis, disse que eram dos amarelos; mas ele já viu ratinhos cor de rosa, que morrem logo que são tirados do buraco; morcegos do tamanho de patos; recebeu 7 frechadas no Rio Doce, onde arranando o jantar sobre uma pedra, pôs-se esta a andar; que era uma tartaruga. É notável pelas petas, sempre inocentes.

Sobre a ladeira, em cuja descrição Machado de Oliveira foi minucioso, ele anotou:

A ladeira é toda bordada de muro baixo e por fora mato, e no pé da morada do Palácios há uma pedra grande com nicho feito não sei quando no lugar em que Palácios adorava a imagem da Virgem que fugia para o alto do penhasco.

O repórter do jornal acompanhou o imperador: “Descendo do convento, S. M. percorreu ainda a vila, visitando a matriz cuja vista interior faz apertar de dor o coração do cristão; e aproveitamos este ensejo para suplicar ao Exmo. Presidente que mande aplicar a ela o conto de réis decretado pela assembléia para suas obras, e ao vigário da vara para que empregue suas forças a fim de ser dado um pastor às ovelhas daquela freguesia.”

Aquela povoação de pescadores, local donde Vasco Coutinho escorraçou os índios, em 1535, ao tomar posse da capitania que lhe doara D. João III, mereceu estas considerações do soberano:

O lugar da Vila Velha é uma várzea excelente para uma cidade, com enseada abrigada e perto da costa; só o medo dos caboclos faria mudar os habitantes para a Vitória.

Dessa opinião não só divergiam os historiadores capixabas Brás Rubim e José Marcelino como, mais experientes, os que tentavam lavrar aquele solo arenoso, dominado pelo sapé, camará e formigas cabeçadas.

D. Pedro impressionou-se com o estado de penúria da igreja de Nossa Senhora do Rosário, em cujo altar não faltavam as modestas oferendas dos aromáticos alecrim e rosmaninho, e doou para reforma da mesma, do seu bolsinho, quatrocentos mil réis. Escreveu:

A matriz que não tem vigário há bastante tempo conserta-se; tudo na vila está em decadência; é uma espécie de S. Vicente de S. Paulo.

A comitiva passou pela fonte pública Inhoá e por algumas velhas casas coloniais, em cujas janelas algumas sinhás e mucamas espreitavam cheias de curiosidade.

D. Pedro dirigiu-se à escola de 1ª classe, regida pelo professor Firmino de Almeida e Silva, e exarou na cadernetinha esta impressão:

Aula de meninos de Vila Velha do Espírito Santo. 13 matriculados – 10 de freqüência. 1.º ainda soletra para si, nada de gramática, só multiplica. 2.º lê um pouco melhor, nada de gramática; só multiplica. Os mais adiantados diz o mestre que já saíram. O 1.º há 2 anos e tanto, e o 2.º há quase 3 anos. A letra do professor não é boa. Sabem alguma doutrina e as rezas. O professor parece sofrível. A letra dos meninos é má.

S. M. visitou, após, a casa que servia para as reuniões da Câmara Municipal e cadeia e passara por alguns reparos a fim de receber aquela visita. Ele doou aos pobres da vila quatrocentos mil réis de esmolas.

D. Teresa Cristina resolveu aguardar ali na Câmara, enquanto D. Pedro visitava a fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, onde o comandante, capitão-de-engenheiros Pedro Cláudio Soído, o levou a examinar a artilharia, a escrituração, as acomodações dos soldados:

[Portão] da fortaleza de S. Francisco Xavier da Barra e de Piratininga com inscrição. 10 praças de guarnição da G. N. e 5 pedestres efetivos cadete e outro ambos da Força com os sinais [mudados cada mês]; [tarimbas fixas], cozinham sobre pedras num quarto. O paiol não servia por estragar a pólvora e ter muito cupim. Xadrez com tarimbas e tronco. O comandante lecionava meninos da Vila Velha na fortaleza antes do incômodo da mulher. Tem violão e cavaquinho e gosta de música tocando bem. 5 peças de 26 na bateria de cima circular; 5 de 12 que já não servem na bateria de cima semi-octógono irregular. A artilharia da bateria de cima na salva à minha chegada fez correr as telhas da casa que era destinada para o ajudante, lugar suprimido.

Inscrição do portão: Reinando muito poderoso Rei de Portugal D. Pedro 2º N. S. mandou fazer esta fortaleza Dom Rodrigo da Costa [Governador] e Capitão-general deste Estado do Brasil. Ano de 1702.

O repórter do jornal carioca seguia as pegadas do imperador: “Depois deste exame, S. M. foi ainda recebido com frenético entusiasmo por um aluvião de pessoas que estavam postadas à margem da baía, desde as Pedreiras até ao Cais das Colunas, lugar de seu desembarque.”

O regresso deu-se no mesmo vapor *Pirajá*, à uma hora da tarde.

De pé sobre a popa da embarcação, D. Pedro observava os acidentes geográficos que bordam e enfeitam a entrada da linda baía:

Defronte da Vila Velha do Espírito Santo há uma ilhota de pedra chamada ilha da Forca; perto da ilha do Boi há ilhota de pedra que é a ilha do Bode.

Vindo tornei a ver uma pedra no mar onde há uma cruz sobre um maciço [caiado] de alvenaria, por aí aparecerem 2 corpos mortos, e há legenda de Anchieta vindo de Benevente ter encontrado um viajante que ia para Benevente e que lhe perguntando onde se encontrariam outra vez, respondeu-lhe que naquela pedra onde se encontraram os corpos de Anchieta e do outro viajante.

O episódio de predição do venerável apóstolo assim foi contado pelos seus biógrafos: Anchieta fazia, de canoa, a sua penúltima viagem da aldeia de Reritigbá para Vitória e encontrara-se, em frente àquele local, conhecido por Cruz das Almas, com a canoa do seu compadre e amigo Manuel da Vide, proprietário de um sítio no campo de Piratininga. Conversaram e, ao despedirem-se, observou o taumaturgo que de novo se tornariam a encontrar no mesmo local, mas que ele não responderia, deixando vaga essa observação. E o encontro ter-se-ia ocorrido poucos meses depois, em junho de 1597, quando o viajante deparou com o cortejo fúnebre da indiada que levava o seu compadre para ser sepultado no Colégio de São Tiago.

D. Pedro II fez ainda estas observações:

Defronte da foz do rio da Costa está o [baixo] do Pampeiro, onde naufragou por descuido o Pampeiro, primeiro navio que comandou o Pedro Ferreira, o qual dizem que fora encontrado depois no mato chorando.

Depois de bem - saber o Excmo. Sen-
tor, he um irado de poder chorado elle
de Foz, perto de elle de Bem he irado
de poder que e a casa de Pedro. E
alto de Pedro não se puz o lado do
sul o lugar de barão de Gual, e por
O. descreva - se parte do canal que liga
elle ao porto de Victoria. Por, mais
no Porto visto por Fr. José que puz
para a foz de Foz, e tem zeloso mto.
Convento de Pedro, e foz de Foz. Vinda
Foz, e via com poder no novo onde he
sobre um masso criado de diversos
um corpo para este aparecerem e corpo
muito, e he legenda de Archeleto Ar-
chiele vinda de Benevite encontrou um
viçante que he pe Benevite e que he
perguntando de o encontrou entre vez vez
pode he que n apelle pura onde s en-
traram os corpo de Archeleto e de
entre viçante. E prime da fin de vi
de Archeleto em o leniz de perpura onde
n atrasando campes para primeira em
neo que comandou o Pedro Benevite, e que
dizer que fin encontrou depois no masso
chorando



O dito brigue de guerra, naufragado em outubro de 1828, levava um carregamento de barricas cheias de moedas de cobre do nosso tesouro. Sob as ordens do capitão-tenente Pedro Ferreira de Oliveira, servia o então guarda-marinha João Maria Pereira de Lacerda, que viria a ser o pai do bispo D. Pedro de Lacerda.



Colônia de Santa Leopoldina

Por ofício de 15 de dezembro de 1855, o conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, então ministro do Interior do Império, comunicava ao presidente da província do Espírito Santo, José Maurício Fernandes Pereira de Barros, a resolução de fundar, na região da cachoeira do rio Santa Maria, uma colônia de estrangeiros. Entrementes, o tenente João José Sepúlveda de Vasconcelos recebia a incumbência de fazer o levantamento do terreno e medição de quatro léguas quadradas à margem daquele rio, local situado entre a cachoeira Grande e a cachoeira de José Cláudio. Dividiu-a em lotes iguais, de 62.500 braças quadradas cada um, e nela demarcou uma área de 500 braças quadradas para o estabelecimento da povoação. Os lotes urbanos mediam 10 braças de frente e 25 de fundo.

Providenciaram-se edificações de uma moradia provisória para o diretor da colônia; de armazéns para víveres; e um barracão amplo com compartimentos destinados ao alojamento de cinquenta famílias.

Antes de terminados tais trabalhos preliminares, já em março de 1857, o governo imperial fazia seguirem para aquela colônia os seus primeiros habitantes, 140 suíços transferidos de Ubatuba, província de São Paulo. Estabeleceram-se às margens do rio Santa Maria e seu afluente, o ribeirão das Farinhas, local mal escolhido, segundo concluía o vice-presidente da província, Sr. Monjardim, em relatório de maio do ano seguinte, ao mesmo tempo em que indicava

um terreno mais conveniente, ao sul daquele, na direção do antigo quartel de Bragança.

Nesse ano (1858), outra leva de 22 imigrantes foi para lá encaminhada, e a 21 de agosto de 1859 aportava em Vitória o vapor *Virgínia*, procedente de Anvers, trazendo mais quarenta e três colonos alemães, os quais se destinaram à nova área demarcada, de 200 lotes ou prazos.

Os terrenos montanhosos, vales apertados e solo com pequena camada de húmus foram plantados de lavouras de milho, mandioca, feijão e café. Experiência onerosa, que resultou, nos primeiros anos, em um desacoroçoamento da maioria dos colonos. Não fosse a ajuda, em dinheiro, do governo, eles não conseguiriam manter-se só com a minguada produção da terra.

Havia colonos de diversas nacionalidades: prussianos, saxônios, hessienses, badenses, alsacianos, nassauenses, holandeses, suíços, tirolese, luxemburgueses, belgas e ainda alemães de outras regiões.

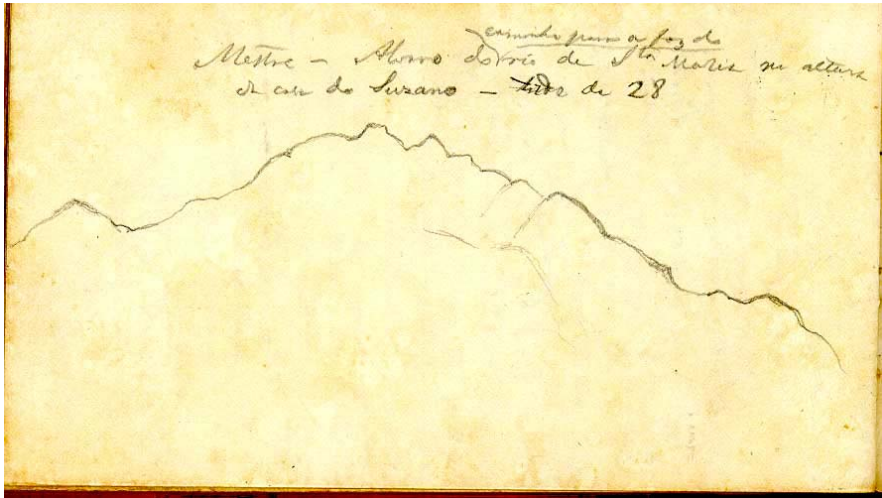
Ao escolher aquela colônia como início da viagem ao interior da província, D. Pedro II estava preparado para as reclamações e lamúrias que havia de ouvir, pois não lhe era estranho o destino dos imigrantes do império.

No mesmo dia em que estive no convento da Penha, isto é, a 28, ele embarcou, às 16 horas, no vapor *Pirajá*, subindo a desembocadura do rio Santa Maria.

O vapor atravessou em pouco tempo o estuário do Lameirão, até a ilha das Caieiras, onde S. M. e a sua comitiva fizeram baldeação para uma galeota. Pouco adiante, no Porto da Pedra, minúscula povoação, constante de um par de casas e uma grande venda, transferiram-se para uma grande canoa, com um toldo de linho na popa e forrada com macios colchões de crina animal, destinados a amenizar aquela viagem noturna.

Graça à previdência do presidente Veloso, havia moringues de água potável; refrescos de pitanga e caju; cestos recheados com uma apetitosa matalotagem, e um garrafão de cachaça para retemperar as energias dos remadores, pretos escravos.

Antes do escurecer, pôde ainda desenhar este croqui, no qual após a legenda:



"Mestre Álvaro do caminho para a foz do rio de Santa Maria na altura da casa do Susano - tarde de 28."

Eis como S. M. cronometrou o começo da viagem:

28.

Tarde.

5 e 8 m largou o Pirajá - 6 menos 9 m a par da [povoação da] ilha das Caieiras; paramos - 6 e 10 m passei para a galeota - e 36 m boca do Santa Maria - 7 e 5 m Porto da Pedra.

Ele abreviou a descrição daquela viagem de 60 quilômetros de percurso em mais umas poucas linhas:

O rio é muito tortuoso e às vezes as varas não tocavam o fundo, grande correnteza por estar muito cheio; mata pelas margens; bastantes mosquitos.

Eram de inspirar confiança a prática e a resistência dos quatro pretos remadores, bem como a perícia do quinto, que sustentava o leme.

A luz verde de uma lanterna de madeira erguida na proa traçava a rota tortuosa para as canoas que vinham atrás.

Quando o toque do *buzo*, ou buzina de chifre de boi, soprado pelo canoeiro-mestre, anunciou, ao longe, a aproximação de Sua Majestade do Porto do Cachoeiro, estrugiram girândolas de foguetes, o sino da capelinha pôs-se a repicar festivamente, e os colonos e moradores da vizinhança, umas trezentas pessoas, congregadas pelo tenente João da Silva Nazaré, diretor da colônia, disparavam para o céu as suas espingardas e erguiam vivas entusiásticos, enquanto a canoa aparecia, na volta do rio, manhã cedo.

Escreveu o enviado do *Jornal do Comércio*:

Pouco depois S. M. pôs o pé em terra, acompanhado do Sr. Presidente da Província, do Sr. Ministro do Império, e dos mais senhores de sua comitiva e o Sr. Tenente Nazaré foi o primeiro que teve a honra de beijar a mão augusta do imperador.

Neste momento outras girândolas subiram aos ares, os alemães continuaram com as salvas, o sino continuava a repicar, os corações, redobrados de entusiasmo, tocavam ao delírio.

Prossegue a reportagem:

S. M. subiu por uma pequena ladeira alcatifada de folhas verdes, passou por debaixo de um arco, armado de folhas de caféiro e ramagens de cana e flores campestres. Seguiu por uma alameda de coqueiros, passou ainda por um outro arco armado com a mesma simplicidade do primeiro e finalmente entrou na casa que lhe estava destinada, e durante este trajeto foi sempre saudado com o maior entusiasmo.

E eis as primeiras impressões do augusto visitante:

Cheguei à Colônia às 5 e 33 m da manhã de 29. Subida íngreme; porém curta; algumas pequenas casas cobertas de palha entre as quais a que serve à diretoria onde me acho.

Noutra página do diário, sem seqüência do assunto, ele anotou:

Quase todas as casas da colônia Leopoldina são de paus fincados unidos e todas cobertas de palha.

A modesta moradia provisória do diretor Nazaré tinha um leito preparado “com decência”, destinado ao repouso de Sua Majestade, que não quis recolher-se ao mesmo. Após fazer algumas indagações e acrescentar algumas notas no caderninho de bolso, ele preferiu ir ver a nova casa de madeira com dois cômodos, em construção, da diretoria, onde se deteve por minutos em palestra com o fazendeiro da região, Sr. Freitas, e daí foi visitar a capelinha construída por esse devoto, onde ouviu missa rezada pelo capuchinho frei Adriano Lauschner, acolitado pelo futuro marquês de Tamandaré, integrante da comitiva.

Terminada a missa, S. M. regressou à casa da diretoria, onde concedeu audiência a alguns colonos e examinou o livro de registro dos mesmos. Doou seiscentos mil réis de esmolas, deu igual quantia para o cemitério, e trezentos mil réis ao padre Adriano, para a compra dos paramentos da igreja. Foi minucioso nos apontamentos:

Já falei com o padre católico – edificação de 2 capelinhas nos extremos da Colônia em lugar da igreja em qualquer deles ficando nesse caso perto dos católicos obrigados a andar perto de 2 léguas para ouvirem missa; o padre obriga-se a dizer duas cada domingo e dia santo.

O médico está aqui há 1 ¼ ano, serviu aos ingleses na Criméia, corre a Colônia onde não há enfermaria.

Procurou informar-se sobre o estado sanitário da colônia, com o tal médico, alemão, Dr. João Braun, prussiano, solteiro, com vinte e oito anos de idade, e que ali chegara em janeiro de 1858. Continua:

Aclimação difícil, havendo disenterias; depois as moléstias freqüentes são opilação e hidropisia; os colonos dantes por economia substituíam o toucinho por óleo de mamona.

O uso desse poderoso desobstruente era peculiar aos holandeses, chegados em 1859, os quais se encontravam nas piores condições de

vida, mais por culpa deles próprios. Comiam quase que só um pirão de farinha de mandioca misturado com água e óleo de rícino. Alimentação extravagante, mas não original, pois segundo o botânico capixaba, José Ribeiro Monteiro da Silva, os chineses empregavam óleo de mamona na alimentação, após submetê-lo previamente a um processo de purificação, eliminando as suas atividades acres e irritantes.

Continuam as notas do imperador:

O terreno do lugar do desembarque é dum Bento José de Freitas, filho de Domingos José de Freitas ainda vivo possuidor com outros filhos de terras próximas – tem servido muito à colônia; falou-me de 18 anos de briga com o gentio.

A casinha, defronte da [da] diretoria, foi feita para serraria da colônia.

Falei com um homem que tem a meia hora do lugar do desembarque 20.000 pés de café.

O terreno do Freitas (no Cachoeiro de Santa Maria) vai do desembarque até meia légua onde começa o território da Colônia.

A data que anotou no livro de matrícula, “aberto em 13 de outubro de 1852”, não coincide com os documentos históricos sobre a fundação da colônia. Mas o seu testemunho é irrefutável e merece transcrição *ipsis litteris*.¹

Livro de matrícula aberto em 13 de outubro de 1859 – 217 famílias – 932 colonos – Não está completamente escriturado. Não marcou os prazos por não estarem ainda bem medidos e [haver] muitos com o mesmo número, convindo fazer nova numeração.

Pouco afastado da atual casa da direção, construída para depósito de colonos que é próprio nacional assim como um barracão onde se recolheu

¹ A expressão “aberto em 13 de outubro de 1859” foi inserida por D. Pedro numa entrelinha sublinhada, o que levou o autor e outros intérpretes do original a lerem o número 9 como um 2. O ano de 1859 é compatível com a data da fundação da colônia de Santa Leopoldina, em 1857 [Nota do editor].

os colonos recém-chegados está-se fazendo num lugar mais alto a casa da diretoria; perto de outra já feita que pertence ao Freitas. A obra não vai bem construída, parede de madeira fina. Pedra trazida de 2 léguas. Mais para cima, há uma capelinha do Bento José de Freitas, onde o padre diz missa, e outra na capela da Colônia.

O terreno do barracão, onde se recebem os colonos recém-chegados, foi dado à Nação por Bento José de Freitas.

O correspondente do *Jornal do Comércio* dá seqüência à reportagem: “Almoçou às 8 horas e tiveram a honra de servir-lhe à mesa os Srs. Nazaré, Muniz Freire e Monjardim. Depois do almoço, foi convidado pelo Exmo. Sr. Presidente para dar um passeio por uma estrada nova que se está abrindo, o que se dignou aceitar, dizendo: – Vamos para não perdermos tempo.”

O presidente Veloso havia feito um apelo “ao patriotismo de alguns cidadãos”, quando elaborou o programa de recepção aos augustos visitantes, segundo noticiou o *Correio Mercantil*, em correspondência datada de 14 de dezembro de 1859, com esse fecho: “Este apelo não foi baldado; 14 fazendeiros tomaram à sua conta a satisfação desta necessidade, ficando a cargo de 8 a estrada do Porto Velho à Colônia de Santa Isabel e de 6 a do Aca à de Santa Leopoldina.”

O repórter do *Jornal do Comércio* esforçou-se na ampla cobertura jornalística do acontecimento:

Na volta, esperou uns 30 minutos, enquanto encilhavam os cavalos e durante este tempo conversou em alemão com algumas meninas filhas dos colonos, que animadas pela bondade do Imperador, tornaram-se quase familiares, conversando com desembaraço, e dançaram a valsa ao som de uma gaita de fole: S. M. mostrou-se satisfeito desta festa inocente.

Às 10 horas menos um quarto, partiu S. M. a percorrer a Colônia, acompanhado de um grande número de cavaleiros, e durante todo o caminho S. M. mostrava-se satisfeito do estado nascente da lavoura, da fertilidade das terras, notando porém que a lavoura do café poderia estar mais adiantada. S. M. muito bem conhece que se da lavoura tem de vir a nossa grandeza futura, o café tem de representar indubitavelmente o

papel mais brilhante nesse drama de prosperidade; portanto, quer dirigir os espíritos de seus súditos para a convicção desta verdade sublime.

Preconizando a riqueza da nossa rubiácea, o repórter dava mostras de conhecimentos de economia. Sua narrativa prossegue:

Ao passar pela ponte do Presidente Catão, S. M. foi recebido no meio de vivas e aclamações por um grande número de alemães que aí o esperavam para saudá-lo.

D. Pedro II observou a topografia do terreno, os acidentes geográficos e, com maior interesse, as condições de vida dos imigrantes:

O terreno da Colônia é todo montanhoso.

Pouco para cima do porto de desembarque margem direita do cachoeiro de José Cláudio há a cachoeira grande, e depois uma ponte que se atravessa, onde o rio desaparece todo por [baixo] das pedras.

O fazendeiro José Cláudio de Souza aldeou os índios puris na sesmaria que obteve, chamada Nossa Senhora do Patrocínio, lugar correspondente ao da atual sede da cidade de Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Continua o diário do imperador:

Antes da escola passei uma ponte onde há casas de colonos suíços.

Adiante do lugar para a capela, estão os Luxemburgueses, que são os melhores colonos, com belas roças. Antes de lá chegar falou-me uma Augusta Prim mulher de colono inglesa dos trabalhadores da estrada de ferro do rio, que pede [mais] 6 meses de diárias, porque o terreno não dá para o sustento; ou seu passaporte; pedi informações.

Essa referência a “trabalhadores da estrada de ferro” é bem de intrigar ao pesquisador da história capixaba. Sabe-se que mais ou menos a uma década da viagem imperial os engenheiros Argolo e Hermilo Cândido da Costa Alves foram incumbidos de explorar o melhor tra-

Super de Capelle fatur
Catholico 17 $\frac{3}{4}$ com do
pedra ~~para~~ para casa
tema, ed de Colyhas actual
Fado do Congr Sybil 3 -
Porton 4 menos 7 no sahino do
5 $\frac{1}{4}$ - temo temido 3 laurento
em fado entant e descendo, minto
pyrilongo do minto; no que total
no de 30 encendo mais, 30 por
to do Monfardy; temo no rio
4 $\frac{3}{4}$ tingi m 30 de Carim - dem
m engando no chapal tota; 3 $\frac{3}{4}$ de
temo

O temo de Colom e tota sumento
do. Temo por cima do port de de
Congre do Colom de ge Claudio he
a crocin fado, e depois temo por
que de estradas, temo e no deuppi
reco por baixo das pedras. Atos de
escla poro temo poro onde he
cois de Colom Suizo. Atos de
lugos ~~para~~ Epelle este os Supercaborgu
30, que dat os melhois Colom com
bello, rocio. Atos de he chego 30

çado de uma estrada de ferro de Vitória a Minas e não chegaram a nenhuma conclusão favorável, não encontrando vantagens para o dito traçado. A primeira estrada de ferro, no Espírito Santo, só foi inaugurada vinte e sete anos após a visita do D. Pedro II à província.²

O imperador procurou sentir as condições de adaptação dos colonos:

Pouco antes do Pralon colonos tirolezes, que em geral não querem trabalhar e pedem para sair da colônia.

Tais colonos eram dos recém-chegados, ao que se conclui da notícia do *Correio da Tarde*, enviada de Vitória com data de 30 de agosto de 1859:

Chegaram 248 colonos, que já partiram para as duas colônias, a que eram destinados.

A nossa pacífica e quase deserta Vitória esteve alguns dias animada por causa destes hóspedes. Muitos deles eram tirolezes, e andavam com seus trajes nacionais, que não deixam de ser engraçados. Em palácio, foram eles cantar e dançar; não estive lá, porém consta-me que as tais patuscas brilharam, e que muitas famílias encheram os salões do antigo convento dos jesuítas.

O Sr. Veloso tem sido incansável para acomodar os colonos, e não contente com as ordens que tem dado, foi mesmo a Santa Leopoldina ver o que por lá se tem feito. Consta que reina a discórdia entre os empregados daquela Colônia e que por isso as coisas não marcham em regra.

Reatemos o relato da visita, através da transcrição do *Jornal do Comércio*: “Às 11 ½ parou para beber água em casa do colono Henrique Bucher, e ao meio dia chegou à casa do professor Passos, onde demorou algum tempo”.

² A expressão “estrada de ferro do rio” pode referir-se ao Rio de Janeiro [Nota do editor].

Apesar de impropriedade do domingo, o professor José Soares Leite Passos conseguiu reunir os seus discípulos que, como ele, não escaparam ao rigoroso exame do muito exigente “mestre-inspetor”.

9 $\frac{3}{4}$ saída – princípio da colônia 65 m, escola 12 menos 7 m.

15 matriculados meninos e meninas; entre os quais 10 alemães; 8 de freqüência. 1.º mal sabe ler; nada de gramática. Soma. Há 1 $\frac{1}{2}$ ano. 2.º lê menos mal que o outro, nada de gramática. [Divide bem não se lembra bem da prova real. Há 1 $\frac{1}{2}$ ano. Aulas boas. Um alemão lê mal mesmo dando desconto à pronúncia; nada de gramática.] Soma 1 $\frac{1}{2}$ ano; tem freqüentado pouco, sendo os alemães os que menos vêm à aula, os outros presentes muito mais atrasados. A respeito da doutrina nada sabem os meninos, não conhecendo os alemães nem mesmo as rezas, e o professor nada tem perguntado sobre doutrina, como confessou; está professando há 2 anos e não presta para nada.

Adstrinjo-me ainda à reportagem do *Jornal do Comércio*:

Depois disto, S. M. continuou a sua jornada, e pouco adiante teve de mudar de cavalo, pois o em que ia começou a assustar-se.

S. M. parou ainda em casa do colono Wilhelm Wellmez para beber água e às 3 horas e 50 minutos chegou à casa do Senhor Pralon, onde jantou.

O diário do imperador esclarece mais:

Lugar da capela futura católica 12 $\frac{3}{4}$ – casa do padre perto – cascatinha do Córrego Isabel [3] – terminação da colônia atual – Pralon 4 menos 7 m. Saímos às 5 $\frac{1}{4}$.

O Sr. Amélio Pralon, engenheiro civil, fora um dos diretores da colônia de Santa Leopoldina (1858). A inesperada visita causou-lhe grande constrangimento, tanto a ele quanto à sua esposa, em cuja companhia regressara àquele mesmo dia de Vitória, onde haviam ido assistir à chegada de Sua Majestade. Supondo que D. Pedro reservasse para o final a visita às colônias, depois que visitasse o rio Doce, o Sr. Pralon adiou os preparativos de sua casa, e fora apa-

nhado completamente de surpresa, não encontrando maneiras nem palavras que justificassem aquela imprevidência. Todavia, arran-
jou um jantar sofrível, que S. M. aceitou com prazer.

O episódio mereceu rápido registro do diário:

O Pralon preparava-se para receber-me o melhor possível, mas quase tudo faltou, por não se ter prevenido com tempo. Já mediu sua extensão de 1.500 braças e achou [um] belo terreno plano; mas com pedreiras.

Belas matas, principalmente junto ao Pralon e até grande distância para diante.

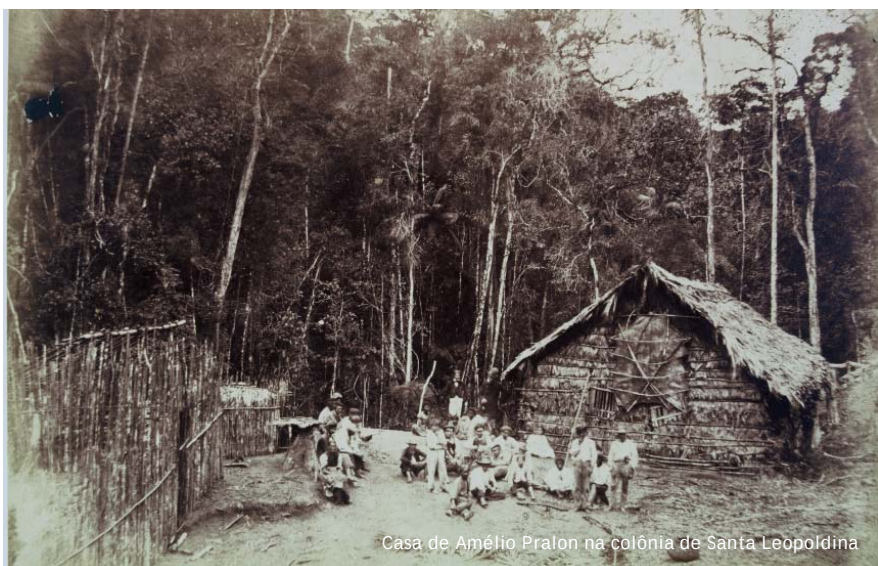
Indo para o Pralon vi dois gaviões grandes que gritavam como aracicas correspondendo-se de árvore a árvore.

Da escola até o Pralon fui muito devagar, e do Pralon até o porto em passo mais que ordinário.

Havia poucos dias que tinham morto uma anta cujo couro muito grande vi esticado no lugar do Pralon.

Há muita água e excelente em toda a Colônia. Muitas plantações de milho e mandioca, e [algumas] de café para que o terreno parece próprio, ainda que seja argiloso e a camada de húmus estreita. Vi algum arroz.

Falta padre protestante e capela.



Casa de Amélio Pralon na colônia de Santa Leopoldina

O correspondente do *Jornal do Comércio* assim arrematou a sua reportagem:

O Sr. Capitão Simões e o Sr. Ladislau, Subdelegado de Mangaraí, fazendeiros daqueles arredores, logo que souberam que S. M. se aproximava, vieram pressurosos para terem a honra de conhecer o augusto monarca, e beijar-lhe a mão; e prevenidos pelo Exmo. Sr. Presidente, que nada tem poupado para hospedar o augusto visitante com todos os cômodos possíveis, trouxeram alguns cavalos para muda. Esta medida foi feliz lembrança, porque da casa do Sr. Pralon até ao porto de Mangaraí, onde S. M. devia embarcar, há cerca de 5 léguas e seria de muito incômodo para o imperador ter de atravessar esta extensão de maus caminhos em cavalos já cansados.

Depois do jantar partiu S. M. para o porto de Mangaraí, com toda a sua comitiva, mas algumas pessoas que o tinham acompanhado até ali não puderam continuar por mais tempo a gozar daquela honra pelo mau estado de suas cavalgadas, e S. M. dignou-se receber com muita bondade as desculpas dessas pessoas.

S. M. partiu às 5 horas em ponto e às 9 horas, mais ou menos, chegou ao porto de Mangaraí, onde embarcou para a cidade e consta-nos que lá chegou ao romper da aurora.

D. Pedro II não se esqueceu de consultar ao relógio d'algibeira a hora da saída da casa do Sr. Amélio Pralon, precisamente às dezessete e quinze, e esteve sempre de relógio em punho:

Terreno terrivelmente ladeirento em grande extensão e descendo; muitos pirilampos de noite; rio que talvez não dê vau enchendo mais, 8 h porto de Mangaraí; troncos no rio.

[30]

1 $\frac{3}{4}$ Pirajá na ilha das Caieiras – demora enquanto não chegavam todos; 3 $\frac{3}{4}$ – Vitória.

Tão extraordinárias disposição e resistência física são bem dignas da nossa admiração: S. M. passou uma noite inteira viajando

de canoa; andou o dia todo, a ponto de cansar o cavalo; desceu uma estrada pedregosa e ruim e ainda viajou, sem repousar, pela noite, de canoa e vapor, até Vitória, onde chegou de madrugada!



Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz, ex-presidente da província do Espírito Santo, fundador da colônia de Santa Isabel, ministro do Império e amigo de Pedro II.

Colônia de Santa Isabel

Um dos melhores cicерones de D. Pedro II, na sua visita à colônia de Santa Isabel, foi o viador e conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz que, por coincidência, fundara aquela colônia no ano de 1846, quando governava a província.

Pedreira escolheu uma área distante cinco léguas de Vitória, na margem do rio Jucu, para onde mandou os primeiros 163 colonos compondo 38 famílias, originárias da Prússia Renana, na sumaca *Rodrigues*, pertencente a Antônio Joaquim Rodrigues.

Cada família recebeu um prazo de 120.000 braças quadradas e um subsídio mensal, como ajuda, na base de cento e quarenta mil réis por família de dez a onze membros.

Apesar do desempenho do muito operoso presidente e depois ministro do Império, a colônia de Santa Isabel não apresentou progresso digno de nota na sua primeira década em que foi administrada pelo capuchinho austríaco, frei Vandelino Gaim, de Innsbruck: só tomou impulso com a nomeação, em 1858, do brasileiro naturalizado, Adalberto Jahn, para seu diretor.

A extensão dos novos lotes concedidos foi reduzida para 62.500 braças quadradas e a subvenção mensal do governo, em dinheiro, foi cortada pela metade. Uma família de nove a dez pessoas passou a receber cinquenta e nove mil réis de auxílio.

Jahn fez construir acima de quinze léguas de estradas e harmonizou desavenças religiosas que causavam desassossegos.

No ano da visita de D. Pedro II, o número dos colonos ascendia a seiscentas pessoas, com a predominância de alemães, os quais (incluindo os prussianos) iam pela casa dos quatrocentos. Havia, mais, umas dezenas de sardos e uma meia dúzia de suíços.

A estrada para a colônia atravessava a aldeia de Viana, situada à margem do riacho Santo Agostinho e formada por colonos açorianos, no tempo do governador Rubim. Este distrito compunha-se de umas quatrocentas casas, com menos de quatro mil habitantes, a maioria de cor.

Na mesma manhã da segunda-feira (30 de janeiro), em que o imperador regressava a Vitória, às 4 da madrugada, de Santa Leopoldina, após um descanso de apenas duas horas, ele viajou para a colônia de Santa Isabel. Embarcou no cais das Colunas, costeou a ilha do Príncipe e pisou terra firme próximo ao desaguadouro do rio Marinho:

30.

6 $\frac{1}{4}$ – embarque na galeota – Porto Velho 7 menos 20.

Nesse pequeno porto, um modesto arraial, à margem leste da baía, no chamado Lameirão, ponto de partida de uma antiga estrada para Minas, uma comitiva aguardava S. M. para o trajeto a cavalo. Destacavam-se: os semanários; o camarista, visconde de Sapucaí; o viador, futuro visconde de Bom Retiro; o presidente Pedro Leão Veloso; o deputado Pereira Pinto; e os tenentes-coronéis Malta e Fernando Castelo. O barão de Itapemirim, cujos provecos oitenta anos desaconselhavam exercícios imoderados, mandou seus dois filhos fazendeiros, Francisco Bernardes e José Marcelino, integrarem aquela comitiva.

Acompanhemos o relato do próprio punho de D. Pedro II:

Caminho bom e tendo o Castelo por meio duma vala evitado a cheia dum riacho que dava às vezes água pela aba do selim; terreno pouco montanhoso e bonito; ponte boa sobre o Taquari, afluente do rio Jucu, mandada fazer pelo D. Manuel em 1844 e reconstruída pelo Veloso em 1857, e seus dois nomes por extenso e datas estão escritos em duas tábuas, uma de cada lado das guardas da ponte.

Aqui teria havido um engano de data, pois o presidente Veloso assumiu o governo do Espírito Santo em 4 de fevereiro de 1859.

Mas acompanhemos a descrição de S.M.:

Fonte que há de Taquari, com muito boa água.

[8]h – Fazenda do Fernando Castelo chamada Calabouço, por ter sido aberta como outra próxima chamada Guarita cada uma por um militar; bela grama, verde como não me lembro de ter [já] visto em outra parte.

Na casa grande da fazenda de Fernando Antônio Ferreira Castelo, foi servido caprichoso almoço e o dono da casa bem como o deputado Pereira Pinto mereceram a honra especial de um convite a participarem da mesa do imperador.

Leão Veloso teve oportunidade para fazer humor sobre o anfitrião. Escreveu D. Pedro:

O presidente contou-me que no tempo do Rubim tendo este dito ao Fernando Castelo, que era então das milícias, que se recolhesse ao calabouço, este fora para a sua fazenda (ou antes roça pois não tenho encontrado fazendas propriamente [ditas]) do Calabouço.

Sem dar tempo à digestão, S. M. prosseguiu viagem por planícies, em direção leste, passando por algumas prósperas fazendas. Nem todos os da comitiva podiam ombrear-se com ele em seu apreciado desembaraço ao cavalgar, mormente o conselheiro Couto Ferraz, o qual estranhava os estribos apertados (costume da terra), que só comportavam as pontas das botinas, dificultando o equilíbrio no selim.

A caderneta detalha os acontecimentos, mas o imperador deve ter feito confusão com o cume do Muchoara:

Vê-se daqui só o cume do Mestre Álvaro que chamam [Moxoá,] e [ao cabeça] de granito ao lado esquerdo Tapóca. Buiaiaias; ponte onde caiu do cavalo o Pedreira; pouco adiante há o marco além do qual [começava] a colônia de açorianos fundada em 1814 pelo Rubim, de que ainda existem colonos e descendentes destes alguns fazendeiros como Coelho Melo.

Viana - 10 ¼; chafariz de 4 bicas duas de cada um dos 2 lados feito pelo Catão em 1858.

Rio de Sto. Agostinho navegável por canoas até o Jucu que desde muito mais em cima da Pedra da Mulata por canoas grandes - é o porto atual da Colônia; Lama Preta onde há uma escola de meninos.

Essa escola de 1.^a classe, criada pela Lei nº 32 de 29 de julho de 1858, devia estar sem professor, pois D. Pedro II não passaria ao largo, sem a visitar. Um trecho de relatório do presidente Veloso ao ministro do Império, datado de 12 de agosto de 1859, parece elucidativo: "Informado de que a escola não era freqüentada, tive de remover o professor, devo porém dizer a V. Exa. que não vem aquilo somente da ineptidão dos professores; os colonos recusam fazer aprender a seus filhos a língua do país; pois que mostram-se muito desejosos de que lhes desse um professor alemão, o que lhes neguei formalmente, dizendo-lhes que o Estado não pagaria mestre, senão da língua portuguesa, a qual deviam aprender, visto como aceitaram o Brasil por nova pátria; julgo que não há senão um meio de obrigá-los a mandar seus filhos à escola, é tornar a instrução obrigatória, o que não estranharão; é uma disposição que deve vir no Regulamento de que muito necessita a Colônia; ponto para que peço licença a fim de chamar a atenção de V.Exa."

Em tal lugar, conhecido por Lama Preta, os moradores da circunvizinhança haviam enfeitado a estrada, formando uma alameda de arcos de bambus e folhas de palmito pindoba, entremeada de bandeiras de papel de seda multicolor. Ao atravessá-la, S. M. foi vitoriado pelos modestos habitantes dos casebres de adobe dos caboclos que se espalhavam pela margem da estrada, enquanto subia aos céus uma profusão de foguetes.

Através de toda a estrada, porteiras, cancelas, pontes, bem como as fachadas de muitas casas, achavam-se enfeitadas de flores.

Acompanhemos a rota com a transcrição da caderneta de S.M.:

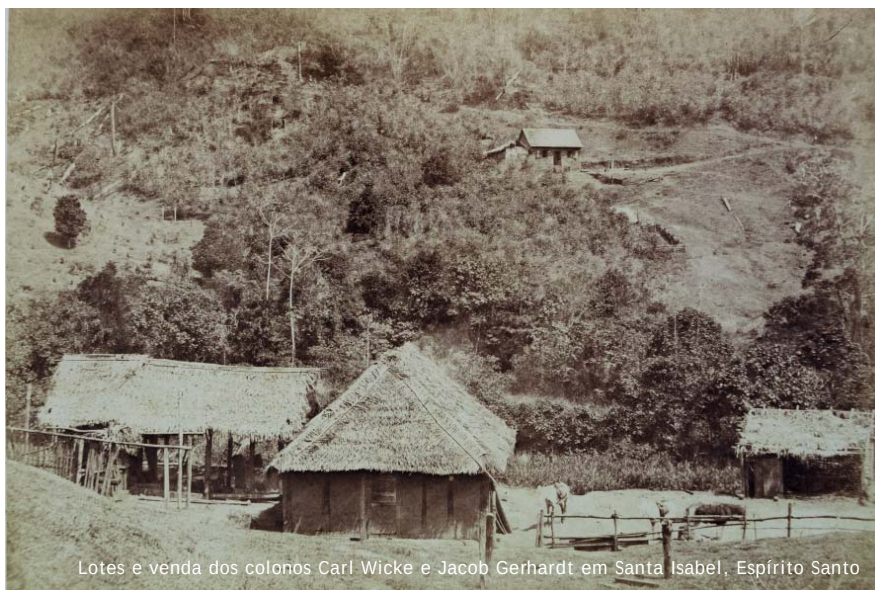
Molundu morro habitado quase que só por pessoas da mesma família dum colono alemão.

Fazenda de São Rafael de Rafael Pereira de Carvalho; vê-se o Jucu.

Alto donde principia a colônia de Sta. Isabel. Meio dia menos 10. Ponte do Jucu, boa com dois [vãos,] e pegões de pedra; projetada pelo Pedreira e feita na presidência do Evaristo.

Sentia-me muito incomodado do sol e do estômago e por isso descansei até 3 e 20 na casa do Carlos que tem loja de negócios, e recebeu-me excelentemente. Está bem e é o único colono naturalizado; é genro do Nicolau Effgen, o qual já tem dinheiro a render; tendo aliás trazido já 6 contos.

A venda de secos e molhados do Sr. Carlos Richwer [sic]³ (um bom conversador), natural de Hamburgo, em comparação com as congêneres, dos brasileiros, fazia figura, segundo achou o barão de Tschudi, ao trilhar aquele caminho, em outubro daquele ano de sessenta.



Lotes e venda dos colonos Carl Wicke e Jacob Gerhardt em Santa Isabel, Espírito Santo

³ O fotógrafo Victor Frond escreve o nome desse colono como “Carlos Vecke” atrás da foto em que retrata seu lote e venda, nome grafado como “Carl Wicke” na tradução da legenda. Cf. FRANCESCHETTO, Cilmar. Victor Frond: o pioneiro da fotografia no Espírito Santo. op. cit., p. 150 [Nota do editor].

De Viana, onde D. Pedro II se demorou uns poucos minutos, acompanhou a sua comitiva uma cavalcada composta de mais de quarenta animais montados pelos fazendeiros e alguns colonos mais abastados.

“Ao entrar na Colônia” – escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* – “e demorando-se poucos instantes em frente a uma pequena casa de palha para beber água, foi S. M. rodeado pela família que nela habita, a qual possuída da mais ardente alegria, não cessava de beijar-lhe a régia mão, e uma das mulheres dessa família, com os olhos rasos de lágrimas, assim exclamou: – É o Deus da nossa terra!”



Lote e habitação do colono Christoph Werner em Santa Isabel, Espírito Santo

Sigo os apontamentos do imperador:

Praço de Matias Marcks com lindas laranjeiras e casa de sobrado, bonita vista.

Adiante, ele escreveu ainda sobre esse colono:

O Matias Marcks que trabalhou de ferreiro no princípio aqui na Vitória já tem dinheiro e rendas.

E prossegue o diário:

A estrada do Imperial Afonsino passa pelos cabeços de altos montes [ao] N. começando a desviar-se da direção da estrada da Colônia na Lama Preta.

Praço do Nicolau Effgen, o colono mais remediado, está no vale. [Igreja protestante no vale].

Esse novo templo, que fora construído mais para o centro da colônia, próximo à moradia do diretor Jahn, “simples, pequeno, porém bonito”, como o achou o barão de Tschudi, estava sem pastor: “Morreu o padre protestante de Santa Isabel viúva muito pobre” – anotou D. Pedro, noutra página.

Antes de chegar à igreja católica da colônia, ou melhor, capela que tinha por orago a São Bonifácio, agravou-se o incômodo que vinha sentindo:

Vomitei mesmo a cavalo.

O padre católico veio em procissão com o painel da Virgem adiante ao meu encontro; apeei-me e tornei a cavalgar.

Igreja católica simples mas bonita, sendo o retábulo de cedro e muito bem esculpido, obra do colono Nicolau [Lidner].

S. M. entregou ao capelão Regalado, para acabamento das obras da capela, que era uma obra bem trabalhada, de pedra e cal, em estilo gótico, a importância de oitocentos mil réis e destinou quatrocentos e cinquenta mil réis aos pobres.

Continuo a transcrição da caderneta:

O Sapucaí ficou para representar-me no [batizado] dum filho de colono nascido hoje. A casa do cura é defronte da Igreja e há outras casas entre as quais a do [Lidner].

5h – Bela mata de quase légua com poucas derrubadas.

6 menos 10 – casa do diretor bem arranjada. Há caminho para diante e prazos entre os quais os do [Soído] até a passagem do Morro do Chapéu num braço, ao N. do Jucu, na extensão de 3; mas não fui lá por bastante incomodado.

Tenciona-se levar esta estrada até o Imperial Afonsino evitando-se assim a serra do Pirão sem sal, e com encurtamento talvez de 3 léguas, é caminho para Minas. Os colonos já negociam com os mineiros atravessando numa canoa no Morro do Chapéu. Trata-se da medição de prazos para o S. do lado do porto de Araçatiba onde os colonos acharão assim mais um porto no Jacarandá, afluente do Jucu.

Esta colônia é mais bonita que a de Santa Isabel; mas o terreno parece não ser tão bom para plantações, que são de milho e mandioca principalmente, tendo visto muito menos cafezais que na outra, e tem menos água por onde andei, dizendo-me o diretor que parece bom (Adalberto Jahn) e tem regular escrituração segundo ouvi do Presidente, não tendo podido examinar uns livros que se achavam no meu quarto em casa do Jahn, que há muito mais água nos prazos acima de sua casa que está a 400 br. [acima do nível do mar sendo o ponto mais alto da colônia de 800 br.,] ainda que o Jahn observou com aneróide que às vezes quando visivelmente subia indicava menor altura.

O Jahn queixa-se da escolha dos colonos e advoga a necessidade de severa disciplina.



Casa do diretor da colônia em Santa Isabel. Espírito Santo

Na residência do Sr. Adalberto Jahn, o imperador, além de ser assistido pelo médico, encontrou cama macia e um ambiente de ordem e bom gosto proporcionado pela gentil e culta dona da casa. Recolheu-se cedo, marcando a hora da partida do dia seguinte para as três da madrugada, mas já às duas se mostrava acordado, reiterando a recomendação da hora de arrearem os cavalos. E antes que os raios da lua em quarto crescente se encobrissem, ele apresentava-se, precisamente às três horas, tranqüilizando a todos com a declaração de que se restabelecera do incômodo.

Deixou a casa do diretor Jahn antes do alvorecer, “partindo com escuridão, mais aumentada pela sombra da floresta que borda a estrada da Colônia” – juntou o repórter do jornal carioca à sua detalhada narrativa.

S. M. nunca se esquecia de consultar a hora:

31.

4 ½ – ponte do Jucu 7 – Viana – 8 ½ – Matriz que se queimou em 1848, se bem se lembra o vigário.

Foi o padre João Pinto Pestana quem recebeu a S. M. I., na igreja de Viana, ganhando, do régio bolsinho, oitocentos mil réis de esmolas.

“O missionário que assistiu ao incêndio” – escreveu o historiador capixaba, Heribaldo Balestrero – “a 24 de março de 1848 e o registrou no Livro do Tombo da Matriz, era frei Antônio de Nossa Senhora das Neves.”

Em 1857, segundo o barão de Itapemirim assinalou em relatório, o templo, já reconstruído, necessitava de reparos no assoalho, havendo desabado a abóbada de uma das torres. “Árvores parasitas crescem pelo lado exterior das paredes” – escreveu ele – “deste edifício e o cupim cruza-as em todos os sentidos pelo lado de dentro!”

O fundador da colônia de Santa Isabel, futuro visconde de Bom Retiro, deu a versão que conhecia:

O Pedreira disse-me que suspeitava que a igreja de Viana tivesse sido queimada em princípios de 1840 por ordem dum missionário que tendo

recebido [ordem]⁴ para sair daí visto alimentar cizânia entre protestantes e católicos, mandara queimar a igreja para dizer que era castigo do céu.

Em novembro de 1818, quando da visita de Saint-Hilaire a Viana, estava sendo acabada a torre desse templo, que o sábio francês considerou como um dos mais bonitos que ele visitara no Brasil.

Havia uma comissão, em Viana, que fora incumbida dos preparativos da recepção ao augusto monarca. Compunha-se do tenente-coronel Torquato Martins de Araújo Malta; capitão Freire de Andrade; o macróbio Francisco Coelho de Melo, primeiro fazendeiro dos que ali se estabeleceram; Manuel Vieira Falcão e Francisco Martins de Jesus, que maior empenho revelou, mostrando-se à frente de todos os trabalhos.

Velha legenda na testada do templo, cuja pedra fundamental fora lançada pelo governador Rubim, em 15 de dezembro de 1814, chamou atenção de S. M. que a anotou:

Em cima [da porta] da igreja.

Estando no Brasil o Príncipe Regente sendo Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana. Francisco Alberto Rubim. Ano de 1814.

Em página adiante, ele acrescentou:

Perto desta igreja havia uma casa grande edificada pelo Rubim para palácio e que já desapareceu pois ordenando aos roceiros que cortassem certo número de paus com ameaça de bolos para os que o não faziam eles falquejaram a madeira mais mole.

Os coqueiros que se vêem perto da igreja também foram mandados pelo Rubim ao pai do Fernando Castelo. [Esse] Governador era o vexame dos roceiros.

Saint-Hilaire, ao mesmo tempo em que apreciou a igreja, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, fez restrições ao mau gosto

⁴ Termo não anotado por Pedro II [Nota do editor].

arquitetônico do “Palácio de Campo” do governador Rubim; achou-o um casarão mal dividido, de janelas quadradas, pesadas, com a entrada lateral e sem um jardim.

Da igreja de Viana passou D. Pedro à escola de 1.^a classe, onde se sentou na cadeira do mestre, mas não procedeu ao seu costumeado exame direto, salvo do livro de matrículas e de alguns cadernos de caligrafias. Ordenou ao professor Moraes que interrogasse os seus alunos e eis a impressão que teve:

Aula de meninos de Júlio Canindé Paula Moraes. Matriculados 28 – 18 a 23 de frequência. 1.^o lê sofrivelmente, nada de gramática, soma mal: 2.^o lê pior; nada de gramática, soma só. 2 monitores, os mais adiantados, que já sabem dividir estão na Vitória – principiam a gramática (Rezas pouca doutrina) 1.^o Há um ano. 2.^o Há 5 anos. O professor tem ar inteligente. Letra dos rapazes má e a do professor não é boa.

Em seguida, S. M. recolheu-se ao muito cômodo aposento que lhe fora preparado pela comissão.

“Pouco depois,” – escreveu o correspondente do *Jornal do Comércio* – “teve lugar o almoço que primou pelas delicadas iguarias e pela rica e antiga louça da Índia e objetos de prata em que foi servido. Finda a refeição, ordenou S. M. que se chamasse o vigário da freguesia a quem mandou entregar uma esmola de quinhentos mil réis para os pobres e trezentos mil réis para a obra da igreja.”

Os detalhes do curso da viagem são ainda revelados pelo mesmo repórter: “Sendo o sol muito ardente, resolveu S. M. passar na freguesia até tarde, e depois de um opíparo jantar, servido em duas mesas, seguiu para a cidade, acompanhado de mais de 60 cavaleiros, habitantes de Viana, que dessa forma quiseram prestar ao soberano uma homenagem do seu amor e dedicação.”

O trajeto de Viana a Porto Velho (perto de quatro léguas), D. Pedro II cavalgou em uma hora e cinquenta minutos, sem discrepâncias do seu relógio e o do repórter que cronometrou o mesmo tempo de percurso. S. M. escreveu:

Saí de Viana às 3 ½ da tarde e às 5 e 20 no Porto Velho. Muitas mutucas pelo caminho. Uma grande montanha de granito no lugar dos Buiaiaias tem o mesmo nome ou o do Preto Atalaia por ter aí morado no cimo um preto que assim chamavam; há no alto dessa montanha muito boa água.

Antes de Porto Velho, os fazendeiros despediram-se, ou melhor, foram dispensados por S. M. de chegarem àquele logradouro, pois entardecia e ameaçava chuva.

Reduziu-se a comitiva ao ministro do Império, presidente Leão Veloso, Pereira Pinto e Dr. Jacobina.

Os sinos das igrejas de Vitória não haviam ainda dobrado o ângelus quando a galeota imperial encostava no cais das Colunas, onde multidão aglomerada e oficialidade ergueram vivas entusiásticos ao seu soberano.

Na mesma tarde, D. Pedro II escreveu uma carta à herdeira presuntiva do trono, sua diletta filha:

Vitória, 31 de janeiro de 1860.

Cara Isabel

Acabo de chegar da rua e Colônia de tua santa que é muito bonita.

Estive um pouco incomodado do estômago, mas creio não ter mais nada.

Amanhã sigo para o Rio Doce e a 11 já me terás no Rio, talvez antes das 7 da manhã.

Queria mandar-te um pedaço do antigo nicho da imagem de N. Senhora do Convento da Penha daqui, mas a minha maleta ainda não chegou. Também vem com as cargas uma linda caixa de madeiras marchetadas que me deram para ti na Colônia de Santa Isabel.

Adeus! O vapor espera só as cartas para partir, e já as aguarda desde ontem.

Recebe a bênção saudosa de

Teu pai extremoso

Pedro.

À noite, caiu um aguaceiro.

Mestre Álvaro e vila da Serra

O monte de Mestre Álvaro, “que se vê com tempo claro até de 60 milhas ao mar”, conforme notara D. Pedro II, quando o *Apa* se aproximava de Vitória, constituiria um dos primeiros atrativos para a exploração dos colonizadores.

No mesmo ano de 1535, em que o bravo capitão português Vasco Coutinho tomava posse da capitania, ele decidira esquadrinhar as cercanias de onde aportou, organizando uma numerosa expedição bem prevenida de armas contra o gentio, a qual atingiu os arredores daquele monte.

Decorridos vinte anos, o jesuíta Brás Lourenço e outros, colhendo os frutos da catequese, conseguiram fundar ali, com os temiminós chefiados por Maracaiaguaçu, o primeiro aldeamento de índios da capitania.

Passados mais dois séculos, a igreja que se edificou no povoado era elevada a freguesia.

Em seu livro do ano de 1817, Aires de Casal publicou estes informes: “O Monte de Mestre Álvaro, que é uma montanha quase circular, vistosa, e a mais alta da costa, perto de três léguas afastada da praia, em partes escavada e de rochedos, noutras povoada de matas com grandes pedaços cultivados, cujos agricultores são geralmente paroquianos da Freguesia de N. Senhora da *Conceição da Serra*, por estar dentro do recinto da sua circunferência. É onde se criam árvores do melhor *bálsamo*, que sai da

província: fica entre os rios Caraípe, e dos Reis Magos; e teve um vulcão na antiguidade.”

A propósito dessa última observação, D. Pedro II escreveu em seu diário:

Nada consta a respeito do vulcão no Mestre Álvaro, mas ouvi ao Juiz Municipal que parecia haver aí ouro.

O primeiro donatário convenceu-se de que o único resultado prático da expedição àquele monte era a urgente necessidade, sentida, de aumentar o número de imigrantes, para o povoamento e a conquista do seu “vilão farto”. Quanto aos minguados e audaciosos homens que trouxera no barco *Glória*, deram prova de possuírem “faro” de faiscadores...

Anotou, ainda, D. Pedro II:

O verdadeiro nome da alta montanha parece ser Mestre Álvaro, atribuindo-se esta denominação a ter ela servido de ponto de marcação a um mestre de navio chamado Álvaro, segundo ouvi ao Meireles. O Juiz Municipal e o Azevedo disseram-me que o missionário Fr. Gregório de Bene plantara uma cruz no lugar mais alto da montanha. O D’Arlincourt segundo o Azevedo não subiu tão alto, fincando uma bandeira num cabeço que fica encoberto do lado da Serra pelo resto da montanha.

Noutra parte do diário, fez o imperador mais esta observação:

O Mestre Álvaro tem muitas roças e há água em cima e mesmo uma espécie de lagoa, segundo dizem.

No ano seguinte à publicação da corografia de Casal, o insigne viajante estrangeiro, Auguste de Saint-Hilaire, cortava a cavalo aquela região. O importante é que o caminho por que andou foi o mesmo percorrido em idênticas condições pelo monarca, naquela manhã de quarta feira, dia 1º de fevereiro de 1860.

Eis como S. M. I. abriu os apontamentos dessa viagem:

Saída de Vitória 4 $\frac{1}{4}$; Jucutuquara 4 $\frac{3}{4}$; o Almeida Pereira ouviu que o dono desta fazenda, o Monjardim, nada fazia, por não prestarem as terras e sobretudo pela má direção, sendo a almanjarra presa com embiras, tendo aliás cento e tantos escravos; fazenda de Maruípe ou Maraípe, do Desembargador Souto; ponte de pau com 6 pilastras e cabeceiras de pedras do mesmo nome já bastante arruinada 5 $\frac{1}{4}$.

Interessante a coincidência no estado da ponte sobre o canal de Maruiacu, construída no finzinho do século (1799 ou 1800), que o naturalista francês encontrou como um mundéu, em estado de desabar.

Margeando a praia ou atravessando os matos da campina reverdecidos pelas chuvas, S. M. freou ligeiramente o animal sobre uma colina, olhando o mar:

Bonita chapada de outeiro chamada Tapera com bela vista descobrindo-se o Convento da Penha; o caminho bifurca-se tomando o da direita para Carapebus (Carapibué do Saint-Hilaire?) e Ponta do Facho assim chamada talvez por pescarem de facho nos recifes próximos.

E adiante escreveu:

O terreno é pela maior parte argiloso; mas durante certo espaço depois da ponte de Maruípe, apresenta-se com algum aspecto de restinga.

A região, de vasta baixada, apresentava alguns brejais onde as piaçocas e os quero-queros assustados com o piquete de guardas, à frente da comitiva, entraram em alarido.

Ficava na margem da estrada a fazenda Carapina, que há mais de dois séculos os jesuítas estabeleceram, procurando garantir a subsistência do Colégio de Vitória com açúcar, farinha de mandioca, cereais e olaria como fonte de rendas. A povoação do mesmo

nome, elevada a freguesia, três anos atrás, constituía-se de umas poucas casas isoladas, onde Sua Majestade não se deteve.

E eis as suas observações da região:

Carapina com algumas casas; a igreja fica um pouco afastada para a esquerda assim como a escola; é freguesia; à esquerda deixei uma porteira que conduz à antiga fazenda dos jesuítas no mesmo nome $6\frac{1}{4}$; Campo de [camarás] mais ou menos espalhados e belo pasto com boas águas que não aproveitam para criação com medo dos furtos; tendo também ouvido a Henrique d'Azevedo, um dos principais fazendeiros que estudou até o 4.º ano no Colégio de Pedro 2.º, sendo sofrível estudante, se bem me lembro que o gado se engorda a princípio, emagrece depois nesse pasto por ser seco, o que não está de acordo com a informação a respeito das águas que me deu o tio o Capitão Meireles, o qual me disse estender-se o pasto de Carapina até Caraípe e da Ponta do Facho até a Serra, sendo o quadrado de talvez 2 léguas de lado; pasto cercado com mato [no] fundo, do português Fraga, com casa e loja de negócio sobre a estrada; pouco adiante acabou o pasto 7 menos 7 m; começa o lugar chamado das Laranjeiras tendo à esquerda um morro destacado de granito, ou ligando-se por pequenas alturas ao Mestre Álvaro, que sempre vou vendo à esquerda e para diante direção de N. O., do mesmo nome.

Nesse local, aguardava S. M. I. um grupo de fazendeiros e moradores da Serra. Dentre eles, se encontrava o major Henrique Augusto de Azevedo, proprietário da fazenda Itapocu.

Mal avistaram o piquete de cavalaria, se puseram a soltar foguetes e a erguer vivas ao monarca, que não deixou de registrar o encontro, mas omitiu as ovações:

Descendo a ladeira das Laranjeiras, encontrei o Juiz Municipal, Antônio Joaquim Rodrigues, o Henrique de Azevedo e mais gente da Serra $7\frac{1}{4}$. As colinas do lugar chamado campinho cortam as altas montanhas mais afastadas entre as quais o morro Escalvado, tendo defronte o Maracapuaba que tem figura cônica, o morro do Céu, e a serra dos Aimorés, tornando-se a vista pitoresca.

Atravessando o pasto natural, mostrou-me o Meireles ao longe a igreja de Carapina e a do Queimado toda resplandecente com os raios de sol. A estrada é boa e só encontrei duas extensões maiores de água talvez devido à muita chuva da noite passada.

Ao marcar o relógio de S. M. às oito horas da manhã, ele entrava, seguido da sua grande comitiva de cavaleiros, na vila da Serra. Em menos de quatro horas o bom cavaleiro acabava de percorrer cinco léguas puxadas:

A viagem foi feita em marcha apressada. O segundo cavalo que tomei passada a pé a ponte de Maruípe, para maior segurança, é muito bom e pertence ao tenente-coronel Torquato Malta, rival do Fernando Castelo em Viana; passa por bom homem; mas não goza das simpatias gerais como o último, que se prestou da melhor vontade a acompanhar-me na viagem do Rio Doce; só lhe tendo falado ontem nisso o Presidente; é uma espécie de Calaça;⁵ porém mais calado e a ele se deve em grande parte o estabelecimento das duas colônias, que já visitei.

A vila da Serra que, naquele tempo, atingia uma população de mais de dois mil habitantes, andava em franca prosperidade com o surto da lavoura do café. Em face dos altos preços alcançados no mercado do Rio de Janeiro, os fazendeiros não queriam mais saber de outra cultura. A mandioca, que os menos dotados de recursos preferiam plantar, exigia a sustância da terra das derrubadas novas e além disso encontrava ali, como aliás em toda a província, um inimigo inclemente: a afiada tesourinha das formigas.

E como os canaviais andassem atacados de doenças, isso contribuía para aquela “febre popular” do café.

D. Pedro interessou-se por tais problemas e anotou:

⁵ O imperador podia estar se referido a Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, cortesão trocista e alcoviteiro que, durante certo período, teve muita influência junto a D. Pedro I [Nota do editor].

A cana caiana tem-lhe dado a peste, e agora plantam a crioula; dá bem café, e plantas alimentícias, mas as terras estão cansadas.

Apesar da carestia da vida, cujas causas o presidente Olímpio Carneiro Viriato Catão procurara estudar, fazendo uma *enquête* entre os mais experimentados fazendeiros dos municípios, os serranos não choravam miséria; pelo contrário, mostravam-se numa situação de abundância que não escapou à observação arguta do monarca:

Apareceram poucos pedidos e só um de esmola.

Não obstante, o bolsinho foi pródigo, ao distribuir a quantia de seiscentos mil réis [!] para os pobres da vila; quinhentos mil réis para o cemitério e outros quinhentos para a matriz.

S. M. anotou essa impressão mais ampla que lhe causavam os capixabas:

Nesta Província há muita indolência e acanhamento e tendo mulheres que animam os maridos a dar vivas e beijar-me a mão.

Dentre as pessoas incumbidas dos preparativos daquela recepção, colocava-se em primeiro lugar o major Antônio Pinto Loureiro, proprietário de uma rica fazenda no extremo do município, distante duas léguas e meia da vila da Serra. Além de preparar a capricho o seu sobrado na vila, para acolher condignamente S. M. I., enfrentando todos os embaraços, ele conseguiu organizar uma banda de música: adquiriu instrumentos e uniformes novos e incentivou os músicos no ensaio de alguns dobrados.

Na verdade, houve geral colaboração dos serranos que, de bom grado, enfeitaram as sacadas das suas casas, contribuíram para capinar as ruas, e ornamentá-las com arcos de bambu, folhas de palmeiras e bandeirolas.

D. Pedro II observou o aspecto da vila:

8 h Serra. Bem situada ao N. do Mestre Álvaro que lhe está a cavaleiro. Estende-se por colinas com algumas casas sofríveis e de sobrado, como a em que estou, do major de seção de batalhão da G. N. da freguesia Pinto Loureiro.

E adiante:

As ruas são largas; mas irregulares, e não calçadas. A povoação tem mil almas; porém calculo-o pelo número aparente de casas.

Espoucavam foguetes; repicava o sino da velha igreja; erguiam-se vivas ao imperador.

S. M. atravessou a rua principal e apeou em frente à modesta casa da Câmara onde a edilidade o aguardava.

A banda de música tocou o Hino Nacional e logo depois o juiz Antônio Joaquim Rodrigues ergueu um viva ao monarca brasileiro e o convidou a entrar no edifício da Câmara, onde lhe foi oferecida a chave da vila.

D. Pedro anotou:

O Juiz Municipal está aqui há 7 anos, e, tendo presidido já a sessões do Júri, disse-me que há abusos nas absolvições.

O acanhamento da sala e dos representantes da municipalidade, bem como a premência da hora, pois já na igreja frei Vandelino Gaim, de Innsbruck, aguardava para iniciar a missa, pouparam S. M. de ouvir um discurso, episódio que ele não deixou de louvar:

A casa da Câmara térrea é muito pequena. O vereador que serve de Presidente tem 1 voto; [parece que é hábito da Província de um deputado com 1 voto]; porque todos os outros se escusaram, e contudo quem lhe passou o papel do discurso, que felizmente só entregou, foi o vereador Pimentel, o mais votado com 40 e tantos votos; a chave da vila estava ainda sobre uma salva dentro dum almário donde a tiraram para ma oferecerem. A Câmara reunia-se dantes no Consistório da Matriz onde também se tem reunido o júri que já uma vez não teve lugar por falta de casa.

Começou-se, por subscrição, uma casa de sobrado para Casa da Câmara, júri, etc. e cadeia; mas está parada, tendo-se gasto 2 contos, orçada a obra em 10 que decerto não chegara; pois as obras custam muito caro aqui.

Da breve cerimônia no edifício da Câmara, passou S. M. à igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde ouviu missa. E escreveu:

Matriz sofrível feita há mais de 80 anos, tem o telhado em parte arruinado no corpo da igreja, e quase de todo na sacristia. Começou um devoto uma capela do Sacramento cujos muros por acabar servem agora de recinto do lugar onde se enterra. A primeira igreja era na várzea.

Após a missa, realizou-se a parada da Guarda Nacional, abrilhantada pela banda de música, à qual S. M. assistiu do sobrado de três pavimentos, estilo colonial, construído no ano de 1835, residência do major Loureiro, ao lado da igreja matriz. Anotou o imperador:

A G. N. tem 200 armas e não se apresentou mal [trazendo] o major e outros oficiais suas folhas de Independência, assim como pessoas do povo.

Havia, de fato, um contagiante entusiasmo popular que inspirou ao correspondente do *Correio da Tarde* este tópico: “fora a capital, a Vila da Serra foi quem mais se distinguiu em demonstrações de contentamento pela visita imperial”.

Girândolas espoucavam a todo instante, extasiando a escravaria e os negrinhos que corriam para catar as flechas.

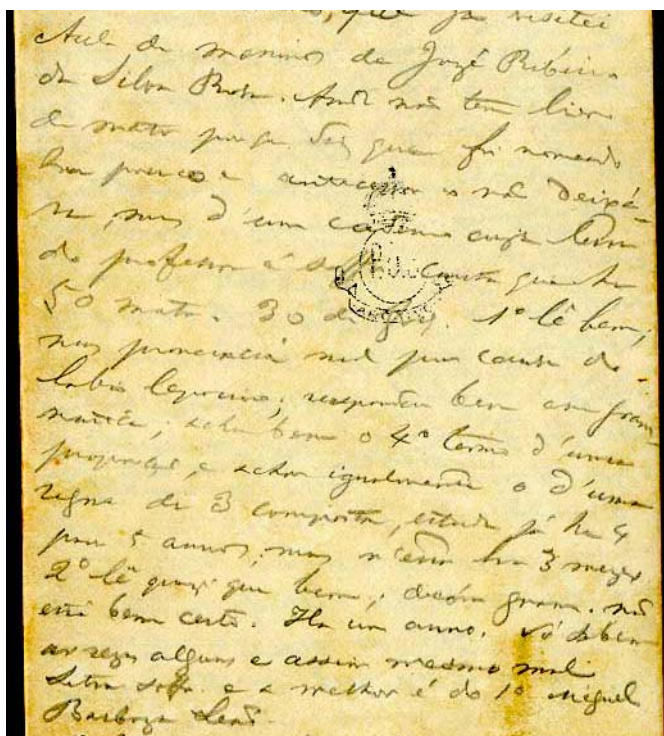
D. Pedro devia estar com os ouvidos azucrinados, ao escrever:

Foguetes como em toda a parte; mas infelizmente ainda não pegou fogo no telhado de palha de nenhuma [casa⁶], havendo algumas dessa espécie na vila da Serra.

⁶ Provável termo omitido por Pedro II [Nota do editor].

Antes de almoçar, S.M. visitou a escola de 1.^a classe do sexo masculino, onde colheu estas impressões:

Aula de meninos de José Ribeiro da Silva Rosa. Ainda não tem livro de matrícula porque diz que foi nomeado há pouco e antecessor o não deixara; mas dum caderno cuja letra do professor é sofrível consta que há 50 matriculados, 30 de freqüência. 1.^o lê bem; mas pronuncia mal por causa do lábio leporino; respondeu bem em gramática; acha bem o 4.^o termo duma proporção, e acha igualmente a duma regra de 3 composta, estuda já há 4 para 5 anos; mas nesta há 3 meses. 2.^o lê quase que bem, decora gramática; não está bem certo. Há um ano. Só sabem as rezas alguns e assim mesmo mal. Letra sofrível e a melhor é do 1.^o Miguel Barbosa Leão.



O almoço, servido na casa do major Pinto Loureiro, teria sido apetitoso; não encontrei, todavia, nenhum detalhe concernente ao mesmo.

D. Pedro II não se descurou de informar sobre as obras públicas do município:

Há uma obra de importância que parou no começo recolhendo-se o resto do dinheiro à tesouraria e é um canal ligando o rio Una ao braço de mar que atravessa a ponte de Maruípe, para que as embarcações descendo o Una não tenham depois de sua foz de passar pelo Lameirão onde se têm virado com ventos rijos.



Reis Magos ou Nova Almeida

Como a invasão das formigas na Aldeia Velha produziu verdadeira devastação nas roças dos tupiniquins, foram eles transferidos para uma sesmária abandonada, em sítio próximo, chamado Iapara, que, em português, quer dizer *torto*. Isso aconteceu nos princípios do século XVII.

O lugar do novo aldeamento, uma colina com aprazível vista marítima, passou a chamar-se Reis Magos: situava-se à foz do rio desse nome, primitivamente conhecido por Nhunpanguá e Apiaputang.

Na periferia de um grande terreiro, ergueram-se as palhoças dos índios e, do lado norte, construíram-se a igreja de Santo Inácio e Reis Magos e, agregada, a residência dos jesuítas, sólidas construções de pedra e cal, inauguradas no ano de 1615.

Essa antiga aldeia, além de tornar-se importante núcleo de catequese, gozava da preferência dos noviços que chegavam da Europa para a aprendizagem da língua brasílica. Consta que ainda em 1820 um vocabulário manuscrito, que lhes tinha sido útil ao estudo, era guardado no colégio.

Reis Magos prosperou: sua população foi acima de 2.000 indígenas e a sua igreja, com lindas alfaías de prata, chegou a ser uma das mais ricas da província.

No ano da visita imperial, comemorativo do centenário da instalação da vila e mudança de nome para Nova Almeida, a vila conta-

va com umas noventa casas, a maioria agrupadas na grande praça, sendo a metade coberta de telhas. A população do município vivia da pesca, da lavoura de cereais, do corte de madeiras e dos artesanatos de louças de barro e fiação do algodão. Fabricavam um tecido tão grosseiro que, quando não era utilizado para sacos, só os negros e os índios o aproveitavam no ajazarem as suas roupas.

Como nas demais localidades da província, ao chegar a notícia de que S. M. se dignaria a visitar aquele povoado, os seus moradores encheram-se do mais justo orgulho e, dentro da modéstia e pobreza que os dominavam, procuraram enfeitar as casas, roçar e capinar os matos maiores que enfeavam a praça, e cuidar dos reparos mais urgentes das estradas.

A comissão de tais preparativos, composta do juiz de direito em exercício na comarca, bacharel Antônio Gomes Vilaça, do Sr. Francisco Urbano e do vereador Manuel Soares Leite Vidigal, não dispunha de muito tempo nem do numerário necessário, tanto assim que não pôde reparar as ruínas em que se encontrava parte do edifício do convento, que servia de Paço Municipal e de cadeia.

Segundo notícia do correspondente do *Correio Mercantil*, “o Sr. Urbano, apesar de gravemente doente, ofereceu-se ao Sr. Veloso para ir à vila de Nova Almeida, dez léguas distante da capital, auxiliar ao Dr. Juiz Municipal e ao Sr. Soares nos preparativos da recepção imperial, e isto talvez oito dias antes da chegada de S. M., quando o Sr. Veloso não sabia para onde devia voltar-se com as inúmeras providências e expedições que devia fazer, em uma vila balda de recursos mais comezinhos, como é a de Almeida, e o Sr. Urbano deu conta satisfatória de tal missão.”

Precisamente às 15:30 do dia 1º de fevereiro, quarta-feira, D. Pedro II montava a cavalo na vila da Serra, a caminho da vila de Nova Almeida. Acompanhemos o itinerário que percorreu, reproduzindo as próprias observações:

Tarde.

3 ½ partida; pouco depois o caminho bifurca-se e o da direita maior talvez um terço, segundo dizem, que o seguido por mim, encaminha-se

ao povoado de Caraípe; é melhor do que aquele, e quando a maré está vazia dá vau o rio Caraípe; 4 e 25 fazenda do Rio Novo, do tenente Simiano descendo o monte chega-se a um braço do Caraípe cuja margem é de lajedo. É fundo e nunca dá vau; passei-o em canoa; passou grande parte dos cavalos a nado, arrearam-se e pude continuar viagem às 4 ³/₄. Do alto do monte fronteiro tem bela vista descobrindo-se as margens verdes do rio, e à direita afastado o Mestre Álvaro, donde o Juiz Municipal me disse depois de ter passado o rio que o informaram se ouviam às vezes estrondos que talvez sejam de alguma cachoeira que as há por aí.

Fazenda do Quintino irmão do major Pinto Loureiro bebi água daí que não era boa; chapada com [camarás]; lugar mau por dentro do mato já de capoeira, por causa de caldeirões que estiveram com canas doces cuja fermentação muito mau cheiro dava com o da lama; extensa chapada; bela vista dum lugar que o Monjardim disse chamar-se Putiri, nome que não conhece o Manuel Inácio das Chagas, estabelecido há anos na vila de Serra, e que me serviu de guia. É filho de Porto Alegre da família Chagas e irmão do sargento Desidério Chagas comandante duma escolta, e que os rebeldes mataram depois de preso por não ter querido rapar o bigode de legalista. Comprou meia légua de terras da nação no [Timbuí] onde se quer afazendar.

Do Putiri vê-se o campo muito verde por onde corre o rio dos Reis Magos, que de certa altura para cima se chama Sauanha e de que uma das cabeceiras é o [Timbuí], e ao longe bem situada na fralda dum monte a casa da fazenda Jaburuna.

O belo lugar divisado por S. M., nome derivado de árvore aromática, foi, posteriormente, alvo de notícia no jornal *O Estandarte*, da vila de Itapemirim (1-11-71): “A poucas léguas da costa (terras da Vila de Nova Almeida), jaz no abandono a fazenda do *Potiri* em que o antigo proprietário, Joaquim Vicente Pereira, fez a fortuna que por sua morte passou à mulher e filhos...”

Prossigo com as transcrições dos apontamentos de S. M.:

Fazenda de Caçaroca tem quase a mesma vista; extensão de mais ou menos areia com lugares de mato de capoeira, tendo visto uma flor branca bonita que me disseram chamar-se jasmim-da-areia. Barra do rio dos

Reis Magos, e no monte o fundo do convento, ladeira e praça extensa e relvosa da vila.

A uma distância de duas léguas antes do povoado, um numeroso grupo de fazendeiros, a cavalo, esperava S. M. para incorporar-se na comitiva.



Igreja dos Reis Magos e residência dos jesuítas em Nova Almeida.

Desenho do professor Quirino Campofiorito.

Muito antes que os primeiros cavaleiros assomassem à ladeira que conduz à grande praça, noitinha, já o sino da matriz dera o sinal festivo da aproximação do imperador que vinha pela estrada do centro, fazendo ajuntar o povo, formando em duas alas desde o paço da Câmara Municipal até a estrada da Praça. Destacavam-se, à frente, o pároco Manuel Antônio dos Santos Ribeiro; o professor de primeiras letras, José Maria Mercier, presidente da Câmara, e os seus demais colegas edis: Sebastião Nunes Barbosa; Manuel Joaquim dos Reis; Manuel Ferreira de Moraes; Manuel dos Santos Simões; Manuel de Matos Soeiro Borges e, muito preocupado com toda aquela formação, Manuel Soares Leite Vidigal.

Ao surgir o monarca, atravessando entre as alas, foi saudado por girândolas e vivas entusiásticos dos habitantes da terra dos Manuéis.

Ainda dessa vez, D. Pedro II não se esqueceu de consultar o relógio. Ele registrou a hora da chegada e observou o estado do convento, que sofrera consertos incompletos há quatro anos atrás, isto é, em 1856, no governo do barão de Itapemirim:

Entrada no convento, 7 menos 5. O convento de sobrado tem a frente para a praça quadrangular havendo na extremidade oposta uma pequena casa de sobrado; a única que vi até agora, sendo bastantes cobertas de palha, e o lado esquerdo para o mar e barra do rio; a parte deste lado para o fundo, e os outros dois lados estão em ruínas, consertando-se a parte que serve de Casa da Câmara com 1 dos 2 contos que deu o Governo Geral tendo o outro caído em exercício findo.

Seguem-se as impressões que lhe causaram os mananciais da vila, e como de todas as ocasiões em que levou a sua generosa mão ao famoso bolsinho, nos auxílios distribuídos, fez omissão dos quinhentos mil réis que doou para o conserto de uma daquelas fontes públicas:

A água do Iriri daqui a 1 légua; a do poço dos Padres Jesuítas, aqui perto, a $\frac{1}{4}$ de hora de ida e volta, e que foi consertado agora é menos boa, talvez por ser o conserto recente, e quem sabe se imperfeito, e a que o povo bebia antes do conserto do poço dos Padres ruim.

S. M. entrou na igreja do convento para persignar-se.

Aquela igreja paroquial dos Santos Reis Magos há muitos anos que estava sem um pároco colado. Mas o padre Antônio dos Santos Ribeiro, da vila de Santa Cruz, acompanhou o augusto monarca e prestou-lhe algumas informações:

O vigário disse-me que a freguesia tem 2 mil e tantas almas e que a vila não chega a ter 200. Não cuidam mais do bicho da seda da mamona; o vigário ficou de mandar-me casulos daqui.

Aqui tiveram os jesuítas uma cadeira de língua geral indígena que julgo ser a mesma dos tupiniquins.

Noutro local, anotou ainda impressões sobre o padre:

O vigário Santos Ribeiro é inteligente; mas chefe de partido; o Bispo protege-o; é encomendado; são informações do Presidente.

Filho de Nova Almeida, aquele padre era considerado como uma das maiores inteligências que representavam o clero na província. Por várias vezes fizera parte como membro da Assembléia Provincial e alguns dos seus discursos foram estampados no periódico *Regeneração*, em 1855. Os seus adversários o acusavam de intrigante, politiqueiro e vingativo e recordavam a sua vida irregular; no começo da carreira, quando se amancebara com uma mulher da qual tivera dois filhos, já então adultos.

Da igreja foi S. M. conduzido para os aposentos que lhe estavam reservados, onde lhe foi servido um jantar ligeiro, que tanto para os moradores da vila quanto para ele, àquela hora, era já considerado uma ceia.

A nota pitoresca foi a sobremesa: mel em cuia... Era o melado em que se transformava a garapa, ou caldo de cana aquecido, que se servia nos coités.

Às 20 horas, Sua Majestade Imperial dignou-se a receber a Câmara Municipal, tendo na ocasião usado da palavra o seu presidente, para a entrega da chave do município ao augusto visitante, que assim respondeu: “Agradeço muito à Câmara Municipal de Nova Almeida os sentimentos de fidelidade e adesão que consagra ao seu Monarca.”

Deu-se, após, a cerimônia do beija-mão.

S. M. tomou mais estas notas:

A enxovia é por baixo da Câmara e o Presidente desta disse que má e úmida. Não tem presos. Livros de entradas de óbitos, e de portarias não de termos de visita; foi o que ouvi.

Mesmo ruim, necessitando de assoalho, caiação, divisões de xadrez e assentamento das grades da janela, aquela cadeia, dotada de carcereiros, era a única do termo judiciário, que compreendia mais as vilas de Santa Cruz (sede) e Linhares.

Sendo Nova Almeida povoação tão antiga, a municipalidade deveria possuir um rico arquivo, com documentos merecedores do acurado interesse e exame de D. Pedro. Com efeito, os mais antigos alvarás, cartas de leis, ordens régias, ofícios e documentos diversos existiram ali. Mas um alienado, conseguindo fugir da enxovia onde estava preso, chegou ao arquivo da Câmara e rasgou os livros e os papéis que achou, destruindo tão rico acervo.

Graças ao empenho do professor José Maria Mercier, alguns dos mais importantes documentos haviam sido copiados e dois anos depois da visita do imperador foram impressos em um opúsculo na tipografia do *Correio da Vitória*. Essa dedicação mereceu, posteriormente, o elogio do padre-poeta Antunes de Sequeira:

Teve a Câmara livro curioso
Do *Tombo*, para os seus anais;
Porém o seu arquivo carunchoso
Já não possui dos restos os sinais!
Inda assim, outrora, um caprichoso
Dele extraiu memórias:
Em trevas ficou tudo sepultado,
Tal é nosso desleixo desazado!

S. M. foi atraído por uma banda de congo que os caboclos formavam em louvor a São Benedito.

Ele anotou:

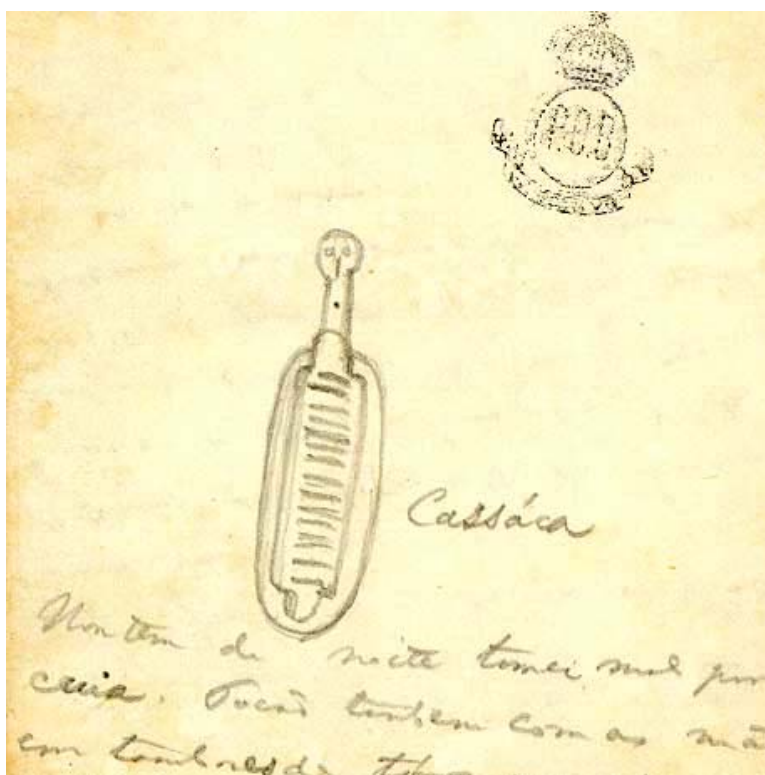
Dança de caboclos com as suas cuias de pau de [regos] para esfregarem outro pau pelo primeiro.

O ritual dos ancestrais consistia em formarem um círculo, acorados, e ao mesmo tempo em que seguiam o ritmo da música,

marcado pelos tambores, reco-recos e o chocalhar de uma cabaça contendo sementes, batiam com as mãos espalmadas nos peitos e nas coxas, fazendo caretas e trejeitos e produzindo sons guturais que mais pareciam guinchos.

Os pretos juntaram à orquestra um outro instrumento de percussão, o ferrinho ou *triângulo*; modificaram a coreografia e incorporaram cantigas entoadas em coro e solo.

O instrumento que chamou a atenção de S. M. I., a ponto de merecer do seu lápis de desenhista um rápido bosquejo, a *cassaca*, *casaca*, ou *reco-reco de cabeça*, era típico e *sui generis* do folclore capixaba. Assim o descreve modernamente Guilherme Santos Neves: “um cilindro de pau, de 50 a 70 centímetros de comprimento, escavado numa das faces em



Eis o desenho, em tamanho natural, que Dom Pedro II fez na sua caderneta de notas, da *casaca* ou *reco-reco de cabeça*.

que se prega uma lasca de bambu com talhos transversais, sobre os quais se atrita uma vareta. Na extremidade superior desse reco-reco se esculpe, na própria madeira, uma cabeça grotesca, com pescoço comprido, lugar em que se segura o instrumento”.

Sem dar mostras de cansaço, S. M. aproveitou parte da noite organizando um vocabulário português-tupi, com auxílio “de uma índia velha da tribo Tupiniquim”, conforme escreveu.

Aos estudiosos do gênero lingüístico, vale a pena um confronto desse vocabulário, que transcrevo no fim do livro, com o que organizou Saint-Hilaire, quando visitou Nova Almeida.

O imperador recolheu-se aos aposentos que lhe estavam reservados um pouco apreensivo:

Já se mataram 2 morcegos na parte do convento [habitável] e onde hei de dormir; um deles, grande e de trombas.



Festa de S. Benedito num desenho de Biard. Vê-se um dos participantes da Banda de Congo tocando a casaca ou reco-reco de cabeça.



*A igreja de Santa Cruz reservava ao Imperador o mesmo malogro
causado a Biard, que assim a desenhou, de frente e de perfil...*

Passagem pela vila de Santa Cruz

Na manhã seguinte, bem cedinho, D. Pedro II assistiu a missa rezada pelo vigário Santos Ribeiro e teve melhor oportunidade para admirar o quadro da adoração dos Reis Magos que encima o altar da igreja de Nova Almeida, pintura a óleo sobre madeira que é considerado o mais antigo quadro pintado no Brasil, acreditando os entendidos remontar a sua feitura ao ano de 1615.

Talvez a pressa não lhe permitisse copiar a legenda existente no teto da igreja, necessitando de restauração: *Vidimus Stellam Sub Oriente, et Vinimus Adorare Dominum.*

Com manhã luminosa, seria vislumbrado lindo panorama das janelas do convento e, se não fosse a pressa de cavalgar, D. Pedro teria observado a grande pedra situada no centro da praça gramada, onde os jesuítas amarravam os índios delituosos.

Antes de montar a cavalo, o monarca teve oportunidade de doar a esmola de quinhentos mil réis para os pobres.

E eis as suas notas sobre o percurso de três léguas, coberto em duas horas, até a vila de Santa Cruz:

2 de fevereiro

4 ½ missa; o retábulo da matriz que é a igreja do convento é esculpido e pintado no gosto jesuítico com um quadro de adoração dos Magos.

Grande dificuldade em reunir os animais de modo que só às 6 pude seguir viagem do outro lado do rio; neblina sobre o rio e para o mar;

7 menos 5, fazenda do Rio Preto do irmão do tenente-coronel Paixão delegado de Vila Nova, Santa Cruz e Linhares há uma ponte pequena; depois passa-se pela praia perto dumas pedras que maré cheia interceptam o trajeto podendo-se aliás abrir o caminho pelo mato à esquerda.

7 e 10, ponte do Gramuté maior que a outra feita pelo Catão com cabeceiras de pedra as quais tendo sido escavadas pelas chuvas exigiram reparação nesta presidência.

Atravessando o rio Preto, transpunha S. M. os limites dos municípios de Nova Almeida e Santa Cruz.

Não detiveram a sua atenção as orquídeas e os gravatás sobre as árvores que margeavam parte da estrada, nem a espécie de alamedas de cactos enormes (30 a 40 pés de altura), cujos caules serviam para substituir a cortiça. Ele observou:

A estrada é mais para dentro das capoeiras do que pela praia; mas não se afasta muito desta. No mar e praia, vêem-se pedras pretas de aspecto esponjoso como dentro do rio em Piranhas.

Suas notas prosseguem:

Casa do vigário de Nova Almeida no alto dum monte à esquerda; é filho de Santa Cruz; [7 $\frac{3}{4}$ avista-se em frente e perto a barra do rio de Santa Cruz;] fazenda à esquerda muito perto da vila; encostada aos montes do tenente-coronel Paixão; planta cana crioula, 1.000 arrobas anuais, mantimentos; 12 escravos."

Antes de entrar na vila, ao longe, avistava-se a torre branca da igreja, com vasos esculpidos e dois sinos.

Reservava-se para o augusto viajante a mesma impressão de surpresa que sentiu o pintor François Biard, ao descobrir, de perto, que a imponente construção não passava de uma fachada escorada na parte de trás por andaimes, onde se encarapitava o sineiro.

O corpo daquele templo era originário da pequena capela levantada em 1836; tinha esteios de madeira, paredes de taipa e coberturas de folhas de palmeiras.

D. Pedro anotou:

O frontispício da igreja é maior do que esta, iludindo de longe a quem o vir de frente.

A ereção de tal frontispício fora iniciada em 9 de maio de 1857, por subscrição entre os exportadores de jacarandá do município. Mas as proporções do templo foram consideradas gigantescas, em relação à pobreza da vila, pois eram calculados necessários mais de vinte contos para a sua conclusão.

Ao deixar a estrada, pela mata, S. M. atravessou a planície salpicada de palhoças de pescadores, entremeadas de casinhas a que a caiação dava um melhor aspecto.

Repicavam os sinos, estrugiam foguetes e o povo aguardava com alegria a chegada do soberano, cuja hora precisa foi registrada em sua caderneta:

8 h – Vila de Santa Cruz alegre à margem direita do rio; casas térreas pequenas e a maior parte de sapé.

Aquela vila, outrora Aldeia Velha, também se originara do esforço de catequese dos índios, empreendido pelos jesuítas em meados do século de Cabral. Serviu, depois, como quartel de destacamento e a sua elevação a município, em 1848, muito devia ao particular empenho do cidadão José Alves da Cunha Bastos, que construiu, por sua conta, uma casa para servir de Paço Municipal e onde também funcionava o júri, sendo, para esse fim, alugada por 144\$000 anuais.

A cadeia pública era um rancho de taipa coberto de palha e não oferecia a menor segurança nem merecia tal título.

O padre Antunes de Sequeira, que tanto tenho citado, procurando amenizar os dados histórico-geográficos, assim descreveu a

vila de Santa Cruz, em seu poemeto, vinte e quatro anos após a visita de S. M.:

Tem paço de Câmara e igreja,
Que não pôde jamais ser concluída,
Cujo frontispício ao longe alveja;
O magnata dali fez preferida
Câmara e cadeia que sobeja
Bom castigo à gente fraticida!
Não pude conseguir, como vigário,
Mudar a *triste sorte*, seu fadário!

François Biard confessou no seu livro de viagem que, além da fachada da igreja, só viu naquela vila, como digno de uma referência especial, um chafariz de construção recente.

Tratava-se da fonte pública denominada *Tanque*, já existente em começos daquele século e que fora reparada “com segurança e elegância em que se despendeu a quantia de 1:148\$160 rs”, conforme assinalara em seu relatório de governo da província, no ano anterior, o comendador Monjardim.

“O resto” – descreveu o pintor – “quase nada valia: casinhas sem simetria, capim por toda a parte, um portozinho protegido por alguns recifes.”

D. Pedro II, que não tinha uma verve irônica como Biard e, pelo contrário, com o seu ar sisudo no modo de se conduzir e de ver as coisas, só inspirava respeito, dedicou mais cinco palavras sobre aquela igreja a cuja construção doou quinhentos mil réis e viu o chafariz:

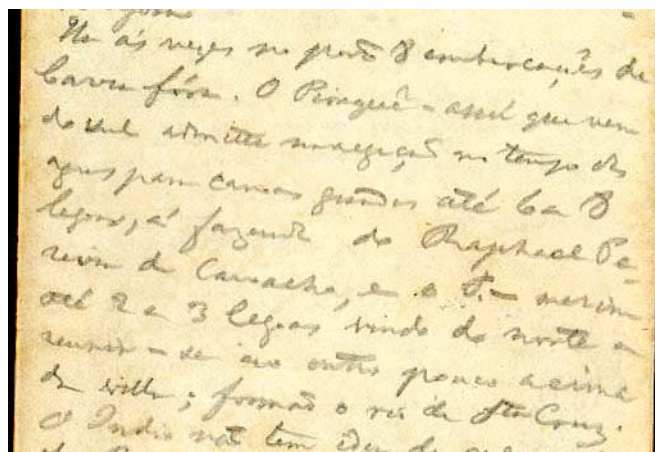
A igreja não merece menção – lugar ao lado fechado para enterrar.
Fonte de duas bicas de água muito boa que corre duma montanha feita no tempo do Catão.

Estranho que não houvesse despertado a sua atenção para a sepultura de João Teodoro Descourtilz, autor de um livro, com lin-

das estampas coloridas, sobre pássaros brasileiros, impresso na Alemanha (1854-56) às expensas da imperatriz Teresa Cristina. O ecologista francês, adjunto da 1ª secção do nosso Museu Nacional, envenenou-se com as preparações arsenicais, a 13 de janeiro de 1855, no Riacho. O seu corpo foi conduzido para aquela vila onde o autopsiaram e sepultaram.

Os apontamentos prestam ainda outras informações de interesse:

Há às vezes no porto 8 embarcações de barra fora. O Piraquê-açu que vem do sul admite navegação no tempo das águas para canoas grandes até 6 a 8 léguas, à fazenda do Rafael Pereira de Carvalho, e o Piraquê-mirim até 2 a 3 léguas vindo do norte a reunir-se ao outro pouco acima da vila; [formam] o rio de Santa Cruz.



O programa de recepção pouco variava.

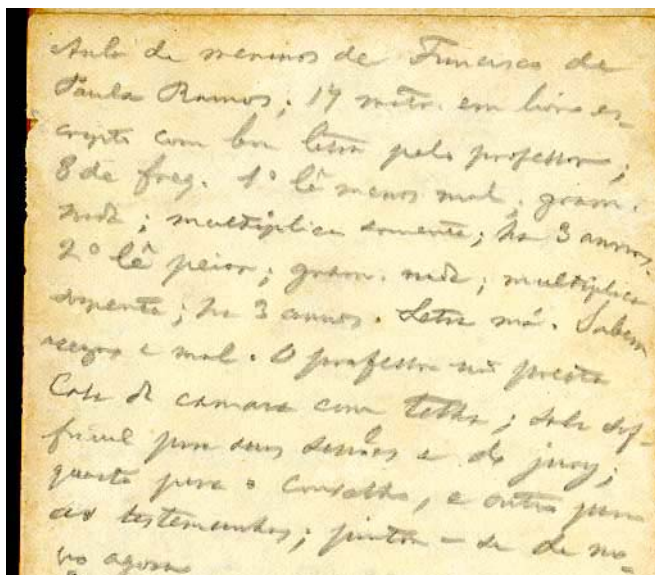
O imperador foi conduzido ao paço da Câmara onde o presidente da casa lhe entregou a chave da vila, com discurso. Após a breve resposta, o monarca se dignou a conceder o beija-mão, começando o desfile pelos vereadores: João Batista da Costa; Luís Inácio de Oliveira; Manuel Simões da Silva; Antônio Gomes Pereira; João Ferreira de Fraga; Manuel Antônio dos Santos Coutinho e João Martins da Silva.

O prédio tinha bom aspecto:

Casa da Câmara com telha; sala sofrível para suas sessões e do júri; quarto para o conselho, e outro para as testemunhas; pintou-se de novo agora.

Antes de almoçar, D. Pedro visitou a escola de 1ª classe do sexo masculino:

Aula de meninos de Francisco de Paula Ramos. 17 matriculados em livro escrito com boa letra pelo professor; 8 de frequência, 1º lê menos mal; gramática nada; multiplica somente; há 3 anos. 2º lê pior; gramática nada; multiplica somente; há 3 anos. Letra má. Sabem rezar e mal. O professor não presta.



O rico fazendeiro José Alves da Cunha Bastos não poupou esforços a fim de proporcionar ao nobre visitante a melhor hospedagem:

A casa onde estou está muito bem arranjada. Os índios vieram tocar e dançar e depois apareceu o capitão-mor com o pintor o Biard e um São Beneditozinho dentro duma caixa, que um dava a beijar servindo para outro de umbela um chapéu de sol.

O pintor francês, que tanto observou e desenhou a selva, os índios e a festa de São Benedito, ao regressar ao Rio, antes de partir para o Amazonas, deve ter efetuado uma visita de cortesia e agradecimento ao monarca, ocasião em que ele teria exibido suas telas pintadas em Santa Cruz. Daí a alusão feita por S. M. I. àquele artista.

Volto aos apontamentos de S. M. I.:

Ontem de noite tomei mel por cuia. Tocam também com as mãos em tambores de toros escavados com peles dum lado, e chocalham um cestinho cheio de pedrinhas. A dança parece que é o bendenguê dos negros, assim como a música o batuque do Engenho [*ilegível*]. Os caboclos ainda têm algumas feições características da raça, que é a tupi.

Biard não só fez a descrição da banda de congo como também a apresentou no seu livro em magnífico desenho. Enquanto ele notou que a dança executada por mulheres constituía “um desgraçoso canção, que merecia certamente a reprovação de nossos agentes de polícia”, o imperador observou:

Notei que só dançam os índios de alguma idade. O São Benedito corre 15 dias antes da festa e 15 dias depois, embriagam-se etc.

O entusiasmo do povo expandia-se em repetidos vivas ao imperador e no infrene foguetório com perigo de provocar incêndios:

Um foguete já ia queimando uma casa coberta de sapé, pegada à em que estou.

E as notas continuam:

O Pirajá está defronte da vila; – trouxe ontem 3 horas da Vitória, achando 1 braça na barra deste rio. Ontem foram os índios com muita folgança levando o São Benedito, a bordo do vapor.

Na rua não havia calor por causa do vento fresco. Parece mais fresco do que a Vila da Serra onde ontem senti calor horrível; também está quase à beira do mar.

S. M. não perdia ocasião para se informar:

O índio não tem idéia de que o rio dos Reis Magos fosse chamado pelos índios apiá-putang.

Apiá coisa que Deus deu aos homens (assim disse o índio)
[Putang] trigueiro, escuro.

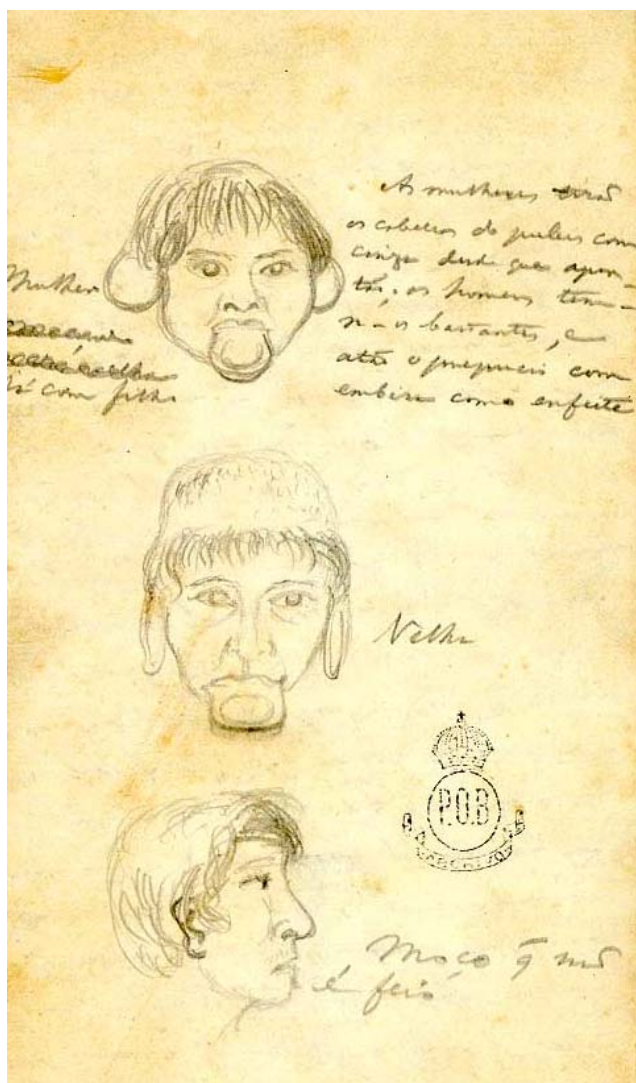
O rio dos Reis Magos parte inferior, chamavam-no os índios Janquetá.

D. Pedro conversou bastante tempo com aqueles descendentes aborígenes e aproveitou para enriquecer o vocabulário da língua geral:

Acentune	beijo
Temiminó	neto
Tuiúca	lama
Câma	peito de mulher
Piraqueaçú mirim	que é cintura
Avá	homem
Vuitichingá	nuvem
Cendê	relâmpago
Teminó	fazer filho
Íra	mel
Írazúa	abelha
Caraivevê	anjo
Inhatchihim	mosquito
Berú	mosca
Uhúra	enchente
Uceruca (u inglês de but)	vazante

[Lua cheia	Iacêruvávácú]
[Lua nova	Iacêpucácú]
[Milho	Avatchê]
[Chuva de pedra	Amavává]
[De nós e de nós e de outros	Inhandê]
[Diabo	Mbaíva]
[Chumbo	Taiíca]





À margem do primeiro croquis ("Mulher já com filho"), escreveu Dom Pedro II: "As mulheres tiram os cabelos do púbis com cinzas desde que apontam; os homens têm-nos bastantes, e atam o prepúcio com embira como enfeite".

Pernoite na foz do Riacho

A travessia do rio Santa Cruz fazia-se em canoa e, sendo as margens distantes, a corrente rápida e profunda, ficava o viajante com o coração miudinho, temendo pela sorte dos animais que tinham de atravessar a nado.

D. Pedro II transpôs o caudal em embarcação mais segura:

Tarde.

Saída às 3 ½, atravessei o rio em escaler do Apa e às 4 menos 10 já seguia viagem a cavalo. Foi quase toda pela praia que, estando a maré baixa [facilitava] a marcha dos cavalos, sendo o meu muito bom marchador – já não é do Mota. A praia antes do riacho [Sauí] que só em maré baixa dá vau, parece-se com a de Itapuca, por causa das pedras, e muitas saudades me fez.

As aves aquáticas, os sargaços, a vegetação salicícola ou as roças dos pescadores, cujas choupanas rareavam no percurso, não chamaram a atenção de S. M. I. Ele observou, encalhado na praia, o iate de ferro no qual o Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, em julho de 1857, singrara o rio Doce, procurando dar cumprimento ao contrato firmado com o governo central, para o povoamento, no prazo de cinco anos, de dois mil colonos europeus, nas margens daquele rio.

O Dr. França Leite, conhecido como um dos beneméritos fundadores da Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Coloniza-

ção dos Indígenas, saíra da Corte (em junho), levando o navio uma lotação de 38 toneladas, mil arrobas de carga e 46 colonos lusitanos, gauleses e germânicos. Explorara o espaço de 35 léguas rio Doce acima e nas margens e terras adjacentes dos tributários Pancas e Santa Maria, lado norte mais ou menos em frente à sede do atual município de Colatina, ele fundara com aqueles corajosos imigrantes a Colônia Transilvânia [*sic*].⁷ Construíram serrarias e engenhos de farinha de mandioca, desbravando para a lavoura considerável extensão de solo fértil, transformando, também, em pastagens para a criação de gado. Os núcleos – Povoação, Monsarás e Ipiranga – pareciam prosperar, com o que não concordaram os botocudos, que em menos de três anos deram fim ao empreendimento. Já em 1859 a população da colônia achava-se reduzida a sessenta e uma pessoas.

Prosseguem os apontamentos do monarca:

Vi na praia de Santa Cruz o navio de ferro em que o França Leite navegou a vela o rio Doce até [Fransilvânia]; agora deve pertencer ao governo e talvez se possa aproveitar alguma cousa.

Em 1858, o presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim consignara, em relatório: “Hoje, o mesmo iate fez a viagem daquela Colônia a esta cidade [Vitória] com a maior brevidade, para o que concorrem a facilidade das correntes do rio e o conhecimento e prática adquirida naquela exploração.”

E prossegue S. M. em suas notas:

Na praia, por onde andei, tem lugares cheios de fucê, e alguns pareceram-me curiosos, sentindo a estreiteza do tempo para examiná-los. A areia atira para cor de rosa.

⁷ Colônia *Fransilvânia*, fundada por França Leite [Nota do editor].

Depois vêm os riachos Tacipeva, Timbotiba e Saí, onde há vau [em] vazante; encontrei aí o Matos, dono da casa do Riacho onde me hospedo; é falador mas parece bom homem; nunca saiu quase de seu sítio, o que não admira num capixaba. 5h.

Enquanto Biard, ao beber o cauim numa cuia para captar a simpatia dos índios que pretendia pintar, considerou o gesto como um holocausto à arte, o imperador deu mais uma prova de sua simplicidade:

Quis provar a cauaba ou cachaça dos índios numa casa destes junto à foz do Saí onde se encontra a tal bebida; mas não a tinham. Dizem que é má, sendo feita de mandioca mastigada, que fermenta, tornando-se mais tolerável o cauim feito de milho; contudo o José Marcelino disse-me que a cauaba com açúcar era boa limonada refrigerante.

A viagem continuou a cavalo até a barra do Riacho, onde D. Pedro II se deteve o resto do dia (precisamente seis horas) para um descanso:

Riachos Piranema, Água Boa e o Minhoca, cuja saída quase que só tinha areia. Logo depois tomei à esquerda por dentro sempre ouvindo a pancada do mar e às 5 $\frac{3}{4}$ avistei a barra do Riacho depois de ter visto pouco antes a casa de sapé toda arruinada dum fulano Fuso onde se hospedou o Pedreira segundo disse o Matos.

6 h chego à casa do Matos, de sobrado e sofrível no alto duma colina verde de onde domina o Riacho que lhe corre perto; a vista não é feia.

O coronel Joaquim Ribeiro Pinto de Matos era o aludido proprietário da fazenda Santa Joana, cuja casa, assombrada, situava-se numa colina e que fora escolhida para a hospedagem.

O capitão Antônio Fernandes de Andrade, que recebera a incumbência do presidente Veloso de supervisionar os preparativos para a recepção de Sua Majestade na vila de Linhares, auxiliando a Câmara Municipal e, notadamente, fiscalizando os reparos das

estradas, fora encontrar-se com o monarca na foz do Riacho. Aliás, ele já se achava naquelas paragens, desincumbindo-se da tarefa de fundar um novo núcleo colonial na confluência do rio Doce [com o Guandu], próximo ao Porto de Souza, onde havia um princípio de colônia.

A propósito, o correspondente do *Correio da Tarde* fizera publicar esta notícia, datada de 19 de julho de 1859: “O Sr. Leão Veloso trata de fundar uma colônia nacional no Guandu. Conta ele com o apoio do senhor Ministro do Império. S. Exa. em *umas condições* que li no *Correio da Vitória*, assegura aos colonos os mesmos favores que recebem os estrangeiros, e são eles: lotes de 250 braças em quadra, medidos e derrubados; diária por seis meses, e ferramenta. Se os nossos patrícios não se quiserem aproveitar desses favores, então nunca se deverão queixar do governo, que só protege os estrangeiros, como dizem eles.”

D. Pedro escreveu:

Achei aqui o capitão Andrade encarregado dos trabalhos no Guandu que me disse cuidar-se agora da construção da capela, que tem 14 trabalhadores gente da vila da Serra reunindo às vezes 30 e tantos botocudos; que há 2 colonos e 50 prazos medidos de 250 de frente e 200, diminuindo às vezes a frente com aumento [no] fundo, por causa de ser o terreno pedregoso. Terreno em geral baixo e fértil com boas matas. Tem mandioca para mil alqueires de farinha; milho para 250, e feijão que as chuvas estragaram, para 60. Um alqueire de milho rende 200. Dá bem cana e arroz. Enquanto não houver mantimentos não se poderão distribuir os prazos. Há doenças mas não de gravidade. Subindo 3 a 4 dias de Linhares; descendo até 1 ½ dia. O capitão parece ativo; mas duvido de sua inteligência para fundar uma colônia sobretudo num lugar como esse.

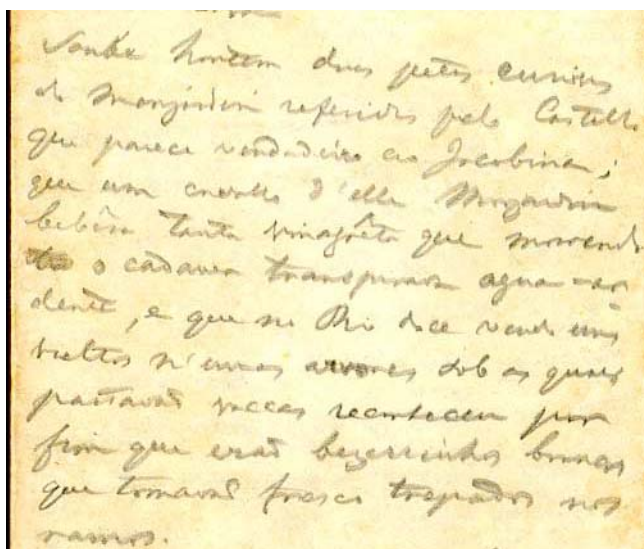
Após um apressado cavalgar de 12 horas, com pequenas interrupções, era natural que S. M. I. se recolhesse bem cedo naquela noite de quinta-feira, ainda mais porque a viagem teria prosseguimento às vinte e quatro horas.

cho que lhe come perto; a vista
não é feia
Achei aqui o Capitão Anacleto

encarregado dos trabalhos no freguesia
de que me disse tudo - de agora
a construção de Capella, 5 com 14
trabalhadores gente de villa de Serpa
remunada de vez 30 e tantos Pa-
taes, que ha 2 colonos e 50
poucos ouvidos de 250 de fran-
ta e 200, remunada de vez de
fructo com augmento no fundo por
causa de ser o terreno pedregoso. Tem
seu em geral barros e fôrtil com
boas matras. Tem mandado pa-
ra mil alqueires de farinha,
milha para 250, e fôrtil de
as churas trouxeram para
um alqueire de milha rendendo
de 1000 canas e arroz. Em
quanto me houver necessarios
me de poder de distribuir as pro-
por. Ha de mais mas nada de
grandeza. Sabendo 3 e 4 de
de Lindares, de cento até 1 1/2 de

Com a luz bruxuleante de um candeeiro de azeite, o imperador ainda achou tempo para escrever as suas notas. O cansaço físico não lhe sacrificava o bom humor:

Soube ontem duas petas curiosas do Monjardim referidas pelo Castello que parece verdadeiro ao Jacobina; que um cavallo dele, Monjardim, bebera tanta vinagreta que morrendo o cadáver transpirava aguardente, e que no rio Doce vendo uns vultos numas árvores sob as quais pastavam vacas reconheceu por fim que eram bezerrinhos brancos que tomavam fresco trepados nos ramos.

A photograph of a handwritten manuscript on aged, yellowed paper. The text is written in a cursive, handwritten style in dark ink. It matches the text of the previous block, describing a story about a horse named Monjardim and white calves in the Rio Doce. The handwriting is somewhat slanted and fluid, with some ink bleed-through visible from the reverse side of the page.

Soube ontem duas petas curiosas
do Monjardim referidas pelo Castello
que parece verdadeiro ao Jacobina;
que um cavallo d'elle Monjardim
bebera tanta vinagreta que morrendo
o cadáver transpirava aguardente,
e que no Rio Doce vendo uns
vultos n'umas arvores, sob as quaes
pastavam vacas reconheceu por
fim que eras bezerrinhos brancos
que tomavam fresco trepados nos
ramos.

Do pouso do Riacho a Linhares

Muito embora as estradas estivessem reparadas recentemente, elas achavam-se em péssimo estado, devido às chuvas, e até completamente alagadas em alguns trechos.

Assim, decidiu-se mandar os cavalos por terra, enquanto D. Pedro II e o seu pequeno séqüito, aproveitando o fluxo da maré, partiam aos primeiros minutos do dia 3 (sexta feira), subindo em canoas o caudaloso Riacho.

A grande canoa de voga chamava-se *Triunfo* e fora luxuosamente preparada para essa viagem.

Se S. M. houvesse partido com a luz do dia, teria visto, à direita, o desaguadouro do rio dos Comboios, que corre paralelo à extensa praia, vindo do norte, e veria outros tributários de maior ou menor importância. Notaria, na margem esquerda, as matas que cobriam o solo arenoso e observaria areais, brejos, charnecas e a vegetação menos desenvolvida, de palmeiras e juncos.

A grande canoa varava silenciosamente o entrelaçado das frondosas árvores das margens, ligadas pelas lianas onde se prendiam os mais lindos espécimes de orquídeas. Seriam bem vistas as ilhas e ilhotas de areia e uma vasta campina, verdadeira pastagem nativa.

Ao alcançar duas léguas acima do ponto de embarque, S. M. teria visto o aldeamento de índios, a futura vila do Riacho, povoação humilde, onde havia uma capelinha de São Benedito e uma escola pública de instrução primária criada em 1853.

Mas nem a orquestração dos sapos ferreiros nem mesmo as picadas dos pernilongos puderam interromper o sono do imperador, bem acomodado na popa da grande canoa, recostado em macios travesseiros.

De manhãzinha, a canoa já transpunha o estreito canal, aberto no extenso alagadiço que estabelecia ligação com a lagoa de Aguiar.

A viagem tornava-se mais pitoresca e eis as impressões de S. M.:

Meia noite e mais alguns minutos largaram as canoas. Acordei às 5 ½. Antes brejo que rio. Bonita florzinha amarela de plantas de folha à tona da água; planta aquática de folha larga cuja fruta parece um ananás; ninho de jacarés; monte de fragmentos de plantas, no meio do qual se acham 10 ovos como de galinha um pouco amarelados; alguns já tinham sinal bem visível da fecundação. Disseram-me os índios canoeiros que um ninho serve a mais de um jacaré.

Esteve coberto e fresco até perto de 11; depois o sol abrasava. Belas flores cor de rosa assemelhando rosa.

Quase 3 h passam os cavalos a nado o rio; vieram pela picada que está muito má, sobretudo por causa do mato e mandou-se limpar; saíram do lugar de onde parti às 5 da manhã. Pouco mais de 3 h; talvez 10 m; lagoa de baixo d'Aguiar pouco vasta, cercada de capoeira alta, e, atravessando uma pequena corda dela, entrava novamente no Riacho às 3 e 18. O Riacho é muito tortuoso e estreito, custando muito a navegá-lo com canoa grande como a em que vou.

A respeito do Riacho até Comboios, e deste rio vide memórias do D'Alincourt, Revista trimestral do Instituto tomo 7º 1845, que também são muito curiosas a respeito do rio Doce e de um junto à vila da Serra.

As margens do Riacho só de certa altura para cima é que apresentam plantas altas e árvores.

Preocupava-se S. M. com um tipo de cegonha da América Meridional caracterizado pela cor branca, rêmiges e cauda preta e pernas avermelhadas, conhecido pelos selvagens como *tapucaia*, *tabuiaia* ou *cauanã*.

Ainda não vi nenhum tabuiaia que é espécie de [jaburu; apenas voou um baguari espécie de] socó, que também não pude ver.

Referia-se ao mesmo desconfiado e não encontradiço *baguari*, o *jaburu-moleque* (*euxenura galeata*), também chamado *maguari*, que ele viu voando, na manhã do dia seguinte, à margem esquerda do canal que liga o rio Doce à lagoa Juparanã.

E prosseguem suas notas:

As mutucas têm-me perseguido e mordido desde que aqueceu o dia; fiz mal de não trazer luvas de camurça. 4 ¼ lagoa do Meio, será do tamanho da de Baixo, tem mato de todos os lados menos do da costa para onde se estende [em] brejal; pegaram nos remos; atravessamo-la do lado do brejo em 5 m, e o Riacho conserva-se largo. 4 ½ lagoa de Cima, 5 menos 10 m alarga bastante, mato nas margens, e duas casinhas ao longe. Vão aparecendo outras casinhas pela margem. 5 ½ começa a estreitar – 5 e 40 m acabou a lagoa. Vejo mato bonito do lado esquerdo. O sol escondendo-se por detrás das árvores do lado esquerdo dava ao vento um tom de saudade [que] muito se harmoniza com o meu sentir; 6 h.

Já se descobre do lado direito pouco longe o quartel de Aguiar. 6 e 25 quartel d' Aguiar; o Riacho continua porém muito estreito, aqui ainda é largo.

Fora transposta a lagoa do Aguiar, que Antunes de Sequeira assim cantou, depois, em poemeto:

Poética lagoa e fertilíssima
Adiante em ameno deslizar,
Põe imaginação exaltadíssima,
Aquele que lhe chamam d' Aguiar;
Em vários peixes abundantíssima,
Seus cardumes se vêm nela saltar:
Enormes jacarés aí têm ninhos,
E cantam pelo junco os passarinhos.

Num dos extremos da lagoa, no lugarejo denominado Quartel do Aguiar – nome do seu primitivo comandante, um sargento, que com o seu destacamento tivera a tarefa de proteger os colonos das incursões dos botocudos –, D. Pedro II desembarcou e recolheu-se a uma choupana.

O seu diário continua:

A casa que é da índia Maria é num alto; chamam Quartel porque havia aí, antigamente um quartel cujas praças traziam o rio sempre limpo. A água que já bebi é de fonte e guardada; acho-a boa.

Interroguei um mineiro, que tem estado no [Cuieté] e é língua de nome João Roiz da Cunha, sabendo segundo dizem perfeitamente a língua dos botocudos sobre o vocabulário de [Marcus Porte] e escrevi as diferenças notadas por mim. Disse-me o língua que a diferença entre os botocudos do norte e os do sul, Nakenenuks – e Naknekês é a palavra diferente que significa 1; que são polígamos, muito ciosos, marcando ainda com golpes a mulher adúltera, ainda que nem sempre a deixe; que não se casam com parentes até certo grau [não] muito próximo, e que as principais guerras provêm de rapto de mulheres, quando lhes faltam. Têm muitos filhos, nenhuma cerimônia de casamento [senão] o pedido à mulher; de cuja casa já sai esposa. Saem nos princípios do casamento às ocultas como envergonhados, e vivem com as raparigas ainda impúberes como se fossem suas esposas não o sendo aliás realmente senão quando púberes.

Duas horas se deteve D. Pedro no quartel do Aguiar, tempo bastante para o jantar, e de sobra para a conversa que manteve com o intérprete oficial ou *língua*, dos índios do rio Doce, João Rodrigues da Cunha.

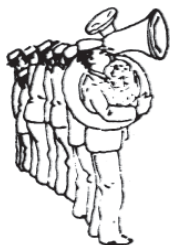
A viagem teve prosseguimento em plena noite, pela estrada do Quartel, aberta outrora e tornada intransitável, mas que fora há pouco mais de três meses mandada melhorar pelo presidente Veloso, em estado de ser transitada por carros.

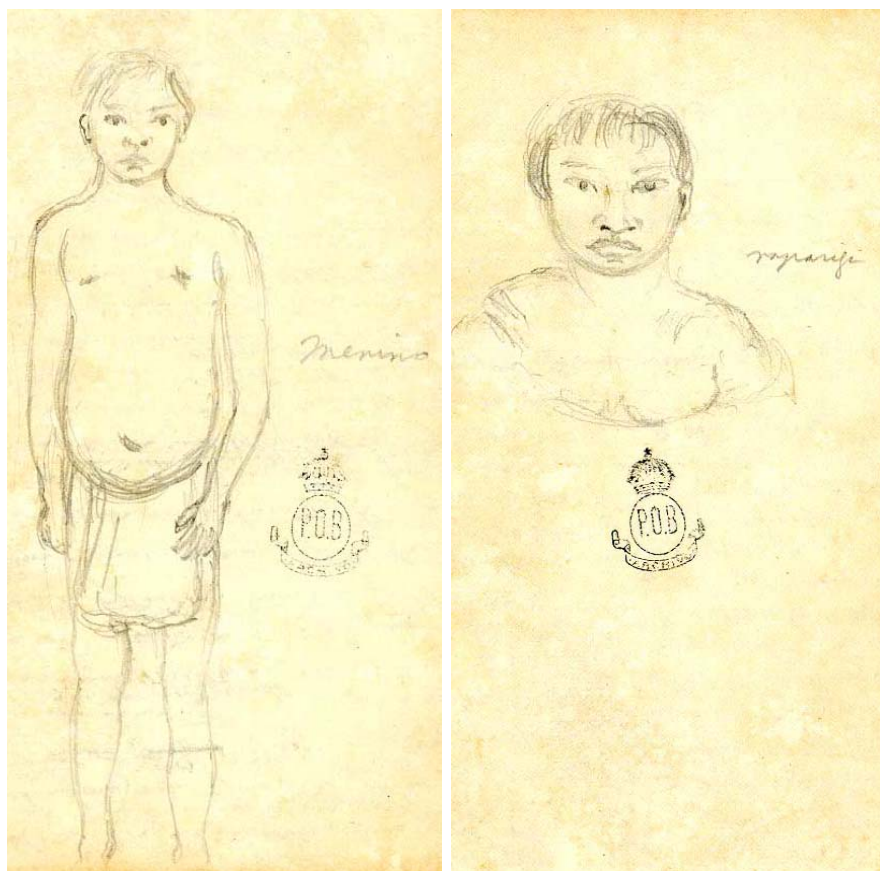
“Foi um serviço prestado aos habitantes da vila de Linhares” – informou o correspondente do *Jornal do Comércio* – “que naquela estrada e navegação encontram por muito tempo um substituto à barra do Rio Doce, de perigoso acesso, porque junto à barra do Riacho há uma enseada abrigada que dá seguro desembarque, seguindo daí os produtos, transportados em canoas até o quartel de Aguiar, e daí em carros até o Rio Doce, em frente a Linhares.”

Eis as impressões do monarca sobre essa estrada, ou *caminho*, conforme ele escreveu, com mais propriedade:

Às 8 e 25 m segui a cavalo. Caminho de floresta com lua e archote. Ponte onde os bugres mataram viajantes anteriormente a 1822, como me [informei] depois em Linhares a respeito da data; há aí uma ponte de pau acabada de construir muito recentemente. O caminho tem [sua] lama, tendo chovido para esse lado bastante, e no Riacho apenas chuviscado algum tanto grosso; mas é plano e pode ser bom em relação aos caminhos [no] Brasil.

Às 11 e 5 cheguei ao porto [no] rio Doce e às 11 $\frac{3}{4}$ desembarquei em Linhares, pouco para dentro da foz do Juparanã que deságua na margem esquerda do rio Doce subindo por uma ladeira um pouco áspera até a chapada que forma a praça da vila se não toda esta.





Em Linhares, Sua Majestade observou alguns índios, procurando deixá-los bem à vontade, e os retratou com seu lápis de desenhista.

Linhares – Lagoa Juparanã e ilha do Almoço

Os botocudos escolheram uma barranca, em meia-lua, à margem esquerda do rio Doce, quatro léguas acima do mar, para aí se recrearem, concertarem as brigas, celebrarem as vitórias, ou descansarem dos seus transe e correrias, conforme escreveu Eurípides Pedrinha.

No local tão sedutor, não só pela qualidade do terreno, de barro vermelho, como pela proteção das enchentes, o governo da província estabeleceu um destacamento de pedestres, no início do século XIX.

Conhecido nas referências mais antigas como Coutins, o aldeamento passou a chamar-se Linhares em homenagem ao conde do mesmo nome, seu grande incentivador.

Mas, o perigo do botocudo, que não se conformava em abandonar a região, o pavor da febre tremedeira e a sensação de isolamento naquela selva, distante catorze léguas de Vitória, dificultaram o povoamento do lugar que começou como degredo e refúgio de desertores e criminosos.

Contudo, a sua prosperidade inspirou o Conselho da Província a elevá-lo a vila, em 1838.

Na época em que se preparava para receber a visita imperial Linhares tinha esta fisionomia, segundo o correspondente do *Jornal do Comércio*: “Quase toda composta de casas cobertas de palha; todavia, não apresenta aspecto desagradável pela vastidão e regularidade de sua praça, assim como das ruas; sua prosperidade é

nula, pois que a população respectiva não passando de 900 a 1000 almas, quase toda se ocupa no tiramento de madeiras, levando nisto uma vida nômade, e sem produzirem nem ao menos para o consumo.”

A estimativa populacional era um pouco otimista e ultrapassou a anotada por S. M.:

O município de Linhares tem 700 almas.

Mas a descrição não destoava do bosquejo de Sua Majestade:

Bordaram as ruas da praça que é grande e cheia de relva, de coqueiros, que iluminaram de noite, e a vila poucas mais casas tem que as da praça sendo por todas 60 e tantas e de telha também a casa do Anselmo Calmon, onde me hospedo e outra menor.

Naquela noite de 3 de fevereiro (sexta feira), D. Pedro II, ao atravessar a mata, guiado pela luz de archotes e do luar, passou o rio Doce em canoa e desembarcou em Linhares precisamente às vinte e quarenta e cinco, conforme ele anotou. E acrescentou:

Ao atravessar a canoa o rio; uns mosquitos que chamam aqui fincados atormentaram-me.

É fácil imaginar o contentamento do povo, formando duas alas desde o desembarcadouro, na margem do rio e barranca acima, até a grande praça. Muitos foguetes; muitos vivas; iluminação profusa, ajudada pelo quarto crescente lunar; mobilização completa dos recursos da terra em sincera demonstração da reverência do povo ao seu bom monarca. O capitão Antônio Fernandes de Andrade muito trabalhara nos preparativos e lançara mão até do seu crédito pessoal no comércio da vila.

As autoridades conduziram S. M. diretamente à casa de Anselmo Calmon Nogueira da Gama e o fato de trocarem o pátio por umbela não escapou à observação do monarca.

O diário prossegue:

A casa onde estou é pequena e térrea, como todas segundo creio das quais a maior parte coberta de palha.

Já vi o Anselmo filho de João Felipe Calmon de que fala Saint-Hilaire; parece boa pessoa e o presidente elogia-o muito pelo [seu] caráter. Veio para o Rio Doce com 10 anos e o pai era baiano de Santo Amaro. O Rafael Pereira de Carvalho que foi [com] a canoa esperar-me, disse que o rio está bom de subir. Reside no Rio Doce.

De manhã, avistei o Mestre Álvaro.

Evidente equívoco de Sua Majestade, pois as montanhas que emolduram a paisagem, na região, são a Aricanga, a Mucurutá e a Pelada.

Conforme o costume, na manhã seguinte, sábado, cedinho, já S. M. se encontrava de pé, não obstante a noite mal dormida.

4.

6 h – Choveu muito de noite, e os fincados perseguiram-me.

Os cavalos que vieram do pouso do Riacho parece que se perderam e as cargas talvez ainda estejam no quartel de Aguiar.

Dentre os súditos e curiosos mais madrugadores que se juntavam em frente à casa da hospedagem, D. Pedro II observou os índios, desenhou alguns tipos, e com o auxílio do interprete oficial, ou *língua*, colheu um pequeno vocabulário. Anotou S. M.:

Apareceram os botocudos alguns com beijo e orelhas furadas, e uma velha com um tremendo batoque no beijo, e outra de menos idade, com batoques no beijo e nas orelhas.

Palavras colhidas do *língua* que é branco e chama-se Benjamim Antônio de Matos:

Índios mutuns (nak-ne-nuk)

Rio Doce

Munhan-uatú

	rio = uatú
Macaquinho	
de cara branca	Anhiknhik (assim chamaram logo ao Sapucaí)
Nome	Juntchak
Fumo	Angnang
Milho	Jauatá
[Feijão]	[Jauantá]
Árvore	[Chon]
Pássaro	Bakun (u de but)
Caçar	Nhokná
Barbado	Kupirík
Relâmpago	Tarúmrémré
Frecha farpada	Uajikpok
Frecha de ponta	
de matar pela	
pancada	Moknhác
Cipó cuja casca	
prende as penas	
da frecha	Mré
Batoque	Métó
A jataí	Marék

Os minutos de espera dos aprestos das canoas para o passeio pelo rio, foram, assim, proveitosos. Afinal, partiu o cortejo.

7 menos 20 embarcamos para ver o Juparanã.

O Carlos José Nogueira da Gama é filho de Antônio Joaquim irmão de Manoel Jacinto (marquês de Baependi) e nascido em Portugal; estabeleceu-se no rio Doce em 1825.

O rio estava na época das cheias reguladas até o mês de março; bom para viajar, não só devido ao maior volume d'água, como pela menor incidência das febres palustres nessa época. Se estivesse vazio, aflorariam, ao encanto da vista, as ilhotas de areia, onde os

tiradores de jacarandá levantavam palhoças para se abrigarem, às vezes, até pela metade do ano, com suas famílias, provisionados apenas de pólvora, chumbo, linha, anzóis, farinha e sal, confiantes na abundância da caça e do pescado.

A canoa subiu pelo canal sinuoso e profundo, chamado rio Juparanã, que liga a lagoa ao rio Doce.

D. Pedro detalhou os episódios do passeio:

Sítio do Carlos José Nogueira da Gama em colina continuação da [da] vila; sobre a margem esquerda do Juparanã; margem oposta baixa e depois ambas havendo mais [arvoredo] da direita. O rio é fundo e uma vara ordinária não chega ao fundo; não é estreito; corre muito, e tem voltas grandes; mas por ora não são ásperas; vêm-se nandaias, periquitos de cabeça encarnada; pau-de-angélica, com belas flores amarelas; o arvoredo torna-se espesso em ambas as margens.

9 ¼ – choupana arruinada num alto da margem esquerda; lugar sem mato. Vi voar um boguari [ou baguari]. Derrubada na margem esquerda; pertence ao Monteiro, popeiro da canoa em que vou, a qual é comprida, dum só pau de vinhático, pertencente ao Rafael Pereira de Carvalho e chamada Nova Emília; nome duma filha dele. Por [ora] há poucos paus e árvores caídas no rio que em nada embaraçariam a passagem do Pirajá. – 10 h duas choupanas num alto na margem esquerda sem mato.

Apareceu uma canoa com o Alexandre Campos e o Chagas, dous cães atrelados para caça e espingarda que tomei.

Evidentemente, o monarca não alimentava pretensões ou veleidades de caçador; do contrário, sentir-se-ia embaraçado para narrar esta proeza:

Já dei 3 tiros e creio que matei um anu.

E o caboclo, se ousasse a sua apreciação, diria que ele era “desinfeliz” na caçada...

O diário prossegue:

Outra canoa com Carlos José Nogueira da Gama e outros, donde dão tiros e atiram foguetes 11 h. Mato rasteiro nas margens.

- 11 e 7 expande-se a lagoa, circulada de morros, com matos e habitações; é um mar de água doce, tendo 7 léguas de comprimento e muita largura. O Pirajá podia subir até a lagoa. Vamos pela margem esquerda, à vara, com 5 palmos a 10 de fundo. A montanha, que se vê mais distante, [muito] longe, fica para o lado da lagoa de Paraná-mirim. Praia de areia chamada do Mosquito que beiramos 11 e 33 m.

Dizem que há tubarões grandes e cações de espada na lagoa que é muito piscosa, pescando-se de rede. A continuação do Juparanã chama-se São José: tem comunicação, pelo lado do S., com a lagoa dos Paus, que vaza nesta, e recebe por esse mesmo lado o rio das Capivaras; forma muitas enseadas. Vejo as mesmas flores amarelas, sem serem as já mencionadas que no rio, mas não vi ainda as brancas. O mato não apresenta por ora árvores belas como o rio, nem se vêem tantas flores. No rio há muitos ingazeiros; mas a fruta não está sazoadada.

Canto do Canivete, enseada pequena, com seu tijupá pequeno.

12 e 35m – Três Pontas, com uma colina alta sobre a qual está um sítio, com sua choupana.

Se não fossem os disparos para o ar, das espingardas, os tiros dos foguetes e os constantes vivas dos passageiros das outras canoas, esquentados pelo entusiasmo e pelos repetidos tragos da *caninha*, seria vista a rica avifauna da lagoa apanhada de surpresa: patos silvestres, marrequinhas, frangos d'água, piaçocas, garças, irerês, ao nível das águas e sobre a verdejante ramagem das árvores: araras, papagaios, maitacas, tucanos e tantas outras espécies, de coloridas e formosas plumagens. Eram abundantes os macucos, os mutuns pinima, jaós, capoeiras, juritis e inhambus. E nem se fale da fartura da caça de pele e couro por aquelas bandas: jacarés, antas, capivaras, veados, tamanduás e onças até. Mas o tempo não era de caçadas, conforme registrou o diário, em trecho que transcrevo à frente.

A *Nova Emília* contornava de perto a margem da lagoa, deslizando mansamente ao impulso das varas e remos. Levava provi-

sões de boca, das quais S. M. se serviu, para esperar o almoço-jantarado que o aguardava na ilha. A comodidade do encosto macio e o cansaço do dia anterior, mal reparado na noite, devido aos pernilongos, convidavam a um cochilo.

Acabo de passar pelo sono.

Canto do Barro Vermelho, com a sua choupana [e rocinha]. Canto do Jacu pouco reentrante. Canto do Jacaré Pequeno. Praia do Jacaré Grande; enseada mais funda com areia. A praia é estreita e vem logo mato com algumas árvores bonitas. Árvores semelhantes a mangues em terreno arenoso. Chama-se tudo Jacaré Grande até uma ponta além da qual se encurva a praia da Onça. Bonita flor roxo-claro que me parece trepadeira.

Atirei duas vezes a umas garças e creio [que] uma foi chumbada; o chumbo é muito grosso; para veado.

Ponta da Onça, onde acaba a praia deste nome; 1 $\frac{3}{4}$. Canto do Guaxe até aqui chama-se Onça, é fundo este canto e com bela mataria. Há um canto fundo que ainda se chama Guaxe e também é muito bonito com belas árvores. Há muito tempo que não vejo nenhuma casa em qualquer das margens.

Praia do Goitizeiro; acaba aqui [o que] se [chama⁸] Guaxe; em junho e julho é que frutifica o goitizeiro – tem areia; bando de periquitos; bando de maracanãs. Canto das Barreiras; grande e bonita enseada com belo mato. Vamos endireitando para ilha do Pedreira onde está o almoço e que pertence ao Rafael Pereira de Carvalho.

Subindo o rio São José, alguns dias, disse-me o Presidente que se encontram bugres, tendo o feitor do Rafael Pereira de Carvalho encontrado há pouco vestígios deles numa exploração, que fizeram pelo rio acima, no 2º ou 3º dia de viagem.

Os tiros da ilha formam longo eco bastante tempo depois de dados nos morros da margem esquerda da lagoa.

⁸ Provável palavra omitida por Pedro II [Nota do editor].

Barreira vertical, na margem esquerda, quase defronte da ilha. A primeira ponta além da barreira chama-se Ponta do Ouro. O desembarque da ilha é pela parte superior. Formaram degraus na terra da ladeira ornada de coqueiros, e uma ponte de pau para desembarque. Desembarcamos às 4 menos 20 m.

Receberam-me com o hino em realejo; [já] em Linhares vieram ao desembarque com umbela em lugar de pália.

A formação da ilha é granítica, e do alto tem bela vista para o lado de baixo.

Gostei muito de estar assentado na ribanceira de pedra do lado da barreira da margem esquerda da lagoa, em cujos 2/3 contando da boca do rio Juparanã da banda da lagoa está situada a ilha.

Havia no cimo da ilha um bom barracão coberto de sapé e outros 2 menores.

O dito barracão, construído por Rafael Pereira de Carvalho, que era um dos integrantes da comissão nomeada para preparar a recepção ao monarca, tinha quarenta palmos de comprimento por vinte e cinco de largura, sendo a terça parte assoalhada um palmo acima do solo, ligada a uma rampa de madeira para a atracação das canoas. Nesse grande rancho estava preparada uma farta mesa, mas D. Pedro II preferiu comer assentado sobre uma pardacenta pedra no alto da ilha, espelhando-se nas águas da lagoa.

Após o almoço, desejando perpetuar a memória do acontecimento, alguém lembrou de enterrar uma garrafa de champanha esvaziada nos brindes, o que foi feito, fornecendo o imperador uma cédula da sua algibeira para ser colocada dentro da garrafa junto a outras pequenas lembranças.

Quase duas horas se deteve o monarca naquela encantadora ilha de Santa Ana e esquadrinhou as suas vinte braças em circunferência, cultiváveis, muito se distraíndo com um papagaio palrador do Amorim, que aprendera a repetir os vivas ao seu augusto nome.

Daquela data em diante ficou resolvido que a ilha passaria a chamar-se ilha do Almoço e é com esta designação que ela figura no mapa da província, organizado pelos engenheiros Cintra e Rivière e impresso em 1878.

Mas, posteriormente, firmou-se em definitivo a designação de ilha do Imperador.

Voltemos aos apontamentos de S. M.:

Há uma ilha pequena de pedra entre a margem direita da lagoa e a ilha do Pedreira com que se comunica com um istmozinho de terra.

O rio de São José navegava-se 1 légua da foz, e o feitor do Pereira de Carvalho subiu por ele 5 dias encontrando 14 a 18 cachoeiros sendo o 1º maior. Parece que vai em direção de Minas Novas, e dista pouco de São Mateus. A lagoa não é de Paraná-mirim mas Juparanã-mirim, e deságua no rio Doce pouco acima da grande por um rio que não é navegável na seca, e tem muitas voltas. O Pereira de Carvalho diz que as margens da lagoa de Juparanã são saudáveis.

Regresso às 5 e 25 m. Margem direita. O Nogueira da Gama diz que defronte da ilha do Pedreira pertence essa margem à Marquesa de Baependi. Praia dos Cágados, com bela mata. Da margem esquerda da lagoa ouve-se a pancada do mar. Vi outra vez a trepadeira de bonita flor roxo-claro. Há muitas jabuticabeiras e cambucazeiros; mas os cambucás não [são] tão bons como os cultivados; em ambas as margens da lagoa a melhor jabuticaba do tamanho da do Rio; mas de forma de pêra, branca e preta, é a *Sacaminhan*; também há grumixameiras.

Canto Montemor, com entrada para lagoa não pequena navegável. O tempo da cheia é o da fome, porque não pesca nem caça – dura de dezembro até março.

Há muitos jacarés e grandes na lagoa. A água das lagoas apodrece guardada o que não sucede à do rio Doce, que quanto mais guardada melhor; pois deposita muito.

Saco do Gambá. Barra da lagoa dos Paus, não é navegável por causa dos paus. Saco das Estacas; Lençol Grande, Lençol Pequeno, entrada do rio; 9 h, chegada a Linhares perto das 11. A noite [estava] de belíssimo luar durante a maior parte da viagem. Trouxe das flores roxo-claro.

Ouvi ontem ao Presidente que frei Búbio missionário lhe dissera que as madeiras tiradas para a capela [no] Guandu, são de má qualidade.

O Carlos José Nogueira da Gama é original, estando rouco de dar vivas gritou ao povo que os desse que estava cansado, e já tinha dado a

norma dos vivos por ter gritado viva à rainha mãe. Parece que se riem dele por aqui. Tem cara de bom velho; mas [turrista]; é o presidente da Câmara.

As cargas chegaram à 1 da tarde.



Logo que a canoa ganhou a margem oposta, o monarca esboçou esse panorama da vila de Linhares, com legenda: “5 de fevereiro de 1860. Linhares vista da parte superior subindo pela margem esquerda”.

Ainda em Linhares – Um passeio rio acima – Índios – Regresso a Vitória

Na manhã do dia seguinte, sábado, 5 de fevereiro, D. Pedro II visitou a igreja católica, edificada por Francisco Ravara, concluída em setembro de 1858, situada num dos extremos da grande praça de Linhares. Nessa mesma praça, no local onde o governador Rubim fizera lançar os esteios do primeiro templo, a 13 de setembro de 1817, e do qual já não havia vestígios, o benemérito Rafael Pereira de Carvalho tentara erigir, às expensas próprias, em 1852, outra igreja de pedra e cal, obra de Santa Engrácia, pois, vinte e seis anos após a visita imperial, ela estava ainda por terminar.

S. M. escreveu:

A igreja do Rafael [Pereira] de Carvalho está em princípio no lugar onde houve outra com duas torres e bonita feita pelo Rubim. Enterrava-se aí perto tendo o bispo José Caetano benzido todo o terreno da vila. Houve também outro quartel e olaria do Estado. Agora tem uma perto no seu sítio o Anselmo Calmon.

Se a igreja que o abastado e benemérito cidadão da vila levantara às suas expensas oferecia comodidades, a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Linhares do Rio Doce não estava bem servida de vigário, e é o próprio imperador quem o afirma:

A igreja é pequena mas coberta de telha; ouvi missa a que ajudou o Carlos José Nogueira da Gama que cantou sofrivelmente o *Tantum ergo* ao

levantar da hóstia. Custou a aparecer o vinho e o vigário encomendado frade carmelita parece que tão estúpido como bugre não tem saído de casa por doente ou receio de não saber o que faz, e foi frei Búbio que disse a missa.

O reverendo capuchinho frei Bento de Búbio era o encarregado da catequese das tribos errantes pelas margens do rio Doce, cargo de aprovação recente.

Depois de examinar a igreja, para cuja aquisição de paramentos pretos, pia batismal, conserto de um dos sinos e pintura do altar contribuiu com trezentos mil réis, e também o local do cemitério, destinando para a melhoria deste quinhentos mil réis, S. M. vistoriou o quartel:

O quartel é pequeno de telhas, e o xadrez pouco seguro tem tronco.

Foi, após, visitar a escola de primeiras letras, que o professor regia gratuitamente, mas aos seus esforços não corresponderia nem a eficiência:

Aula de meninos de José Maria Nogueira da Gama. – 19 matriculados – 10 a 12 de freqüência. Letra do professor má. 1º lê mal, nada de gramática, não pôde dividir. Há 4 para 5 anos. 2º lê pior; diminui somente; gramática nada. Há 6 para 7 anos. O substituto da escola parece saber mais do que o professor. Sabem as rezas um bem e pouca doutrina propriamente. O professor que parece mau ocupa-se mais com isso do que outros de lugares importantes. Não é boa a letra dos meninos.

Ainda na parte da manhã foi o imperador recebido, em solene reunião no Conselho Municipal da vila, pelo corpo completo da vereança: Carlos Augusto Nogueira da Gama; Francisco de Paula Calmon Nogueira da Gama; João Felipe de Almeida Calmon; Antônio José de Moraes Chaves e João José Marçal.

D. Pedro observou:

Casa da Câmara pequena. Com o arquivo havia os remédios homeopáticos aplicados pelos dois Nogueiras da Gama. O Carlos já

estava pronto para cantar *Te Deum* com o Frei Búbio; o discurso que ele fez em nome da Câmara é curioso.

A continuação do diário focaliza bem o interesse de S. M. pelos silvícolas, de cuja língua ele se fez um erudito:

O chefe dos índios chamava-se [Kneknám] de 30 anos talvez; não quer dizer nada esse nome como muitos dos deles. Tem ar muito sério.

Os índios que se apresentaram são mutuns menos 2 do Sul, um deles rapazinho excelente atirador. Falam muito riem e querem sempre comer. Os do Sul são em geral mais bonitos, havendo 2 índias de olhos azuis muito belas e claras e de cabelo ruivo, uma delas mulher do capitão Francisco. Não quiseram vir com medo por causa do tiro dado num em Cuieté! Os índios mostraram sentir muito calor mesmo dentro de casa, se não era preguiça porque ele está muito suportável. Um velho deitou-se debaixo do canapé onde eu estou assentado.

Dançam em círculo passando os braços por cima dos pescoços dos vizinhos com diversas cantigas em toadas mais ou menos monótonas que um começa; não têm instrumentos de música. Festejam assim diversos sucessos, sobretudo caçadas, cujas peripécias referem nas cantigas; os Puris também dançam em círculo.

Os meninos dançam à parte. – Os índios assobiam muito –

Uma mulher dançava com o filho nas costas o qual suspendem pelas nádegas por uma embira que prende na cabeça.

Algumas das toadas não me desagradaram e soltam às vezes seu grito ou assobio.

As mulheres quando nuas dão um jeito às coxas que cobrem inteiramente as partes genitais, segundo me disse o Rafael Pereira de Carvalho.

A rapariga tinha os mamilos demasiadamente grossos.

Havia um velho chamado Nahém muito rabugento. Hén é o bicho do caramujo.

Os homens têm apenas buço mais ou menos longo.

Ficaram muito contentes com os chapéus, e fumo, sobretudo, com o qual bebendo água passam três dias sem comer, que se lhes distribuíram de minha parte e em minha presença.

Aliás, S. M. distribuiu, também, de esmolas, aos pobres da vila, a quantia de trezentos mil réis.

Os índios atiraram flechas e a maior parte atravessaram um toro de bananeira; por elevação não fazem grande cousa, não [firmavam] o arco no chão entre os dedos do pé.

Juparanã não sabem o que quer dizer, e Júm é pular n'água. Segundo Saint-Hilaire na língua geral Jú = espinho.

O jantar saiu cedo, por causa do passeio de canoa rio acima, até a boca da lagoa Juparanã-mirim.

Ventou bastante antes do meio dia, e o local é bem ventilado. Ventou também bastante de tarde. Depois do jantar apareceu-me o vigário com ares de múmia e soube que se chama João Antônio Calmon sobrinho do Anselmo e filho do finado major Lisboa de Vitória com quem foi casada a irmã do Anselmo hoje viúva.

D. Pedro tomou a mesma grande canoa escavada em um toro de vinhático, a *Nova Emília*, impulsionada por competentes remadores.

Tarde.

4 e 20 partimos. O rio está enchendo e a água barrenta. Duas varas fincadas no fundo do rio para segurar linhas de pescar cações, chamam-se linhas de espera. Ilha das Preás na margem direita.

O panorama que se divisa em sentido oposto, isto é, olhando da praça (para o lado do sul), provocou esta expressão de S. M.: “Nenhum mais belo!...”

O diário continua:

Boqueirão na margem esquerda que passa por detrás da ilha do Barão Itapemirim a quem a deu o Anselmo. Entramos no boqueirão; ilha do Pinto; a margem de terra firme tem belas árvores; entramos por entre a ilha do Pinto e terra firme.

O popeiro disse-me que o iate de ferro do França Leite subiu até [Fransilvânia] três vezes, gastando da 1ª vez 1 mês e 5, e da 2ª 8 dias conduziu o que poderia levar por menos dinheiro numa canoa.

Ao sair do canal entre a ilha do Barão de Itapemirim, que não é pequena e terra firme passamos ao lado esquerdo da ilha do [Gato] distante; à esquerda ilha do Rato, e à direita ilha dos Patos, pequenas e distantes entre si; ilha do Armonde à direita, comprida; custou 8\$000; o rio é muito largo.

Levando a espingarda sempre ao alcance da mão, S. M. aproveitou a chance de experimentar mais uma vez a sua pontaria:

Matei duas pombas do ar, na ilha do Rato, onde aparecem muitas; são as juritis do Rio. Ilha do Cipó comprida e longe à esquerda. O alqueire de farinha de mandioca custa agora, segundo o Monteiro popeiro, 7 patacas e no tempo do Saint-Hilaire 2.

Perto de Juparanã-mirim. Boca da lagoa de Juparanã-mirim até onde chegamos às 7 h. Voltando pelo mesmo lado por causa do vento chegamos a Linhares às 8 $\frac{1}{4}$.

Em quase todas as casas há violas [ou] guitarras.

No passeio da tarde não vi nenhuma casa à exceção da fazenda do Anselmo na margem direita ao longe; casa de vivenda e senzalas; chama-se Boa União. A do pai chamada Bom Jardim estava defronte da ilha do Gato e acha-se hoje em capoeira.

À noite, S. M. recolheu-se cedo, pois madrugadinha do dia seguinte, segunda-feira, ele despediu-se de Linhares, descendo o rio Doce de canoa até a barra onde passou para o *Apa*, rumando direito à Vitória, lá chegando ao entardecer do mesmo dia.

Transcrevo a parte do diário referente a esse percurso:

6.

4 e 10 larga a canoa. Ilha do Alexandre à direita grande, ilha do Guarda-mor grande à direita; ilha do Sal pequena à direita; ilha Comprida à esquerda; bando de japus espécie de guaxe, com as penas da cauda

amarelas e catingentas como guaxe; outro bando de japus; outro ainda maior de japus numerosíssimo. Ilha do Campinho à direita.

Ouçõ que há uma picada do Quartel d'Aguiar até Piraquê-açu; mas com muitos morros, e que consta haver pelo S. José acima uma lagoa maior que a de Juparanã, e que por meio dessas e outras lagoas se comunica o rio Doce com o S. Mateus. Ilha do Veado à direita, esta e a do Campinho são muito pequenas. 3 ilhas do Sul e 3 ilhas do Norte, pequenas; deixamo-las à direita, diz o popeiro que é metade do caminho; 6 e 18. Bando de periquitos. Ilha do Coimbra pequena e outra menor sem nome à direita. Ilha do Domingos de Sousa à esquerda – do Barbado maior e quatro dos Carapuças muito pequenas todas à esquerda – das Frecheiras à esquerda não pequena, e do Jacarandá à direita, grande – A casa da companhia inglesa entre Linhares e a fazenda do Alexandre Calmon queimou-se.

Por contrato de concessão para a navegação do rio Doce, o oficial de marinha Francisco José Sturz promoveu a organização de uma companhia de capitais mistos, nacionais e ingleses, a qual montou serrarias, estabeleceu alguns colonos e em 1841 sulcava o rio com um pequeno vapor cujos destroços ainda existiam, encalhados no rio.

Sigo a transcrição do diário do imperador:

– Ilha dos Cachorros grande à esquerda; passamos bem perto da margem direita pelo sítio do Tomás com bananeiras; o dono é cunhado do popeiro Monteiro. Outro sítio do mesmo lado do José da Penha pequena choupana. Ilha do Branquinho à esquerda, não pequena, encostamos muito a ela. Povoação dos índios com choupanas; na margem esquerda por muito perto da qual passamos 8 $\frac{3}{4}$.

Chegamos ao Pirajá às 8 e 48 m. O Pirajá gastou 1 h e 5 m da barra até o ponto, onde está; encostou 2 vezes e encalhou durante 24 h, safando ontem às 3 h da tarde. Depois de 5 h de encalhado já se tinha formado um banco de areia a sotavento do navio, e encostado a este, a ONO; o vapor tinha atravessado um pouco.

O almirante gastou de lugar onde está o Pirajá até Linhares ontem no escaler com oito remos e vela 16 $\frac{1}{2}$ horas, encalhando mais de 12 vezes,

partindo às 3 $\frac{3}{4}$ da tarde de [antes de] ontem e chegando a Linhares às 8 $\frac{1}{4}$ da manhã de ontem. Na volta gastou 4 h entre os mesmos pontos.

Começa o terreno a ser um pouco arenoso. Ilha do João Ferreira pequena à direita.

Larga o Pirajá às 9 e 10. 9 h 38 já se vê bem a barra da Concha, [pruma] 1 $\frac{1}{2}$ braça. Para o Sul além da sobredita barra há um navio metido na areia da praia. Casas ao longe [na] restinga do Barcelos margem esquerda onde mora o patrão-mor que me consta não ter os aprestos necessários para a praticagem da barra. Ilha da Regência à esquerda, pequena. À direita Regência com algumas casas de palha sendo a melhor a do James que foi maquinista do vapor Rio Doce e casou. Brasileiro estando viúvo com 4 filhos; vive de caça e pescaria pouco planta; foz do insignificante rio Preto. A barra do Rio Doce está muito mansa; o Pirajá achou ao entrar duas braças de fundo, em meia enchente. Parou o Pirajá às 10 h, e vou almoçar. 10 e 20 escaler e 36 m desembarque na praia da Concha; 10 $\frac{3}{4}$ embarque para o Apa.

O navio encalhado de que já falei era o S. José Triunfante. Na praia da Concha está encalhado o patacho Formosa. Desembarcamos na praia da Concha perto do escoadouro que tem dois canais separados pelo baixo dos Passarinhos. Espadarte de serra, que pescaram numa das lagoas perto da Regência; [é] parece o cação de espadarte.

Avista-se o Mestre Álvaro ao SO. O mar está muito manso venta e tem ventado de N a NE.

Apa 11 menos 5 [está fundeado] em oito braças por dentro do cordão do S. Aproamos para a Vitória às 12 h e 25 m.

5 h e 5 m barra da Vitória. 5 e 40 Vitória.



*O príncipe Maximiliano de Habsburgo, primo-irmão de Dom Pedro II,
com quem fora avistar-se no Espírito Santo.*

O beija-mão de despedida, em Vitória – Encontro com Maximiliano da Áustria

Ainda naquela mesma tarde em que regressava do rio Doce, segunda-feira, dia 6 de fevereiro, S. M. I. visitou a igreja do convento de São Francisco, e copiou a inscrição latina em chapa de chumbo, na parede, ao lado do altar, que assinalava o local para onde haviam sido trasladados os restos mortais de frei Pedro Palácios.

E, segundo notícias do *Correio Mercantil*, de 12 daquele mês:

Houve beija-mão de despedida, e o Monarca assistiu com S. M. a Imperatriz a um copo d'água no quartel da guarnição da capital, e à noite honrou o baile que teve lugar na Casa da Assembléia Provincial.

Durante a ausência do Imperador foi o Sr. Conselheiro Pedreira visitar a Colônia de Santa Isabel, fundada por ele quando presidente da Província e a mais florescente da Província.

O correspondente de outro jornal da Corte, *Correio da Tarde*, sem fornecer detalhes, deu notícia, numa resenha, dos últimos acontecimentos da província, publicada no mês adiante: “No beija-mão de despedida houve quem se queixasse do subdelegado de um dos distritos desta cidade, o qual, protegido como é pelo chefe de polícia, faz *das suas*, e julga-se com direito de perseguir àqueles que não lhe caíram em graça.”

A partida de Vitória, de regresso à Corte, deu-se na manhã cedo do outro dia, zarpando a mesma esquadrilha – *Apa, Amazonas, Paraense e Pirajá* – rumo ao porto de Guarapari.

Do tombadilho do garboso *Apa*, onde se arvorava o pavilhão imperial, D. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina Maria correspondiam aos comovidos acenos do povo, aglomerado no cais das Colunas e através dos pontos mais acessíveis em toda a margem do porto, até o forte de São João, que disparava a sua salva de canhões.

Mesmo se servindo do óculo de alcance, S. M. não poderia assistir a um acidente que ocorreu, na ocasião, nos disparos da fortaleza de S. Francisco Xavier da Barra, vitimando o guarda nacional Manuel Albino do Nascimento, que servia no soquete de uma das peças de calibre 24. Além das queimaduras e ferimentos por estilhaços, o guarda sofreu a amputação do braço esquerdo, ficou aleijado da mão direita e pouco depois veio a falecer.

A constância nos desastres daquela fortaleza já provocara os protestos da imprensa e a reclamação da necessidade de artilheiros mais competentes. A dois de dezembro de 1859, um remador ficara mutilado e um soldado de pedestres fora gravemente queimado.

Mas nem o sinistro que acabava de ocorrer com o guarda Nascimento serviu para evitar a repetição de tais desgraças, pois, no dia 14 do mês seguinte (março), ao festejarem a data natalícia da imperatriz, houve mais um desastre nas salvas da fortaleza, ficando maneta o pedestre Manuel Francisco da Silva e ferido outro artilheiro.

“De dezembro para cá” – escreveu o correspondente do *Correio da Tarde*, edição de 28 de março de 1860 – “é o quarto ou quinto desastre desta natureza que temos a lamentar; e por mais que se peça ao governo providências a respeito, nada se consegue...”

Além da barra do porto de Vitória, aguardava, fundeado, um vapor de bandeira estrangeira. O enviado do *Correio Mercantil* reportou:

Apenas avistou a esquadilha imperial esse vapor embandeirou-se e içando o estandarte austríaco seguiu nas águas da esquadilha que içou também a bandeira d’Áustria em seus vapores.

Reconheceu-se então ser o vapor *Elisabeth* tendo a seu bordo Sua Alteza o arquiduque Fernando Maximiliano José.

D. Pedro II foi sumário nas notas da partida de Vitória:

7

6 e 4 larga o *Apa*. Pouco além da barra avista-se o vapor do Arquiduque. [Manda] escaler parece que para o nosso vapor que pára; mas falando com o do patrão-mor, que se retirava, voltou, e o vapor do Arquiduque vem nos seguindo; embandeirou em arco.

Fernando Maximiliano José de Habsburgo, nascido no palácio de Schönbrunn, em Viena, no ano de 1832, era irmão de Francisco José, imperador da Áustria e primo-irmão de D. Pedro II, com quem muito se assemelhava no aspecto físico. Desposara, em 1857, a princesa Carlota, de 17 anos, filha do rei Leopoldo, da Bélgica. Pouco depois, ele recebera o governo lombardo-veneziano e, estando residindo em Milão, em 1859, envidara esforços para reconciliar a sua pátria de origem com a Itália.

Depois da guerra da Itália, em meados de 1859, ele viajou para o Brasil, onde chegara em janeiro de 1860, procurando manter-se incógnito.

Como médico de bordo, Maximiliano fez-se acompanhar pelo compatriota, Dr. Heinrich Ritter von Fernsee Wawra, ex-discípulo de botânica dos professores F. Unger e F. Fenzel, o qual não perdia oportunidade para herborizar, coletando materiais florísticos nos portos onde tocava o navio, pretendendo levá-los para Viena. Daí resultou, dentre outras, a publicação *Botanische Ergebnisse der Reise Seiner Majestät des Kaisers von Mexico, Maximilian I, nach Brasilien* (1866), contendo belas gravuras, algumas coloridas.

Como incógnito, o príncipe visitou a Bahia, tendo até fretado uma embarcação para conhecer melhor aquelas paragens.

O jornal *Província da Bahia* (20-1-1860) glosou o “incógnito”, comentando chistosamente esse episódio: “O Arquiduque Maximiliano aqui esteve alguns dias debaixo do mais rigoroso e *transparente* incógnito. Desembarcou de paletó e chapelinho de palha, espingarda ao ombro para caçar nestas *selvas* baianas.”

E, adiante: “Desembarcando, como disse, à fresca e de espingarda ao ombro, saltou na Vitória e dirigindo-se para o lado da cidade, foi *caçando* pelo Garcia e Campo Grande, e caçaria até a praça do Palácio se um subdelegado da Vitória, Diniz Gonçalves, lhe não pusesse embargos, tomando-lhe as armas e as de sua comitiva e remetendo a todos presos perante o chefe de polícia. Este magistrado, porém, logo que soube a personagem que tinha em sua presença, libertou-o e lhe permitiu que continuasse o seu passeio e caçada, mas não na cidade por ser isso contrário às ordens e regulamentos policiais.”

Informando, ainda, que o príncipe não se mostrara ofendido com o proceder do polícia, prossegue a nota: “Julgava-se que Sua Alteza aproveitasse a passagem de S. M. o Imperador por esta província, e sua demora de dois dias em Valença, para avistar-se com seu augusto primo; mas parece que não terá lugar o encontro porque segue em direitura para os Ilhéus, e de lá para o Rio. É um bonito príncipe, bem apessoado e tem semelhanças com seu augusto primo.”

Outro periódico de Salvador, o *Jornal da Bahia*, publicou esta notícia:

O Príncipe Maximiliano retirou-se na madrugada do dia 15 do corrente. Vai a Ilhéus e de lá ao Rio de Janeiro.

Tendo-se demorado tão pouco tempo na Bahia, pouco viu e consequentemente pouco apreciou. Neste ponto sua viagem certamente não será rica de apontamentos.

Entretanto, teve episódios interessantes entre os quais não figura menos o fato de ter comunicado ao governo da província que desejava guardar o mais rigoroso incógnito, e este apresentar-se a bordo com os seus distintivos e com um grande séquito de fardas e dragonas, para passarem pelo desprazer de não encontrar a bordo ninguém que os recebesse, e voltarem sem ao menos terem entrado no vapor.

O Príncipe não podia, certamente, dar mais delicada repreensão.

Por notícia do *Correio Mercantil*, toma-se conhecimento que o arquiduque Maximiliano desembarcou na Corte a 27 de janeiro, no

Arsenal de Marinha, ainda à paisana, paletó branco e chapéu de Chile, e recusou a hospedagem oficial. Como um simples turista, ele percorreu a cidade, visitou o Passeio Público, subiu ao terraço para contemplar a linda vista, mas, diz o mesmo diário, teve de fugir apressado “pelos miasmas empestados que lhe trazia a viração da tarde”.

Na manhã de 30 o arquiduque foi a Petrópolis, seguindo, até Mauá, no vapor imperial. Apesar de lhe haverem reservado dois quartos no Palácio, hospedou-se no Hotel Oriental, mas jantou com Suas Altezas Imperiais.

A princesa Isabel deu notícia da visita, em carta que escreveu ao seu pai, naquele mesmo dia: “Foi um dia de recreação que o arquiduque nos fez ganhar. O primo chegou aqui no Palácio, a meio dia e meio, pouco mais ou menos. Não aceitou nada. Só de tarde, veio jantar cá, conosco. Depois fomos ao jardim. Nós lhe demos o urubu-rei, que meus caros pais me mandaram, e ele foi-se depois embora. É bem amável, bonito, alto, e parece-se um pouco, eu acho, com papai.”

No outro dia, Maximiliano voltou ao Palácio, seguido de sua comitiva particular, na qual se notava o ex-encarregado de Negócios da Áustria no Uruguai, Hipólito von Sonnleithner, e a princesa escreveu nova carta a D. Pedro II: “De manhã, demos lição de piano, de noite tocamos *Preciosa* para o Príncipe ouvir. Dançamos um pouco. Queríamos dançar com ele, mas cada uma fez com ele um giro. Ele vai tão depressa na valsa, que custa acompanhá-lo. Ele foi-se, com seus e o Soulaite, às 9 e tanto. Nós lhe entregamos umas cartas para meus caros pais. Eu dei para minha prima aquela cruz com um coração de bichinhos, e para ele um beija-flor empalhado.”

Os presentes que Maximiliano recebeu muito lhe devem ter agradado: o beija-flor embalsamado e o urubu-rei que D. Pedro II havia remetido na primeira “Arca de Noé”, de provável procedência baiana, pois três dias antes ele fazia, de Vitória, uma segunda remessa de animais para a Corte pela corveta a vapor *Paraense*, conforme sua carta de 27 à princesa.

Em interessante coincidência, quem se teria sentido muito alegre com tais presentes teria sido um outro príncipe Maximiliano (de Wied-

Neuwied), que visitara o Brasil mais demoradamente nos anos idos de 1815-17 e escreveu, na sua notável narrativa de viagem ao perlustrar o sul da Bahia: “Uma ave que havia muito procurávamos, o urubu-rei, mostrou-se-nos nessa ocasião plainando nas alturas; seu sutil olfato lhe indicara a presença de um cadáver; mas a sua prudência o retinha a considerável distância, e foi debalde que mandei um caçador se esconder para pegá-lo de surpresa. Entretanto, como eu desejasse possuir uma dessas aves, passei a noite nas proximidades dum córrego...” E não perdeu de todo o seu tempo, pois, no lugar do pernoite, preso à folha dum arbusto, encontrou um ninho de beija-flor com dois filhotes implumes que tomou sob a sua proteção.

O urubu-rei ou corvo-branco é uma “grande e vistosa ave, de bico e pescoço ornamentados de carúnculas carnosas vivamente coloridas de vermelho e plumagem quase inteiramente branca, mais ou menos distintamente tingida de róseo”, conforme descrição de um nosso ornitólogo.

Verdadeiro presente régio, ao naturalista, teria sido o de um gavião-de-penacho, gavião real grande, maior ave de rapina diurna do país, cuja envergadura de asas atingia dois metros e meio e cujas garras podiam arrebatrar animais de porte médio e até crianças. A espécie, hoje considerada extinta, poderia ter sido caçada tanto nas matas da Bahia como nas do Espírito Santo e constituiria um esplêndido exemplar para o Museu de Viena.

Eis como o arquiduque Maximiliano relatou a Francisco José da Áustria a visita às duas princesinhas, filhas de D. Pedro II: “Achei ambas encantadoras. Estão tendo uma excelente educação, à moda germânica; são bem educadas e muito amáveis. A mais moça, D. Leopoldina, é visivelmente esperta, com uma expressão especialmente elegante e é muito alegre. Ambas têm bastante espírito e vivacidade e fariam honra a qualquer senhor europeu. Têm aspectos que certamente merecem ser considerados...”

O arquiduque Maximiliano visitou a fazenda de Santa Cruz, o túmulo de sua tia-avó [sic], imperatriz Leopoldina, no cemitério da Ajuda e partiu da Corte a 5 de fevereiro, para o Espírito Santo, a fim de efetuar aquele encontro com o imperador.

A dez milhas a leste da praia de Guarapari, na ilha Rasa, dera-se um naufrágio, em 31 de janeiro, salvando-se tripulantes, passageiros e cento e tantas sacas de café, como parte da carga.

O imperador anotou:

Avista-se o Mucuri encalhado; muito ao longe 9 ½.

Tratava-se do mesmo vapor no qual viajara o pintor francês François Biard para Vitória, a dois de novembro de 1859.





Dom Pedro II em uniforme de almirante, conforme recebeu o príncipe Maximiliano. Retrato estampado na Revista da Semana.

Vila de Guarapari

A vila de Guarapari (toponímia indígena assim derivada; *guará* – garça e *pari* – laço, armadilha) teve a sua origem num antigo aldeamento, onde os jesuítas erigiram, em 1585, residência e uma capela devotada a Santana. Lá Anchieta prestou o seu inestimável concurso na catequização dos silvícolas e muito os divertia com o teatro ao ar livre, a exemplo da peça em português e tupi: *Recebimento que Fizeram os Índios de Guaraparim ao Padre Provincial Marçal Beliarde*, cuja representação seria no porto, continuada na capela (após um pequeno percurso em procissão) e encerrada com uma dança de meninos no pátio da mesma capela.

Naquele sítio, margem sul da embocadura estreita que o mar forma ao avançar terra a dentro, causando a ilusória impressão de um rio, o donatário da capitania, coronel Francisco Gil de Araújo, levantou uma igreja em 1677 e fundou, a 1º de janeiro de 1679, a vila de Nossa Senhora da Conceição de Guaraparim.

No ano de 1751, o arcediogo Antônio Siqueira de Quental iniciou a construção de mais uma igreja, com grossas paredes, bem alicerçadas em pedra e cal, que não chegaram a receber a cobertura, devido ao trágico fim do arcediogo, assassinado pelos escravos de duas fazendas de cana, nas imediações da vila, cuja administração ele assumira. Essas paredes conservaram-se, todavia, de pé, como ruínas a desafiar o tempo.

D. Pedro II teria ocasião de observar, na vila, de 1.000 a 1.200 habitantes, algumas casas de aspecto confortável, em geral térreas, cuja construção se orçava em setecentos a novecentos mil réis. Ele anotou:

Guarapari

10 ³/₄.

Antes de chegar à vila deixa-se à direita uma povoação de choupanas chamada Muquiçaba, descobrindo-se a vila quase [que] de repente por detrás duma montanha de granito.

E o repórter do *Correio Mercantil* escreveu: “Fundeu a esquadilha em Guarapari às 11 horas da manhã. Sua Majestade o Imperador seguiu para terra: Sua Alteza [Maximiliano], com seu Estado-Maior, veio a bordo do *Apa* cumprimentar a Sua Majestade a Imperatriz; sendo recebido pelo Sr. Conselheiro Pedreira que teve a honra de levá-lo à presença da mesma augusta senhora.”

“O arquiduque apresentou seus cumprimentos à Imperatriz que permaneceu no *Apa*” – registra Pedro Calmon em sua alentada *História de D. Pedro II*, transcrevendo, em seguida, as impressões de Maximiliano: “uma pequena mulher gorda muito parecida com a Grã-Duquesa da Toscana; tinha dentes desgraciosos e andava como a Duquesa de Berry”.

E prossegue a reportagem do *Correio Mercantil*: “Voltando de terra, mandou Sua Majestade o Imperador, de sua parte, o Sr. Visconde de Sapucaí cumprimentar a Sua Alteza a bordo: e depois de se demorar por espaço de uma hora retirou-se. Sua Majestade o Imperador mandou entregar-lhe as insígnias de grão-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, que já tinha, sendo portador desta o Sr. Jacobina.”

D. Pedro descreveu Guarapari em poucas linhas:

A rua maior estende-se ao longo do cimo duma colina, e a vila tem bastantes casas de telha e algumas de sobrado.

A matriz pequena está na parte superior da vila numa chapada tendo de frente em ruínas a capela e casa do arcediogo Quental [9] que era dono da fazenda onde se levantou a vila. A capela havia de ser bonita e a casa contígua é de sobrado com 6 janelas de frente, mas pouco fundo.

Ao vigário da freguesia, padre Matias Pinheiro Furtado, o imperador deu de esmolas a importância de trezentos mil réis destinados aos reparos que se faziam necessários na matriz. Distribuiu, ainda, com os pobres da vila, a mesma quantia e, para a construção de um cemitério público na vila, deu quinhentos mil réis, que foram recolhidos ao cofre da municipalidade. Visitou o sobrado onde estava instalada a Câmara:

A Casa da Câmara tem no andar térreo duas enxovias bem arejadas e assoalhadas e um xadrez sofrível no 1º andar, e sala livre no forro, onde também mora o carcereiro. Livros poucos regulares e o delegado que exerce o lugar desde abril do ano passado começou as visitas em dezembro.

Também estive na escola de primeiras letras do sexo masculino:

Aula de meninos de Francisco de Paula Maia Oiticica 41 alunos matriculados, em papel solto; 30 e tantos de frequência. A letra do professor é boa. 1º lê menos mal; nada de gramática; [divide mal. 2º lê pior; nada de gramática,] divide como o outro. Sabem só rezas. Letra dos meninos má. Professor muito medíocre.

Observou o porto, que era visitado por pequenos navios costeiros, protegido dos ventos fortes e marés pelas ilhotas Rasa, Guarapari e Escalvada.

A exportação local consistia de algum café, açúcar, peixe seco e madeiras cortadas nas matas vizinhas.

S. M. viu estaleiro de construção naval:

Havia uma lancha grande no único estaleiro pertencente ao Presidente da Câmara onde já se construíram 50 e tantas embarcações grandes e pequenas. 3 navios no porto.

⁹ D. Pedro grafou Quintaes [Nota do editor].

Há cultura de café e gêneros alimentícios, mas a formiga persegue muito.

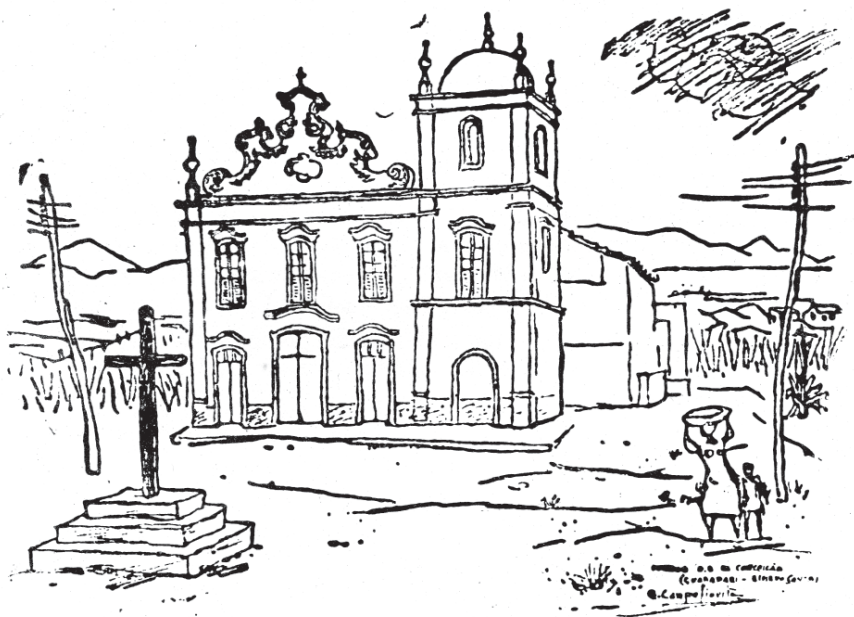
Se a imperatriz houvesse descido em terra, as peritas bordadeiras da vila não perderiam a ocasião de lhe mostrar as suas famosas e delicadas rendas de bilros ou crochês, trabalho de paciência do qual gozavam fama.

A visita de D. Pedro não durou nem duas horas:

Volto a bordo ao meio dia e 35 m.

Visita do Arquiduque Max irmão do Imperador d'Áustria até 2 ½.
Agradou-me o seu trato parece bom e não deixa de ser inteligente.

Às 3 partida para Benevente refrescou o vento, que tem soprado sempre o mesmo desde o rio Doce.



*Igreja de N. S. da Conceição, em Guarapari,
desenho do professor Quirino Campofiorito.*

De Benevente a Barra do Itapemirim – Despedida de Maximiliano

Benevente teve os seus primórdios numa redução que os jesuítas fundaram logo depois de 1551, quando chegaram ao Espírito Santo. A aldeia chamava-se Reritiba, antigo nome do rio em cuja foz ela se desenvolvera.

Na rampa de um morro, à margem sul do rio, sobre larga plataforma donde a vista domina os arredores (mar e terra), os jesuítas ergueram uma igreja com a originalidade de dois rebordos, e convento de um andar.

A igreja estaria inacabada em 1597, na douda opinião de Serafim Leite, e tal seria o motivo de não haverem nela sepultado o padre Anchieta.

Com a expulsão dos jesuítas, a aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Reritiba passou a Vila Nova de Benevente; isso no ano de 1759.

O ouvidor da capitania apoderou-se do mosteiro: a parte mais próxima à igreja foi feita residência do vigário; a seguinte servia de residência do juiz de direito, nas ocasiões em que funcionava o júri, e o restante do edifício foi aproveitado para instalação da Câmara Municipal, da cadeia pública e do aquartelamento da tropa. Servia, ainda, para as reuniões do colégio eleitoral, que compreendia as vilas de Guarapari e Itapemirim.

Ao receber o imperador, a vila tinha uma população que equivalia à de Guarapari, de aspecto, todavia, mais abastado. O seu

comércio era mais importante e a sua vida menos pacata. As abundantes madeiras das florestas vizinhas, apropriadas para a construção náutica, abasteciam o estaleiro onde se construíam sólidas embarcações costeiras. D. Pedro observou:

As ruas da vila são regulares e há casas de sobrado, não as vendo cobertas de palhas senão no morro em que está o convento.

O relógio de S. M. I. não conferia com o do repórter do *Correio Mercantil*, pois, enquanto o primeiro marcava quinze horas na partida de Guarapari, este marcou quinze e trinta:

Às 3 ½ largou a esquadilha direção Benevente. O vapor *Elisabeth* acompanhou-a. Às 5 horas fundeu em Benevente.

A galeota imperial com o mordomo de Sua Majestade o Imperador, foi buscar Sua Alteza o Arquiduque que veio com seu estado maior. Passando-se todos para o *Pirajá*, saltaram em terra, e depois de percorrerem a vila, descansaram na casa destinada para a recepção do Imperador.

As horas não conferiram, ainda, na chegada, pois D. Pedro II escreveu:

Benevente.

Chegada perto de 6. O convento está num alto. A igreja que serve de matriz é bonita, de 3 pequenas naves e foi reparada há 2 anos.

Com efeito, o comendador Monjardim, tendo em conta que aquele templo, desde o ano de 1849, vinha esquecido dos cofres públicos, despendera, em sua gestão de governo, a quantia de um conto e oitocentos e oitenta e seis mil réis nos consertos do assoalho, telhado, caiação e pintura do interior e frontispício. Prossegue o diário:

O convento está muito arruinado, sendo preciso que me mostrassem o lugar da cela onde morreu Anchieta para suspeitar que aí fosse; talvez

seja o lugar mais sujo do convento; a cela é ou antes era sofrível em dimensão.

“Quantas vezes nos achamos neste quarto” – escrevera José Marcelino, em 1858 – “que ainda hoje é conhecido, apesar de não haver nele um só sinal que o distinga dos outros! Com que profundo recolhimento, com que respeito sagrado lançamos as nossas vistas para o assoalho e as paredes desse quarto e para a sua janela caída, e exposta aos ventos e às chuvas!!”

Satirizando tal abandono, escreveu Rangel Sampaio, cinco anos após as notas de S. M. I., no *Correio da Vitória* (16-12-1865), uns versos candentes. Após declarar, na poesia, que não fora a Benevente para ver a fila de cabanas, com esteios de imbaúba e cobertas de palmeiras, nem para contemplar uma igara abicando, um patacho carregando, ou uma sumaca ancorada no porto, confessa sua decepção ao deparar com o estado de ruína do convento:

Ei-lo – pobres ruínas desprezadas
Aos insetos entregue – este convento
Onde Anchieta habitou!
E para mais escárnio aproveitaram
Parte desse sacrário para cárcere!...
Quando *ele* em tal pensou?!...
Que monumento atesta que estas plagas
Oscularam a planta do mais digno
Ministro do Altar;
Que esta vila nascera a seu aceno;
Que os avós deste povo foram homens
Por ele aqui andar?!
Nenhum! nem ao menos uma obra
Preservou este povo que caísse,
Na ruína em que jaz!
A cela onde morou, onde ideava...
A ventura geral – tornada entulho!...
Benevente, é demais!...

Os ilustres visitantes foram recebidos no porto com júbilo e, ao espoucar de foguetes e vivas, atravessaram a rua principal enfeitada de bandeiras e arcos de folhas de palmeira e bambu, como nos dias de festas da padroeira. D. Pedro anotou:

A sala da Câmara está em obras destinando-se para estas uma sobra da renda municipal de 2 contos e tanto.

A cerimônia da entrega da chave da vila pelos edis deu-se, pois, noutro edifício:

A casa da Câmara durante as obras está numa casa térrea. [Corri] os livros do arquivo e a data mais antiga é de 1750. Tem um registro [dos] índios dessa data. Há livro de tombo das terras que se mandou copiar em novo livro que foi aberto; mas apenas começado a escrever, não se continuando, segundo disse o secretário por ser quase ininteligível a letra do antigo livro do tombo.

A julgar pelos fatos, haveria interesse de muitos em não preservar aquele documento, pois os marotos luso-brasileiros engordaram os tupinambás e tomaram as suas terras que se estendiam por seis léguas e que lhes haviam sido outorgadas de forma *inalienável*.

Os insignes visitantes galgaram a escadaria exterior que formava o terceiro lado do mosteiro para atingirem, do outro lado, a matriz. D. Pedro II deixou de esmolas, para esta, quinhentos mil réis. Deu igual quantia para o cemitério e quatrocentos mil réis de esmolas para os pobres da vila.

S. M. cientificou-se do estado deplorável da prisão pública, tão insegura que o teto chegava ao perigo de um iminente desabamento, pondo em risco a vida dos presos. Para evitar a evasão destes, à noite, eram eles retidos ao tronco:

A cadeia está no convento [e] muito arruinada; havia 6 presos numa das 2 prisões.

Quanto ao príncipe Maximiliano, informa S. M.:

O Arquiduque desembarcou comigo e tomou chá demorando-se na casa onde me hospedo e é de sobrado; mas pequena, até quase 11 h, indo dormir a bordo. Já conhece o [Sonnleithner], com quem se tem caçoado a bordo sofrivelmente.

O relógio do repórter do *Correio Mercantil* devia estar muito adiantado, quando marcou: “O Arquiduque demorou-se até 9 ½ da noite, seguindo no Pirajá para bordo de seu vapor, sendo acompanhado pelo Sr. Vice-Almirante Lisboa, seus ajudantes de ordens e o Dr. Jacobina. Sua Alteza trazia a comenda do Cruzeiro.”

Suas Majestades Imperiais pernoveram em terra e na manhã seguinte (quarta-feira), 8 de fevereiro, bem cedinho, assistiram à missa.

A impressão que o vigário Manuel Vicente de Araújo causou ao imperador foi um tanto desairosa:

O vigário desde ontem que anda debaixo de carraspana tornando-se terrivelmente importuno. É colado. O mesmo sucede com o de Guarapari e o de S. Mateus; que ainda é de [piores] costumes talvez, segundo me disse o Presidente.

Meses depois, o barão de Tschudi, na colônia do Rio Novo, teve ocasião de palestrar com esse vigário, ex-vítima de uma tocaia no norte do país; chegou até a ver, sob as vestes sacerdotais, cicatrizes no ombro esquerdo, causadas por grãos de chumbo, ainda palpáveis. Elogiou o caráter e a inteligência do vigário e reproduziu um trecho da palestra que manteve com ele. Dizia o vigário Araújo:

Deixamos crescer os filhos de nossos negros até a idade de 12 a 14 anos na preguiça, ignorância e brutalidade; rimos deles, divertimo-nos com as suas má-criações; deixamo-nos enganar e roubar por eles; não despendemos nenhum esforço pela sua educação e, quando adultos, exigimos que sejam fiéis, ativos e hábeis.

Que diferença entre os filhos dos colonos! Com que boa vontade eles manejam suas ferramentas; com que alegria ajudam aos pais e como se mostram satisfeitos com o trabalho alcançado!

Jamais encontrei melhor oportunidade para constatar a grande diferença entre o trabalho livre e o escravo. Oxalá meus patrícios aproveitassem o exemplo e se convencessem de que a vagabundagem é uma vergonha e que o trabalho enobrece a quem o desempenha. Pudessem eu fazer de cada escravo um trabalhador livre, como os brancos, e tornaria a minha pátria muito mais feliz, bem como mais elevadas as suas condições sociais.

Depois da missa, D. Pedro visitou a escola de 1º classe do sexo masculino, provida com efetivação, desde 1850:

Aula de meninos de Antônio Carneiro Lisboa Júnior. 32 matriculados – caderno de matrícula sendo a letra do professor boa – 20 e tantos de frequência. 1º lê menos mal; nada de gramática; divide mal não sabe a prova real de divisão. Há 4 anos; mas tem faltado muito. 2º lê pior; multiplica só. Há 2 anos. Sabem apenas as rezas; porém mal. Letra dos meninos sofrível. O professor não presta para nada.

Com a fresca da manhã, a esquadrilha, acompanhada do *Elisabeth*, levantava ferros e seguia para o Itapemirim.
O imperador não largou o cronômetro:

Saída em escaler para o Apa 7 h. Chegada ao Apa 7 e 20 m. Larga 7 $\frac{3}{4}$.

O typus desta montem que anda
 debruço de carroçagem tornando
 de tenazmente impetoso. E Colhe
 do. O mesmo succede com a de
 de de Schattens que anda e ~~depois~~
~~frangany~~ ~~depois~~ ~~depois~~
~~depois~~ ~~depois~~ ~~depois~~, segundo me disse
 o Presidente.
 Saída em esculer penna a Apr
 7h. Chegar ao Apr 7e 20^m
 Longa 7 $\frac{3}{4}$.
 Se 36^m
 Frade e Freira

 Antes h o marro e foi que não
 de para com este letra, e 3 illas
 entre as duas junções das que abra
 a baía da Cunha, ficando d'ant
 e occidente de 3e bon resguardo
 que nos junções de v. o que em
 abrigado, como a para fora pois
 a letra longa a ~~mar~~ ~~mar~~ ~~mar~~.

Dom Pedro desenhou os perfis das serras, vistos do mar, "Frade e Freira"
 e Itabira, que chamou "Garrafinha", e marcou a hora: "8 e 36m".

O diário continua:

Antes vi o morro Agá que nada se parece com esta letra, e 3 ilhas entre as duas primeiras das quais abre a barra do [Piúma], havendo dantes a sotavento da 3ª bom resguardo para navios grandes de S.O. que são obrigados agora a ficar fora, porque o lastro lançado ao mar fez entulhar-se o fundo.

9 e 40 fundeia o Apa.

O repórter do *Correio Mercantil* escreveu: “S. M. o Imperador acompanhado dos Srs. Ministro do Império Almeida Pereira, guarda-roupa Conselheiro Melo, médico Dr. Abreu, mordomo Dr. Jacobina, oficial de gabinete do Ministro do Império Dionísio Feijó, capelão Cônego Melo, vice-almirante Marques Lisboa com o chefe de seu estado-maior capitão-de-mar-e-guerra Pereira Pinto e seus ajudantes de ordens 1^{os} tenentes Ponte Ribeiro e Carneiro da Rocha, foi a bordo do vapor austríaco cumprimentar a Sua Alteza o Arquiduque.”

D. Pedro II vestia uniforme militar, com chapéu armado de dois bicos, traje que não causou a melhor impressão ao seu primo.

Maximiliano, por sua vez, também deixou registradas, no seu relatório secreto, as impressões que lhe causou o parente:

D. Pedro II é um homem grande, forte, com cabelos louros e barba espessa. Estava muito amável, mas embaraçado e distraído, e atribuiu toda a culpa pela confusão ocorrida no encontro, ao Ministro Sinimbu. O Imperador gosta de fazer de sábio: seus conhecimentos parecerem-me baseados, principalmente, em suas leituras de enciclopédias, que através de sua excelente memória tornaram-se de grande proveito. Chocou-me de maneira cômica quando tentou instruir-me acerca das condições atuais da Europa e dos estadistas europeus. A conversa teria sido melhor se tivesse um navio de imigração e sua Corte ficaria muito mais à vontade na floresta ou no topo das palmeiras. Usava um casaco costurado de ouro e um imenso chapéu de três pancadas. Pareceu-me que o Imperador não se ocupa devidamente com sua próxima comitiva já que obriga os

que o cercam a permanecerem em pé por horas no maior calor e sem chapéus. Em geral, os extremos me pareceram ser a regra nesta Corte: a origem selvagem e uma etiqueta há muito abandonada na Europa. O Almirante Marques Lisboa, o único homem do séquito do Imperador que está perto de ser distinto, muito a propósito, observou repetidamente aos meus ajudantes que era muito preciso a D. Pedro II ir à Europa por algum tempo para freqüentar bastante os príncipes.

D. Pedro II entreteve-se bastante com o primo:

Enquanto enche a maré visitei o Arquiduque, que me deu suas viagens impressas e prometeu-me um [exemplar] impresso de suas poesias de que vi outro na sua biblioteca que tem bons livros sobretudo de viagens e história natural. Mostrou-me os croquis do pintor que já passou pelo Brasil na Novara e atestam bastante talento, e vi a miniatura da mulher que deve ser uma moça bonita mas não bela, tendo também em gravura o retrato da Imperatriz que muito me elogiou a quem dedicou as poesias por ser poetisa – Ophir der Dichterinnen – como a chama na dedicatória.

O arquiduque Maximiliano gozava do conceito de emérito literato; era poeta sonhador e dotado de uma imaginação romântica. Os seus livros, como não fossem destinados senão aos amigos íntimos, limitavam-se a edições muito pequenas, no máximo de cinqüenta exemplares cada uma. Ele registrou algumas recordações da sua viagem ao nosso país na obra *Recollections of my life* (Londres, 1866) em três volumes, destacando no 3º volume a excursão pela Bahia e Mato Virgem.

O diário de D. Pedro II fornece detalhes sobre o *Elisabeth*:

Todo o vapor foi construído na Inglaterra, tratando-se agora duma grande oficina de construção de vapores em Trieste. Vi a gôndola – é pequena – do Arquiduque girar à roda do vapor assim como a tropina, pequeno batel [dálmata] dum só homem que rema e governa com o remo de duas pás. A Imperatriz da Áustria diverte-se em remar assim no lago de [Schönbrunn].

E faz breve referência à palestra mantida com o príncipe:

Gostei das idéias do Arquiduque sensatamente liberais tendo se dado muito com Manzoni, Cantù, Carcano e outros quando governou a Lombardia.

Com referência a Alessandro Manzoni, D. Pedro II veio a tornar-se um seu admirador, havendo traduzido a sua poesia escrita sobre a morte de Napoleão Bonaparte: *O Cinco de Maio*. Trocaram correspondência que se prolongou por duas décadas e só foi interrompida pela morte do ilustre escritor, considerado como o pai da moderna língua italiana. As idéias de Manzoni se expressam no seu romance *Os Noivos*, publicado em 1827. “Romance social, o retrato histórico de um século obscuro, um livro de reflexão religiosa, um poema moral, uma extraordinária galeria de retratos, um código de ironia, um modelo de boa linguagem italiana” – segundo apreciação crítica do escritor Geno Pampaloni.

Cesare Cantù, político, romancista e historiador italiano, amigo e biógrafo de Manzoni, era naquele ano em curso um ativo militante do movimento da *Jovem Itália* e já se celebrizara ao publicar a sua monumental *História Universal*, em 35 volumes, nos anos de 1838 a 1846.

O milanês Giulio Carcano, também político e literato, em toda a sua fecunda atividade beletrista se impôs como um romântico manzoniano.

Pequena amostra do liberalismo de Maximiliano podemos encontrar na parte mais interessante da sua obra, a que intitulou *Aforismos*, com destaque de alguns dos seus pensamentos:

20 de abril de 1860:

O despotismo exige de quem o exerce uma grande inteligência e tenacidade férrea; morre infalivelmente com a pessoa. Dificilmente se tolera o despotismo de um indivíduo; o de uma casta é insuportável e cedo ou tarde acaba.

16 de agosto de 1860:

A carolice e a covardia são irmãs.

13 de setembro de 1861:

Os povos não são feitos para os soberanos, porém os soberanos para os povos.

22 de setembro de 1861:

Constituição implica necessariamente oposição.

29 de setembro de 1861:

Uma vida social muito feliz, afeta a atividade moral de um povo.

Foi pouco depois dessa viagem ao Brasil, no decorrer da qual recolheu impressões para um volume, que Maximiliano recebeu na França a malfadada proclamação de imperador do México. Sete anos após, malograva-se a aventura imperialista de Napoleão III, e Maximiliano, destituído do governo, era fuzilado pelas tropas revolucionárias de Juárez.

D. Pedro II encerrou no diário as referências ao parente com esta nota:

Despediu-se de mim, tendo vindo comigo para o Apa, pouco depois das 2 da tarde.

E o cronista do *Correio Mercantil*:

Sua Majestade o Imperador demorou-se a bordo até meia hora depois de meio dia, voltando para o Apa com Sua Alteza, que veio despedir-se de Sua Majestade a Imperatriz.

Retirando-se Sua Alteza para seu bordo, seguiram Suas Majestades Imperiais às 3 ¼ para a Vila de Itapemirim, a bordo do Pirajá. O vapor austríaco levantou ferro e seguiu para o norte. Os vapores da esquadilha imperial Amazonas e Paraense, com a gente nas vergas, deram uma salva de 21 tiros cada um em cumprimento a Sua Alteza.

O Sr. Ministro da Áustria que o acompanhou sempre, passou-se para o Paraense e nele veio até esta corte.



*Matriz de N. S. do Amparo do Itapemirim, inaugurada em 1855, a despeito da
lápide do frontal: "Ano de 1853". Desenho de Marcos Mendonça.*

Vila do Itapemirim – Colônia do Rio Novo – Rota final à Corte

O coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, líder do Partido Conservador, pejorativamente chamado, pelos adversários, de “Macuco”, desincumbira-se muito bem da tarefa como um dos quatro membros encarregados das reformas do Paço de Vitória: contribuíra do próprio bolso com cinco contos e quinhentos e estava satisfeito. Logo após representar a vila na comissão das boas vindas à chegada de S.S. M.M. I.I., regressou ao Itapemirim, para enfrentar outra tarefa.

A Câmara da vila havia pedido à presidência o dinheiro necessário ao preparo e hospedagem dos nobres visitantes e numa subscrição local recolhera, para este fim, a soma de seiscentos mil réis.

Sendo o coronel João Nepomuceno pai do capitão Francisco Gomes Bittencourt, presidente daquele legislativo municipal, foi menos difícil contornarem os entraves políticos. Ficou escolhida para a hospedagem do imperador a casa de sobrado, na vila, pertencente ao capitão José Tavares de Brum e Silva, cunhado do barão de Itapemirim. O esforço em harmonizar as facções visava a prevenir contra a surpresa de um ferrão das *Arraias*, de que eram apelidados os do partido adversário.

Na semana e meia decorrida, houve trabalho febricitante: capina, limpeza e aplainamento das ruas, melhoria da sua iluminação de candeeiros de azeite de mamona, como em Vitória, e reforço da ponte de desembarque. Nos arremates finais, atapetaram toda a

extensão da rua que ia desde o porto até o sobrado da hospedagem, para que Sua Majestade não botasse o pé na terra.

A fidalga aristocracia agrícola foi convocada e em nenhuma fazenda às margens do Itapemirim, até o Cachoeiro, a notícia da visita deixou de eletrizar os ânimos.

À véspera da chegada, o rebuliço nas casas e ruas e o trânsito de cavaleiros nas estradas, ou das canoas que traziam gente de todas as fazendas, eram coisas nunca registradas naquela paróquia. O Hotel da Jibóia, de João Pinto Ribeiro, e o Hotel Garibaldi, de Pedro Nicoline de Leche, ficaram superlotados. Todas as residências da vila acomodaram parentes ou visitas.

Metade da quarta-feira, dia de chegada, manteve-se o *suspense* que avassalara desde as autoridades maiores – Lima e Castro, juiz de direito; Campos Melo, juiz municipal; coronel Bittencourt, comandante superior da Guarda Nacional; vereadores; pároco; o médico, Dr. Rufino Rodrigues Lapa; o farmacêutico Antônio José de Sales; o dentista, retratista e prestidigitador Francisco Olibano Rosas; negociantes; principais lavradores de cana e fazendeiros de café, relação que se alongaria muito – até os populares, como o escultor de bengalas, Manuelzinho Conceição, e a escravaria.

Um grande auxílio àquela recepção fora diligenciado por Antônio Francisco de Oliveira Sobrinho, residente da vila, não só em dinheiro do seu bolso como na aquisição de uniformes para os seus escravos componentes de uma banda de música.

Afinal, já na parte da tarde, subiram os primeiros foguetes alvissareiros da chegada de Sua Majestade, cujo diário registrava:

Tarde.

Cerca das 2 embarco no escaler e vou para o Pirajá que partindo às 2 e 20 chega à barra às 2 ½.

A barra é toda de arrebentação e muito melhoraria se se tapasse a passagem entre um ilhote e o pontal do S.

Não obstante os esforços do deputado Antônio Pereira Pinto, que por mais de uma vez tratara desse melhoramento no plenário

da Corte, assunto, no seu entender, dos mais importantes para o futuro da província, tendo oferecido emendas consignando a quantia de trinta ou quarenta contos para o mesmo, foi preciso transcorrer um século para a concretização do plano, atualmente em curso.

“A obra que se pretende e deve fazer” – explicava o representante capixaba – “é encaminhar as águas daqueles canais para um só rumo, o que lhes dará maior fundo, e facilitará a navegação.”

E concluía: “A despesa para tal obra é de pequena monta; consiste em um curto paredão tirado à terra firme, e a pedra para fatu-
ra dessa muralha pode ser extraída da mesma ilha.”

D. Pedro II subiu no escaler a barra do rio por meia légua:

3 ½ chego à vila de Itapemirim tendo visto na margem esquerda a casa grande da fazenda do Tavares, e à direita a fazendinha do Barão de Itapemirim.

A primeira propriedade referida era a fazenda do Vermelho, que pertencia ao capitão José Tavares de Brum e Silva, o mesmo proprietário do sobrado escolhido para a hospedagem imperial. A outra, Fazendinha, casa situada em um morro contíguo à vila, era a sede de velha propriedade que no século anterior se estendia por toda a barra do rio, abrangendo as duas margens e regular extensão de costa marítima, desde os limites com Benevente até a lagoa do Siri. Essa fazenda de açúcar, fragmentada, dera origem à vila de Itapemirim. A capela de sua sede registrou-se como a primeira da povoação, naqueles tempos recuados (1754), sendo conhecida por Caxangá.

A entrega da chave da vila foi no consistório da matriz, onde se reuniam provisoriamente os vereadores.

Por iniciativa do ex-presidente da província, Olímpio Carneiro Viriato Catão, fora comprada uma casa de Josefa Souto Belo, por dez contos, para que nela se instalasse o paço da Câmara Municipal. O juiz da comarca, Lima e Castro, estava encarregado de supervisionar as adaptações do prédio: salão para as audiências e sessões do júri, no 1º pavimento; cadeia e quartel, no térreo. O go-

verno provincial concorrera com cinco contos, e os restantes foram levantados por subscrição popular, encabeçada pelo barão de Itapemirim, com quinhentos mil réis.

S. M., que se fazia acompanhar pelo presidente da província e outras autoridades de relevo, tinha ao seu lado o então ministro do Império, conselheiro João de Almeida Pereira, parente chegado dos Bittencourts, os “moços da Areia”.

Discursou o presidente da Câmara, o capitão Francisco Gomes Bittencourt, e o monarca agradeceu com três ou quatro palavras.

Seguiu-se o beija-mão, encabeçado pelos vereadores do Partido Conservador: Antônio Borges de Ataíde, João da Silva Santos, Antônio Francisco de Almeida Sobrinho e José Cardoso da Conceição.

S. M. escreveu:

A vila tem ares de florescer; mas é pequena. Fui logo à matriz feita por esforços do missionário Casanova tendo sobre a porta a seguinte inscrição se [bem] me lembro: D. O. M. Delumbrum beneficentia publici hujus constructum Paulus Capuccinus lapidem posuit anno 1853.

A pedra em mármore preto conservada no portal do templo é a mesma e os caracteres gravados, bem legíveis, pouco discrepam da reprodução que S. M. fez de memória:

D. O. M.
Beneficencia Populi
Hujos Constructum
P. Paulus Capuccinus
Hunc Lapidem Posuit
Ano de 1853.

Os escritores capixabas, quando se referem ao capuchinho que, auxiliado pelo governo da província e seus paroquianos, lançava solenemente a pedra fundamental em 8 de setembro de 1847 e ajudado, ainda, pelo trabalho dos escravos, aos quais concedeu alforria na inauguração do amplo templo a 16 de outubro de 1855, confun-

dem o sobrenome do missionário, como fizera o presidente Veloso, promovendo-o a Casas Novas, pretendendo provavelmente homenagear o construtor. D. João Néri, numa colaboração da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* (nº 13, p. 26), citando trabalho inédito (uma *História*) do padre Manuel Pires Martins, como tentativa de um novo Livro do Tombo de Itapemirim, talvez para afastar definitivamente a possível confusão do nome do piedoso capuchinho com o seu homônimo e lendário sedutor-aventureiro, escreveu: César Novais...

O imperador grafou Casanova, como escrevera o barão de Itapemirim, num relatório do vice-presidente da província, no ano de 1845, muita embora este, na gestão daquele cargo, em 1856, tratasse ao capuchinho, noutro relatório, de Casas Novas.

Examinando documentos originais firmados pelo benemérito missionário, natural da Ligúria, que durante quase dez anos exerceu o múnus paroquial no Itapemirim, pode-se constatar que ele próprio fez-se responsável pela confusão com assinaturas variadas. Contudo, mesmo sem uma certidão para dirimir a dúvida, sou propenso a acreditar que S. M. escreveu certo: o nome do religioso seria frei Paulo Antônio de Casanova.

Inaugurada há cinco anos, a igreja ainda não estava acabada: faltavam-lhe, pelo menos, as torres.

O vigário encomendado da freguesia de Itapemirim, o qual deveria estar cerimoniando a solenidade da recepção ao monarca, era o padre Domingos da Silva Braga, que substituíra a João Felipe Pinheiro, sobre quem S. M. já não tivera boas informações logo no primeiro dia da sua chegada a Vitória, acusado de ser debochado, jogador, sedutor de solteiras e casadas e de haver desviado para o seu bolso dinheiro dos paroquianos destinado à conclusão das torres da matriz.

Uma realidade que não poderia ser posta em dúvida era a grande inteligência desse religioso sergipano que em 1863 militou na vila como advogado com provisão de Relação, presidiu à Câmara Municipal e como vigário da vara desfrutava as honras de arcebispo. D. Pedro II dedicou-lhe ainda estas observações:

O Pereira Pinto e gente do Bittencourt vão fundar um periódico redigido pelo padre João Felipe, outrora frei João do Lado de Cristo.

Mas os planos jornalísticos não chegaram a concretizar-se: a primeira folha impressa no Itapemirim, *A Sentinela do Sul*, só surgiria em 1867, quando o arcipreste já se havia transferido para a Corte.

O imperador voltou à casa da hospedagem, jantou e, não querendo perder um só minuto, pegou a mesma carruagem e encaminhou-se ao porto. Escreveu ele:

Às 4 saí para a Colônia do Rio Novo [montando] a cavalo depois de atravessar o Itapemirim na vila.



Tendo à frente o soberbo monumento granítico cuja forma bizarra deu origem à criação de uma lenda, Dom Pedro II desenhou mais uma vez o seu contorno e escreveu: “Vista do Frade e Freira tirada da canoa no Rio Novo na manhã de 9”.

O major Caetano Dias da Silva, diretor da colônia, não poupava despesas para receber S. M. e, segundo notícia veiculada em jornal carioca, pretendia até apresentar iluminação a gás!

A julgar pela homenagem encabeçada pelos colonos belgas que ele recebera em julho de 1858, ao regressar à colônia, após ausência de dezesseis meses, concluímos que não escasseariam os recursos.

Logo à passagem do rio Novo estaria a postos um cornetista a pistom, para executar uma peça de música como sinal de advertência da chegada e, desde o porto até a fazenda Pau d'Alho (umas seiscentas braças), espoucaria o foguetório, erguer-se-iam os vivas, sendo óbvio acrescentar que todas as casas e saídas da rua estariam guarnecidas de palmas, as suas portas e janelas enfeitadas com grinaldas de flores e cortinas vermelhas, e a entrada do grande terreiro da residência fechada por um arco de madeira encimado pelo pavilhão imperial e dísticos de saudação ao monarca. No fundo do terreiro, onde se elevava um barracão, estava preparado um teatrinho. E o mestre dos festejos de recepção não seria outro senão o experimentado colono Lemaitre, o qual, após o respeitoso beija-mão, solicitaria a S. M. I. permissão para serem apresentados alguns exercícios, danças, jogos e canções em sua presença, bem como o divertimento que lhes haviam preparado daquele teatrinho de amadores.

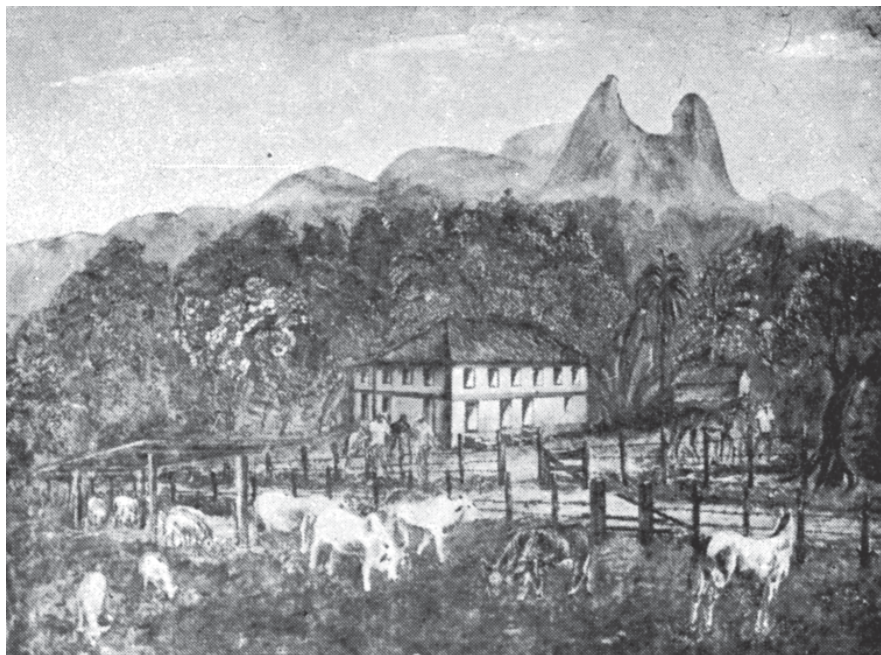
Verdade se consigne que o registro da história foi omissos ou se perdeu e aqui estamos a dar asas à imaginação.

A primeira etapa da marcha, pela estrada margeando o Itapemirim até a fazenda Limão, ajudada pela luz do crepúsculo, foi mais fácil. Nas restantes duas léguas, até a fazenda Pau d'Alho, reduziu-se a marcha devido ao escuro e aos atoleiros, muito embora aquela via fosse considerada carroçável.

Faziam parte da grande comitiva, além do presidente Leão Veloso, do anfitrião, major Caetano Dias da Silva, e outros cavaleiros, o Dr. José Martins da Cruz Jobim. Este ilustre gaúcho dividia, na Corte, as suas atividades profissionais entre o exercício do magistério, a reitoria da Faculdade de Medicina e a ação parlamentar na Assembléia [Geral] Legislativa, para a qual fora eleito, na legislatura então em curso, senador pelo Espírito Santo, por indica-

ção de D. Pedro II. Já estivera em Vitória para saudar o imperador em seu regresso da Bahia e agora vinha ao Itapemirim fazer coro às recepções tributadas ao insigne visitante. S. M. escreveu:

Cheguei andando grande parte do caminho devagar por causa da noite e alguns lamaçais perto das 9.



Fazenda do Pau D'Alho, a qual serviu de hospedagem ao barão de Tschudi e a D. Pedro II. Reprodução de um quadro a óleo do professor Aloísio Martins Athayde.

No dia seguinte (quinta-feira, 9 de fevereiro), o grande madrugador montou de novo:

9.

Fui percorrer a colônia às 5 e 25 tendo voltado ao ponto central às 9.

A Imperial Associação Colonial do Rio Novo era uma organização particular fundada pelo major Caetano Dias da Silva em janeiro de 1855. Cidadão português, antigo traficante negreiro, começara construindo a fazenda Pau d'Alho, utilizando-se do braço escravo e com umas poucas famílias de chineses, às quais distribuiu os primeiros prazos de terras. Em dezembro de 1856, chegaram 12 famílias de colonos suíços, mas nos quatro anos decorridos após, somente a metade das 90 pessoas que compunham essas famílias gozava saúde: os outros ou faleceram ou se encontravam doentes.

Participaram, ainda, da distribuição dos 99 lotes ou prazos da colônia famílias de outras nacionalidades: belgas, holandeses, portugueses, alguns franceses e alemães.

Faltavam remédios e médico, fazendo as vezes deste um açorianho ignorante. Os colonos também não tinham igreja e escola. Só a terra, de extraordinária fertilidade, não malograva as esperanças.

Em novembro daquele ano de sessenta, o barão de Tschudi encontrou quarenta famílias de colonos domiciliados no vale do rio Novo. Dos belgas e holandeses que haviam imigrado, num total de 176 pessoas, a metade havia falecido.

O imperador examinou de perto as condições precárias daqueles imigrantes:

Os colonos que vi têm quase todos cara de doente [queixando-se] de moléstias, de falta de médico, cemitério, padre e capela. Também ouvi a alguns que o contrato, que aliás não pude examinar não fora cumprido quanto a princípio de derrubada e casa para morar nos prazos.

Há outras queixas que são falta de [transportes], quando o caminho para Itapemirim não é mau podendo duas léguas antes embarcar no Itapemirim junto à fazenda do Limão, e o muito baixo preço porque se lhes têm comprado gêneros numa venda que me disse o Jobim fora estabelecida por um sócio do Caetano Dias vendendo-se tudo caro; todavia os colonos podem vender e comprar a quem quizerem.

Há poucas plantações; mas algumas bonitas sendo a terra mais fértil que a das outras colônias ainda que o lugar é insalubre por causa dos pântanos que forma o rio Novo os quais dizem que desaparecerão desde

que se limpar o rio ficando com uma navegação de 4 a 5 léguas para baixo da Colônia e 1 légua para cima, saindo-se pela barra do Piúma que é muito melhor que a do Itapemirim; o Caetano Dias calcula essa obra em 16 contos.

Espessa camada de plantas aquáticas (*aguapé* ou *jacinto-da-água-doce*) obstruía uma dezena de quilômetros do curso do rio, tão entrelaçada que não afundava ao peso de uma pessoa. A canoa tinha que deslizar empurrada por sobre essas plantas e havia ainda entraves de troncos de árvores caídas. O saneamento e desobstrução do caudaloso rio eram, pois, tarefa difícil.

Outros dados inéditos fornece o diário de S. M.:

Segundo uma exposição há 686 colonos; mas [atentando] a que tem só 2 a 3 léguas de [estradas] na colônia e as casas se acham espaçadas custa-me a acreditar em tal número. Os colonos são de diversas nações e até chins que me disse o Jobim serem muito ladrões, ainda que o Caetano se mostre contente com eles, e os belgas queixam-se principalmente tendo vindo alguns alfaiates. Plantam os gêneros alimentícios e café em terrenos próprios e também cana de parceria moendo no engenho por vapor do Limão que Caetano vendeu à Associação com 78 escravos e 2 léguas de terra por 200 contos. Os de parceria são segundo creio quase todos portugueses e um desta nação disse-me no barco onde remava quando eu atravessava ontem o rio Novo que sofriam muito de moléstias entre as quais de drópias (isto é de hidropisias).

Das cinco e meia até às nove horas da manhã, S. M. dispôs de muito tempo para percorrer o centro da colônia de cuja prosperidade já o havia informado o conde de Condeixas, lembrando que a sua produção de café era maior do que a da colônia de Santa Isabel, recém-visitada pelo monarca. Recebeu as homenagens e saudações, concedeu os beijamãos e se impressionou com o som rouquenho do sino da precaríssima ermida, tendo prometido de o mandar substituir por um outro de bronze. E cumpriu a promessa, guardando, até hoje, o novo sino a sonoridade como grata lembrança e relíquia daquela visita.

Além das doze famílias dos noventa suíços, os primeiros colonos chegados (não contando os negros escravos e os chineses desbravadores

da região), algumas famílias, destacadas pelo barão de Tschudi em seus *Rapports* – Obrist, Läber, Kobi, Stauffer, Scheidegger, Windisch, Hoffmann, Scherrer e outras trinta, domiciliadas na colônia –, se faziam presentes àquela recepção de tão grande realce, representando diversas nacionalidades. Lá estariam os portugueses: Custódio Gomes Novo, abastado, que chegara quatro anos antes trazendo algum pecúlio, o qual procurou aplicar na compra de lotes urbanos reservados para a construção de casas de habitação e lotes rústicos destinados ao cultivo de cereais e café e à criação de bois, muares e suínos; José Ferreira Eiras, natural de Guimarães, chegado três anos antes para dedicar-se ao cultivo de cereais e do cafeeiro; Antônio Nunes Pacheco, da mesma época, lavrador muito preocupado em resgatar a dívida ao governo; Antônio Ferreira Cardoso de Andrade, chegado dois anos antes, muito esperançoso com o plantio da fava etíope; Domingos da Costa Fraga, solteiro, chegado um ano antes, com grande interesse pelos lotes urbanos e rústicos, bem como Manoel José Fernandes, que se interessava muito pela formação de uma boa lavoura de café. Eram de ser lembrados os suíços: Justino Hämmerli, chegado quatro anos antes, proprietário de terras de excelente qualidade que começavam a produzir a primeira safra de café, e Alberto Wether, chegado dois anos antes, lavrador de cereais e café. Conhecidos se faziam o chinês Marcelino Liffon, chegado quatro anos antes, natural de Cantão, mantendo o propósito de se tornar proprietário de lavouras de café e cereais; o francês Joseph Benistant, chegado três anos antes, macróbio, esforçado lavrador de café em seu lote de 32 mil braças quadradas de superfície; o luxemburguês Mathias Wingler, recém-chegado, movido pelo interesse de formar lavoura de café; o brasileiro Rodolfo Hemerig, chegado quatro anos antes, empregado em vários serviços, especialmente no corte de madeiras.

E, dentre outros colonos, cujos nomes escaparam a esse registro, também se fariam presentes para os aplausos ao imperador os belgas, chegados há um ano: Guilherme Daudmen, com o intuito de aquisição de terras na maior extensão para formar lavouras de cereais e café; Luiz Dillen, lavrador de café, e o recém-chegado João Martins Schwinz, com a mesma atração para o cultivo da rubiácea.

O diário prossegue:

Pus-me a caminho para Itapemirim depois de atravessar o rio Novo que distará do centro colonial $\frac{1}{4}$ de légua, às 10, e, de galope quase sempre, passei pelo Limão às 11; pelo Muqui fazenda do Barão de Itapemirim, com uma casa, que é um palacete de 2 torreões, tendo antes passado pela fazenda dos Belos, às 11 e 25 m, e cheguei à passagem do Itapemirim para a vila às 11 $\frac{3}{4}$, tendo passado pela Coroa da Onça fazenda de João Nepomuceno Bittencourt com roda movida com cavalos dentro, e a fazenda da Areia com bela casa que se vê da vila, que o mesmo Bittencourt acaba de comprar ao irmão Francisco de Paula, e consta-me ser causa de desavença por ora oculta entre eles.

O percurso terrestre da vila de Itapemirim à colônia do Rio Novo compreendia mais ou menos 33 quilômetros, por terrenos baixos que se tornavam intransitáveis com as menores águas. Só alguns anos depois foi inaugurada a estrada de rodagem do porto do Caju, no rio Itapemirim, à sede da colônia, reduzindo o percurso a pouco mais da metade, ou seja, 16 quilômetros.

A distância que S. M. havia percorrido, na noite anterior, em cinco horas era cavalgada naquela manhã em menos de duas horas!

Fustigando o corcel com as esporas de prata e o belo rebenque trançado em fios do mesmo metal preso a anéis de ouro, D. Pedro só interrompeu o galope para trocar o cavalo que cansou.

Havia pressa em regressar à Corte, donde fazia quatro meses que S. M. se ausentara; havia, ainda, uma espécie de impaciência natural do monarca, um corre-corre em suas viagens, que os cronistas da época não perdiam o vazo de causticar. Valeria lembrar aqui a irreverente observação de Medeiros e Albuquerque no seu livro de memórias, *Quando eu era vivo...* – a “mania ambulatória do Imperador” – “que gostava de viajar, mas sempre a toda pressa, como se estivesse perseguido pela implacável urgência de alguém que vai tomar um trem, já a partir.” Mas, no momento, S. M. teria outra razão para o desabrido galope.

Os ricos proprietários das fazendas estavam esperando que D. Pedro se dignasse a visitá-los. Na Boa Vista, o capitão Eduardo Belo de Araújo e toda a família, enfatizada com a melhor vestimenta,

bem como a criadagem que, com sabão de cinza de coada e bucha, esfregara a gaforinha e livrara-se do bodum no rio Itapemirim, esperavam a honraria. Na Santo Antônio, do outro lado do rio, quase defronte, numa das torres do seu soberbo palacete, no feitio dos castelos medievais, construído a cavaleiro sobre uma colina, o barão de Itapemirim, binóculo em punho, observava a estrada. Os 120 negros escravos trabalhadores dos canaviais daquela fazenda, cuja produção e alicerces econômicos começavam a derruir, haviam capinado a alameda de bambus da chegada e tapetado de folhas aromáticas o caminho, enfeitando de flores a cerca até a margem do rio. As escadarias de mármore e os dois leões de louça vidrada do Porto, em tamanho natural, à entrada do palacete, estavam lustrosos. O dourado que revestia o interior da capela reluzia, como reluziam os metais das salas de armas, as baixelas de prata pesada, trabalhadas a fio de ouro, os talheres também de prata e as louças brasonadas. A poeira fora removida da tapeçaria persa, biblioteca, salões de bilhar, móveis em madrepérola e marfim. As finas iguarias e bebidas importadas da Europa juntavam-se à fartura das frutas do pomar e dos recursos da cozinha da fazenda.



No salão principal do portentoso palacete reservava o barão uma surpresa ao augusto visitante: os retratos dos imperadores, ricamente moldurados, pintura a óleo mais ou menos recente, em tamanho quase ao natural, executada por renomado artista da Corte. Mal continha sua impaciência e a curiosidade em observar a reação de agrado de D. Pedro ao valioso trabalho e à sua entusiástica vassalagem.

A decepção do macróbio, ao ver o imperador passar ao largo, teria apressado a causa que o vitimaria em ataque apoplético, naquele mesmo ano.

Na Coroa da Onça e na Fazenda da Areia, dos Bittencourts, o malogro não foi menos decepcionante.

Só quem não devia sentir os mesmos ardores pela visita era o major Caetano Dias, na Fazenda Limão. Estava mal cuidada aquela sede da administração da colônia do Rio Novo e seria difícil ocultar ao exame de S. M. o livro de registro das contas dos colonos. O imperador poderia, ainda, acabar ouvindo a história e interessando-se pelo destino da família do colono prussiano Lutke, falecido, cujas duas filhas menores se perderam na fazenda e os orfãozinhos eram criados como escravos.

O barão de Tschudi escreveu que as famílias Silva Lima e Bittencourt fizeram esforços extraordinários e grandes gastos a fim de hospedar o monarca, para exhibir prestígio na província, procurando demonstrar que contavam com a proteção imperial. Avisado do clima político, D. Pedro II manteve-se a igual distância dos dois cortejadores. Ele anotou:

As intrigas andam tão acesas aqui que os Guardas Nacionais que se achavam na casa da minha residência não queriam deixar entrar nenhuma pessoa da casa do Itapemirim e a Câmara Municipal cujo presidente é um Bittencourt mandando um boi para bordo do Pirajá recomendou que dissessem que o presente não era do Itapemirim.

Ao meio dia, D. Pedro chegou ao sobrado da hospedagem na vila de Itapemirim e, tendo apenas mudado de roupa, foi visitar a Casa da Câmara, a cadeia, a escola de primeiras letras do sexo mas-

culino e uma serraria e pilação de café, abastecida principalmente pelos colonos do Rio Novo, premidos a vender o café em coco na vila, por não haver ainda na colônia uma instalação congênere.

S. M., que já dera quinhentos mil réis para os pobres do Rio Novo, doou esmolas em iguais quantias aos pobres e ao cemitério da vila do Itapemirim.

Continuo a transcrição do diário:

Itapemirim.

9.

O professor está com licença mas o inspetor municipal mandou abrir a aula e é quem me deu as informações. O professor chama-se José Pinto Homem d'Azevedo. Mais de 20 matriculados, mas escrito até 11 com boa letra do professor. 1º lê sofrível – principia gramática. Divide sofrível sabe a prova real. 2º lê algum tanto melhor, nada de gramática. Divide melhor. Sabe a prova real. Sabem rezar sem a menor explicação que não tem dado o professor. Letra dos meninos sofrível.

Antes, estive na casa da Câmara que é térrea e pequena reunindo-se o júri no consistório da matriz. Cadeia – edifício novo começado por um particular, e cujo andar térreo é que está acabado destinando-se o 1º para Câmara etc. As prisões são boas e havia 3 presos um dos quais [queixa-se] de perseguição apresentando indícios de loucura que não sei se é real. Há uma prisão que não serviu e é escura podendo destinar-se para castigo. Fui depois à fábrica de Antônio Pires Velasco. É movida por uma máquina de vapor de 8 cavalos com serra vertical de até 4 folhas, e 8 pilões com ventilador e ventador (não separa as qualidades com peneiras como o ventilador) tendo já preparado 100 arrobas por dia. O café que vi era [muito] bom.

Como o vapor *Pirajá* demandasse menos de três palmos d'água, seu comandante, tenente Montaury, resolveu subir a foz do Itapemirim, até a vila, para transportar S.S. M.M. I.I., dando-se o embarque logo depois do jantar:

Às 3 ½ embarquei no *Pirajá* que atracou à ponte de desembarque bem preparada na vila; mas por causa de falta de vapor; pois contava, como

antes eu determinara, com a saída às 4 ½, largou às 4 chegando à barra às 4 ½. Estava melhor [que] ontem; mas o escaler jogou bastante comigo até o Apa sendo o embarque nele e passagem para o Apa difíceis; felizmente não enjoei e sinto-me forte.

Há duas sumacas no chamado porto e uma ia garrando, [prestando-lhe] o Apa um ancorote. Venta N.E. muito rijo.

Por causa da bagagem só às 6 largou o Apa.

Da barra do Itapemirim, a esquadilha seguiu diretamente ao Rio de Janeiro, navegando a menos de meia força, em mar zangado.

As principais ocorrências do dia seguinte (sexta-feira, 10 de fevereiro) foram assinaladas:

10.

O Apa jogou terrivelmente à noite passada sobre os [baixos] de S. Tomé. 7 ½ avista-se costa de Campos. 10 ½ Frade de Macaé, ilhas de Sta. Ana e Morro de S. João; 11 – avista-se Cabo Frio. [2 ½ Vejo muito bem o farol. 4 ¾ emparelhamos com o Cabo Frio.] 5 dobramo-lo o vento tornou-se quente pelo embate da montanha e o mar manso de modo que o Apa quase [que] não joga.

Estive sobre as rodas desde pouco depois de anoitecer até 10 horas porém não avistei o farol da Rasa que pouco depois o nevoeiro deixou ver já alto. Chegamos à Rasa entre 2 ½ e 3 da madrugada de 11, e bordejou-se.

Afinal, na manhã de sábado, S.S. M.M. I.I. voltavam a pisar a terra carioca.

E assim termina o diário de D. Pedro II:

11.

Acordei às 5 menos ¼. Vi bem o gigante. Vapores Magé e Jequitinhonha, enquanto aquele dava um tiro este [dava] 2, o que talvez se explique por ser o comandante Henrique Antônio Batista o novo oficial de marinha mais entendido em artilharia.

Às 6 e mais de meia a par da fortaleza de Sta. Cruz. Fundeou o Apa pouco depois de 7 ½.

Reflexos da visita imperial

“Que vantagens colheram as províncias desta viagem?” – interrogava um cronista do *Diário do Rio de Janeiro*, em longas considerações emitidas pouco depois (15 de maio de 1860), e prosseguia: “Porventura foram melhoradas as suas condições econômicas? São satisfeitas suas mais urgentes necessidades? As condições morais de sua existência, como parte integrante do império, foram também melhoradas? A centralização, que é a fonte de todos os nossos males, afrouxou um pouco os seus ávidos rigores?”

Perguntava, ainda: “Restabeleceu-se porventura a confiança das instituições, alterada, aniquilada pela longa série de abusos impunes? Melhoraram-se as condições do pobre? Estabeleceram-se sobre base mais eqüitativa suas relações com os ricos, os abastados? Viram também abrir-se a suas especulações lícitas um horizonte mais vasto? Viram uma idéia grandiosa para cuja realização deviam fazer convergir seus capitais? E as províncias puderam conceber uma esperança de que a sinceridade do governo lhes há de restituir suas fraquezas?”

As considerações se estendiam e o cronista procurava robustecer uma premissa: “Aliás essa viagem fora empreendida com o intuito de distrair as tendências que se manifestam nas províncias do norte, e calar seus clamores contra a centralização.”

E, no estilo panfletário que hodiernamente receberia a classificação de subversivo, fazia esse desabafo: “À luz dos festins esplên-

didados da monarquia, o povo contempla sua miséria, da qual ninguém se preocupa; os sons estridentes da descuidosa alegria dos palácios despertam em sua alma e sentimento amargo de sua situação. Despedem-se graças, pavoneia-se a vaidade dos ricos, mas a sorte dos que sofrem não é melhorada; mas as grandes necessidades do presente são esquecidas, nos prazeres. Ah! Os destinos deste vasto império por que não inspirariam mais graves ocupações!!”

Evidentemente, o cronista estava a esperar muito dessa viagem.

Quanto ao Espírito Santo, os quase vinte contos que o imperador distribuiu de esmolas testemunham que a miséria e as necessidades presenciadas não lhe foram indiferentes. E se a esmola, de efeito efêmero como qualquer paliativo que os ignorantes procuram nas farmácias para “curar” um dente cariado, que dói, não poderia traduzir benefícios ao ponto de solucionar situações, consideremos, ao menos, a sua espontaneidade. Insignificante, se considerarmos a pobreza da província, mas ainda assim ela não se perpetuou somente na memória dos contemplados: em alguma coisa ficou patenteada aos pósteros; seja na grade de ferro dum cemitério de Vitória, seja no sino de bronze da igreja de Rio Novo.

Apareceram outros comentários e críticas na imprensa da época e o assunto, levado à Câmara dos Deputados, mereceu considerações (sessão em 31 de maio de 1860) do Sr. Martinho Campos:

A maneira por que no relatório do império se dá conta da viagem imperial não correspondeu de forma alguma às esperanças do país. Com toda a certeza, o desânimo de que se deixou possuir o Sr. Ministro do Império, não tem fundamento quando declara que o governo imperial não tem meios para aproveitar as riquezas naturais das províncias visitadas.

Ao contrário, sobejam meios: ninguém exige do governo imperial que transforme de repente as nossas províncias [apoiados] do estado atual ao de engrandecimento e prosperidade igual ao das nações mais adiantadas. O tempo, a boa vontade, a perseverança dos esforços, hão de produzir os seus resultados naturais, e assim se dissiparão as apreensões de que se mostra possuído o Sr. Ministro do Império a respeito das conseqüências da viagem imperial.

E, não parando aí, juntava adiante: “Já o país tem reconhecido uma grande vantagem da viagem imperial, todos presidentes das províncias visitadas já foram demitidos, sendo apenas um promovido.”

O contemplado, Pedro Leão Veloso, deixava o Espírito Santo a 14 de abril daquele ano de 1860, após entregar a administração ao 2º vice-presidente, comendador Monjardim. Funcionário de 4ª classe, recebia a transferência para o governo de Alagoas (3ª classe), representando a promoção um acréscimo de um conto de réis nos seus subsídios anuais.

Se os capixabas tiveram a lamentar a perda de um bom administrador, não foi por muito tempo que invejaram a premiação dos alagoanos. De um modo geral, os presidentes não gastavam os forros das cadeiras palacianas. Com a pressa dos funcionários de carreira, faziam tudo para subir os degraus da classificação.

Antônio Alves de Souza Carvalho, que no dia 24 de maio de 1860 desembarcava do vapor *Recife* em Vitória, para assumir o governo da província, não apresentava credenciais inferiores às do seu antecessor. O jovem e inteligente pernambucano, com a sua polidez e cultura, só faria abreviar o seu tempo de permanência no rincão de Maria Ortiz...

Na Fala do Trono de 3 de maio de 1861, D. Pedro II enunciava algumas das necessidades do seu governo: “melhorar o sistema administrativo das províncias; reformar a legislação militar; facilitar os meios de comunicação; promover a aquisição de braços úteis, bem como a fundação de escolas práticas de agricultura; administrar retamente a justiça e atender à sorte dos encarregados de distribuí-la”. Tais questões, numa clareza analítica de S. M. I., equacionadas ainda hoje, não deslustrariam a plataforma de um governo promissor.

No ano que sucedeu ao da viagem em apreço, o governo imperial encampou a colônia do Rio Novo, mas não conseguiu salvá-la do aniquilamento: os 929 colonos estavam já reduzidos a pouco mais de um terço desse número.

A economia agrária da província via acentuar-se a preferência dos fazendeiros pelas lavouras do café, enquanto diminuía a produção açucareira, outrora a sua maior fonte de riqueza.

Na fértil região do Itapemirim e cabeceiras, os fluminenses e mineiros que para lá afluíram mostravam-se entusiasmados com o propósito de cultivar a baga etíope.

Enquanto a fazenda Santo Antônio, do barão de Itapemirim, naquele aziago ano de 1860, mal atingia a metade da produção dos seus primeiros anos, com apenas 80 caixas de açúcar, o capitão Pedro Dias do Prado, da fazenda Duas Barras, na mesma região sul-capixaba, tinha razões para mostrar-se eufórico, ao contar que um pé de café isolado da sua fazenda, na idade de oito a dez anos, rendeu, em cada segundo ano, de 30 a 36 libras de café limpo. E se o ouro verde não o elevou ao fausto que atingiram os vassourenses, justificava a alegria das grandes festas que promovia com a duração de dias.

Nos anos posteriores à visita imperial, o primeiro acontecimento de mais repercussão na província foi a sublevação de Piúma, que, reduzida aos verdadeiros termos, não passou de uma arruaça.

Veio depois a questão Christie a provocar, como em todo o país, manifestações patrióticas do povo e, a seguir, a guerra do Paraguai, exacerbando o patriotismo condigno.

O ano da visita do imperador registrou grande surto da imprensa capixaba; coincidiu com o aparecimento de diversos jornais em Vitória.

Na mesma data em que S. M. I. assinava o decreto agraciando mais de quarenta pessoas da província com as ordens de Cristo e Rosa, isto é, a 14 de março (aniversário da imperatriz), aparecia o primeiro número de *O Mercantil*, periódico pertencente a Emílio Francisco Guizan.

A 8 de abril surgia *A Liga*, panfleto de pequeno tamanho e grande empenho na reeleição de Pereira Pinto como deputado geral.

A 13 de junho outro periódico político vinha a lume, com o título de *O Indagador*.

A 11 de agosto saía, da tipografia *Capitaniense*, *O Maribondo*, defendendo a candidatura do comendador Monjardim à deputação geral.

No dia 7 de setembro surgia outro jornal político, *O Provinciano*, tendo como diretor proprietário Emílio Francisco Guizan. Em sua

tipografia imprimia-se o primeiro número de *O Picapau*, a 26 de outubro, sendo este substituído, em 9 de dezembro, pelo *Periódico dos Pobres*.

Apesar da vida efêmera e do assunto dominante, a política, quantos dados se colheriam neles, para a reconstituição da viagem de D. Pedro II à província, se fossem guardadas as coleções desses jornais...

27 de Jan. de 1860

Pares d. Imperial Affonso

Cabeller	—	guê
Olho	—	man
Boca	—	sore
Beico	—	sorê-pe
Leuico	—	Cocoanda
Pesco	—	fiarê
Pito	—	Pura
Braca	—	Coara
Mioelêdo	—	Sápiê
Perna	—	Cachêdo
Peto	—	Pôrê
Orelha	—	Pipinda
Sente	—	Josê
Lingem	—	Thompê
Barba	—	Sonêpida
Sobrançetta	—	Manin-hoda
Pistana	—	Manin-pida
Freche	—	Tôm
Aros	—	Homrim
Sol	—	Glopiê
Luz	—	Pitara
Estrella	—	Osire
Novem	—	Cottâno
Novo	—	Nhamannudê rum

Vocabulário dos puris do
Aldeamento Imperial Afonsino
(*Organizado por D. Pedro II*)

Cabelos	guê
Olhos	mnin
Boca	sóre
Beijo	sórê-pê
Queixo	cocoanda
Pescoço	Goárê
Peito	Piura
Braço	Coára
Mão e dedo do pé	Sáprê
Perna	Cathêda
Testa	Pórê
Orelha	Pipinda
Dente	Tsé
Língua	Thompê
Barba	Sorêpèda
Sobrancelha	Mnin-hoda
Testa	Mnin-pèda
Flecha	Põm
Arco	Homrim
Sol	Hopê
Lua	Petâra
Estrela	Tsùre
Nuvem	Cothâno

Trovão	Nhamanmudórum
Relâmpago	Nhamanmnemunbrùme
Raio	Nhamantáran
Pedra	Cuá
[-- grande]	Cuarune (u francês)
[-- pequena]	Cuaté
Água	Nhaman
Rio	Nhamanruza (francês)
Lagoa	Pon-hom
Anta	Tenân
Nariz	Nim
Venta	Nim-rêgna
Dia	Dzauêmuda
Noite	Mnipaunde
Meio-dia	[Uopêungûranacá]
Aurora	[Uopêdzotêna]
Homem	Cohêna
Mulher	Bêma
Menino	Oronmatê
Cachorro	Chindê
Caititu	Sotlan
Veado	Iómré
Onça	Pon-han
Galinha	Coruhêre
Rede	Bêta
Casa	Guára
Fogo	Potê
Chuva	Nhamangohùma
Gente branca	Peróna
[Ona	branco]
[Tenhô	preto]
Gente preta	pehuana
Pé	Conro
Preto	Huana
Pássaro	Tehipûtê

Voar	Entsomum
Deus [Santo, e N. S ^a .]	Tupan
Macaco	Tanguá
Pai	Rê
Mãe	Inhan
Velho	Tahê
Irmão e irmã	Tsaté
Avô e avó	Tá
Filho	Sambê
Música	[Guarêmundê]
Flor	Canapênêna
Árvore	Bondjára
Macaca	Pára
Barbado	Doquê
Paca	Orotó
Papagaio	Chiclóra
Arara	Inhamatára
Tucano	Chiarandó
[Inhamanmuiámambaba	vai buscar água para eu beber]
[Canamanpumavêgue	dá-me de comer]
[Matárahime	estou com sono]
[Tárana	sono]
[Demathême	estou cansado]
Caminho	Chinâ
[Chinacaçanguê	Mostre-me o caminho]
Canoa	bopê
Cavalo	Carú
Remo	Bocanacharâna
Cachaça	canojêra
Grande	rune (fr.)
Pequeno	brirecá
Espingarda	Bohá
Tiro	capûna
Mato	Bondé
Tabaco	Boguénichuna

Botocudo
[Ambóracauena (fr)]

Sagüi
Casar
Batizar
Morrer
Dançar

Quando a mulher chega à puberdade deitam-na na rede
e cobrem-na de casca de jequitibá.

[Combôna
[Boacê
Chapéu
Beija-flor
Borboleta
Cobra
Dar de mamar
Peito de mulher
Beijar
Beijo

Racê
Círculos pequenos azuis
pintados nas maçãs do rosto]
Mirité
Cimiana
Nhamanconcusa baiuna
Dzondlan
Cocêbundana

Conversar]
pólvora]
Guânana
Chindêda
Simpreûda
Samman
Nhamatácanbâna
Nhamatá
Aprêbanbana
Bâna

Vocabulário “de uma índia
velha da tribo tupiniquim”
(*Colhido por D. Pedro II*)

Cabelo	Áva
Cabeça	Hacãna
Olho	Ceçá
Sobrancelha	Tebutava
Pestana	Topeava
Nariz	Tim
Boca	Iurú
Língua	Apecum
Dente	Tanha
Orelha	Apuçá
Pescoço	[Tenduvá]
Braço	[Iuvá]
Mão	Pó
Dedo da mão	Puan
Coxa	Uvá
Joelho	Renêpuan
Perna	Retuman
Pé	Purungava
Dedo do pé	Punçan
Peito	Putchiá
Dia	Ara
Sol	Ara
Lua	Iácê

Estrela	Iácêotá
Céu	Heváca
Tempestade	Cahauamçú
Chuva	Amana
Água	Hè
Vento	Vatú
Mulher	Cunham
Homem	Apuava
Menino	[Conomí]
Menina	Cunhantaim
Casa	Oca
Grande	Oçú
Criança	Pitan
Pássaro	Vuná ou Venê
Preto	Una
Branco	Tinga
Pedra	Itá
Pau	[Vuirá]
Mato	[Caá]
Vento	Hapuinhuaára (não é aspirado)
Redondo	Puá
Deus	Tupan, Inhanderava e Inhandiára
Faca	[Tâaquecê]
Espingarda	Embócáva
Pólvora	Embocacuí
Mar	Paranan
Praia	Buícia
Raio	Truádeitá
Cobra	boia
Gambá	Sarigueia
Anta	Tapira
Espinho	Iiú
Amarelo	Boropé
Verde	Sóvê
Velho	Chavahem

Comida	Pirá
Comer	Bahêú
Dormir	Quera
Filho	Membura
Casar	Mendara
Esposa	Combirecô
Marido	[Imêna]
1	Oipê
2	Mocoi
3	Boçapúra
4	Dizem Quatro
Pele	Píra
Veia	[Raicân]
Velha	Uainvin
Mau	Aíva
Galinha	Aninham
Unha	Puanpé
Músico	Inhengaçára
Igreja	Tuparóca
Dançar	Baracêa
Canoa	Hègara
Canoa grande	Hègároruçáva
Minha roça	Checó
Dê-me água para beber	Hêrurehutihune (não é aspirado)
Dê-me de comer	Hêrureheremburamecheu
Quero comer	Taúna

2 grei	—	Papacoca
Dandar	—	Baracca
Cenôa	—	Flégara
Carta grande	—	Flégara torregada
Minda roca	—	Chuco

De-me aqui p^a beber - Flém^{reputadūne}

De-me de comer - Flém^{não é aspirado}

Desembicramedem

Quer comer - Taurina



Levou de Cabelos com uns cecis
de pau de ego para esfregar com
tu para pelo primeiro.

O vizinho disse-me que a freira
faz tem 2 mil e tantos almas em
a villa não chega a ter 200
até cecis mais do bicho de leite do
mamão; o vizinho ficou de medo -
me cecis aqui

Aqui tiveram os Jesuítas uma cadei-
ra de lingua - geral indígena e julga-
do a morte do Tupiniquins

Bibliografia

- Almanaque administrativo, mercantil, industrial e agrícola da província do Espírito Santo*. Godofredo da Silveira. Vitória 1884.
- Almanaque Laemmert*. Coleção dos anos de 1859 a 1863.
- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O desbravamento das selvas do rio Doce*. José Olympio, 1959.
- ARAÚJO, Carlos da Silva. *Fatos e personagens da História da Medicina e da Farmácia no Brasil*. Rev. Continente Edit. Rio, 1979.
- ASSIS, Francisco Eugênio de. *Dicionário geográfico e histórico do Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1941.
- AULER, Guilherme. *Viagem a Pernambuco na correspondência imperial*. (In *Jornal do Brasil* de 27-7-1958).
- AZEVEDO Carlos Magalhães de. *D. Pedro II*. Álvaro Pinto, 1923.
- BAHIENSE, Norbertino. *O convento da Penha*. Vitória, 1952.
- BARRETO, Carlos Xavier Paes. *A terra e a gente do Espírito Santo*. In *Anais I.H.G.B.* (IV Congresso de História Nacional 13.^o).
- BERNARDEZ, Manuel. *El Brasil. Su vida, su trabajo, su futuro*. Buenos Aires, 1908.
- BIARD, François-Auguste. *Deux années au Brésil*. Hachette, Paris, 1862.
- . *Dois anos no Brasil*. Tradução de Mário Sette. Col. Brasiliana, 244. Comp. Edit. Nacional, São Paulo, 1945.
- BOMFIM, Celso. *A religião na História do Espírito Santo*. (Conferência). Vitória, 1943.
- BRAGA, Mauro de Araújo. *Rio Itapemirim*. Itapemirim, 1955.
- CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II*. José Olympio, 1975.
- CASAL, Aires de. *Corografia Brasília*. I.N.L., 1945.
- CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura espírito-santense*. Porto, 1912.
- COLARES Júnior, J. D. *Vida e obra do barão de Monjardim* (Discurso). Vitória, 1942.
- Correio da Tarde*. Coleções de 1859 e 1860.
- Correio da Vitória*. Números esparsos.
- Correio Mercantil*. Coleções de 1859 e 1860.
- COSTA, João Ribas da. *Canoeiros do rio Santa Maria*. Borsoi. Rio, 1951.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo. Sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatística*. Tipografia do Espírito-Santense. Vitória, 1879.
- DESSAUNE, Jair Etienne. *Visita imperial à província do Espírito Santo* (Conferência). Vitória, 1949.
- Diário do Rio de Janeiro*. Ano de 1860.
- DUARTE, Marcelino Pinto. *Derrota de uma viagem ao Rio de Janeiro em 1817*. In *História da literatura espírito-santense*, de Afonso Cláudio.
- EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. Col. Brasiliana, 56. Cia. Editora Nacional.

- FLEURY, André Augusto de Pádua. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo*. Vitória, 1864.
- FREIRE, Mário Aristides. *A capitania do Espírito Santo (1535-1822)*. Vitória, 1945.
- . O convento da Penha. [*In Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 9, 1945.]
- . *Fatos da História do Espírito Santo* (Discurso). Vitória, 1942.
- GOMES Neto, [J. J Gomes da Silva Neto]. *As maravilhas da Penha ou Lendas e história da Santa e do virtuoso frei Pedro de Palácios*. Imprensa Nacional, Rio, 1888.
- Governadores do Espírito Santo*. Correspondência (ativa) com o Ministério do Império. Mss. existentes no Arquivo Nacional.
- GUIMARÃES, Argeu. *D. Pedro II nos Estados Unidos*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1961.
- HALL, Frederic. *Mexico and Maximilian*. Hurts & Co., Publishers. New York, 1867.
- HARTT, Charles Frederick. *Geologia e geografia física do Brasil*. Col. Brasiliana, 200. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1941.
- Jornal da Vitória*. Ano de 1869.
- Jornal do Comércio*. Coleções de 1859 e 1860.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. (Vol. VI) Imprensa Nacional, 1945.
- LIMA, Joaquim Marcelino da Silva. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo*. Rio, 1854.
- LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II*. Col. Brasiliana, 133. Cia. Editora Nacional, São Paulo.
- MARINS, Antônio. *Minha terra e meu município*. Rio, 1920.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo*. Tipografia Nacional. Rio, 1878.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil* (Tradução de Edgard Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo, refundida e anotada por Olivério Pinto). Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*. Col. Brasiliana, vol. 147-B. Cia. Editora Nacional, São Paulo.
- MENDONÇA, Mário F. e Alberto Vasconcelos. *Repositório de nomes dos navios da esquadra brasileira*. Imprensa Naval. 1956.
- MERCIER, José Maria. *Relatório ou Notícia histórica da vila de Nova Almeida da província do Espírito Santo*. Tip. Capitaniense, Vitória, 1863.
- MONJARDIM, Adelfo. *Vitória física*. Revista Canaã Editora, Vitória, 1950.
- MONJARDIM, José Francisco de Andrade e Almeida. *Relatório do Gov. da Província do E. Santo*. Tip. Capitaniense, Vitória, 1859.
- MONTEIRO da Silva, J. R. *Contribuição para o estudo da flora brasileira*. Rio, 1911.
- NEVES, Guilherme Santos. *As bandas de congo do folclore capixaba*. [*In Para Todos*, 2.^a quinzena, novembro de 1957].

- NOVAES, Maria Stella de. *Relicário de um povo*. Vitória, 1954.
- . *O Carmo*. Vitória, 1950.
- . *Um bispo missionário*. Vitória, 1952.
- . *A viagem imperial ao Espírito Santo*. *Revista de História*. São Paulo, 1964.
- O Semanário*. Coleção Completa. Ano 1857.
- OLIVEIRA, J. J. Machado de. *O convento da Penha na província do Espírito Santo*. [In RIHGB. Tomo 5.º, 2.ª edição, 1863].
- PEDRINHA, Eurípedes Calmon Nogueira da Gama. *Tímidos Ensaios*. Tipografia de O Apóstolo. Rio, 1896.
- PENA, Misael Ferreira. *História da província do Espírito Santo*. Rio, 1878.
- PEREIRA, Amâncio. *Homens e cousas espírito-santenses*. Artes Gráficas. Vitória, 1914.
- PEREIRA Júnior, José Fernandes da Costa. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo à Assembléia Legislativa*. Vitória, 1863.
- PIMENTEL, Elpídio. *Noções de literatura*. Tipografia do Diário da Manhã, Vitória, 1918.
- PÓVOA, José Joaquim Peçanha. *Província do Espírito Santo*. Rio, 1875.
- . *Jesuítas e reis*. Corte, 14 de novembro de 1883.
- RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil*. Col. Brasiliana, vol. 337. Cia. Edit. Nacional, São Paulo.
- RANGEL, Alberto. *A educação do príncipe*. Agir, Rio, 1945.
- Reys-Boeck*. (Cimélio da Biblioteca Nacional). Amsterdã, 1624.
- Revista Capixaba*. Ano III, n.º 21. Rio de Janeiro, 1955.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. (Em curso de publicação). Rio, 1838...
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. (Em curso de publicação). Vitória, 1917...
- RÖWER, Basílio. *Páginas de história franciscana no Brasil*. Petrópolis, 1941.
- . *O convento de N. S. da Penha do Espírito Santo*. Vozes, Petrópolis, 1958.
- RUBIM, Braz da Costa. *Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório*. [In RIHGB. Tomo 19].
- . *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*. [In RIHGB. Tomo 23. 1860].
- . *Dicionário topográfico da província do Espírito Santo*. [In RIHGB. Tomo 25. 1862].
- RUBIM, Francisco Alberto. *Memória estatística da província do Espírito Santo no ano de 1817*. [In RIHGB. Tomo 19].
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil (Espírito Santo)*. Tradução de Carlos Madeira. Col. Brasiliana, vol. 71. Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1936.
- SEQUEIRA, Francisco Antunes de. *Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense*. Leuzinger, Rio, 1893.

- . *A província do Espírito Santo (Poemeto descritivo em oito cantos)*. Vitória, 1884.
- SERQUEIRA, Tomás José Pinto. *Relatório*. Rio, 1874.
- SILVA, Alvimar. *Vitória no período do Brasil Império (Conferência)*. 1942.
- SILVA, Caetano Dias da. *Relatório Apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas da Empresa Por Vapor Espírito Santo*. Vianna & Filhos, Rio, 1860.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de estatística*. Tipografia Nacional. Rio, 1865.
- SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de. *Memórias da viagem de Suas Majestades à província da Bahia*. Rio, 1867.
- . *Memórias da viagem de S. S. Majestades Imperiais às províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo*. Tomo II, sobre Pernambuco. Rio, 1862.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Derrotero general de la costa del Brasil*. Madrid, 1958.
- TEIXEIRA de Oliveira, José. *História do Estado do Espírito Santo*. Edição comemorativa do 4.º Centenário de Vitória, impressa no Serviço Geográfico do IBGE. Rio, 1951.
- TSCHUDI, Johann Jakob von. *Reisen durch Südamerika*. Leipzig, 1867.
- . *Rapports de l'envoyé extraordinaire de la Confédération Suisse au Brésil*.
- TURRI, Vittorio. *Dizionario storico della letteratura italiana*. Paravia, Turim, Itália.
- VALLE, Eurípedes Queiroz do. *Alguns aspectos do Espírito Santo*. (Conferência). Vitória, 1942.
- . *Pequeno dicionário informativo do Estado do Espírito Santo*. Vitória, 1959.
- VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo*. Vitória, 1858.
- . *Seleto brasiliense* (2 vols.). Laemmert, Rio, 1868 e 1870.
- VELOSO, Pedro Leão. *Relatório na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial*. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1859.
- VIEIRA, Celso. *Anchieta*. Rio, 1929.
- WAGEMANN, Ernst. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. IBGE. Rio, 1949.



Índice de gravuras

- 3 Cais das Colunas em Vitória. Desenho de Jorge Eduardo.
- 39 Dom Pedro II. Óleo de Antônio Cavalheiro d'Almeida, 1852.
- 40 Dona Teresa Cristina. Óleo de Antônio Cavalheiro d'Almeida, 1852.
- 43 Vista de Vitória. Foto de Victor Frond, 1860.
- 47 Pedro Leão Veloso. Reprodução de retrato pertencente à sua família.
- 59 Entrada da baía de Vitória. Foto de Victor Frond, 1860.
- 61 "Entrada do Espírito Santo...". Anotações de Pedro II.
- 62 Forte de São Francisco Xavier da Barra, Vila Velha. Desenho de François Biard.
- 68 "Antes do desembarque...". Anotações de Pedro II.
- 76 Convento de São Francisco, Vitória. Desenho de Levino Fânzeres.
- 81 Igreja do Rosário, Vitória. Desenho de Levino Fânzeres.
- 85 Convento do Carmo, Vitória. Foto de Victor Frond, 1860.
- 106 Convento da Penha, Vila Velha. Xilogravura do ateliê de Alfredo Pinheiro.
- 111 Perfil orográfico, copiado do convento da Penha. Desenho de Pedro II.
- 119 "Defronte da Vila Velha...". Anotações de Pedro II.
- 123 "Mestre Álvaro do caminho para a foz...". Anotações de Pedro II.
- 129 "O terreno da colônia...". Anotações de Pedro II.
- 132 Casa de A. Pralon na colônia de Santa Leopoldina. Foto de Victor Frond, 1860.
- 134 Luís Pedreira do Couto Ferraz, ex-presidente da província do Espírito Santo.
- 139 Lotes e venda dos colonos C. Wicke e J. Gerhardt, em Santa Isabel. Foto de Victor Frond, 1860.
- 140 Lote e habitação do colono C. Werner, em Santa Isabel. Foto de Victor Frond, 1860.
- 142 Casa do diretor da colônia em Santa Isabel. Foto de Victor Frond, 1860.
- 155 "Aula de meninos de José Ribeiro...". Anotações de Pedro II.

- 160 Igreja e residência dos Reis Magos em Nova Almeida. Desenho de Quirino Campofiorito.
- 164 Casaca ou reco-reco de cabeça. Desenho de Pedro II.
- 165 Festa de São Benedito. Desenho de François Biard.
- 166 Igreja de Santa Cruz. Desenho de François Biard.
- 171 “Há às vezes no porto...”. Anotações de Pedro II.
- 172 “Aula de meninos de Francisco de Paula...”. Anotações de Pedro II.
- 176 “Mulher já com filho”, “Velha”, “Moço que não é feio”. Desenhos de Pedro II.
- 181 “Achei aqui o capitão Andrade...”. Anotações de Pedro II.
- 182 “Soube ontem duas petas...”. Anotações de Pedro II.
- 188 “Menino”, “Rapariga”. Desenhos de Pedro II.
- 198 Panorama da vila de Linhares. Desenho de Pedro II.
- 206 Príncipe Maximiliano de Habsburgo.
- 214 Pedro II em uniforme de almirante. *Revista da Semana*.
- 218 Igreja de N. S. da Conceição, em Guarapari. Desenho de Quirino Campofiorito.
- 225 Perfis das serras “Frade e Freira” e “Garrafinha” (Itabira). Desenhos de Pedro II.
- 230 Matriz de N. S. do Amparo em Itapemirim. Desenho de Marcos Mendonça, 1979.
- 236 “Vista do Frade e Freira”. Desenho de Pedro II.
- 238 Fazenda do Pau d’Alho. Óleo de Aloísio Martins Athayde.
- 243 Fazenda do barão de Itapemirim. Foto de Victor Frond, 1860.
- 252 Vocabulário dos puris. Anotações de Pedro II.
- 260 Vocabulário de uma índia tupiniquim. Anotações de Pedro II.
- 288 “Fala do Trono”. Óleo de Pedro Américo, 1872.

Índice toponímico

- Abrolhos** (Bahia). 44, 57
Agá, morro (Piúma). 226
Água Boa, riacho (Santa Cruz). 179
Aguiar, lagoa de (Linhares). 184, 185
Aguiar, quartel de (Linhares). 185, 186, 191
Aimorés, serra dos. 150
Ajuda, cemitério da (Rio de Janeiro). 212
Alagoas (província). 249
Aldeamento Imperial Afonsino (Espírito Santo). 101, 142, 253
Aldeia Velha (Santa Cruz). 67, 157, 169
Alexandre Calmon, fazenda do (Linhares). 204
Alexandre, ilha do (Linhares). 203
Almoço, ilha do (Linhares). 196
Amazonas (província). 173
Amazonas (fragata). 59, 115, 207, 229
Anchieta (Espírito Santo). 99
Anvers (Antuérpia, Bélgica). 122
Apa (vapor). 58-9, 71, 147, 177, 203, 205, 207-9, 216, 224, 226, 229, 246
Apiaputang, rio – ver Reis Magos, rio.
Araçatiba, porto de (Viana). 142
Areia, fazenda da (Itapemirim). 71, 234, 242, 244
Areia, ponta de (Rio de Janeiro). 59
Argolas, capelinha em (Vila Velha). 79
Aricanga, montanha de (Espírito Santo). 191
Armonde, ilha do (Linhares). 203
Arsenal de Marinha (Rio de Janeiro). 211
Azambuja, cais do (Vitória). 42
Bahia (província). 49, 57, 93, 98, 109, 209, 210, 212, 227, 238
Baixo, lagoa de (Linhares). 184, 185
Baleia, baixo da (baía de Vitória). 60
Bananeira, povoação de (Castelo). 101
Barão de Itapemirim, fazendinha do (Itapemirim). 233
Barão de Itapemirim, ilha do (Linhares). 202-3
Barbado, ilha do (Linhares). 204
Barcelos, restinga do (Linhares). 205
Barra do Itapemirim (Espírito Santo). 232-3, 246
Barra do Jucu (Vila Velha). 112
Barra do Riacho (Santa Cruz). 179, 186
Barreiras, canto das (Linhares). 195
Barro Vermelho, canto do (Linhares). 195
Batalha, cais do (Vitória). 42

- Belos, fazenda dos (Itapemirim). 242
 Benevente, matriz de (Espírito Santo). 220, 222
 Benevente, vila de (Espírito Santo). 70-1, 86, 99, 104, 118, 218-21, 233
 Boa União, fazenda (Linhares). 203
 Boa Vista, fazenda (Itapemirim). 242
 Bode, ilha do (Vitória). 118
 Boi, ilha do (Vitória). 60, 118
 Bom Jardim, fazenda (Linhares). 203
 Bragança, quartel de (Santa Leopoldina). 122
 Branquinho, ilha do (Linhares). 204
 Brasil. 88, 97-8, 101-2, 144, 167, 187, 209, 212, 227, 229
 Buiaiaias, lugar dos (Viana). 137, 146
 Burro, baixo do (baía de Vitória). 60
- C**
 Cabo Frio (Rio de Janeiro). 44, 246
 Caçaroca, fazenda de (Nova Almeida). 159
 Cachoeiro [de Itapemirim] (Espírito Santo). 70, 232
 Cachoeiro de Santa Leopoldina, porto do (Espírito Santo). 124, 126, 128
 Cachoeiro de Santa Maria – ver Cachoeiro de Santa Leopoldina.
 Cachorros, ilha dos (Linhares). 204
 Cágados, praia dos (Linhares). 197
 Caieiras, ilha das (Vitória). 122-3, 133
 Caju, porto do (Itapemirim). 242
 Calabouço, fazenda do (Cariacica). 137
 Caminho para Minas – ver Estrada para Minas (Espírito Santo).
 Campinho, colina e ponte do (Vitória). 73
 Campinho, ilha do (Linhares). 204
 Campo Grande (bairro de Salvador). 210
 Campos, costa de (Rio de Janeiro). 246
 Canivete, canto do (Linhares). 194
 Capela dos Terceiros de São Francisco (Vitória). 77
 Capela dos Terceiros do Carmo (Vitória). 84
 Capela Nacional (Vitória) – ver também São Tiago, igreja e colégio de (Vitória). 57, 66, 67, 69
 Capelinha, rua da (Vitória). 41
 Capivaras, rio das (Linhares). 194
 Capixaba, estrada da (Vitória). 91
 Capixaba, fonte da (Vitória). 44, 91, 93
 Caraípe, povoado de (Serra). 150, 159
 Caraípe, rio (Serra). 148, 159
 Carapebus (Serra). 149
 Carapina (Serra). 150
 Carapina, fazenda (Serra). 149
 Carapina, igreja de (Serra). 151
 Carapuças, ilhas dos (Linhares). 204
 Caravelas (Bahia). 45
 Carmo, igreja e convento do (Vitória). 57, 75, 84-5, 87
 Castelo, rio (Espírito Santo). 101
 Cavalo, baixo do (baía de Vitória). 60
 Caxangá (Itapemirim). 233
 Cidade da Bahia – ver Salvador (Bahia).
 Cima, lagoa de (Linhares). 185
 Cipó, ilha do (Linhares). 203
 Coimbra, ilha do (Linhares). 204
 Colatina, cidade de (Espírito Santo). 178
 Colunas, cais das (Vitória). 42, 52, 58, 63, 118, 136, 146, 208
 Comboios, rio dos (Santa Cruz). 183-4

- Comércio, rua do (Vitória). 41
 Comprida, ilha (Linhares). 203
 Conceição, capela da (Vitória). 57, 87
 Conceição, largo da (Vitória). 41, 80
 Concha, barra da (Linhares). 205
 Concha, praia da (Linhares). 205
 Coroa da Onça, fazenda da (Itapemirim). 242, 244
 Coronel Monjardim, rua (Vitória). 44
 Corte – ver também Rio de Janeiro (cidade). 42, 45, 49, 50, 53, 77, 86, 92, 178, 207, 210-2, 226-7, 229, 232, 236-7, 242, 244
 Costa, rio da (Vila Velha). 58, 92, 109-10, 118
 Coutins, aldeia de (Linhares). 189
 Criméia. 125
 Cruz das Almas (Vila Velha). 118
 Cuieté (Minas Gerais). 186, 201
- D**oce, rio (Espírito Santo). 105, 115, 131, 146, 151, 177-8, 180, 182, 184-5, 187, 189-93, 197, 200, 203-4, 207, 218, Domingos de Sousa, ilha do (Linhares). 204
 Duas Barras, fazenda (Cachoeiro de Itapemirim). 250
- Elisabeth* (vapor). 208, 220, 224, 227
 Espírito Santo (capitania). 77, 97-8, 219
 Espírito Santo (província). 41, 46, 49, 55, 66, 95, 97, 99, 100, 110, 121, 130, 134, 137, 139, 140, 142, 206, 212, 237, 248-9
 Espírito Santo, vila ou município do (Espírito Santo) – ver também Vila Velha, município de (Espírito Santo). 70, 103, 108, 117-8
- Estacas, saco das (Linhares). 197
 Estrada da Capixaba (Vitória). 91
 Estrada da Colônia na Lama Preta (Santa Isabel). 141
 Estrada de ferro de Vitória a Minas. 130
 Estrada do Aca à de Santa Leopoldina (Espírito Santo). 127
 Estrada do Imperial Afonsino (Espírito Santo). 141
 Estrada do Porto Velho à Colônia de Santa Isabel (Espírito Santo). 127
 Estrada para Minas (Espírito Santo). 136, 142
 Europa. 778, 157, 226-7, 243
- F**acho, ponta do (Serra). 149-50
 Farinhas, ribeirão das (Santa Leopoldina). 121
 Flores, rua das (Vitória). 41
 Fonte Grande (Vitória). 44, 84
 Fonte Grande, rua da (Vitória). 41
 Forca, ilha da (Vila Velha). 118
Formosa (patacho). 205
 Frade de Macaé (Rio de Janeiro). 246
 França. 101, 229
 Fransilvânia, colônia (Espírito Santo). 178, 203
 Frecheiras, ilha das (Linhares). 204
 Frecheiras, serra das (Espírito Santo). 102
- G**ambá, saco do (Linhares). 197
 Garcia (bairro de Salvador). 210
 Gato, ilha do (Linhares). 203
 Goitizeiro, praia do (Linhares). 195
Glória (barco). 148
 Gramutê, ponte do (Santa Cruz). 168

Grande, cachoeira (Santa Leopoldina). 121
 Grande, cais (Vitória). 42
 Guarapari, porto de (Espírito Santo). 207
 Guarapari, praia de (Espírito Santo). 213
 Guarapari, vila de (Espírito Santo). 70, 103-4, 215-6, 218-20, 223
 Guarapirim, aldeia de (Espírito Santo). 97, 215
 Guarda-mor, ilha do (Linhares). 203
 Guarita, fazenda da (Cariacica). 137
 Guaxe, canto do (Linhares). 195

Hospital da Santa Casa de Misericórdia (Vitória). 43, 73-5, 85
 Hotel da Jibóia (Itapemirim). 232
 Hotel Garibaldi (Itapemirim). 232
 Hotel Oriental (Petrópolis). 211

Iapara, sesmaria de (Nova Almeida). 157
 Ilhéus (Bahia). 210
 Imperador, ilha do (Linhares). 197
 Inglaterra. 58-9, 227
 Inhoá, fonte de (Vila Velha). 116
 Innsbruck (Áustria). 135, 153
 Ipiranga, núcleo (Linhares). 178
 Iriri, poço do (Nova Almeida). 161
 Iriritibá, aldeia de – ver Reritiba, aldeia de (Espírito Santo).
 Isabel, córrego (Espírito Santo). 131
 Itália. 209
 Itapemirim, matriz de (Itapemirim). 230, 233-5, 245
 Itapemirim, rio e barra do (Espírito Santo). 101, 232, 236-7, 240, 242-3, 245-6, 250

Itapemirim, vila de (Espírito Santo). 39, 51, 70-1, 94, 100-1, 104, 159, 219, 224, 229-31, 233, 235-6, 238-9, 242, 244-5
 Itapocu, fazenda (Serra). 150
 Itapuca, praia de (Rio de Janeiro). 177

Jaburuna, fazenda (Serra). 159
 Jacarandá, ilha do (Linhares). 204
 Jacarandá, porto no rio (Viana). 142
 Jacaré Grande, praia do (Linhares). 195
 Jacaré Pequeno, canto do (Linhares). 195
 Jacu, canto do (Linhares). 195
Jequitinhonha (vapor). 246
 João Ferreira, ilha do (Linhares). 205
 José Cláudio, cachoeira de (Santa Leopoldina). 121, 128
 José da Penha, sítio do (Linhares). 204
 Jucu, ponte do (Viana). 139, 143
 Jucu, rio (Espírito Santo). 135-6, 138-9, 141-2
 Jucutuquara (Vitória). 60, 149
 Juparanã, lagoa de (Linhares). 185, 197, 204
 Juparanã, rio (Linhares). 187, 192-4, 196
 Juparanã-mirim, lagoa de (Linhares). 197, 202-3

Lama Preta (Viana). 138
 Lameirão (baía de Vitória). 122, 136, 156
 Lameirão (Vitória). 84
 Lapa, fonte da (Vitória). 44
 Laranjeiras (Serra). 150
 Lavrinha, sítio (Castelo). 101

Lençol Grande, praia do (Linhares). 197
 Lençol Pequeno, praia do (Linhares). 197
 Ligúria. 235
 Limão, fazenda do (Itapemirim). 237, 239-40, 244
 Limão, rio (Itapemirim). 242
 Linhares, vila de (Espírito Santo). 70, 163, 168, 179-80, 186-90, 196-9, 203-5
 Lombardia. 228

Maceió. 49

Magé (vapor). 246
 Mangaraí, porto de (Santa Leopoldina). 133
 Maracapuaba (Serra). 150
 Marinho, rio (Vila Velha). 136
 Maruípe, fazenda de (Vitória). 149
 Maruípe, ponte de (Vitória). 149, 151, 156
 Matriz, igreja (Vitória). 57, 87
 Mauá, porto de (Rio de Janeiro). 211
 Meio, lagoa do (Linhares). 185
 Mestre Álvaro, morro, monte ou montanha do – ver Mestre Álvaro, serra do.
 Mestre Álvaro, serra do (Serra). 57, 60, 111, 123, 137, 147-8, 150, 153, 159, 191, 205
 México. 229
 Minas Novas (Minas Gerais). 197
 Minhoca, riacho (Santa Cruz). 179
 Misericórdia, [Santa Casa de] (Vila Velha). 74
 Misericórdia, capela da – ver Misericórdia, igreja da Misericórdia.
 Misericórdia, hospital da (Vitória). 73-5, 85, 97

Misericórdia, igreja da (Vitória). 43, 57, 73, 75
 Monsarás, núcleo (Linhares) 178
 Montanha Pelada (Espírito Santo). 191
 Montemor, canto (Linhares). 197
 Moreno, forte do (Vila Velha). 60
 Moreno, monte (Vila Velha). 57, 110
 Morro de S. João (Rio de Janeiro). 246
 Morro de São Paulo (Bahia). 57
 Morro do Céu (Serra). 150
 Morro do Chapéu (Santa Isabel). 141-2
 Morro Escalvado (Serra). 150
 Morro Molundu (Viana). 138
 Mosquito, praia do (Linhares). 194
 Moxoá – ver Muchoara.
 Muchoara (Cariacica). 137
Mucuri (navio). 45, 213
 Mucurutá, montanha (Espírito Santo). 191
 Mulata, pedra da (Viana). 138
 Muqui, rio (Itapemirim). 242
 Muquiçaba, povoação de (Guarapari). 216
 Museu de Viena. 212

N. S. da Conceição, matriz de (Guarapari). 215-8
 N. S. da Conceição, matriz de (Linhares). 199, 200
 N. S. da Conceição, matriz de (Serra). 152-4
 N. S. da Conceição, matriz de (Viana). 143-4
 N. S. da Penha, convento de (Vila Velha). 60, 76-8, 105-7, 109-16, 122, 146, 149
 N. S. das Neves, capela de (Vitória). 84
 N. S. do Patrocínio, sesmaria (Santa Leopoldina). 128

- N. S. do Rosário, igreja de (Vitória). 57, 80-1, 87
- N. S. do Rosário, matriz de (Vila Velha). 116
- Nhunpanguá, rio – ver Reis Magos, rio.
- Norte, ilhas do (Linhares). 204
- Nova Almeida, matriz de (Espírito Santo). 157, 160-1, 167
- Nova Almeida, vila e município de (Espírito Santo). 70, 85, 104, 157-60, 162-3, 165, 168
- Nova Emília* (canoa). 193-4, 202
- Novara* (embarcação). 227
- Novo, rio (Espírito Santo). 236-7, 239, 240, 242
- Onça**, ponta da (Linhares). 195
- Onça, praia da (Linhares). 195
- Orfanato Cristo Rei (Vitória). 79
- Ouro, ponta do (Linhares). 196
- Ouvidor, rua do (Vitória). 42
- Paço**, ladeira e largo do (Vitória). 65
- Padres Jesuítas, poço dos (Nova Almeida). 161
- Padres, porto dos (Vitória). 42, 73, 80
- Palmeiras, ermida das – ver N. S. da Penha, convento de
- Pampeiro, baixio do (baía de Vitória). 118
- Pancas, rio (Espírito Santo). 178
- Pão de açúcar – ver Penedo.
- Paraense* (corveta). 59, 105, 207, 211, 229
- Paraíba (província). 49
- Paraná-mirim, lagoa de. 194, 197
- Passarinhos, baixo dos (Guarapari). 205
- Passeio Público (Rio de Janeiro). 211
- Patos, ilha dos (Linhares). 203
- Pau d’Alho, fazenda (Itapemirim). 237-9
- Paulo Afonso, cachoeira de. 49
- Paus, lagoa dos (Linhares). 194, 197
- Pedestres, quartel dos (Vitória). 83
- Pedra d’Água, sítio da (Vila Velha). 60
- Pedra, porto da (Vitória). 122-3
- Pedreira, ilha do (Linhares). 195, 197
- Pedreiras (baía de Vitória). 118
- Pelame (Vitória). 41
- Penedo (Alagoas). 49
- Penedo (Vila Velha). 57, 59, 60, 93
- Pernambuco, ladeira de (Vitória). 41, 80
- Pernambuco (província). 49
- Pescadores, rua dos (Vitória). 41
- Petrópolis (Rio de Janeiro). 211
- Pinto, ilha do (Linhares). 202
- Piolho, rua do (Vitória). 42
- Pirajá* (navio). 59, 108, 115, 118, 122-3, 133, 174, 193-4, 204-5, 207, 220, 223, 229, 232, 244-5
- Piranema, fazenda (Nova Almeida). 85
- Piranema, riacho (Santa Cruz). 179
- Piranhas, rio em (Alagoas). 168
- Pirão Sem Sal, serra do (Espírito Santo). 142
- Piraquê-açu, rio (Espírito Santo). 171, 204
- Piraquê-mirim, rio (Espírito Santo). 171, 174
- Piratiniga, campo de (Vila Velha). 118
- Piúma (Espírito Santo). 86, 250
- Piúma, barra do (Espírito Santo). 226
- Porto de Souza (Linhares). 180
- Porto dos Padres, rua do (Vitória). 41, 73
- Porto Velho (Cariacica). 136, 145-6
- Portugal. 42, 66, 78, 112, 117, 192
- Potiri, fazenda do (Serra). 159

Povoação, núcleo (Linhares). 178
 Praça Nova, rua da (Vitória). 45
 Praia, rua da (Vitória) – ver Ouvidor,
 rua do.
 Preás, ilha das (Linhares). 202
 Preto Atalaia, lugar do (Viana) – ver
 Buiaiaias, lugar dos.
 Preto, rio (Linhares). 205
 Preto, rio (Santa Cruz). 168
 Príncipe, ilha do (baía de Vitória).
 136
 Prússia Renana. 135
 Putiri (Serra). 159

Quadros, rua dos (Vitória). 80
 Queimado, igreja do (Serra). 151
 Quintino, fazenda do (Serra). 159

Rafael Pereira de Carvalho, fazenda
 do (Santa Cruz). 171
 Rasa, farol da [ilha] (Rio de Janeiro).
 246
 Rasa, Guarapari e Escalvada, ilhotas
 (Espírito Santo). 217
 Rasa, ilha (Espírito Santo). 213
 Rasa, ilha (Rio de Janeiro). 246
 Rato, ilha do (Linhares). 203
 Recife (vapor). 249
 Regência (Linhares). 205
 Regência, ilha da (Linhares). 205
 Reis Magos, aldeamento ou aldeia de
 (Espírito Santo). 97, 157
 Reis Magos, igreja dos – ver Nova
 Almeida, matriz de.
 Reis Magos, rio (Espírito Santo). 148,
 157, 159, 160, 174
 Reritiba, aldeia de (Espírito Santo).
 97-8, 218-9

Reritiba, rio (Espírito Santo). 219
 Reritigbá, aldeia de – ver Reritiba,
 aldeia de.
 Riacho, pouso do (Santa Cruz). 171,
 177, 179, 180, 186-7, 191
 Riacho, rio (Espírito Santo). 183-5
 Rio de Janeiro (cidade). 45, 69, 75,
 130, 151, 210, 246
 Rio de Janeiro, colégio do. 99
 Rio de Janeiro (província). 89
Rio Doce (vapor). 205
 Rio Doce, barra do (Espírito Santo).
 186, 205
 Rio Novo, colônia do (Espírito Santo).
 223, 231, 236, 239, 242, 244-5, 248-9
 Rio Novo, fazenda do (Serra). 159
 Rio Preto, fazenda do (Santa Cruz).
 168
Rodrigues (sumaca). 135
 Rouen (França). 101

S. José Triunfante (navio). 205
 S. Tomé, baixos de (Rio de Janeiro). 246
 Sacramento, capela do (Serra). 154
 Sacramento, cemitério do (Vitória). 84
 Saí, riacho (Santa Cruz). 177, 179
 Sal, ilha do (Linhares). 203
 Salvador (Bahia). 98, 210
 Santa Ana, ilha de (Linhares). 196
 Santa Ana, ilhas de (Rio de Janeiro).
 246
 Santa Cruz, fazenda de (Rio de
 Janeiro). 212
 Santa Cruz, fortaleza de (Rio de
 Janeiro). 246
 Santa Cruz, rio de (Espírito Santo).
 168, 171, 177
 Santa Cruz, vila de (Espírito Santo).
 67, 70, 104, 161, 163, 166-70, 173, 178

- Santa Isabel, colônia de (Espírito Santo). 127, 134-6, 139-43, 146, 207, 240
- Santa Joana, fazenda (Santa Cruz). 179
- Santa Leopoldina, colônia de (Espírito Santo). 121, 125-8, 130-2, 136
- Santa Luzia, capela de (Vitória). 57
- Santa Luzia, rua de (Vitória). 41
- Santa Maria [da Vitória], rio (Espírito Santo). 121-3
- Santa Maria [do Rio Doce], rio (Espírito Santo). 178
- Santana, capela de (Guarapari). 215
- Santinhos, sítio de – ver Sítio da Pedra d'Água.
- Santíssimo, cais do (Vitória). 42
- Santo Agostinho, rio (Viana). 136, 138
- Santo Antônio do Muqui, fazenda (Itapemirim). 40, 243, 250
- Santo Inácio e Reis Magos, igreja de (Nova Almeida) – ver Nova Almeida, matriz de.
- São Benedito, capelinha de. 183
- São Boaventura, capela de (Vitória). 80
- São Bonifácio, capela de (Santa Isabel). 141
- São Francisco Xavier da Barra, fortaleza de (Vila Velha). 57-8, 62, 117, 208
- São Francisco, convento de (Vitória). 57, 75-77, 79-81, 94, 207
- São Francisco, ermida de (Vila Velha). 78
- São Francisco, igreja de (Vitória) – ver São Francisco, convento de.
- São Gonçalo, igreja de (Vitória). 57
- São João da Barra (Rio de Janeiro). 89
- São João, aldeia de (Espírito Santo). 97
- São João, forte de (Vitória). 57, 59-60, 91, 93, 208
- São José, rio (Linhares). 194-5, 197
- São Mateus* (navio). 45
- São Mateus, vila de (Espírito Santo). 70, 86, 94, 103, 197
- São Rafael, fazenda de (Viana). 138
- São Tiago, igreja e colégio de (Vitória). 43, 67, 97-9
- Sauanha, rio – ver Reis Magos, rio.
- Sauí, riacho (Espírito Santo) – ver Saí, riacho.
- Schönbrunn, lago de. 227
- Schönbrunn, palácio de. 209
- Senhor do Bom Jesus dos Passos, capelinha do (Vila Velha). 109, 112
- Sergipe (provincia). 49
- Serra, vila da (Espírito Santo). 65, 70, 86, 94, 147-8, 150-4, 158-9, 174, 180, 184
- Sete de Setembro, rua (Vitória). 44
- Siri, lagoa do (Itapemirim). 233
- Sul, ilhas do (Linhares). 204
- Tacipeva, riacho (Santa Cruz). 179
- Tanque, fonte do (Santa Cruz). 170
- Tapera, outeiro (Serra) 149
- Tapóca (Cariacica). 137
- Taquari, fonte de (Cariacica). 137
- Taquari, rio (Cariacica). 136
- Tavares, fazenda do – ver Vermelho, fazenda do.
- Timbotiba, riacho (Santa Cruz). 179
- Timbuí (Serra). 159
- Timbuí, rio (Espírito Santo). 159
- Tomás, sítio do (Linhares). 204
- Três Pontas (Linhares). 194
- Trieste. 227
- Triunfo* (canoa). 183

Ubatuba (São Paulo). 121
Ucharia, ponta (Vila Velha). 58
Una, rio (Serra). 156

Valença (Bahia). 57, 210
Várzea, rua da (Vitória). 41
Veado, ilha do (Linhares). 204
Vermelho, fazenda do (Itapemirim).
233
Viana, vila de (Espírito Santo). 70,
101, 136, 138, 140, 143-6, 151
Viena. 209, 212
Vila Velha, município de – ver também
Espírito Santo, vila e município do.
60, 73-4, 77-8, 116-8
Vitória (bairro de Salvador). 210
Vitória, baía de (Espírito Santo). 57, 59
Vitória, cidade e porto de (Espírito
Santo). 41, 43, 45, 50, 58, 66, 70, 72-3,
77-9, 81-2, 85, 94-5, 97, 99, 101-3, 105,
107, 110, 112, 116, 118, 122, 130-1,
133-6, 140, 145-7, 149, 174, 178, 189,
203, 205, 207-9, 211, 213, 231, 235,
238, 248-50
Vitória, colégio de. 98-9, 149

Índice onomástico

- Abreu**, Francisco Bonifácio de – médico da câmara imperial. 58, 115, 256
Afonso – príncipe. 102
Albuquerque, Propício Pedroso Barreto de – médico-cirurgião. 58
Almeida, Antônio do Coração de Maria e – frei. 114
Alves, Hermilo Cândido da Costa – engenheiro. 128
Anchieta, José de – padre. 43, 67, 80, 97-9, 118, 215, 219-21
Andrade, Antônio Fernandes de – capitão. 179-80, 190
Andrade, Antônio Ferreira Cardoso de – colono em Rio Novo. 241
Andrade, Freire de – capitão. 144
Aquaviva, Cláudio – padre. 98
Araújo, Bernardino José Ferreira de – vereador em Vitória. 64
Araújo, Eduardo Belo de – capitão. 242
Araújo, Escobar – padre. 82
Araújo, Francisco Gil de – donatário do Espírito Santo. 215
Araújo, Manuel Vicente de – padre. 223
Argolo – engenheiro. 128
Ataíde, Antônio Borges de – vereador em Itapemirim. 234
Ataíde, Antônio Francisco de – vereador em Vitória. 64
Azeredo, Pedro Antônio de – tenente. 103
[Azevedo], Francisco Pinto [Homem de] – capitão-mor do Espírito Santo. 60
Azevedo, Henrique Augusto de – major e fazendeiro na Serra. 108, 148, 150
Azevedo, José Pinto Homem de – professor. 245
Azevedo, Pedro Antônio d’ – comerciante. 45
Baependi, marquês de – ver Gama, Manoel Jacinto Nogueira da.
Baependi, marquesa de. 197
BALESTRERO, Heribaldo. 143
Barbosa, José Antunes – vereador em Vitória. 64
Barbosa, Sebastião Nunes – vereador em Nova Almeida. 160
Barrão, Joaquim Jerônimo – capitão. 53, 96, 104
Barrinhos, presidente – ver Barros, José Maurício Fernandes de.
Barros, Antônio Carlos Mariz e – 1º tenente. 59

Barros, José Maurício Fernandes Pereira de – presidente da província. 70, 84, 121

Barroso – morador de Vitória. 51, 96

Bastos, José Alves da Cunha – fazendeiro. 169, 172

Batista, Henrique Antônio – oficial de marinha. 246

Belo, Josefa Souto – proprietária em Itapemirim. 233

Bene, Gregório [Maria] de – frei. 148

Benevides, Sá e. 99

Benistant, Joseph – colono em Rio Novo. 241

Berry, duquesa de. 216

Biard, François-Auguste – pintor. 58, 62, 165-6, 168, 170, 173, 179, 213

Bittencourt, Francisco Gomes – vereador em Itapemirim. 231, 234

Bittencourt, João Nepomuceno Gomes – coronel. 51, 64, 100, 104, 231-2, 236, 242

Bittencourt, Francisco de Paula – fazendeiro. 242, 244

Bittencourt – família. 71, 234, 244

Bonaparte, Napoleão. 228

Borges, Manuel de Matos Soeiro – vereador em Nova Almeida. 160

Braga, Domingos da Silva – padre. 235

Branco, João Ferrão de Castelo – capitão. 92

Brandão, Antônio Rodrigues de Souza – secretário da província. 50, 63, 107

Braun, João – médico alemão. 125

Brício, Francisco Edwiges – capitão-tenente. 58

Brito, Teotônio Raimundo de – capitão-tenente. 59

Bucher, Henrique – colono em S. Leopoldina. 130

Cais, João do – ver Carvalho, João Crisóstomo de.

Calmon, Alexandre. 204

Calmon, João Antônio – padre. 202

Calmon, João Felipe – fazendeiro. 191

Calmon, João Felipe de Almeida – vereador em Linhares. 200

CALMON, Pedro. 216

Campos, Alexandre. 193

Campos, Manuel Rodrigues de – vereador em Vitória. 64, 103

Campos, Martinho – deputado. 248

Cantù, Cesare – político e historiador. 228

Capitão Francisco – índio. 201

Carcano, Giulio – político e literato. 228

Cardim, Fernão – padre. 98

Carlota – princesa. 209

Carvalho, Antônio Alves de Souza – presidente da província. 249

Carvalho, Delfim Carlos de – oficial de marinha. 59, 110

Carvalho, João Crisóstomo de – presidente da Câmara de Vitória. 53-4, 64-5, 70

Carvalho, José de Melo e – deputado provincial. 52, 95

Carvalho, Rafael Pereira de – fazendeiro. 138, 171, 191, 193, 195-7, 199, 201

CASAL, Aires de. 147-8

Casanova, Paulo Antônio de – frei. 234-5

Castelo, Fernando Antônio Ferreira – fazendeiro. 136-7, 144, 151, 182

Castro, João da Costa Lima e – juiz de direito. 71, 100, 108, 115, 232-3

Catão, Olímpio Carneiro Viriato – presidente da província. 75, 128, 138, 152, 168, 170, 233

- Chagas, Desidério – sargento. 159
- Chagas, Manuel Inácio das – morador na Serra. 159, 193
- Chalaça. 151
- Chaves, Antônio José de Moraes – vereador em Linhares. 200
- CINTRA E RIVIÈRE. 196
- Conceição, José Cardoso da – vereador em Itapemirim. 234
- Conceição, Manuelzinho – escultor de bengalas. 232
- Condeixas, conde de. 240
- Costa, João Batista da – vereador em Santa Cruz. 171
- Costa, Josefina da Fonseca – dama da imperatriz. 58, 114
- Costa, Rodrigo da – capitão-general do Brasil. 117
- [Coutinho], José Caetano [da Silva] – bispo do Rio de Janeiro.
- Coutinho, Manuel Antônio dos Santos – vereador em Santa Cruz. 171
- Coutinho, Vasco [Fernandes] – donatário do Espírito Santo. 103, 116, 147
- Couto, João Lopes da Silva – presidente da província. 93
- Cunha, João Manuel da – alferes. 92
- Cunha, João Rodrigues da – intérprete. 186
- Cunha, João Roiz da – ver Cunha, João Rodrigues da.
- Cunha, Mateus – coronel. 51
- D'**Alincourt, Luís – major-de-engenheiros. 110, 184
- Daudmen, Guilherme – colono em Rio Novo. 241
- Del'Uomo, Leandro – padre. 79
- DENIS, Ferdinand. 72, 101
- Descourtilz, João Teodoro – naturalista. 170
- DESSAUNE, Jair. 86
- Dillen, Luiz – colono em Rio Novo. 241
- Drumond, Antônio Pedro Monteiro – major-de-engenheiros. 110
- DUARTE, Marcelino [Pinto Ribeiro] – padre. 43, 108
- E**ffgen, Nicolau – colono em S. Isabel. 139, 141
- Eiras, José Ferreira – colono em Rio Novo. 241
- Espíndola, Manuel Ribeiro Pinto – músico. 53
- Espírito Santo, Simão do – frei. 77
- F**alcão, Manuel Vieira – morador em Viana. 144
- Faria, Manuel Pereira de – diretor de aldeamento. 102
- Feijó, Dionísio Antônio Ribeiro – oficial de gabinete. 59, 226
- Fenzel, F. – botânico. 209
- Fernandes, Carlos Ferreira de Souza – médico e desembargador. 74, 104
- Fernandes, Manoel José – colono em Rio Novo. 241
- Ferraz, Ângelo Muniz da Silva. 50
- Ferraz, Luís Pedreira do Couto – ministro do Império. 58, 95, 100, 115, 121, 134-5, 137
- Fraga, Domingos da Costa – colono em Rio Novo. 241
- Fraga, Gonçalves – poeta. 82, 88
- Fraga, João Ferreira de – vereador em Santa Cruz. 171

Fraga, português. 150
 Francisco José – imperador da Áustria. 209, 212
 FREIRE, Mário. 75
 Freire, Muniz. 127
 Freitas, Bento José de – proprietário em S. Leopoldina. 125-7
 Freitas, Domingos José de – proprietário em S. Leopoldina. 125
 Furtado, Matias Pinheiro – padre. 217
 Fuso, Fulano – morador em Barra do Riacho. 179

Gaim, Vandelino – frei. 135, 153
 [Gama], Antônio Joaquim [Nogueira da]. 192
 Gama, Anselmo Calmon Nogueira da – morador em Linhares. 190-1, 199, 202-3
 Gama, Carlos Augusto Nogueira da – vereador em Linhares. 200
 Gama, Carlos José Nogueira da – proprietário em Linhares. 192-4, 197, 199
 Gama, Francisco de Paula Calmon Nogueira da – vereador em Linhares. 200
 Gama, José Maria Nogueira da – professor. 200
 Gama, Manoel Jacinto Nogueira da – marquês de Baependi. 192
 Gomensoro, José Secundino – capitão-de-fragata. 58
 GOMES NETO. 75-6, 78, 106, 112
 Gomes, João – coronel. 108
 Gonçalves, Diniz – subdelegado. 210
 Gonçalves, Florêncio Francisco – médico. 95
 Goulart, Francisco Pinto – músico. 53

Grijó, João Batista – músico. 53
 Guizan, Emílio Francisco – jornalista. 250

Hämmerli, Justino – colono em Rio Novo. 241
 Hemerig, Rodolfo – colono em Rio Novo. 241

Imperatriz – ver também Teresa Cristina Maria – imperatriz do Brasil. 40, 49, 50, 58, 63, 66, 101, 112, 114, 171, 207-8, 216, 218, 227, 229, 250
 Imperatriz da Áustria. 227
 Isabel, princesa. 104-5, 146, 211
 Itapemirim, barão de – 39, 40, 51, 64, 71, 84, 100, 102, 108, 115, 136, 143, 161, 231, 233-5, 242-4, 250

JABOATÃO. 78
 Jacobina, Antônio de Araújo Ferreira – mordomo. 58, 146, 182, 216, 223, 226
 Jahn, Adalberto – diretor de colônia. 135, 141-3
 James – maquinista de vapor. 205
 Jardim, coronel. 110
 Jesus, Francisco Martins de – morador em Viana. 144
 Jobim, José Martins da Cruz – médico e senador. 237, 239-40
 Juarez, [Benito]. 229

Kneknám – chefe indígena. 201

La Martinière, Eugênio de – engenheiro. 53, 87

- Lacerda, João Maria Pereira de – guarda-marinha. 120
- Lacerda, Pedro [Maria] de – bispo do Rio de Janeiro. 120
- Ladislau, subdelegado – fazendeiro. 133
- Lado de Cristo, frei João do – ver Pinheiro, João Felipe.
- Lapa, Rufino Rodrigues – médico. 232
- Lauschner, Adriano – frei. 125
- Leão, Miguel Barbosa – estudante na Serra. 155
- Leche, Pedro Nicoline de – hoteleiro em Itapemirim. 232
- Leite, Nicolau Rodrigues dos Santos França – contratante. 177-8, 203
- LEITE, Serafim. 98, 219
- Leite, Tobias Rabelo – oficial-de-gabinete. 115
- Lemaitre – colono em Rio Novo. 237
- Leopoldina – imperatriz do Brasil. 212
- Leopoldina – princesa. 212
- Leopoldo – rei da Bélgica. 209
- Lidner, Nicolau – colono em S. Isabel. 141
- Liffon, Marcelino – colono em Rio Novo. 241
- Lima, Francisco Bernardes da Silva – proprietário em Itapemirim. 115, 136
- Lima, Joaquim Marcelino da Silva – ver Itapemirim, barão de.
- Lima, Joaquim Marcelino da Silva [filho] – proprietário em Itapemirim. 136
- Lima, Manoel de – padre e visitador. 98
- Lisboa, Joaquim Marques – vice-almirante. 58, 223, 226-7
- Lisboa Júnior, Antônio Carneiro – professor. 224
- Lisboa, major. 202
- Loureiro, Antônio Pinto – major. 70, 152-4, 156, 159
- Loureiro, Fraga – poeta. 81
- Lourenço, Brás – padre. 147
- Lutke – colono prussiano. 244
- Machado**, Antônio José – administrador dos Correios. 51, 96
- Madre de Deus, Francisco da – frei. 77
- Magalhães, Bernardino de Souza – alferes. 86
- Maia, Joaquim Ramallete – capitão. 103
- Malta, Torquato Martins de Araújo – tenente-coronel. 108, 136, 144, 151
- Manzoni, Alessandro – escritor. 228
- Maracaiguacu – chefe temiminó. 147
- Marçal, João José – vereador em Linhares. 200
- Marcks, Matias – colono em S. Isabel. 140
- Maria – índia. 186
- Martins, Domingos. 41
- Martins, Manuel Pires – padre. 235
- [Mascarenhas], D. Manuel [de Assis] – presidente da província. 136
- Matos, Benjamim Antônio de – intérprete. 191
- Matos, Joaquim Ribeiro Pinto de – fazendeiro. 179
- Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied. 211
- Maximiliano de Habsburgo, arquiduque e príncipe. 206-12, 214, 216, 223, 226-9
- Medeiros e Albuquerque – escritor. 242

Meireles, capitão. 148, 150-1
 Melo, Antônio José de – cônego. 58, 115, 226
 Melo, Antônio Manuel de – conselheiro. 58, 108, 115, 226
 Melo, Campos – juiz municipal. 232
 Melo, Francisco Coelho de – fazendeiro. 137, 144
 Mercier, José Maria – vereador em Nova Almeida. 160, 163
 Monjardim, barão de. 69
 Monjardim, José Francisco de Andrade e Almeida – coronel e vice-presidente da província. 52, 60, 69, 70, 100, 104, 108, 115, 121, 127, 149, 159, 170, 178, 182, 220, 249, 250
 Montauray, João Batista de Oliveira – primeiro-tenente. 59, 245
 Monte, Manoel de – bispo do Rio de Janeiro. 113
 Monteiro – popeiro de canoa. 193, 203-4
 Moraes, Júlio Canindé Paula – professor. 145
 Moraes, Manuel Ferreira de – vereador em Nova Almeida. 160

Nahém – velho índio. 201
 Nakenenuks. 186
 Naknekês. 186
 Napoleão III. 229
 Nascimento, Manuel Albino do – guarda nacional. 208
 Nazaré, João da Silva – diretor de colônia. 124-5, 127
 NEVES, Guilherme Santos. 164
 Neves, João dos Santos – juiz municipal. 71, 93, 103
 Nóbrega, Manuel da – padre. 97, 99

Nossa Senhora das Neves, Antônio de – frei. 85, 143
 Novo, Custódio Gomes – colono em Rio Novo. 241

Oitica, Francisco de Paula Maia – professor. 217
 [Oliveira], Helvécio [Gomes de] – arcebispo de Mariana. 99
 Oliveira, José Joaquim Machado de – presidente da província. 107, 114-5
 Oliveira, Luís Inácio de – vereador em Santa Cruz. 171
 Oliveira, Pedro Ferreira de – capitão-tenente. 120
 Ortiz, José – professor. 100
 Ortiz, Maria. 41, 249

Pacheco, Antônio Nunes – colono em Rio Novo. 241
 Paiva, Manuel Ferreira de – alferes. 82, 88
 Paixão, tenente-coronel – delegado. 168
 Palácios, Pedro – frei. 77-8, 108-9, 112-3, 116, 207
 Pampaloni, Geno – escritor. 228
 Passos, José Soares Leite – professor. 130-1
 Peçanha, Joaquim de Moraes – fazendeiro. 102
 PEDRINHA, Eurípides Calmon Nogueira da Gama. 189
 Pedro 2º – rei de Portugal. 117
 PENA, Misael. 78
 Penaud – padeiro francês. 44
 Penha, Vitória Antunes da – professora. 99
 Pereira Filho, João de Almeida – mi-

nistro do Império. 59, 71, 114, 149, 234
 Pereira, Antônio Gomes – vereador em Santa Cruz. 171
 Pereira, Francisco Rodrigues – vereador em Vitória. 64
 Pereira, Guilhermino Antônio – fogueteiro. 89
 Pereira, Joaquim Vicente – fazendeiro. 159
 Pestana, João Pinto – padre. 143
 Pimentel – vereador na Serra. 153
 Pinheiro, João Felipe – padre. 71, 104, 235-6
 Pinto, Antônio Pereira – deputado geral. 64, 75, 88, 92, 100, 108, 110, 136-7, 146, 232, 236, 250
 Pinto, Francisco Pereira – capitão-de-mar-e-guerra. 58, 226
 Pinto, Lourenço Caetano – juiz de direito. 66, 87
 Plá, Júlia – artista. 82
 Porte, Marcus – lingüista. 186
 Prado, Pedro Dias do – capitão. 250
 Pralon, Amélio – engenheiro e colono. 130-3
 Prim, Augusta – inglesa. 128
 Príncipe Regente [D. João]. 144
 Prof. Baltazar – ver Reis, Baltazar Antônio dos.

Quental, Antônio Siqueira de – arcediago e fazendeiro. 215-6

Ramos, Francisco de Paula – professor. 172

Rangel, José Pinto Coutinho – capitão. 103

Ravara, Francisco. 199

Regalado, capelão. 141

Reis, Baltazar Antônio dos – músico. 53, 88

Reis, Manuel Joaquim dos – vereador em Nova Almeida. 160

Resende, Dionísio – ver Resendo, Dionísio Álvaro.

Resendo, Dionísio Álvaro – coronel. 71, 104

Ribeiro, Antônio Marcelino da Ponte – primeiro-tenente. 58, 226

Ribeiro, João Pinto – hoteleiro em Itapemirim. 232

Ribeiro, José Francisco – comerciante. 66, 87, 103

Ribeiro, Manuel Antônio dos Santos – padre. 160-2, 167

Richwer, Carlos – comerciante em S. Isabel. 139

Rocha, Manuel Carneiro da – primeiro-tenente. 58, 226

Rodrigues, Antônio Joaquim – juiz municipal na Serra. 104, 108, 135, 150, 153

Rodrigues, Ubaldo – escritor. 82

Rosa, Francisco Luís da Gama – capitão dos portos e médico. 63, 73-4, 97, 104, 110

Rosa, José Ribeiro da Silva – professor. 155

Rosas, Francisco Olibano – dentista e retratista. 232

RÖWER, Basílio – frei. 79

RUBIM, Brás [da Costa]. 116

Rubim, Francisco Alberto – governador da capitania. 73-4, 136-7, 144-5, 199

Sá, João Manuel de Siqueira e. 45

Sá, Manuel Torres de – capitão. 85
 SAINT-HILAIRE, Auguste de. 144, 148-9, 165, 191, 202-3
 Sales – padre-mestre. 108
 Sales, Antônio José de – farmacêutico. 232
 Sampaio, Rangel – poeta. 221
 Santa Humiliana, Teotônio de – frei. 108
 Santa Maria, Antônio de – frei. 77
 Santo Antônio, Paulo de – frei. 77
 Santos, André Venâncio Pereira dos – administrador da Santa Casa. 74
 Santos, João da Silva – vereador em Itapemirim. 234
 Santos, Reginaldo Gomes dos – comendador. 51
 São Boaventura, Simão de – frei. 77
 São Cristóvão, João do Paço de – frei. 77
 Sapucaí, visconde de – ver também Viana, Cândido José de Araújo. 114, 136, 141, 192, 216
 Saraiva, José Rodrigues – vereador em Vitória. 64
 Sardinha, [Pero] – bispo. 105
 Sarmento, Bernardino da Costa – tenente-coronel. 69, 108
 Schwinz, João Martins – colono em Rio Novo. 241
 SEQUEIRA, Francisco Antunes de – padre. 67, 86, 89, 91, 110, 163, 169, 185
 Silva, Antônio Leitão da – major. 52, 69, 103
 Silva, Caetano Dias da – major. 237, 239-40, 244
 Silva, Firmino de Almeida e – professor. 117
 Silva, João Manuel da Fonseca e – inspetor da Tesouraria. 52, 66
 Silva, João Martins da – vereador em Santa Cruz. 171
 Silva, José Ribeiro Monteiro da – botânico capixaba. 126
 Silva, José Tavares de Brum e – capitão. 231, 233
 Silva, Luís Antônio da – benfeitor da Santa Casa. 74
 Silva, Manuel Francisco da – soldado. 208
 Silva, Manuel Simões da – vereador em Santa Cruz. 171
 Silva, Tito Lívio da – capitão. 52, 71
 Simiano, tenente. 159
 Simões, capitão – fazendeiro. 133
 Simões, Manuel dos Santos – vereador em Nova Almeida. 160
 Sinimbu, [João Lins Vieira Cansação de], ministro. 226
 Sobrinho, Antônio Francisco de Almeida – vereador em Itapemirim. 234
 Sobrinho, Antônio Francisco de Oliveira – morador em Itapemirim. 232
 Soído, Pedro Cláudio – capitão-de-engenheiros. 117, 141
 Sonnleithner, Hipólito von – diplomata austríaco. 211, 223
 Soulaite – ver Sonnleithner, Hipólito von.
 Souto, desembargador. 60, 149
 Souza, José Cláudio de – fazendeiro. 128
 Souza, Manuel Goulart de – vereador em Vitória. 64
 Souza, Vicente José Gonçalves de – vice-cônsul de Portugal. 103
 Sturz, Francisco José – oficial de marinha. 204
 Subtil, Maria de Oliveira – benfeitora da Santa Casa. 74
 Susano. 123

Suzano, Luís da Silva Alves de
Azambuja – escritor. 95

Tavares, João Carlos – capitão-
tenente. 58

Teixeira, Manuel do Couto – comer-
ciante. 103

Teresa Cristina Maria – imperatriz
do Brasil. 65, 109, 117, 208

Torsino, Bento Bubio de – frei. 102,
197, 200-1

Toscana, grã-duquesa da. 216

Tovar – governador. 99

TSCHUDI, barão de. 139, 141, 223,
238-9, 241, 244

Unger, F. – botânico. 209

Urbano, Francisco – morador em
Vitória. 158

Valadares – frei. 77

Valadares, João Nepomuceno – frei.
75, 77, 79, 107, 109, 113

Varela – alferes. 82

Vasconcelos, João José Sepúlveda de
– tenente. 121

Vasconcelos, José Marcelino Pereira de
– capitão e escritor. 88, 93, 96, 103-4, 115
VASCONCELOS, Simão de. 98

Vecke, Carlos – ver Richwer, Carlos.
Velasco, Antônio Pires – dono de
fábrica. 245

Veloso, Francisca Autran Leão. 64

Veloso, Pedro Leão – presidente da
província. 42, 46-7, 49, 50, 53, 55, 63-
4, 66, 71, 86, 93-4, 97, 100, 107, 122,
127, 130, 136-8, 146, 158, 179-80, 186,

235, 237, 249

Viana, Cândido José de Araújo – ver
também Sapucaí, visconde de. 58

Viana, Domingos Lourenço –
capitão. 103

Viana, José Gonçalves de Araújo –
comerciante. 66, 103

Viana, Paulo Fernandes – intendente
de polícia no Rio de Janeiro. 144

Vide, Manuel da – proprietário em
Vila Velha. 118

Vidigal, Manuel Soares Leite –
vereador em Nova Almeida. 158, 160
VIEIRA, Celso. 99

Vilaboim, Manuel Pedro Álvares
Moreira – chefe de polícia. 52, 65, 89, 100

Vilaça, Antônio Gomes – juiz de
direito. 158

Vitória, Manuel Gonçalves da – fiscal
em Vitória. 54

Wanzeller, Miesclau Ferreira Lopes
– padre. 64, 104, 108

Wawra, Heinrich Ritter von Fernsee
– médico. 209

Wellmez, Wilhelm – colono em S.
Leopoldina. 131

Wether, Alberto – colono em Rio
Novo. 241

Wicke, Carl – ver Richwer, Carlos.

Wied-Neuwied, príncipe de – ver
Maximiliano, príncipe de Wied-
Neuwied.

Wingler, Mathias – colono em Rio
Novo. 241

Xavier, Manuel das Neves – profes-
sor. 95, 115

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Coordenação Editorial

Fernando Antônio de Moraes Achiamé

Revisão

Reinaldo Santos Neves

Projeto gráfico, capa, editoração eletrônica

Miguel Marvilla / Flor&cultura Editores • (27) 3322-4777 / 9979-1987

Pinturas de D. Pedro II e D. Teresa Cristina (capa e pág. 40-1)

Fotos de Humberto Capai / USI - Usina de Imagens

Impressão e acabamento

GSA Gráfica e Editora

R672v

Rocha, Levy.

Viagem de Pedro II ao Espírito Santo / Levy Rocha. – 3. ed. –
Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo : Secretaria
de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação, 2008.
288 p. : il. – (Coleção Canaã, v. 7)

Fotos de Victor Frond.

ISBN 978-85-98928-03-6

1. Espírito Santo (Província) – História, 1860. 2. D. Pedro II, Impe-
rador do Brasil, 1825 – 1891. 3. Espírito Santo (Província) – Descrições
e viagens, 1860. I. Título.

CDD: 981.52

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Sete de Setembro, 414 – Centro

29015-905 Vitória – ES – Brasil

www.ape.es.gov.br



Coleção Canaã

Vol. 1 – *O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro 1895). Relato do cavaleiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória*. Tradução: Nerina Bortoluzzi Herzog (Vitória, 1995).

Vol. 2 – *Projeto de um novo arrabalde (1896)*. Relatório de Francisco Saturnino de Brito. Edição fac-similar (Vitória, 1996).

Vol. 3 – *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Espírito Santo (1585-1822)*. Organização de João Eurípedes Franklin Leal. (Vitória, 1998).

Vol. 4 – *Donatários, colonos, índios e jesuítas: O início da colonização do Espírito Santo*. Nara Saletto (Vitória, 1998).

Vol. 5 – *Viagem à província do Espírito Santo – Imigração e colonização suíça – 1860*. Johann Jacob von Tschudi. (Vitória, 2004).

Vol. 6 – *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Renzo M. Grosselli. Tradução: Márcia Sarcinelli. (Vitória, 2008).

Vol. 7 – *A viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Levy Rocha. (3 ed., Vitória, 2008).

Próximo número:

Vol. 8 – *História do Estado do Espírito Santo*. José Teixeira de Oliveira. (3 ed., Vitória, 2008).

Esses volumes (já esgotados os de 1 a 4), entre outros documentos e obras raras, podem ser consultados no site do Ape, em formato pdf, dentro do projeto Biblioteca Digital, no seguinte endereço:

www.ape.es.gov.br



Obra editada pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

VENDA PROIBIDA